

Instituto Sedes Sapientiae

Conselho de Direção do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae – gestão 2008/2010

Ana Maria Sigal Rosenberg (Grupos de Formação Contínua), Heidi Tabacof (Relações Internas e Representante do Departamento no Núcleo de Departamentos), Leonor Rufino (Eventos), Maria Antonieta Whately (Administração e Tesouraria), Maria Aparecida Kfoury Aïdar (Relações Externas), Maria Elisa Pessoa Labaki (Publicações), Maria de Fátima Milnitsky (Transmissão e Pesquisa), Maria Marta Assolini (Clínica), Marli Ciriaco Vianna (Cursos), Rita Cassia Cardeal (Representante da Comissão de Admissão)

Percurso

REVISTA DE PSICANÁLISE : ANO XXII : JUNHO DE 2010

Conselho Editorial

Camila Salles Gonçalves, Eliana Borges Pereira Leite, Leda Maria Codeço Barone, Lilian Quintão, Mania Deweik, Maria Elisa Pessoa Labaki

Grupo Administrativo

Zulmira M. Montiel e Eva Wongschowski

Grupo de Entrevistas

Andréa Carvalho Mendes de Almeida, Bela M. Sister, Danielle Breyton, Deborah Jean de Cardoso, Silvio Hotimsky, Susan Markuszower

Grupo de Debates

Gisela Haddad e Vera Zimmermann

Conselho Editorial de Resenhas

Camila Salles Gonçalves, Darcy Haddad Daccache, Mania Deweik, Maria de Lourdes Caleiro Costa (coordenadora), Renata Udler Cromberg, Sergio Telles

Conselho Científico, Consultores *ad hoc*

Abrão Slavutzky (Porto Alegre), Ana Cecília Carvalho (Universidade Federal de Minas Gerais), Ana Helena Stahl (Paris), Arthur Nestrovsky (São Paulo), Benny Lafer (Universidade de São Paulo), Daniel Orlievsky (Universidade de Buenos Aires), David Levisky (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Dominique Fingermann (Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano), Elias M. da Rocha Barros (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Gilda Sobral Pinto (Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro), Heitor O'Dwyer de Macedo (Quatrième Groupe), Inês Marques (Société Psychanalytique de Paris), João A. Frayze-Pereira (Universidade de São Paulo), Joel Birman (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), Luís Celes (Universidade de Brasília), Luís Cláudio Figueiredo (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Luiz Eduardo Prado de Oliveira (Quatrième Groupe), Marcelo Marques (Association Psychanalytique de France), Marcia Neder Bacha (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul), Maria Helena Fernandes (Instituto Sedes Sapientiae), Maria Rita Kehl (Associação Psicanalítica de Porto Alegre), Marlise Bassani (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Nelson Coelho Jr. (Universidade de São Paulo), Purificacion Barcia Gomes (Instituto Sedes Sapientiae), Rosine Perelberg (British Psychoanalytic Society), Urania Tourinho Peres (Colégio de Psicanálise da Bahia)

Linha editorial

Percurso é publicada pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. É uma revista científica dedicada ao avanço dos conhecimentos psicanalíticos em suas vertentes clínica, teórica, metodológica e epistemológica. Visando a estimular o debate entre as várias correntes da Psicanálise, aceitamos trabalhos de todas as orientações, tanto de membros do Departamento quanto de colegas de outras instituições brasileiras e estrangeiras. Pautamo-nos por um ideal exigente de qualidade científica, literária e estética, pela abertura às inovações consistentes, pelo respeito à complexidade da vida psíquica e dos fenômenos socioculturais, pela recusa do dogmatismo, da intolerância e dos reducionismos, pelo diálogo com as áreas conexas. Acreditamos que o pensamento crítico contribui para libertar o espírito das amarras que o prendem à ignorância e ao sofrimento. Como disse Freud, “a voz da razão é suave, mas termina por se fazer ouvir”.

Digitação de originais

Angela Maria Vitorio • Tel.: (11) 9705-2916 • angela.vitorio@uol.com.br

Revisão

Simone Zaccarias • Tel.: (11) 9897-1362 • simonezac@yahoo.com.br

Projeto e produção gráfica

Sergio Kon • A Máquina de Ideias • Tel.: (11) 3062-6086 • amaquina@aclnet.com.br

Assinaturas

Jessica Janete da Silva, Regiane Montiel • Tel./Fax: (11) 3816-3780

Capa

Paulo Pasta. *Sem título*. Óleo e cera sobre tela, 190 x 220 cm, 1989. Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo.

Coordenação editorial / Recepção de originais para publicação

Renato Mezan • Rua Amália de Noronha, 198 • 05410-010 São Paulo • Tel./Fax: (11) 3081-4851

Grafia atualizada segundo o Novo Acordo Ortográfico.

Site na Internet: www.uol.com.br/percurso • e-mail: percurso@uol.com.br

Percurso é indexada em *Psychoanalytic Abstracts*, Washington, D.C., USA.



Instituto Sedes Sapientiae

R. Ministro de Godoy, 1484

05015-900 São Paulo SP

Tel.: (11) 3866-2730

Secretário dos Departamentos:

Juliano Pedrosa Chrisostomo

deptodepsicanalise@sedes.org.br



Gráfica e Editora Santuário

Rua Pe. Claro Monteiro, 342

12570-000 Aparecida SP

Tel.: (12) 3104-2000

Fax: (12) 3104-2036

0800-16-00-04



O bem- e o mal-estar

Percurso⁴⁴

REVISTA DE PSICANÁLISE : ANO XXII : JUNHO DE 2010



Sumário

Table of contents

3 Sumário
Table of contents

7 Editorial
Letter from the editors

TEXTOS PAPERS

9 A leitura antes dos textos escritos
Reading before meeting written texts
Evelio Cabrejo-Parra

17 Paixão e poesia
Passion and poetry
Adélia Bezerra de Meneses

33 À luz da criação
Under the light of creation
Sylvia R. Fernandes

47 Por uma clínica da cultura
Towards a clinic of culture
Glaucia Peixoto Dunley

67 *Acting-out*: seu desafio clínico e a evitação da angústia
Acting-out: its clinical challenge and avoidance of anxiety
Ronaldo Torres

79 Identificação passiva e a Teoria da Sedução
Generalizada de Jean Laplanche
*Passive identification and Jean Laplanche's Theory of
Generalized Seduction*
Paulo de Carvalho Ribeiro

3
PERCURSO 44 : junho de 2010



- 91 A clínica como testemunho de corporeidade diante do traumático da experiência
Psychoanalytic practice as a proof of the consistence of bodily against traumatic aspects of experience
Renata Codeço Dias
- 105 Entre o excesso e a insuficiência
Between excess and shortage
Tiago Corbisier Matheus
- 117 A experiência clínica grupal e o modelo psicanalítico
Group Therapy and the psychoanalytical model
Fernando da Silveira + Paulo Jeronymo Pessoa de Carvalho
- 125 A depressão transmitida através da relação de dependência revertida na díade mãe-bebê
Depression transmitted by the reverse dependency relationship between mother and baby
Maria Cecília Pereira da Silva
- 133 A criança, sua doença e o hospital como espaço terapêutico
The child, his illness and the hospital as a therapeutic area
Maria Laurinda Ribeiro de Souza
- 141 Uma torre de Babel a ser decifrada...
A Babel tower to be decoded...
Maria Vitória Campos Mamede Maia + Nadja Nara Barbosa Pinheiro

ENTREVISTA

INTERVIEW

- 151 Jean Oury
Quando a neutralidade é uma doença
When neutrality is a disease



DEBATE

DEBATE

173

Psicanálise: entre o mal-estar e o bem-estar

Psychoanalysis: between uneasiness and well-being

Cláudio Laks Eizirik + Maria Laurinda Ribeiro de Souza +

Marcelo Vinár Munichor

LEITURAS

BOOK REVIEWS

179

A vivacidade da adolescência [*Adolescência: história e política do conceito na psicanálise*]

The vividness of adolescence

Renata Udler Cromberg

185

Para além dos consultórios [*A psicanálise na trama das cidades*]

Beyond the therapy room

Flávio Carvalho Ferraz

187

A justiça como *solução* da desconstrução [*Força de lei*]

Justice as a solution for deconstruction

Glaucia Dunley

194

Psicopatologia psicanalítica [*Neurose e não neurose*]

Psychoanalytical psychopathology

Nelson Ernesto Coelho Junior

197

... *E foram felizes para sempre* [*Amor e fidelidade*]

... And they were happy forever and ever

Darcy Haddad Daccache

200

Uma leitura de Freud – a psicanálise e suas interfaces

[*Sigmund Freud: ciência, arte e política*]

A reading of Freud – Psychoanalysis and its interfaces

Adriana Victorio Morettin

203

Movimentos do acontecer psicanalítico [*Presenças e ausências, parceiras na simbolização*]

Movements in the psychoanalytical process

Camila Salles Gonçalves



- 207 Ações interdisciplinares no Judiciário [*Diálogos interdisciplinares*]
Interdisciplinary actions in the administration of justice
Maria Antonieta Pisano Motta
- 213 Freud e Sauerwald, a fuga de Viena [*The escape of Sigmund Freud*]
Freud and Sauerwald, the escape from Vienna
Sérgio Telles
- 217 No rumo de uma teoria do cuidar [*As diversas faces do cuidar*]
Towards a theory of caring
Eliana Borges Pereira Leite
- 222 Relendo Freud no século XXI [*A interpretação dos sonhos – a caixa-preta dos desejo; As pulsões e seus destinos: do corporal ao psíquico; Além do princípio do prazer: um dualismo incontornável.*]
Re-reading Freud in the 21st century
Mario Eduardo Costa Pereira
- 229 Narciso no espelho da contemporaneidade [*Narcisismo e vínculos*]
Narcissus in the mirror of our times
Maria Helena Fernandes
- 235 Colaboradores deste número
Contributors to this issue
- 237 Normas para envio de artigos e resenhas
Rules for contributors
- 239 Onde encontrar *Percurso*
Where to find Percurso
- 240 Para assinar *Percurso*
How to subscribe to Percurso



Editorial

Com a Segunda Guerra como pano de fundo, a entrevista instigante com Jean Oury situa-nos na história. Efeitos do conflito mundial na história da psiquiatria, da Psicoterapia Institucional e de condições nada ortodoxas de prática da psicanálise. Apesar de suas vivências nos poderem entusiasmar, o entrevistado adverte-nos sobre os riscos de se *monumentalizar* uma pessoa: “não se trata nunca de uma única, há sempre uma multiplicidade de sujeitos”. Uma multiplicidade de sujeitos anônimos e extraordinários povoa seus relatos. Paris, 1947, conhece Ajuriaguerra, refugiado espanhol basco, e Tosquelles, refugiado catalão. Na sequência, o primeiro encontro, “absoluto”, com a inteligência de Lacan. Meses depois, ida para Saint Alban, para o hospital Lozère, completamente perdido nas montanhas, onde reencontra Tosquelles e conhece Bardach, pesquisador judeu ucraniano, lá escondido e fingindo-se de doente para escapar da ss. Das várias cenas emocionantes desses relatos, vale ressaltar aquela da pré-história de La Borde, em que os médicos e pacientes deixam, juntos, o hospital. Jean Oury nos lembra de que o inventor do termo *Psicoterapia Institucional* foi Georges Daumézon, em 1952, que teria dito: “o que tentamos modificar num hospital, vamos chamar de terapêutico, vamos chamar de Psicoterapia Institucional”.

Nomes, temas, dimensão histórica retomada criam perspectivas para as colaborações que compõem este número. Um dos artigos nos fala do conflito que hoje atravessa a entrada de um psicanalista no hospital geral e da dificuldade de a psicanálise com crianças ser reconhecida pela instituição. Outro



contrasta a experiência grupal e o modelo psicanalítico. Retoma a constatação e a surpresa de Pontalis, há cinquenta anos, ao dar-se conta de que *faziam-se grupos*. Refere-se também às condições de devastação da Europa pós-guerra, a outras reflexões em relação com o surgimento de grupos e constata que “é necessário, e mesmo fundamental, que uma dimensão institucional seja devidamente pensada, preparada e organizada para dar continência a esse dispositivo clínico de grupo”.

Um texto expõe o trabalho psicanalítico na Favela da Maré, na periferia do Rio de Janeiro, e nos fala de uma *escuta da resistência ao aniquilamento*. A adolescência é vista em sua função de crítica da cultura e como momento de excesso e insuficiência. Ainda contra a banalização do temário da adolescência, outro autor retoma a própria superfície do universo adolescente, em sua *positividade significativa*, “como provocadora da análise da própria organização social”.

Uma criança, cuja fala teria que se desenvolver em uma *torre de Babel*, o hospital como espaço terapêutico e outros perfis de situações que o mundo em que vivemos propõe para a psicanálise fazem-nos entrever engrenagens da estrutura social. Em seu confronto com estas, a arte pode ter um diálogo profundo com a psicanálise. É o

caso da poesia, na qual reverberam movimentos da alma, é o caso da obra de Paulo Pasta, diante da qual uma autora lê a criação e relê conceitos psicanalíticos. A paixão e a sublimação são mais uma vez revisitadas, à luz de transformações realizadas pela literatura e pela pintura.

Leituras apresenta-nos autores brasileiros que abordam, dentre outros, temas como o *cuidar*, *neurose* e *não neurose* na clínica psicanalítica, que não deixam de ter o efeito intertextual, relacionando-se com as lancinantes questões destacadas acima. Exemplo de inesgotáveis leituras de leituras, temos a resenha oportuna de mais um livro composto por leituras de Freud.

Percurso traz também a tradução de artigo de um conhecido psicolinguista, que se refere à *leitura antes dos textos escritos*. Descreve um “primeiro livro simbólico no fundo de cada um de nós” e que não se apaga, um “livro psíquico, escondido, mas sempre presente”. Ao pensarmos em sua concepção da meta da leitura como consistindo em “levar cada pessoa a se interessar pelo seu próprio livro” e em livros simbólicos, evocamos, na ausência do Dr. José Mindlin, a gratidão, que permanece, por sua generosidade em mostrar e abrir tantos livros para tantos, inclusive crianças que, a partir da visita à sua biblioteca mágica, criaram futuro.



A leitura antes dos textos escritos

Evelio Cabrejo-Parra

Evelio Cabrejo-Parra é psicolinguista. Docente de Linguística na Universidade Paris VII.

Tradução Leda Barone.

Resumo Utilizando estudos de várias disciplinas, o autor propõe a noção de um “livro psíquico” inscrito na mente. Da aquisição da linguagem pelo bebê à absorção da experiência das gerações passadas por meio da literatura, o texto navega em torno da questão de *sentido*, fundamenta para a constituição do sujeito humano.

Palavras-chave Leitura; livro psíquico; literatura; pensamento; criança

Evelio Cabrejo-Parra sempre se interessou pela riqueza do pensamento humano e pelo que pode colocá-lo em movimento. Neste texto ele faz uma reflexão sobre o ato da leitura, que mostra como uma modalidade necessária da atividade psíquica geral.

Existe uma leitura antes da leitura dos textos escritos. É a leitura do texto oral. Esse ato de leitura é inerente ao fato de pôr em movimento o pensamento. Sabemos que o bebê vem ao mundo com capacidades que lhe permitem tratar as informações que se encontram no mundo físico e também no vasto mundo da intersubjetividade. A voz da mãe já está inscrita no psiquismo do bebê em seu nascimento. Essa inscrição começa no final do quarto mês de gestação quando a capacidade auditiva do feto se organiza de tal maneira que as informações sonoras já estão acessíveis ao seu aparelho auditivo. Isso põe por terra todos os conceitos de *tabula rasa*, uma vez que o bebê é capaz de tratar as informações ligadas à voz e fazer emergir delas o sentido. Que ele consiga distinguir a voz de sua mãe das outras vozes que o rodeiam já supõe uma discriminação mental que põe a caminho o movimento do pensamento.

Essa capacidade lhe permite também se colocar como um pequeno sujeito no meio do mundo complexo e abstrato da intersubjetividade. Ele vem de fato ao mundo igualmente armado da capacidade de reconhecer seus congêneres. O rosto da mãe vai ter um papel fundamental nessa colocação em movimento de sua atividade psíquica porque um rosto não é simplesmente alguma coisa que contém uma boca, um nariz e olhos, mas



*podemos falar de leitura antes
da escrita porque, em todas essas
capacidades para ler a voz e o
rosto, coloca-se em movimento
uma atividade interpretativa que
permanecerá
o centro da criação do sentido pelo
psiquismo humano. Por isso o ato
de leitura está, de certa forma,
na origem da atividade
do pensamento*

10

PERCURSO 44 : junho de 2010

é um *livro* que envia permanentemente informações que o bebê processa a cada instante mesmo se não nos damos conta.

Onde está a leitura nisso tudo?

Podemos falar de leitura antes da escrita porque, em todas essas capacidades para ler a voz e o rosto, coloca-se em movimento uma atividade interpretativa que permanecerá o centro da criação do sentido pelo psiquismo humano. E isso permite dizer que o ato de leitura está, de certa forma, na origem da atividade do pensamento. É a ontogênese do pensamento porque o sentido, que é uma espécie metapermanente do espírito, não está dado completamente. É preciso construí-lo a partir das informações recebidas. O ato de leitura intervém na leitura que o sujeito faz das informações que recebe e que lhe servem para pôr sua atividade psíquica em movimento. Por esse caminho ele chega a construir um sentido e essa é uma das finalidades da atividade psíquica em geral.

Dou muita importância a esse movimento precoce da atividade psíquica que já implica uma leitura e que de certa forma pode ser considera-

da como o ancestral necessário da leitura de um texto escrito. Sem essa primeira leitura, as outras não poderiam ter lugar. Vemos quanto o adulto tem um papel fundamental na instauração dessa atividade precoce de leitura dando permanentemente informações que a atividade psíquica do bebê pode tratar.

Creio que toda mãe antes do parto se preparou para um encontro com um sujeito em construção, em nascimento, para poder alimentá-lo de uma maneira bem específica adaptada às competências do bebê. A mãe faz uma espécie de regressão linguageira para começar um diálogo particular com o bebê que por sua vez lhe reenvia ecos das informações que ela lhe dá e aos quais ela é extremamente sensível. Esse diálogo se passa tanto no nível do corpo quanto da voz. Quando pegamos um bebê, constatamos que ele participa desse ato endurecendo seu corpo. Se o bebê fica como uma espécie de boneca de pano, isto quer dizer que ele não dialoga e que o pegar no colo não é tão fácil.

Podemos então definir a capacidade de linguagem como uma capacidade específica da nossa espécie de tratar e reenviar em eco as informações que vêm do outro.

O livro psíquico

O que se passa na construção psíquica da criança no momento em que a leitura acontece? Constatamos que o destino da atividade psíquica se realiza em três movimentos que fazem parte da atividade de ler.

Trata-se em primeiro lugar de ler permanentemente informações que vêm do mundo da intersubjetividade, esse mundo tão difícil, no qual se realiza nossa vida e se desenvolvem o amor, o ódio, o reconhecimento, a mentira etc. Em segundo lugar, ler, utilizando todos os nossos sentidos, as informações do mundo físico, quer dizer, do mundo exterior. Em último lugar, ler também as informações do mundo interno, o que cada um sente no fundo de si mesmo. Cada pes-





soa, sem o saber, está então, sem cessar, lendo três livros: o livro da intersubjetividade, o livro do mundo e um livro interno. A intersubjetividade participa evidentemente da construção do livro interno. Todas as paixões de uma alma, todos os fantasmas de nosso espírito fazem parte de nosso livro psíquico e nós poderíamos dizer que cada ser humano, desde seu nascimento, ao longo de todo seu desenvolvimento psíquico, está escrevendo seu próprio livro que ficará sempre inacabado. Falo de livro de maneira metafórica, pois creio que o homem não inventou o livro por acaso, mas porque ele tem um livro nele. É, sem dúvida, em razão desse livro enraizado na psique de cada ser humano que entendemos mais tarde todos os outros livros.

Esse primeiro livro simbólico no fundo de cada um de nós, esse livro psíquico, está escondido, mas sempre presente. Ele não se apaga. O outro, o livro que nós podemos segurar em nossas mãos, é enfim uma espécie de eco do livro que portamos dentro de nós. Não é um acaso se todos os pesquisadores que se interessam pela teorização da psique utilizam metáforas do livro e falam sobre “primeira inscrição” (Freud), de “segunda inscrição”, de “a letra” (Lacan). É preciso obrigatoriamente ressuscitar o livro psíquico, esse grande esquecido da leitura, para poder entrar ou fazer entrar um leitor no livro físico, aquele que conhecemos como objeto e que contém todas as culturas do mundo.

Poderíamos dizer que a literatura é a leitura da leitura porque o escritor, afinal, escreve lendo seu livro psíquico. O ato de escrever não vem de nada, ele vem de algum lugar que poderia ser o livro psíquico do autor lendo o seu livro psíquico enquanto escreve. Quando lemos seu texto escrito, não fazemos outra coisa que a leitura que ele mesmo fez de seu próprio livro psíquico. E colocamos logo em movimento nosso próprio livro psíquico que contém forçadamente passagens que não gostaríamos de ler, passagens que gostaríamos de apagar e páginas que preferiríamos saltar. Podemos virar as páginas do livro físico, mas não as do livro psíquico que, como todo bom livro de li-

»
*a literatura é a leitura da leitura
porque o escritor, afinal,
escreve lendo seu livro psíquico.
O ato de escrever vem
de algum lugar que poderia
ser o livro psíquico do autor
lendo o seu livro psíquico
enquanto escreve*

teratura, é profundamente condensado e oferece leituras inesgotáveis. Todas as nossas experiências de intersubjetividade, todos os nossos fantasmas psíquicos, toda a nossa experiência do mundo físico ali estão consignados, inscritos. A leitura de um livro condensado é, enfim, o eco da condensação do livro psíquico do ser humano.

Construir sentido, função essencial da atividade psíquica

Essas reflexões encontram certamente ressonância no ato de ler tal como concebemos praticá-lo na A.C.C.E.S.. Por que, de fato, lemos para as crianças? Por que gastamos tanta energia humana e mesmo econômica em torno do ato de ler com crianças pequenas? Não lemos assim para que as crianças se tornem no final muito bons leitores, mas porque sabemos que essas leituras permitem instalar alguma coisa de fundamental para uma criança: a descoberta de que os textos são coisas que têm um sentido, muitos sentidos,





*é preciso respeitar
o pequeno sentido que ele
elabora para lhe permitir
se construir enquanto sujeito,
para que essa elaboração
possa ser fonte de pensamento
e de atividade linguageira.*

12

PERCURSO 44 : junho de 2010

e que cada sujeito deve trabalhar um pouco para chegar a construir sentido na sua mente. É a retomada daquilo que se passou no começo com a língua estritamente oral. O bebê compreende rapidamente que o que dizem os adultos, o movimento de sua boca, o som têm um sentido que ele interpreta. Essa função interpretativa já é colocada quando começamos a ler para as crianças os textos, e se elas são tão sensíveis à voz e aos nossos rostos é porque leem permanentemente. Não sabemos o que elas compreendem, mas sabemos que compreenderam alguma coisa e que uma espécie de movimento psíquico aconteceu. Cada criança constrói coisas diferentes que não são também as mesmas que as dos adultos, exatamente como na leitura do mundo em que sabemos que o bebê não analisa as informações como o adulto.

É preciso respeitar o pequeno sentido que ele elabora para lhe permitir se construir enquanto sujeito, para que essa elaboração possa ser fonte de pensamento e de atividade linguageira. Se não respeitamos essa atividade psíquica, se

não a alimentamos, convidamos então a criança a se colocar simplesmente no mundo da injunção, isto é, no mundo das ordens que damos. Nesse caso, ela está submetida permanentemente aos desejos do outro e não pode emergir enquanto sujeito. A relação com a linguagem não será jamais a mesma na criança a quem o adulto terá imposto seu pensamento e sua interpretação das coisas e na criança cuja atividade psíquica terá sido de antemão reconhecida. É a diferença entre uma linguagem contada que apenas repete o discurso do outro e uma linguagem criada pelo sujeito.

Um reconhecimento recíproco e permanente

O papel do adulto é de permitir então à criança que essa atividade própria de pensamento possa emergir na sua mente, de acompanhá-lo e de lhe enviar ecos permanentemente. A criança se apega a sua própria atividade psíquica e começa a gostar da leitura de seu mundo psíquico, como o prova a aparição das primeiras sílabas. Instaura-se, então, um primeiro diálogo entre o bebê que pronuncia as sílabas e o adulto que as repete. Essa troca envia ao bebê um eco de sua atividade psíquica, lhe mostra que sua pequena sílaba colocou em movimento a atividade de pensamento daquele que o escuta. Ela lhe envia um índice novo, lhe dá um espelho simbólico de sua atividade psíquica. Esse reconhecimento recíproco e permanente da intersubjetividade funda a linguagem, cada um está presente simbolicamente no discurso do outro e nós sabemos que o bebê precisa desse reconhecimento de sua atividade psíquica quando ele está em companhia de adultos.

A intersubjetividade supõe um longo percurso de instalação da organização psíquica. Já aparece na distinção das vozes e na diferenciação dos rostos. Quando, por volta dos seis meses, as crianças ficam surpresas de ver rostos que não conhecem, podemos considerar isso como uma boa notícia, visto que é a prova de que a re-





apresentação do rosto da mãe está bem instalada. A criança que esperava ver um rosto vê outro, e acontece então uma espécie de pequeno pânico psíquico necessário à organização da intersubjetividade. Vai ser preciso que o bebê possa aprender a olhar através do rosto de sua mãe todos os outros rostos que ele vai ver durante toda a sua vida. Todas as culturas inventaram, aliás, brinquedos, ditos de triangulação, como o chocalho, que favorecem essa necessária organização psíquica. Colocamos assim dentro do berço um pequeno objeto que olhamos a dois numa visão conjunta, bem longe dos olhares narcísicos diretos, já que se trata de olhar alguma coisa que não é nem eu nem você, mas outra coisa pela qual nos interessamos juntos. É uma espécie de objeto transicional da mesma ordem que as primeiras sílabas. Assim, nos interessando pelas sílabas da criança, nos interessamos simplesmente por sua atividade psíquica, introduzimos a triangulação e lhe permitimos criar as diferenças psíquicas necessárias à viagem do pensamento.

Todos esses movimentos do pensamento vão em seguida se condensar no ato de mostrar. Quando um bebê, antes de dizer suas primeiras palavras, começa a apontar os objetos aos outros, podemos dizer que toda a linguagem já está lá. De fato, mostrar alguma coisa a alguém quer dizer que a representação do outro já está inscrita na mente daquele que mostra com o dedo. O ato de mostrar é absolutamente necessário à aparição das primeiras palavras: é nesse movimento que a criança vai poder captar a designação sonora que o adulto diz em resposta ao que ela lhe mostrou. O outro está presente nos próprios sons porque as palavras vêm dos outros, daqueles que já possuem a língua. Tudo isso faz parte da intersubjetividade, que vai em seguida tomar contorno na língua sob a forma dos pronomes, por exemplo. Ao se nomear a si mesmo quando fala, o sujeito coloca o outro. É possível que, se a criança não pudesse fazer esse percurso que consiste em mostrar um objeto a outro, ela não pudesse aprender os pronomes. Compreendemos até que ponto o funcionamento da atividade psíquica é tão so-

»
*o ato de mostrar
é absolutamente necessário
à aparição das primeiras palavras:
é nesse movimento que a criança
vai poder captar a designação sonora
que o adulto diz em resposta
ao que ela lhe mostrou*

fisticado quanto mais é silencioso. Ele constitui uma espécie de cadeia interna, uma área psíquica que se constrói permanentemente, que não esqueceu as construções do passado e que sempre se integra em movimentos novos. O protótipo da intersubjetividade não é nada mais que o discurso, o diálogo dos adultos que consiste finalmente em reenviar ao outro o eco semântico do que ele acabou de enunciar, eco que vai ao mesmo tempo modificar e talvez mudar o discurso de um e de outro. É uma espécie de transferência natural, quer dizer que cada um serve de espelho à atividade psíquica do outro e vice-versa. É preciso que a criança aprenda a se olhar nos seus espelhos e olhar os espelhos dos outros.

Os espelhos dos contos

O que se passa naquele momento na língua oral se passa também nos contos e a literatura em geral. Eles oferecem uma quantidade de espelhos suscetíveis de permitir à criança se olhar





*todas as estruturas verbais
da língua são contidas nessa “espera
alegre”, nesse momento em que
a criança não está desorganizada
na sua temporalidade psíquica,
mas espera o retorno da mãe*

14

PERCURSO 44 : junho de 2010

através do espelho da atividade de pensamento dos autores dos contos. Tanto que os contos põem em cena momentos fundamentais da atividade psíquica, da construção arquitetônica psíquica. O livro de Martin Waddell, *Bebês corujas*, testemunha isso. Os bebês corujas colocam alguma coisa fundamental que podemos chamar de *a espera*, o que nos bebês ocorre geralmente por volta dos seis meses. Então ele é capaz de se lembrar das relações que teve com alguém e espera, às vezes, uma espécie de repetição daquelas relações. Essa espera introduz uma ocorrência da organização da temporalidade psíquica na medida em que, como os bebês corujas, a criança deseja alguma coisa, quer dizer, ela cria um futuro psíquico ao se lembrar de alguma coisa do passado. Todas as estruturas verbais da língua são contidas nessa “espera alegre”, para retomar os termos de René Diatkine, esse momento em que a criança não está desorganizada na sua temporalidade psíquica, mas espera o retorno da mãe. Os bebês corujas realizam isso, eles esperam e nesse meio tempo

essa espera produziu de repente uma espécie de pequeno pânico, o pânico da voz, dos contos, da literatura que faz trabalhar psiquicamente e permite ao mesmo tempo introduzir desconhecidos, esperas e inesperados. Vemos que as histórias não são nada mais que a encenação dos movimentos psíquicos inerentes à espécie humana. Elas utilizam um psicodrama da humanidade no qual cada indivíduo vai poder encenar seu próprio psicodrama. E se todas as culturas inventaram contos é porque eles são da ordem da necessidade. Não podemos imaginar uma língua sem literatura.

Quanto mais a humanidade avança, mais constrói contos e obras literárias que criam uma condensação cultural. Uma espécie de experiência humana se transmite dessa forma de geração em geração, permitindo a cada vez que cada geração possa ter um teatro no qual se aliviar apoiando-se sobre a experiência dos mais velhos.

Mas a encenação da literatura tem um ancestral, na fonte da linguagem também, é mais uma vez a atividade dêitica, o ato de mostrar. O ato de mostrar é uma encenação que responde a alguma coisa fundamental na atividade psíquica da criança. É preciso sublinhar que o ato de mostrar não toca o objeto, mas o mostra a certa distância. Pode ser o pássaro que passa e que a criança vê, a pomba que chega à sacada e que a criança viu através da janela, e que ela mostra dizendo ao outro “o quê?”. Ela mostra, sobretudo pelo objeto, que esse elemento produziu nela um acontecimento psíquico. Em outras palavras, ela o utiliza como suporte para fazer ver ao outro o inexprimível do que ocorreu em sua mente. É o que chamamos teatro, a encenação, e cada um se serve dela para fazer ver por meio de certas materialidades o inexprimível da mente. Achar suporte para fazer ver ao outro o que se passa na sua mente constitui a encenação fundamental. A palavra em si é uma espécie de teatro universal. Como o livro, o teatro está inscrito na psique humana, faz parte das atividades humanas. Somos todos atores sem saber, como o bebê é um linguista que se ignora.





Encenações inesgotáveis

A linguagem é então um meio que está permanentemente a nossa disposição para realizar nossas encenações. Se os contos e os livros de literatura são encenações do que se passa na psique, o sujeito que lê encena as modalidades de interpretação daqueles contos. O mesmo livro suporta interpretações, isto é, encenações inesgotáveis. A pessoa que lê contos para as crianças faz a cada vez uma encenação diferente do mesmo livro. Todos esses contos têm em comum, como eu o dizia, o que podemos chamar os fantasmas psíquicos, o amor, o ódio, o ciúme... Quem não tem uma experiência de ódio? Quem não tem uma experiência de amor? Quem não tem uma experiência de ciúme? Quem não tem uma experiência de mentira? Esses pequenos fantasmas psíquicos são inerentes à espécie humana. Os contos os encenam. Permite dizer à criança, não diretamente, que aqueles fantasmas são um problema que pertence a todos e que não há razão de se preocupar.

Como essa encenação é simbólica, ela traz a criança a outro espaço psíquico, a um outro tempo, retomando assim as temporalidades da língua escrita e da língua oral. Na língua oral, toda a organização do tempo é identificada em relação ao momento da enunciação, o passado e o futuro têm sentido em relação ao AGORA. A temporalidade da língua escrita se constrói dentro do texto: “a semana passada” em um texto não significa a mesma coisa que “a semana passada” na oral. Aprender a escrever, a ler e compreender a escrita é aprender uma nova modalidade do tempo. Os contos deslizam uma temporalidade muito particular reportando a história, pela simples forma “era uma vez”, a um tempo muito longínquo. Se houver uma quantidade de temporalidade (tempo histórico, tempo dos contos, tempo físico, tempo mítico, tempo psíquico, tempo da memória e tempo biológico), só o tempo da língua é o mesmo para todos.

O próprio da leitura é relacionar as informações da intersubjetividade às informações que

»
*quem não tem uma experiência
de ódio? Quem não tem uma
experiência de amor? Quem não
tem uma experiência de ciúme?
Quem não tem uma experiência
de mentira? Esses pequenos
fantasmas psíquicos são inerentes
à espécie humana.
Os contos os encenam*

vêm do mundo interno e as que o pensamento do autor pôs em cena no texto. Se a intersubjetividade da qual falamos no começo não se faz, a leitura não poderá se fazer, pois a intersubjetividade é inerente à leitura. De fato, o pensamento do autor, a atividade psíquica do outro, põe em movimento o meu. Qualquer leitura é um ato de amor, já que coloco em movimento o pensamento de um autor ao mesmo tempo que coloco em movimento minha própria atividade psíquica. Pôr em movimento o pensamento de um autor ausente é algo importante, uma espécie de compromisso dos viventes, uma forma de dizer que o pensamento é imortal e se põe em movimento quando outro pensamento o solicita. Interessar às crianças ler o mundo psíquico lhes permite se interessar na leitura do livro. É porque se interessa pela leitura de seu próprio livro psíquico, e pelo dos outros, que o destino humano toma toda a sua forma.

A leitura está no centro do movimento do pensamento tanto no bebê como no adulto. A leitura dá sempre pensamentos novos. Podemos





passar a vida tentando compreender o que se passa dentro de nós mesmos e teremos sempre a possibilidade de ler as coisas de outra forma. A leitura de seu livro psíquico introduz cada vez à dúvida, um “talvez” permanente.

A meta da leitura é então também, por meio da instauração de todos esses fantasmas, pelos contos de crianças, levar cada pessoa a se inte-

ressar pelo seu próprio livro. Creio que a leitura desse mundo psíquico é da ordem de um reflexo antropológico. Esse mundo é povoado de fantasmas que dão medo, mas que podemos pôr em cena ao nos servirmos da encenação dos outros. Naquele momento nos fazemos acompanhar simbolicamente. Creio que essa é a meta da leitura.

Reading before meeting written texts

Abstract Bringing to his discussion data from several areas of knowledge, the author proposes the idea of a “psychical book”. From the acquisition of language at an early age to the assimilation of the experience of past generation by the baby, the paper works through the problem of *sense*, a fundamental tenet in the constitution of the human subject.

Keywords reading; psychical book; literature; thought; child.

Texto recebido: 12/2009

Aprovado: 2/2010



Paixão e poesia

Adélia Bezerra de Meneses

Adélia Bezerra de Meneses é professora de Teoria Literária e Literatura Comparada (USP e UNICAMP), pesquisadora do CNPq, autora de vários livros, entre os quais *Do poder da palavra: ensaios de Literatura e Psicanálise*; *Figuras do feminino*; *As portas do sonho*; *Desenho mágico*. *Poesia e política em Chico Buarque* (Prêmio Jabuti 1982).

Resumo A proposta é uma abordagem da paixão na Poesia, num recorte que vai da Bíblia e da Grécia até a atualidade, apontando uma série de invariantes, que perduram no tempo e atravessam espaços: textos que nos ensinam a dizer o amor. Será assim levantada uma série de características do amor-paixão, todas engendradas a partir da percepção da radical incompletude que nos estigmatiza, constelada no mito do Andrógino.

Palavras-chave amor/paixão; poesia; Cântico dos Cânticos; lírica grega; invariantes da lírica amorosa.

A proposta é uma abordagem da Paixão na Poesia – do *Pathos* na Literatura – da Bíblia e da Grécia até a atualidade. É voz corrente que o que os poetas, romancistas e dramaturgos têm dito sobre a paixão vale mais do que as meditações dos filósofos, psicanalistas ou pensadores. É a Poesia que nos permite de modo mais intenso e imediato entrar em contacto com o cerne da realidade humana.

Desde os gregos, sabemos que *Mythos* e *Logos*, a narrativa mítica e o pensamento racional, são as duas maneiras que os homens têm para se aproximar da realidade, para a enfrentar, na busca de uma resposta (vital!) a questões essenciais para a vida humana. Do lado do *Logos*, está o pensamento racional, a lógica, o raciocínio. Do lado do *Mythos* está a poesia, a fantasia, essa outra maneira de abordar a realidade que a arte propicia, e em que entra o concurso das forças do inconsciente. Pois o real não se presta a uma abordagem pela via exclusiva da razão; a realidade não se deixa expressar cabalmente através de um pensamento lógico e racional. Vamos, pois, nos socorrer da Poesia, para nos abeirar dessa realidade tão visceralmente humana que é a paixão amorosa, nas suas ricas modulações.

Mais do que definir, pretendo ilustrar o amor-paixão, apontando uma série de paradigmas literários, da Antiguidade aos dias de hoje. Não pretendo propriamente teorizar sobre a paixão: dos exemplos que aqui levantarei, o que interessará não será um conceito de amor-paixão, mas uma experiência da paixão, que os textos registram: a Literatura, antes de mais nada, é veículo de experiência humana.

17

PERCURSO 44 : p. 17-32 : junho de 2010



Grécia e Bíblia estão à raiz da Civilização Ocidental, que, no nosso caso, deixa-se tingir da contribuição africana e indígena

Escolhi como *corpus* de reflexões alguns momentos fortes da lírica do Ocidente, da poesia, em que se tematiza o amor – não em sequência exclusivamente cronológica, mas num contraponto com a atualidade.

Assim, os textos elencados nos levarão do séc. IX a.C. até a contemporaneidade: desde um poema do *Gênesis*, passando pelo *Cântico dos Cânticos*, passando por Safo de Lesbos, pela tragédia grega, pela poesia trovadoresca medieval, por Petrarca, Camões e João da Cruz, até Drummond, Manuel Bandeira, Adélia Prado, e, na MPB, Chico Buarque. E o que são esses textos? A meu ver, são textos que nos ensinaram a *dizer o amor*, que traduziram em palavras – que deram forma verbal – àquilo que nós todos que não somos poetas confusamente sentimos e percebemos, mas de uma maneira não articulada e que, sem eles, ficaria inexpresso.

Uma observação importante: como o homem é um ser histórico, a expressão do amor vem necessariamente revestida de formas históricas, historicizadas. No entanto, há constantes, ou melhor, há invariantes nesse processo – que parecem concernir algo que atravessa os tempos (e os espaços). E são essas invariantes que persigo agora.

Importa preliminarmente apontar que quase todos esses *topoi* estão presentes no extraordinário poema de amor que é o *Cântico dos Cânticos* – e aqui se confirma a formulação de Blake, retomada por Northrop Frye, de que a Bíblia é o *Great Code* da Literatura Ocidental. Mas a esse *Grande Código* há que se acrescentar os gregos. Efetivamente, Grécia e Bíblia estão à raiz da Civilização Ocidental, que, no nosso caso, deixa-se tingir da contribuição africana e indígena.

Vamos, então, rastrear uma série de características do amor-paixão, que os grandes poemas¹

nos apresentam. Em vários textos que tratam do amor-paixão, do amor passional, essa coisa que se experimenta é sentida como algo que faz sofrer. Por que sofrimento? Por que essa rima inevitável do amor com dor?

A radical incompletude

Um primeiro *topos* a ser levantado é o da *sensação radical de incompletude* que perpassa nossa vivência pessoal, impelindo-nos ao encontro com o Outro. E, evidentemente, a percepção da solidão e nostalgia da completude. Nostalgia do Um, que é radicalizada – e atualizada em termos de mutilação – nas separações. A literatura, em geral, e a poesia, de maneira especial – mas também o teatro, a música popular, – estão cheias de exemplos disso.

Vamos tomar dois mitos fundantes de duas civilizações de cuja confluência se originou a nossa civilização: a grega e a judaica. Mitos, portanto, de cepas culturais diferentes, e que tentam dar conta dessa dolorosa percepção ligada à nossa experiência do amor.

O primeiro deles está n'O *Banquete* de Platão, e é o mito do Andrógino. O ser humano foi criado por Zeus como duas metades acopladas, e estava se tornando muito forte: isso preocupou os deuses, que, para fragilizar essa criatura – repito: para enfraquecê-la – resolveram dividi-la em duas metades – que hão de procurar-se, o resto da vida, inapelavelmente... N'O *Banquete*, diz Aristófanes, à guisa de introdução ao mito que em seguida relatará:

Com efeito, parece-me os homens absolutamente não terem percebido o poder do amor, que, se o percebessem, os maiores templos e altares lhe preparariam, e os maiores sacrifícios lhe fariam, não como agora que nada disso há em sua honra, quando mais que tudo deve haver. É ele, com efeito o deus mais amigo do homem, protetor e médico desses males, de cuja cura dependeria sem dúvida a maior felicidade para o gênero humano. (O *Banquete*, 65)





E um pouco mais adiante, depois de contar que os humanos eram seres compósitos de duas metades: “Eram por conseguinte de uma força e de um vigor terríveis, e uma grande presunção eles tinham...” (190 b)

Executando o plano de enfraquecê-los, Zeus os corta em duas metades.

Por conseguinte, desde que a nossa natureza se mutilou em duas, ansiava cada uma por sua própria metade e a ela se unia, envolvendo-se com as mãos e enlaçando-se um ao outro, no ardor de se confundirem...” (191 b)

E finalizando a narrativa do mito, conclui Aristófanes:

É então de há tanto tempo que o amor de um pelo outro está implantado nos homens, restaurador da nossa antiga natureza, em sua tentativa de fazer um só de dois e de curar a natureza humana. Cada um de nós portanto é uma téssara complementar de um homem, porque cortado como os linguados, de um só em dois; e procura então cada um o seu próprio complemento...

Se a Filosofia e, também nos nossos tempos, a Psicanálise, tentam dar respostas – lógicas, racionais – a questões fundamentais do humano, no nível do pensamento racional, da razão, o que faz o mito? O mito conta uma história, uma narrativa em que essas questões fundamentais – a saber, a sensação de radical incompletude que experimentamos, a dor da mutilação nas separações amorosas, a percepção da falha, da falta, da carência, isso tudo é figurado numa narrativa mítica, constela-se num mito – como esse, do Andrógino.

Essa mesma ideia será encontrada no seio de uma outra civilização, num mito de outra cepa cultural: na narrativa mítica da Criação, no *Gênesis* bíblico.

1 Em outro ensaio, saindo da lírica, abordo a presença paradigmática do *Cântico dos Cânticos* num texto de ficção: “Dãolalalão” de Guimarães Rosa ou o *Cântico dos Cânticos* do sertão: um sino e seu “badaladal”, p. 255 a 272.

2 Cf A. Bosi: O ser e o tempo na Poesia.

*poder de nomear é o fundamento
da linguagem, e, por extensão,
o fundamento da poesia*



Há na Bíblia dois relatos da Criação do homem. No primeiro deles:

E Deus disse: “Façamos o homem à nossa imagem, como nossa semelhança, e que ele domine sobre os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todas as feras e todos os répteis que rastejam sobre a terra”.

Deus criou o homem à sua imagem
à imagem de Deus ele os criou
homem e mulher ele os criou. (*Gen.*, I, 26)

O ser humano, a criatura humana, é homem e mulher. Mas mais específica para o nosso tema, ainda, é a segunda narrativa do *Gênesis*, que trata especificamente da criação da mulher. Depois que é dito que Iahweh modelou o homem do barro, e levou a Adão todos os animais criados, para que ele os nomeasse – (trata-se do “poder adâmico” de que falou Heidegger, ou poder de nomear, que é o fundamento da linguagem, e, por extensão, o fundamento da poesia²: o poeta é aquele que nomeia, não mais necessariamente os seres, os animais, mas sentimentos, emoções, vivências humanas fundamentais) –, nessa segunda narrativa da criação explicita-se algo que toca num ponto fundante da vivência humana: a questão da solidão. Trata-se do famoso “Não é bom que o homem esteja só”. E, na sequência, diz literalmente o texto de *Gên.* II, 18:

Deus fez cair um torpor sobre o homem, e ele dormiu. Tomou então uma de suas costelas e fez crescer carne em seu lugar. Depois, da costela que tirara do homem, Javé Deus modelou uma mulher e a trouxe ao homem.

E quando a mulher aparece, então, na aurora mítica da Humanidade, na primeira visão





*nos tempos antigos,
a mulher não faz poesia;
ela a inspira*

que o primeiro homem tem da primeira mulher, surge o amor. E surge a poesia. É interessante que Octávio Paz fala que o tema do Amor entrou na Literatura inextricavelmente junto com o tema da mulher – diz isso referindo-se à Poesia do Ocidente, tratando da poesia trovadoresca; mas, na realidade, como se vê, esses dois temas estão juntos no imaginário universal muito antes – desde por volta do séc. IX a.C., de onde são datados aproximadamente os textos do *Gênesis*. Quando vê a primeira mulher, o primeiro homem cria o primeiro poema – e é um poema de amor. Diz o texto bíblico (*Gên.* 2, 23):

Então o homem exclamou:

Esta sim é o osso de meus ossos
e a carne da minha carne!

Ela será chamada “mulher”
porque foi tirada do homem.

Por isso um homem deixa seu pai e sua mãe, se une à sua mulher, e eles se tornam uma só carne.

É uma poesia com uma carga corporal extraordinária, aquela que o primeiro homem dirige à primeira mulher; é belíssimo o poema que Adão dirige a esse ser em quem ele reconhece uma identidade profunda, mas em que ao mesmo tempo vislumbra a alteridade: ela é a *outra*, que é separada de si, e que ele *nomeia*.

Num contraponto, é assim que dirá, nos nossos tempos, Adélia Prado:

Te espero desde o acre-mel de marimbondos da
minha juventude.

[...]

Te espero e não me canso, desde, até agora e para
sempre,

Amado que virá para pôr sua mão na minha testa
E inventar com sua boca de verdade
O meu nome para mim.

Voltando ao *Gênesis*: é muito forte, nessa poesia, a figuração da identidade, da unidade primordial, expressa por meio de “osso de meus ossos” e “carne da minha carne”; e a aspiração pela unidade estará à raiz das experiências e das carências afetivas de todos os humanos.

Mas aí também instituiu-se um certo padrão no mundo literário: a mulher não *faz* poesia, efetivamente quase não fazia poesia nos tempos antigos (Safo é a grande exceção), mas a mulher *inspira* a poesia. (Que se lembre da Beatriz para Dante, da Dinamene para Camões, da Laura para Petrarca, da Marília para Dirceu – todas, aqui, prefiguradas na Eva, para Adão.)

Tanto o mito grego do Andrógino quanto o mito bíblico são criados com base na percepção aguda da incompletude e da dor da mutilação, atualizada sobretudo nas separações amorosas. Mitos criados a partir da fugaz percepção de completude que as relações amorosas propiciam. A paixão é flagrada sempre em momentos de clivagem; está sempre no registro da dor, e não no registro da alegria. Paixão, desde a etimologia, reitero, está ligada a sofrimento.

Será ainda uma atualização desse mito, o que se evidencia na canção “Pedaço de mim”, de Chico Buarque, em que há um diálogo de um homem com uma mulher, um casal flagrado num momento de separação:

Oh pedaço de mim
oh metade afastada de mim
[...]

Oh pedaço de mim
Oh metade exilada de mim
[...]

Oh pedaço de mim
Oh metade arrancada de mim
[...]

Oh pedaço de mim
Oh metade amputada de mim





Leva o que há de ti
Que a saudade dói latejada
É assim como uma fígada
No membro que já perdi.

Evidentemente, há aqui uma convergência de elementos: de uma perspectiva psicanalítica, a *castração*; mas há uma alusão implícita e tácita àqueles dois mitos, de cepas culturais diferentes – e no entanto de mesma etiologia, e de civilizações que engendraram a nossa civilização ocidental: o mito do Andrógino e o mito de Adão e Eva, Eva sendo tirada da costela de Adão.

O estado de paixão, assim, é aquele em que atualizamos a nossa sede de completude pela percepção de um objeto, ou melhor, de um sujeito que nos poderia complementar; mas, ao mesmo tempo, presentificamos a possibilidade, a cada segundo, de sua perda. A precariedade está sempre à espreita de uma plenitude vislumbrada, mas ilusória e ameaçada: o amor é infinito enquanto dura, como diz Vinicius de Moraes.

Aliás, esse estigma de uma unidade a ser recuperada, atualizada apenas ilusória e precariamente a cada encontro amoroso (“para sempre é sempre por um triz”, diz Chico Buarque na canção “Beatriz”) marca significativamente toda a poesia – histórias de amor e desamor, sempre.

Claro, a Filosofia falará em “finitude”, em desamparo existencial, a Psicanálise evocará a castração, a nostalgia da inteireza da vida intrauterina – mas as narrativas míticas nos levam ao coração do problema, de uma maneira muito mais direta, intensa, profunda e eficaz: somos *doentes de incompletude*.

Uma retomada desse mito da unidade inicial está no poema de Drummond, “Amor, pois que é palavra essencial”:

Amor – pois que é palavra essencial
comece esta canção e toda a envolva.
Amor guie o meu verso, e enquanto o guia,
reúna alma e desejo, membro e vulva.

3 “O amor que move o sol e as mais estrelas.”, em tradução de Haroldo de Campos.

as narrativas míticas nos levam
ao coração do problema:
somos doentes de incompletude



Quem ousará dizer que ele é só alma?
Quem não sente no corpo a alma expandir-se
até desabrochar em puro grito
de orgasmo, num instante de infinito?

O corpo noutro corpo entrelaçado
fundido, dissolvido volta à origem
dos seres, que Platão viu completados:
é um perfeito em dois; são dois em um.

Integração na cama ou já no cosmo?
Onde termina o quarto e chega aos astros?
Que força em nossos flancos nos transporta
a essa extrema região, etérea, eterna?

Aqui se vislumbram também outras dimensões do amor, que se encontrarão na lírica (não só ocidental!): não apenas o *topos* do paradoxo de “infinito enquanto dura”, mas também o movimento de transcendência que o amor faz empreender: uma força etérea, eterna, um movimento de transporte, que é o *êxtasis* amoroso; e a percepção do amor como força cósmica, cuja formulação mais bela talvez se encontre em Dante, nos versos finais da Divina Comédia: “*L’amor che move il sole e l’altre stelle*”³.

Voltemos ao mito da unidade. Dessa percepção da radical incompletude que nos caracteriza, cristalizada nesses dois mitos, e atualizada em um sem número de poemas da Literatura Ocidental, decorrerão quase todas as outras características do amor-paixão, como veremos a seguir.

A busca amorosa

Exemplo paradigmático do *topos* da busca é o *Cântico dos Cânticos* bíblico, em que a amada procura





*n'O Cântico dos Cânticos quase todos
os tópicos que se transformarão nos
elementos constitutivos da poesia
amorosa passiona*

o amado; o amado procura a amada; eles se encontram, se pertencem mutuamente, se perdem; ele a recupera; ele fala dela, ela fala dele, na ausência de um para o outro; fala-se do amor e seu abismo.

N'O Cântico dos Cânticos, que é um dos mais belos livros da Bíblia, um longo poema lírico de alta poesia e em que se celebra o amor de uma mulher e de um homem, encontramos, condensados, quase todos os tópicos que se transformarão nos elementos constitutivos da poesia amorosa passiona da Lírica do Ocidente, a saber: o referido *topos* da busca amorosa; a percepção do amor como *pathos*, como doença (afeto/afetado); a questão do amor-destino, amor-fatalidade; o pertencimento mútuo; a participação da natureza, mimeticamente ligada aos sentimentos subjetivos dos amantes; a presença do "jardim"; as metáforas da Natureza para designarem a fruição desse amor como frutas que são colhidas e provadas; a relação amor/morte; o conceito de amor enquanto fogo.

Vejamos, na sequência, o tópico da *busca amorosa*, que pontua, como um *leit-motiv*, os vários momentos desse longo e extraordinário poema:

Ct, 1, 7

Avisa-me, amado de minha alma,
onde apascentas, onde descansas
o rebanho ao meio-dia
para que eu não vague perdida
entre os rebanhos dos teus companheiros.

Ct 2, 13

Levanta, minha amada,
formosa minha, vem a mim!

[...]

Deixa-me ver a tua face,
deixa-me ouvir a tua voz
pois a tua face é formosa
e tão doce é a tua voz!

Ct 3, 1-4

Em meu leito, pela noite,
procurei o amado da minha alma,
Procurei-o e não o encontrei!
Vou levantar-me,
vou rondar pela cidade,
pelas ruas, pelas praças,
procurando o amado da minha alma...
Procurei-o e não o encontrei!
Encontraram-me os guardas
que rondavam a cidade:
"Vistes o amado da minha alma?"

Ct 4, 8

Vem do Líbano, noiva minha,
Vem do Líbano
E faz tua entrada comigo.

Ct 5,2-8

Eu dormia, mas meu coração velava
e ouvi o meu amado que batia:
Abre, minha irmã, minha amada,
Pomba minha sem defeito!
[...]

Meu amado põe a mão
pela fenda da porta:
as entranhas me estremecem,
minha alma, ouvindo-o, se esvai
Ponho-me de pé
Para abrir ao meu amado:
[...]

Abro ao meu amado,
Mas o meu amado se foi...
Procuro-o e não o encontro.
Chamo-o e não me responde...
Encontraram-me os guardas
Que rondavam a cidade.
Bateram-me, feriram-me,
Tomaram-me o manto





As sentinelas das muralhas!

[...]

Filhas de Jerusalém,

eu vos conjuro: se encontrardes o meu amado,

que lhes direis? ... Dizei

que estou doente de amor!

Manuel Bandeira, no poema que é retomada do Cântico bíblico e que, por sinal, intitula-se “Cântico dos Cânticos”, assim fará ressoar o *topos* da procura:

– Quem me busca a esta hora tardia?

– Alguém que treme de desejo.

– Sou teu vale, zéfiro, e aguardo

Teu hálito... A noite é tão fria!

Meu hálito não, meu bafejo,

Meu calor, meu túrgido dardo.

Quando por mais assegurada

Contra os golpes de Amor me tinha,

Eis que irrompes por mim deiscente...

– Cântico! Púrpura! Alvorada!

– Eis que me entras profundamente

Como um deus em sua morada!

Como a espada em sua bainha.

O tópico da busca é extremamente comum e encontradiço na poesia de todas as épocas. Há várias figurações da procura e da nostalgia amorosa, presente por exemplo no cancionário medieval, nas canções de amor e de amigo.

Assim, a cantiga de D. Diniz (L261-L325):

– Ai flores, ai, flores do verde pino

se sabedes novas do meu amigo?

ai, Deus, e u é?

Ai flores, ai flores do verde ramo,

Se sabedes novas do meu amado?

Ai, Deus, e u é?

[...]

Se sabedes novas do meu amado,

Aquele que mentiu do que mi á jurado?

Ai Deus, e u é?

[...]

etimologicamente,

nostalgia, de *nostos* + *algia*,

significa “dor do retorno”



A amante, a “amiga”, interroga o “verde pino”, interroga as plantas, as flores e a natureza; há um refrão, que é o suspirar de amor pelo amado ausente, e que, à força de repetição, vira um grito lancinante: *Ai, Deus, e u é? – Ai Deus, onde ele está?*

Importa uma observação sobre a nostalgia, a nostalgia amorosa que habita todos os poemas românticos – não apenas do Romantismo. Etimologicamente, nostalgia, de *nostos* + *algia*, significa “dor do retorno” (*Nostos* = volta; *algia* = dor). Toda nostalgia amorosa não significaria a dor por uma volta, a ânsia dolorida por um retorno a uma situação em que não havia separação? Não é essa a angústia fundamental a que responde o mito da completude, tanto na sua versão grega quanto na hebraica?

O amor como doença

Um terceiro elemento caracterizador do amor-paixão é exatamente – na fidelidade à etimologia de *pathos* – o amor experimentado como uma doença.

Já tínhamos visto anunciada a dor de amor no *topos* da procura (implicada pela separação); e a nostalgia, a ânsia pela volta à situação anterior. Mas essa dor *se transforma em doença* (afeto/afetado). No *Cântico dos Cânticos*, ao final do texto acima citado, a Amada fala, literalmente:

se encontrardes o meu amado

que lhe direis? ... dizei que estou doente de amor.

(Ct, 5, 8)





*o estado de apaixonamento
revela-se no corpo,
marca-o profundamente*

Vejamos alguns desdobramentos:

Ct 2, 4

Levou-me ele à adega
E contra mim desfralda
Sua bandeira de amor.
Sustentai-me com bolos de passas,
Dai-me forças com maçãs, oh!
Que estou doente de amor...

Ct 5, 4

Meu amado põe a mão
Pela fenda da porta:
as entranhas me estremecem,
minha alma, ouvindo-o, se esvai.

Isso significa a percepção de uma intensa mobilização afetiva, um estado passional que pode ser considerado como *doença*. É isso também que nas cantigas medievais se chama a *coita*, o sofrimento de amor. *Coita*: do mesmo radical da palavra *coitada*.

Assim, a cantiga de Pero Gonçalves Porto Carreiro (Reinado de Afonso III):

Por Deus, coitada vivo
pois non ven meu amigo
pois non ven, que farei?
Meus cabelos com sirgo⁴
eu non vos liarei

Ou então, a cantiga de amigo de Nuno Fernandes Torneol, do séc. XIII:

Vi eu, mia madr', andar E foi-las aguardar
As barcas eno mar: e non o pud'achar:
E moiro-me d'amor. E moiro-me d'amor

Fui eu, madre, veer E foi-las atender
As barcas eno ler⁵: e non o pude veer:
E moiro-me d'amor. E moiro-me d'amor.

A poesia (e a canção popular) estão cheias de canções de dor passional, mas se quisermos ir a um poema paradigmático do amor-paixão, enquanto doença, enquanto afeto corporal, temos que ir aos gregos, temos que ir a Safo⁶ de Lesbos (séc. VII-VI a.C.):

Parece-me igual aos deuses
ser aquele homem que, à tua frente sentado,
de perto, doces palavras, inclinando o rosto, escuta,
e quando te ris, provocando o desejo:
isso, eu juro,
me faz com pavor bater o coração no peito;
eu te vejo um instante apenas e as palavras
todas me abandonam;

a língua se parte; debaixo da minha pele,
no mesmo instante, corre um fogo sutil;
meus olhos não veem; zumbem
meus ouvidos;

um frio suor me recobre, um frêmito se apodera
do corpo todo, mais verde que as ervas
eu fico; e que já estou morta,
parece...
(Trad. Joaquim Brasil Fontes).

Esse famosíssimo poema de Safo de Lesbos tornou-se já na Antiguidade, como se pode ver em Plutarco, não apenas um *topos* literário do apaixonamento, mas um clichê da sintomatologia da paixão, “constituindo-se um quadro muito preciso – uma sintomatologia da crise amorosa”. Há um texto de Plutarco, diz Joaquim Brasil, em que são descritas as reações de um rapaz quando ele encontra uma mulher e, diz Plutarco, nesse homem podiam ser encontrados “todos aqueles sinais que Safo nos descreve em suas obras”⁷. O estado de apaixonamento revela-se no corpo, marca-o profundamente: o coração bate, a voz some, a visão se enevoa, os





ouvidos zumbem, o suor inunda o corpo, vem o tremor, surge a palidez.

Diz Joaquim Brasil que esses mesmos sinais reaparecerão, cerca de dois milênios mais tarde, no discurso de uma personagem, a Fedra de Racine:

*Je le vis, je rougis, je palis à sa vue
Un trouble s'éleva dans mon âme éperdue;
Mes yeux ne voyaient plus, je ne pouvais parler.
Je sentis tout mon corps et transir et brûler.⁸*

Registremos: enregelar e queimar. Na realidade, vê-se aí, nos termos de Joaquim Brasil, uma “teatralização extrema da paixão”, a resposta violenta do corpo a um sentimento provocado por uma pessoa, a emoção vivida intensamente no nível do corpo. Etimologicamente, emoção pressupõe movimento: de *ex-movere* = mover para fora.

Seria interessante observar que esse poema flagra uma situação de ciúme avassalador – em que, ao mesmo tempo que se atualiza a sede de completude que nos marca, tem-se a percepção da perda do (único) ser que nos completaria.

Mas, em Safo, ao lado desse texto em que se teatraliza (no sentido literal) a paixão, há uma série de outros poemas que falam do Amor e sua contraditória violência, como o fragmento 58:

Vieste: eu te aguardava
e me trazes a paz, quando eu queimava de amor

Ainda no mundo grego, na *Teogonia* de Hesíodo fica registrada a força poderosa do deus Amor, que atua no corpo e no espírito:

Primeiro que tudo, surgiu o Caos,
depois Geia, e o Tártaro,

- 4 “Sirgo”: fita de seda (símbolo da mulher comprometida, ou já casada).
5 “Ler”: praia.
6 Cf. meu ensaio “Paixão e ciúme: uma abordagem ‘problemática e aproximativa’ de um poema de Safo”.
7 Cf. J. Brasil Fontes, *Eros tecelão de mitos (A poesia de Safo de Lesbos)*, p. 148.
8 Eu o vi, corei, empalideci à sua vista / Um tumulto se elevou em minha alma transtornada / Meus olhos nada mais viam, eu não podia falar. / Senti todo meu corpo enregelar e queimar.

em Fedra vemos o amor fatal
em ação, e uma mulher
totalmente presa da paixão,
tomada por Afrodite

e Eros, o mais belo dentre os deuses imortais,
que amolece os membros
e, no peito de todos os deuses e de todos os homens,
domina o espírito e a vontade ponderada.

Mas há também a Fedra da tragédia *Hipólito* de Eurípides, em que surge essa figura passional e grandiosa, a da rainha que se apaixona pelo enteado Hipólito, tenta seduzi-lo e, diante da recusa do jovem, então se matará, não sem antes inculpá-lo. Grande tragédia passional: dizer isso é um pleonismo. Toda tragédia grega tem como matéria-prima as paixões, ou: o homem em estado de paixão.

Mas apesar de a peça de Eurípides ter o nome do protagonista Hipólito, é a personagem Fedra que surge com uma pungência extrema: nela vemos o amor fatal em ação, e uma mulher totalmente presa da paixão, tomada por Afrodite.

É por isso que o Coro da tragédia *Hipólito* assim se pronunciará:

Amor, amor,
e volúpias infundes

que instilas pelos olhos o desejo
n'alma daqueles a quem dás combate,
Oxalá nunca
Te reveles a mim com a desdita,
Nem me ataques além de minhas forças.
Dardos não têm o fogo e os astros
Iguais aos que dos braços de Afrodite
Desfere Amor, filho de Zeus.

(Observem-se aí as origens da figuração da flecha de amor, do coração transpassado.)





*a figuração mais expressiva
do caráter inevitável, inarredável,
da paixão é o filtro de amor,
presente em Tristão e Isolda*

O amor-destino

Um quarto *topos* é o amor-destino, a percepção da passividade da paixão; o exemplo mais sugestivo disso está também em Safo. Um de seus fragmentos diz, sobre a violência passional:

Eros cai sobre mim
igual ao vento que, dos altos montes,
desaba sobre os carvalhos.

Trata-se da mesma força fatal que transparecerá na *Divina Comédia*, quando Dante dá a palavra aos amantes Paolo e Francesca:

Amor que a amado algum amar perdoa,
tornou-se, pelo seu querer, tão forte,
que como vês ainda me aguilhoa.
Amor nos conduziu a uma só morte.
(Inferno, Canto V, 103-106)

No entanto, a figuração mais expressiva do caráter inevitável, inarredável, da paixão é o filtro de amor, presente em *Tristão e Isolda*. O filtro torna-se um símbolo da paixão vivida no seu sentido etimológico: do mesmo radical de *passio* (latim)⁹, *pathos* (grego) é antes aquilo que se experimenta do que aquilo que se faz. É algo que me atinge, que eu sofro. O amor-paixão, simbolizado pelo filtro, é um destino, força cega. É essa força, revestida de fatalidade, que é figurada privilegiadamente no mito de *Tristão e Isolda*.

Seria o caso de nos determos nesse belíssimo mito medieval ao qual, no entanto, só vou me referir rapidamente. De origem celta e datado do século XII, narra a história de Tristão, sobrinho e vassalo do Rei Marcos, da Cornualha, que recebe

a missão de trazer ao rei a mulher com quem ele se casará, Isolda, que está na Irlanda. Tristão jura solenemente trazê-la lealmente a seu noivo, mas durante a viagem de volta a Cornualha ele e Isolda tomam por engano o filtro que tinha sido preparado pela mãe da noiva, destinado a fazer nascer a paixão no coração daqueles que o bebessem. Caem profundamente apaixonados, mas Tristão, vassalo do rei, deverá, à sua chegada, entregar-lhe Isolda. A situação criada pelo inevitável triângulo amoroso montado justifica a opinião de Denis de Rougemont¹⁰ de esse ser o “grande mito europeu do adultério”. Lá está a mais pungente reflexão sobre a paixão: “*Amors par force vos demeine*”¹¹.

O filtro, diz este autor no clássico ensaio em que trata de Tristão e Isolda, é o álibi da paixão. Há um diálogo dos dois amantes na floresta com o eremita com quem vão conversar, e que lhes fala das leis divinas e humanas (Isolda se casara efetivamente com o Rei Marcos, a quem Tristão, além disso, devia vassalagem). Tanto um como o outro dizem ao eremita que, se eles se amam, é por causa do filtro: ambos se *desobrigam* da responsabilidade daquele amor:

Tristão: “*Sire, j’aime Iseut de façon si étonnante que je n’en dors ni ne sommeille.*”

Isolda: “*Sire, au nom de Dieu tout puissant, il ne m’aime et je ne l’aime que par un philtre dont je bus et dont il but: ce fut notre erreur.*”

Articulam-se aqui, assim, paixão, fatalidade, destino, acaso. Mas o próprio desenrolar da narrativa vem a provar a relatividade do filtro, porque, mesmo depois que se separam, quando a ação do filtro teria chegado ao fim, e Tristão devolve Isolda ao rei Marcos, eles voltarão a se encontrar. Assim que se veem separados, revive a flama e eles reatam. Vivem esse amor como um elã que não pode se perfazer, procuram-se desesperadamente, e morrerão ao final, porque não podem se reunir um ao outro. Só na morte poderão unir-se para sempre. E isso é figurado não apenas pela morte concomitante de ambos, mas pelo símbolo do encontro da roseira com a





vinha, que, dos seus túmulos vizinhos, plantadas respectivamente junto a cada campa, se encontrarão e se entrelaçarão por cima da lápide. Em francês, no original, desses dois elementos um é masculino e outro feminino: *le rosier et la vigne*.

É extremamente complexo o mito de Tristão e Isolda, e sua referência aqui, como já disse, se aterá apenas ao fundamental, mas ele mereceria um tratamento mais acurado. No entanto, parece que, como diz Denis de Rougemont, para Tristão, Isolda não era senão a imagem do desejo: era necessário que ela fosse impossível. Quando os obstáculos exteriores são vencidos, após fugirem da corte do rei Marcos, eles ficam por três anos na floresta, “o filtro acaba”, e Tristão a devolve ao rei. Mas, assim que isso acontece, sentem a terrível falta um do outro, e reatam. Só na morte é que poderão reunir-se para sempre – como Romeu e Julieta, do qual esse mito, segundo Denis de Rougemont, seria uma reatualização.

Os poetas captam aquilo que é essencial nesse processo da paixão: o elã que impele um ao outro, e que não se sacia. Trata-se da “*concreta e perpetua sette*”¹², de que fala Dante, na *Divina Comédia*: a sede criada junto (com-criada) e perpétua que caracteriza o desejo humano. O amor-paixão é mostrado em toda a sua violência primitiva e sagrada.

Amor x morte

Um quinto *topos*, que já comecei a aflorar, como se viu na abordagem do item precedente, é a *ligação do amor com a morte*. Com Tristão e Isolda, com Paolo e Francesca, na *Divina Comédia*, com Romeu e Julieta, evidencia-se esse vínculo. Mas há muitíssimos textos reflexivos sobre o

»
*O desejo nunca é cumulado,
nunca se perfaz: só a morte
cristaliza o amor enquanto
consecução de Unidade*

amor, em que essa ligação é explicitada. Assim, o poema de Antero de Quental (1842-1891), que a apresenta a partir do próprio título:

Mors/Amor

Esse negro corcel cujas passadas
Escuto em sonhos, quando a sombra desce
E, passando a galope, me aparece
De noite nas fantásticas estradas

Donde vem ele? Que regiões sagradas
E terríveis cruzou, que assim parece
Tenebroso e sublime, e lhe estremece
Não sei que horror nas crinas agitadas?

Um cavaleiro de expressão potente,
Formidável, mas plácido no porte,
Vestido de armadura reluzente,

Cavalga a fera estranha sem temor:
E o corcel negro diz: “Eu sou a morte!”
Responde o cavaleiro: “Eu sou o Amor!”

Por que essa ligação amor-morte? O desejo nunca é cumulado, nunca se perfaz: só a morte cristaliza o amor enquanto consecução de Unidade. Daí a afirmação da mística Teresa de Ávila: *muero porque no muero*.

No *Cântico dos Cânticos*, que tem sido abordado como o fornecedor de paradigmas das modulações do amor-paixão, há também essa ligação, quando, ao fim do poema, se oferece uma espécie de conceituação do Amor:

Grava-me,
como um selo em teu coração
como um selo em teu braço¹³

9 Do termo latino *passio-passionis* derivou-se paixão. Dessa mesma raiz derivou-se *passivo*, *passividade*.

10 D. de Rougemont, *L'Amour et l'Occident*.

11 “O amor por força vos domina.”

12 Paraíso, II, 19-20.

13 O que remete à canção “Tatuagem”, de Chico Buarque: Quero ficar no teu corpo feito tatuagem / que é pra te dar coragem / pra seguir viagem / quando a noite vem”.



*o soneto é um instrumento próprio
a expressar, por sua estrutura,
uma dialética: uma forma ordenada
e expressiva de argumentação*

pois o amor é forte, como a morte!
Cruel como o abismo é a paixão
suas chamas são chamas de fogo
uma faísca de Iahweh!
As águas da torrente jamais poderão
apagar o amor,
nem os rios afogá-lo.

É o caso de apontarmos aqui a imagem da paixão como “faísca de Deus”, a metáfora do amor como fogo, um *leit-motiv* da Literatura amorosa de todos os tempos, bem como da Poesia Mística: trata-se do “cautério suave”, da “ditosa chama” de João da Cruz ou do fogo inextinguível de Catarina de Sena:

Tu nos sacias de maneira completa,
pois no teu abismo, sacias a alma de tal sorte
que ela fica para sempre com fome de ti.
Que poderias dar-me mais do que tu mesmo?
És o fogo que queima sempre e nunca se consome...

Felicidade x dor

Um sexto e penúltimo *topos* caracterizador do amor-paixão é o paradoxo da felicidade extrema, permeada de dor.

Num trecho de um diálogo entre Fedra e a ama, na tragédia *Hipólito* de Eurípides, diálogo ao fim do qual Fedra revelará à fiel servidora a sua paixão por Hipólito, a rainha pergunta:

Fedra: Na linguagem dos homens, o que é amor?
Ama: Tudo que há de mais doce... e mais amargo.
Fedra: Só me foi dado conhecer-lhe o travo.

Nesse quadro de realidades paradoxais é que também se justifica a comparação com o fogo (símbolo do amor e da libido), pela polaridade de seus efeitos: fonte de vida e de calor, de um lado (que o digam os povos do frio!) e de morte e destruição, de outro; aquece e queima.

O caráter paradoxal do amor, no entanto, aparece com força plena num soneto de Camões, cujo primeiro verso, não por acaso, é “Amor é fogo que arde sem se ver”:

Amor é fogo que arde sem se ver
É ferida que dói e não se sente
É um contentamento descontente
É dor que desatina sem doer

É um não querer mais que bem querer;
É solitário andar por entre a gente;
É nunca contentar-se de contente;
É cuidar que se ganha em se perder;

É querer estar preso por vontade;
É servir a quem vence, o vencedor;
É ter com quem nos mata lealdade.

Mas como causar pode seu favor
Nos corações humanos amizade,
Se tão contrário a si é o mesmo Amor?

Trata-se de um soneto que busca compreender e conceituar o processo amoroso, tecido de antíteses e paradoxos. Aliás, como já observou Antonio Candido¹⁴, o soneto é um instrumento próprio a expressar, por sua estrutura, uma dialética: uma forma ordenada e expressiva de argumentação.

Extremamente bem travejado, esse poema é construído em torno de antíteses organizadas simetricamente. Há uma cesura no meio de cada verso, permitindo um destaque dos dois membros: a segunda parte do verso opõe-se antiteticamente à primeira. Na última estrofe, no último terceto, não se verifica uma antítese no nível formal, mas, ao mesmo tempo que se reafirma o caráter “tão contrário a si” do Amor, o ritmo





unificador¹⁵ da estrofe final integra as contradições, sem resolvê-las.

O pertencimento mútuo

Na sequência do que vim apontando, delineia-se um percurso: da percepção de um estado de incompletude (nostalgia de uma unidade primordial rompida), segue-se a busca amorosa, a procura do outro que é a única possibilidade de complementação. Há um encontro, precário, pois logo sobrevirá a perda. No entanto, uma nova possibilidade se instaurará: os amantes se unirão de novo. O *Cântico dos Cânticos*, como já referi, é paradigmático para esse esquema: a amada procura o amado, o amado a procura; eles se encontram, se perdem, se buscam de novo, se reencontram; falam do amor, tecendo reflexões sobre ele e a morte. O que é quase excepcional, dentre os textos doloridos que falam do amor-paixão: o *Cântico* trata da *curtição* desse amor; e o que é profundamente original: praticamente aí inexistente o ciúme, apenas uma reiterada afirmação de *posse* mútua. Na realidade, sempre são numericamente inferiores os textos que falam do amor realizado.

Vejamos:

Ct 2, 16

Meu amado é meu e eu sou dele
Do pastor das açucenas!

Ct 1, 6

A amada:
a vinha, a minha vinha
eu não a pude guardar!

Ct 5, 1

Já vim ao meu jardim
minha irmã, noiva minha,
colhi minha mirra e meu bálsamo

¹⁴ Cf. análise desse soneto por Antonio Candido, em *O estudo analítico do poema*.

¹⁵ Cf. A. Candido, *op. cit.*



*A característica mais marcante
das imagens da consumação
do encontro entre os amantes são
as comparações com a natureza*

colhi meu favo de mel,
bebi meu vinho e meu leite.

Ct 7, 11

Eu sou do meu amado
seu desejo o traz a mim.

Ct 1, 6

Entre o meu amado em seu jardim
e coma de seus frutos saborosos!

Ct 7,7

Como és bela,
quão formosa, que amor delicioso
Tens o talhe da palmeira
e teus seios são os cachos.
Pensei; vou subir à palmeira
Para colher dos seus frutos!

Ct 7, 12

Vem, meu amado,
vamos ao campo
pernoitemos sob os cedros;
madruguemos pelas vinhas,
vejamos se a vinha floresce,
se os botões estão se abrindo
se as romeiras vão florindo:
lá te darei meu amor...

A característica mais marcante das imagens da consumação do encontro entre os amantes, da mútua posse (*meu amado é meu e eu sou dele*) são as comparações com a natureza, com o jardim e as frutas – condensadas nos versos do Cântico 1, 6:

Entre o meu amado em seu jardim
e coma de seus frutos saborosos



*o apelo sensorial contido no Cântico
dos Cânticos também dirá respeito
aos perfumes inebriantes*

Consumar/consumir. Provar dos frutos do amor, nas metáforas mais inequivocamente eróticas (desde a vinha que a amada “não pode guardar”, até os frutos da palmeira, ou o favo de mel colhidos pelo amado), significará comer – ou beber, no caso do vinho e do leite.

Como na canção “Sobre todas as coisas” de Chico Buarque:

Ou será
Que o Deus que criou nosso desejo é tão cruel
Mostra os vales onde jorra o leite e o mel
E esses vales são de Deus...

– em que a pergunta retórica do eu lírico abriga uma metáfora – “vales onde jorra o leite e o mel” – que, dado o contexto, mais que a um Eldorado, aludem a uma geografia corporal, num registro inapelavelmente erótico.

Voltemos ao *Cântico dos Cânticos*. O apelo sensorial contido nesses versos também dirá respeito aos perfumes inebriantes: *colhi minha mirra e meu bálsamo*, diz o amado. Assim, o “Poemeto Erótico” de Manuel Bandeira:

Teu corpo claro e perfeito,
Teu corpo de maravilha,
Quero possuí-lo no leito
Estreito da redondilha...

Teu corpo é tudo o que cheira...
Rosa... flor de laranjeira
[...]
Teu corpo é pomo doirado...
[...]
Rosal queimado do estio,
Desfalecido em perfume...
[...]

Ou ainda, do mesmo Manuel Bandeira, a “Segunda Canção do Beco”, em que surgem as frutas da fruição erótica, não mais no registro do olfato, mas, voltando de onde tínhamos partido, no registro do gosto, devidamente tropicalizado:

[...]
Teu corpo moreno
Deve ter o gosto
De fruta de praia
Deve ter o travo
Deve ter a cica
Dos cajus da praia

A transformação de um amante no outro

E, finalmente, um último *topos* na busca de invariantes nesses modos de dizer o amor, na Lírica do Ocidente: a transformação de um amante no outro.

Tal formulação radica na ideia de que a intensíssima atividade projetiva, no estado de paixão, leva a um movimento de identificação com o outro, de transformação no outro. Mas, embora presente no *Cântico*, o poema emblemático desse *topos* é do séc. XVI, o belíssimo soneto de Camões, “Transforma-se o amador na cousa amada” – que, aliás, retoma, em consonância com o princípio da imitação clássica, uma produção do séc. XIV, o soneto de Petrarca, criador do esplêndido “*L'amante nell'amato si trasforma*”. Por sua vez, Camões, que se utilizara do verso de Petrarca, é retomado, ainda no séc. XVI, pelo poeta místico João da Cruz:

O noche que juntaste
amado con amada
amada en el amado transformada.

Mas vamos ao soneto de Camões:

Transforma-se o amador na cousa amada,
Por virtude do muito imaginar;
Não tenho logo mais que desejar,
Pois em mim tenho a parte desejada.





Se nela está minha alma transformada,
Que mais deseja o corpo de alcançar?
Em si somente pode descansar,
Pois consigo tal alma está ligada.

Mas esta linda e pura semideia,
Que, como o acidente em seu sujeito,
Assim com a alma minha se conforma,

Está no pensamento como ideia;
E o vivo e puro amor de que sou feito,
Como a matéria simples busca a forma.

Essa mesma percepção – fundíssima – da transformação de um no outro, ou melhor, a percepção de que, no processo da paixão amorosa, o núcleo vital da pessoa passou para o Outro, tem uma figuração plástica que é a *troca de corações*. É a ideia de que o centro fundamental da vida do amante localiza-se agora no outro amado; que se fez a introjeção do outro em si, como refere Freud no famoso “Luto e Melancolia” – a tal ponto que, quando se perde esse amor, a sensação é a da perda de si próprio.

E na bagunça do teu coração
Meu sangue errou de veia e se perdeu...

dirá séculos mais tarde Chico Buarque em “Eu te amo”.

Mas, finalizando: se, como vim tentando mostrar, as modulações do amor na lírica do Ocidente teriam como paradigma o *Cântico dos Cânticos*, essa profundíssima verdade existencial do soneto petrarqueano que diz da transformação de um amante no outro não apenas ultrapassa Petrarca, nas várias “retomadas” a que assistimos, mas o antecede de muitos séculos: pois esse *topos* também se encontra na mais bela produção poética dos livros da Bíblia.

É assim que essa metáfora extremamente plástica, aliando ternura e violência no amor,

»
*a metáfora que alia ternura
e violência no amor – “roubar o
coração” – se faz presente
no Cântico dos Cânticos*

que é “roubar o coração”, se faz presente, desde o
Cântico dos Cânticos:

Ct 8,6
Roubaste meu coração,
minha irmã, noiva minha,
roubaste meu coração
com um só de teus olhares...

... até a leveza ingênua das quadrinhas populares
e folclóricas brasileiras:

Se eu roubei, se eu roubei teu coração
Tu roubaste, tu roubaste o meu também
se eu roubei, se eu roubei teu coração
Foi porque, foi porque te quero bem.

Evidentemente, esse processo de identificação é do mesmo tipo, faz parte do mesmo universo de percepção que levou à formulação de ser o outro amado um “pedaço de mim”: trata-se de uma atualização do mito do Andrógino, ou do mito bíblico de uma Eva tirada da costela de Adão; fala de uma unidade primordial, de cuja perda nós tão duramente nos ressentimos.

E assim, fechando o círculo, uma estrofezinha do Drummond, de um poema que se intitula “Amor”:

O ser busca o outro ser, e ao conhecê-lo
acha a razão de ser, já dividido,
São dois em um: amor, sublime selo
que à vida imprime cor, graça e sentido.

Os poetas sempre têm razão.





Referências bibliográficas

- Bosi A. (1977). *O ser e o tempo da poesia*. São Paulo: Cultrix.
- Brasil Fontes J. (1991). *Eros, tecelão de mitos. A poesia de Safo de Lesbos*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Candido A. (1996). *O estudo analítico do poema*. 3.ed. São Paulo: Humanitas.
- Bíblia de Jerusalém (1987). "Cântico dos Cânticos". Texto estabelecido pela "École Biblique de Jérusalem" (1973). São Paulo: Paulinas.
- Bíblia de Jerusalém (1987). "Gênesis". Texto estabelecido pela "École Biblique de Jérusalem" (1973). São Paulo: Paulinas.
- Dante (1955). *Divina Commedia*. 16. ed. Milano: Ulrico Vandelli.
- Eurípedes (1989). *Hipólito*, in *Teatro Grego*. Trad. Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix.
- Frye N. (1984). *Le grand code. La Bible et la Littérature*. Trad. C. Malarmoud. Paris: Seuil.
- Meneses A.B. (2009). Paixão e ciúme: uma abordagem "problemática e aproximativa" de um poema de Safo. *Asas da Palavra*. N. especial "Benedito Nunes – pensador brasileiro" (org. Victor Sales Pinheiro e Maria Célia Jacob). Belém, nov.
- Meneses A.B. (2008). "Dãolalalão" de Guimarães Rosa ou o *Cântico dos Cânticos* do sertão: um sino e seu "badaladal". *Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, IEA/USP, n. 64, dez.
- Nunes J. (1973). *Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses* (1926-1928). Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1973.
- Roman de Tristan et Yseut (1981) Joseph Bédier (ed.). Paris, 10/18. Bibliothèque Médiévale. (Poche), 1981. (Essa edição feita por Bédier reconstitui os fragmentos de Béroul e de Thomaz, do séc XII.)
- Rougemont D. (1939). *L'Amour et l'Occident*. Paris: Plon.
- Safo (2003). *Poemas e fragmentos*. Trad. Joaquim Brasil Fontes. São Paulo: Iluminuras.

Passion and poetry

Abstract From the *Song of songs* and the ancient Greek love poems up to present-day poetry, this paper describes the invariants present in the texts that speak of love. These invariants constitute the core of what we call *passionate love*; they spring from the incompleteness that lurks in the heart of our being, of which the myth of Androgine is the first written expression.

Keywords passionate love; poetry; Song of songs; Greek lyric; invariants of love poetry

Texto recebido: 04/2010

Aprovado: 05/2010

À luz da criação

Sublimação e processo criativo

Sylvia R. Fernandes

Sylvia R. Fernandes é psicanalista, doutora em comunicação e semiótica pela PUC-SP

Resumo O artigo procura articular a sublimação e o processo criativo, a partir da análise de alguns conceitos fundamentais como: as identificações, a formação do eu, os ideais e a construção significativa. Esses conceitos serão abordados a partir da análise do processo de criação de um pintor contemporâneo brasileiro: Paulo Pasta. O material utilizado para a análise é constituído por diversos escritos e falas do artista e de sua produção pictórica.

Palavras-chave sublimação; processo de criação; Paulo Pasta.

Este anseio infinito e vão de possuir o que me possui
[Manuel Bandeira]¹

A psicanálise tem se debruçado sobre a obra de arte, ora analisando seu conteúdo – e seu efeito sobre a cultura –, ora interpretando seu autor a partir da obra finalizada. Mas pouco se fala sobre as implicações subjetivas no processo de criação. Pouco se fala sobre o processo. Porém, não estaria o sujeito da psicanálise muito mais no processo do que numa obra isolada? Não seria o processo de criação o próprio sujeito em ação?

Esse texto procura articular a sublimação e a criação artística a partir da análise do processo criativo de Paulo Pasta, pintor contemporâneo brasileiro. O material utilizado para a análise é constituído por diversos escritos e falas do artista – tanto sobre seu processo de criação, quanto do de outros artistas – e de sua produção pictórica.

Pretende-se abordar o tema da sublimação, partindo-se da análise do percurso criativo do artista, sob dois aspectos: a construção significativa na busca da satisfação pulsional e o caráter valorativo do objeto sublimado. A questão que me coloco é: que processos subjetivos estão implicados na criação artística, paradigma da sublimação para Freud, que possibilitam a satisfação pulsional?

Entendendo que, na aproximação da psicanálise com a criação artística, trata-se menos de uma questão de interpretação – em que a psicanálise diz algo sobre alguma obra ou artista – e mais de um desafio de interpenetração², busco investigar os processos subjetivos e colocar em questão noções

1 Citado por Paulo Pasta em *Notas sobre a pintura*, p. 16.

2 T. Rivera, *Arte e psicanálise*, p. 31.



*a sublimação é a noção psicanalítica
que possibilita explicar as obras
criadas pelo homem a partir da
dinâmica pulsional do sujeito*

próprias da psicanálise com base nos processos de criação. Assim, o texto é construído a partir das questões suscitadas pelo processo do artista e que remetem e trazem luz às noções psicanalíticas fundamentais da constituição subjetiva, tais como as identificações, a formação do eu, os ideais e a construção significante.

Freud e a sublimação

A sublimação é a noção psicanalítica que possibilita explicar as obras criadas pelo homem a partir da dinâmica pulsional do sujeito. Vem dar conta da origem pulsional do impulso criador, eminentemente artístico, científico e intelectual. Freud introduz o conceito de sublimação como um dos destinos da pulsão, sendo a capacidade de substituir seu objetivo imediato por outros desprovidos de caráter sexual³. Trata-se, pois, de uma vicissitude da pulsão, que busca não a satisfação no objeto sexual em si, mas em outros objetivos “altamente valorizados”⁴ socialmente.

Podemos considerar que há dois momentos teóricos fundamentais concernentes à concepção da sublimação nos textos freudianos. No primeiro, a noção é desenvolvida a partir do enfoque na pulsão sexual e nos caminhos para sua satisfação. A relação entre a civilização e a sublimação já é mencionada nesta primeira abordagem, assim como a exigência de os resultantes do processo serem valorizados socialmente. Porém, o que fundamentaria o fato de tais atividades adquirirem valor para o sujeito a ponto de serem consideradas capazes de satisfazer a pulsão? De que forma a cultura vai se fazer presente no sujeito como condição imprescindível do processo sublimatório?

Essas questões só poderão ser abordadas num segundo momento, em que o aparelho psíquico formulado na primeira tópica parece não dar conta de fundamentar alguns estados psíquicos, a partir da teoria da libido objetal. Freud se vê impelido a rever conceitos e a formular outros. O narcisismo passa a ser peça fundamental para a constituição do sujeito. A sublimação ganha maior complexidade teórica, na medida em que, às disposições e vicissitudes pulsionais teorizadas na primeira tópica, somam-se a noção de libido do eu (narcisismo) e a conceituação do eu como instância psíquica.

Ao considerar a existência de uma libido que toma o eu como objeto, a sublimação pode ser entendida como operando três ações. Num primeiro momento o eu retira o investimento libidinal dos objetos. Depois o faz retornar ao próprio eu (e este passa a ser o objeto de satisfação) e, finalmente, dirige o investimento a um objeto não sexual. Assim, a sublimação é uma operação realizada pelo eu.

Para que haja essa retirada de investimento do objeto, faz-se necessário o luto pela perda deste, que tem como resíduo, resultado da operação, uma identificação a traços do objeto. Esses traços vão ser constituintes do eu, sendo este, portanto, efeito daquilo a que renunciou.

Na medida em que o eu passa a ser central no processo sublimatório, a valorização cultural do objeto pode ser ressignificada. O que atribui valor a um objeto é o eu. Aqui a cultura e o sujeito se encontram imbricados. Os objetos que podem substituir o objeto sexual da pulsão são, segundo Nasio, objetos que correspondem a “ideais sociais que exaltam a criação de novas formas significantes”⁵, ideais simbólicos próprios de determinada cultura. Esses ideais culturais devem ser interiorizados e inscritos no eu do criador, constituindo seus próprios ideais. Assim, o ideal do eu, efeito de algo externo ao sujeito, passa a ser constituído de aspirações e se sobrepõe a um eu encapsulado na imagem ideal. O eu narcísico é então mediado pelo ideal do eu, que se diferenciou do eu a partir de uma ação *de fora*⁶. O narcisismo necessita ser deslo-





Fig. 1: *Sem título*, 1985. Guache sobre papel, 80x100 cm.

cado para o ideal; ideal este que advém em função da instância parental, função terceira, que porta em si as insígnias culturais, simbólicas. A partir da instalação do ideal, é a ele que o eu precisa satisfazer.

Na atribuição de valor dada ao objeto sublimado pelo eu subjazem os traços com que a alteridade marca o sujeito. A sublimação parece se constituir na confluência de outros processos subjetivos, como a identificação, a formação do eu e dos ideais.

O processo de criação de Paulo Pasta

Paulo Pasta relata que o início de sua pintura, nos meados da década de 1980, foi muito marcado pela pintura metafísica. Era uma pintura onde “viviam os sólidos, aquela sensação muito grande de solidão, uma escolha muito apurada do tema, do objeto a ser pintado, que tinha que ter um sentido, enfim, uma simbologia qualquer”⁷. Estes quadros, que datam de 1985 a 1987, são basicamente figurativos. Predominam cores escuras e acinzentadas (figura 1).

A partir de 1987 suas pinturas situam-se entre a figuração e a abstração. Apesar de serem consideradas abstratas, sempre há alguma referência ao objeto. Relata que não consegue fazer um quadro abstrato partindo só de sugestões: “eu sempre parto de alguma coisa, alguma coisa real, seja uma referência à arquitetura, seja uma referência ao passado [...], um pretexto qualquer”⁸.

3 S. Freud, “Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância”, p. 72.

4 S. Freud, *op. cit.*, p. 72.

5 J.-D. Nasio, *Os sete conceitos cruciais da psicanálise*, p. 85.

6 S. Freud, “Sobre o narcisismo: uma introdução”, *op. cit.*, p. 111.

7 P. Pasta, *Encontro com o artista*, vídeo produzido pelo Instituto Cultural Itaú.

8 P. Pasta, *op. cit.*



Fig. 2: *Fortuna*, 1987. Óleo sobre tela, 50x61 cm.

De aproximadamente 1987 até 1990, Paulo Pasta carrega em seu fazer esta marca de passado. São ogivas, arcos e frontões, e além de elementos de um passado arquitetônico, a maneira como eram pintadas evocava também esse passado: “surgiam quando eu removia a última camada de tinta, nas cores das camadas anteriores”⁹. As pinturas eram basicamente monocromáticas, feitas de “camadas e camadas soterradas”¹⁰, e sobre a última camada ele “riscava, fazia incisões na tela e as camadas de trás da tinta apareciam então”¹¹. O que se vê ali é “o que está despintado, o rastro da pintura”¹². As formas eram esculpidas, surgiam da retirada da tinta. Nas cores utilizadas, uma enorme gama de tons que vão do vermelho ao amarelo, com clara predominância dos vermelhos. Segundo o autor, ele lidava ali com a memória, com o passado (figura 2).

A partir de 1990, a pintura de Paulo Pasta começa a se distanciar da busca de sentido

no objeto a ser representado. Os objetos parecem meros pretextos. Um caco de cerâmica que catou no chão¹³ foi propulsor de uma série de trabalhos que vai de 1990 a 1993. Começa a pintar um chão de cerâmica com aqueles cacos. O procedimento da raspagem é abandonado. Segundo ele, passou a pintar acrescentando a tinta e não mais retirando-a: “penso que desta maneira logrei conquistar um pouco daquilo que almejo: o presente, a presença”¹⁴. As telas continuam monocromáticas, mas começa a aparecer o desejo de romper com o tonalismo. É um momento que põe à mostra a dificuldade de romper com suas referências, apesar da intenção de mudar. Relata que tinha uma vontade muito grande de entrar com uma diferença de cor, mas uma enorme dificuldade em pôr outra cor¹⁵ (figura 3).

Por volta de 1994, começam a aparecer as telas com as colunas, arcos, e que, em algumas, se





Fig. 3: *Sem título*, 1991. Óleo e cera sobre tela, 220x190 cm

9 P. Pasta, *Notas sobre a pintura*, p. 17.

10 P. Pasta, *Artista fala de artista: Paulo Pasta fala de Armando Reverón*, vídeo produzido pelo Museu de Arte Moderna de São Paulo.

11 P. Pasta, *op. cit.*

12 P. Pasta, *op. cit.*

13 P. Pasta, *Encontro com o artista*, vídeo produzido pelo Instituto Cultural Itaú.

14 P. Pasta, *Notas sobre a pintura*, p. 17.

15 P. Pasta, *Artista fala de artista: Paulo Pasta fala de Armando Reverón*, vídeo produzido pelo Museu de Arte Moderna de São Paulo.





Fig. 4: *Sem título*, 1996. Óleo e cera sobre tela, 190x240 cm.

transformam em faixas. As cores se afastam do monocromatismo exacerbado das pinturas anteriores. Diz que nelas está “toda a vontade que eu tinha de colocar diferenças de cor, romper com o monocromatismo”¹⁶ (figura 4).

Essas pinturas mostram as tentativas de usar uma segunda ou terceira cor. Segundo ele, as cores puderam variar “quando abdicaram um pouco do lugar ideal que propunham. Elas ficaram mais conformadas com as diferenças”¹⁷. Ele diz que sua dificuldade está em fazer a passagem entre as cores, criar convivências: “luto para que todas as partes encontrem seus lugares pacificados”¹⁸.

A partir de 1999 os elementos se diversificam. Aparecem piões, taças, garrafas, faixas, cruzes. Porém, parecem pouco importar os ele-

mentos em si. O embate com a cor continua sendo a marca de seu trabalho. Em uma exposição em São Paulo, no ano de 2007 – obras de 2006 e 2007 –, há seis obras numa sala. Todas elas têm o mesmo traçado, o mesmo tamanho. O que as diferencia são as cores. Cada vez mais é a cor que instiga. É ela que sustenta as questões do passado e do presente, da presença e da ausência, da semelhança e da diferença, da procura pelo perdido e da construção significativa.

A cor da criação

A primeira exposição de Pasta era composta de desenhos em que os canais do interior paulista aparecem nas paisagens. Apesar de eles não





aparecerem nas antologias, seus primeiros trabalhos são francamente figurativos, paisagens que remetem ao lugar de sua infância, o interior de São Paulo.

Em uma entrevista, Paulo Pasta relata ter sido muito agradável morar lá e ter tido uma infância muito boa. Diz: “para mim é o período de plenitude. Eu nunca mais vou ter aquilo tudo que eu tive. O primeiro lugar em que você vê a luz, o primeiro lugar em que você se reconhece e conhece o espaço, isso vai marcar para sempre”¹⁹. Diz ter ficado marcado por essa paisagem materna e ter, até hoje, avidez de olhar.

Note-se que parece haver um tempo perdido, localizado na infância. No início da obra, esse tempo parece estar representado nos canaviais, imagem que se aproxima da região de origem. Advém, posteriormente, um tempo de solidão, marcado pelas cores escuras e acinzentadas, onde falta luz. É a nostalgia do cotidiano da metafísica italiana, cujo sentido remete à frase “eu nunca mais vou ter aquilo tudo o que eu tive”. Porém, de “aquilo tudo” algo fica. As telas a seguir mostram escavações nas camadas e camadas de tinta. Os rastros nas pinturas podem ser possibilidades, podem trazer luz. Paulo Pasta diz: “É sempre nos dias de sol da infância que está o começo de tudo. É no sol do lugar da infância”²⁰. As cores da maioria dessas pinturas são de extrema intensidade e luminosidade, indo de tons do vermelho ao amarelo. São cores solares.

Porém, à medida que a obra se desenvolve, o rastro não leva ao objeto e sim ao seu desaparecimento. Apesar de ser o que o incita, é o que fica fora. E o que fica é algo da luz. Da paisagem materna, do período significado como de plenitude, é alguma luz que se presentifica e marca

uma luz aparece então como
o que dá significação material
ao perdido – o que ficou
do tempo de plenitude



o sujeito para sempre como *olhar*. Desse tempo perdido guarda-se uma luz.

O objeto é marcado como perdido, na medida em que algo dele se inscreve no sujeito. Para Freud²¹, quando o objeto é perdido, o investimento dirigido a ele é substituído por uma identificação que é parcial, conservando apenas um traço do objeto. O que resta do objeto é essa marca, que sinaliza um prazer a mais, que se daria pelo encontro com o que se perdeu. Ou, como refere Paulo Pasta, com a plenitude da infância perdida.

O suposto objeto perdido é o que o sujeito nunca teve ou terá, mas é o objeto da procura. Para Freud, essa identificação, que permite que se instaure o perdido, é um traço isolado da pessoa que é objeto dela²². Algo da ordem da luz, para Paulo Pasta, é marca do tempo passado. Poder-se-ia escolher qualquer outro traço: um cheiro, um timbre de voz, um tipo de toque, um movimento. Porém, é certa luz que é isolada do outro e tomada para si, como traço. Assim, ao mesmo tempo que essa luz como traço é uma cicatriz, materialidade que fica do corte, remete ao que se renunciou, ou seja, toda a plenitude do tempo passado e para sempre perdido.

Uma luz aparece então como o que dá significação material ao perdido – o que ficou do tempo de plenitude –, porém carrega também a marca de algo que não pôde ter permanência, traz uma infância roubada. A identificação é um processo que marca e institui o sujeito como para sempre dividido, apartado da imagem totalizante de uma luz plena.

Lacan nomeia esse traço por traço unário, pois é a partir dessa inscrição que pode ser instituída uma ordem, uma contagem. Por se poder

16 P. Pasta, *op. cit.*

17 P. Pasta, *Notas sobre a pintura*, p. 21.

18 P. Pasta, *op. cit.*, p. 15.

19 P. Pasta, *Encontro com o artista*, vídeo produzido pelo Instituto Cultural Itaú.

20 P. Pasta, *Notas sobre a pintura*, p. 21.

21 S. Freud, “Psicologia de grupo e análise do ego”, *op. cit.*, p. 135.

22 S. Freud, *op. cit.*, p. 135.





*em cada obra
a cor se coloca
como significante,
na medida em que
se apresenta
como diferente
das anteriores*

40

PERCURSO 44 : junho de 2010

perder aquela luz, que ela é buscada nas diversas e infinitas possibilidades e arranjos de cores.

A criação de Paulo Pasta é uma poética da procura da luz na cor. Ele diz: “Sempre gostei das cores que guardam luz”²³. A luz, como ideal a ser reencontrado, é o núcleo do ideal do eu²⁴. E, como ideal, chega-lhe assintoticamente. A luz plena cega.

Paulo Pasta se impressiona muito com Armando Reverón, um pintor venezuelano, cuja obra conheceu numa bienal. Para ele, Reverón dá uma existência quase física para a luz, vivendo uma experiência paradoxal²⁵. A luz daquele lugar é tão intensa que não mostra o contorno. Ela cega. Diz Pasta: “Ele quer justamente pintar a luz, mas justamente a luz é o que cega. Quer dizer, uma experiência radical com a luz é uma experiência que engendra também o desaparecimento das coisas”²⁶. E, ao mostrar um quadro de Reverón, ilustra essa perda da potência de cor. A cor vai embora, ficando só a matéria. É como um sudário, “um momento em que o mundo encontra a luz, mancha e marca”²⁷. A luz deixa só um vestígio.

Para Paulo Pasta, a luz que produz criação é a que fica em sua própria ausência, a que tem “a energia das coisas idas, dos buracos, das ausências”²⁸, a luz resíduo sobre os objetos, ou seja, a cor. Ele diz: “Quando eu fecho o olho na frente da luz, eu vou ver vermelho”²⁹. A cor, o vermelho, é a luz subtraída. E, por ela não poder ser presentificada plena, repete-se em cada cor, em cada criação significante.

Segundo Nasio, o que se repete em cada um dos acontecimentos significantes para além de suas diferenças é o que Lacan qualifica por traço unário. O traço marca cada instante repetido, “o unário por ser o Um que unifica e reúne os diferentes significantes sucessivos”³⁰.

Para Lacan³¹, o traço é o significante em sua forma mais elementar, o significante mais simples. O sujeito está destinado a procurar permanentemente o objeto perdido – onde seu desejo estará sempre ancorado –, pelas vias do significante. Seu destino é, então, procurar o “identicamente idêntico”³², à procura da marca daquela vez. Mas, como o significante se marca pela diferença, nunca se encontrará o sentido daquela vez. Toda ação humana é dominada por essa busca que conduz a reencontrar as coisas nos signos³³.

Assim, a cada nova obra se reinicia o processo e guarda a possibilidade de um encontro luminoso. Paulo Pasta tenta tirar da cor o máximo de intensidade. Segundo ele: “Uma fruta, uma flor atingem o ponto máximo de intensidade de cor quando elas atingem o limite, quando no dia seguinte elas já vão apodrecer. É um pouco isso: fazer a cor atingir essa plenitude antes que ela desapareça”³⁴. Em cada obra a cor se coloca como significante, na medida em que se apresenta como diferente das anteriores, porém porta o traço que carrega o limite da significação. Chegar ao limite máximo da intensidade, da luz, e manter a integridade da cor é seu embate. Como chegar ao mais íntimo do ser e não se dissolver no outro?

Toda a dinâmica da cor, para Paulo Pasta, revela essa produção significante. Ele refere não querer ser monocromático. Mas como uma nova cor pode não matar a anterior? Como a inserção de uma segunda, ou de uma terceira cor, pode não tirar a intensidade de luz da primeira? Como fazer a passagem entre elas de forma que elas não se oponham? Como inserir a diferença? Como fazer com que as cores fiquem “conformadas com as diferenças”³⁵? Como manter o singular, o traço mais íntimo, e criar o novo, a diferença, o significante? São essas questões que





sustentam o projeto poético de Paulo Pasta em pulsação constante.

Em sua última exposição, com obras de 2006 e 2007, essas questões estão todas presentes. Há várias telas e desenhos com o mesmo traçado, mas com variações de cores. Os elementos pictóricos aparecem repetidos em várias pinturas. A maioria é monocromática, mas há outras com contraste de cores. No conjunto, há uma grande variação de cores. Em algumas obras, a passagem, a transição entre as cores se dá de forma lenta, com pinceladas de uma cor como rasgos sobre a outra, formando espaços de convivência mútua. Em outras o limite entre as duas é mais acentuado. Em algumas, notam-se muitas camadas de tinta por baixo da última camada. Em outras, a pintura é menos gestual, com pinceladas mais contínuas.

A diferença e a repetição são o que mais chama atenção (figuras 5 e 6). Além da dinâmica das cores e traçados, a repetição e diferença aparecem também nos títulos das obras. Nestas quatro obras: *Dois cruzeiros*, *Luzeiro*, *Mea crux* e *Lux mea crux*, os títulos têm algo em comum. Variações de luz?

A pintura como ideal

A sublimação para Freud está desde o começo articulada com a valoração do objeto. O processo

»
além da dinâmica
das cores e traçados,
a repetição e diferença
aparecem também
nos títulos das obras

criativo de Paulo Pasta nos faz pensar que dois fatores interligados sinalizam o valor do objeto sublimado: a característica de oferecer suporte aos ideais do eu e a possibilidade de reatualizar o momento de nascimento do eu, ou da origem da imagem corpórea.

Paulo Pasta conta que teve uma crise de depressão aos doze anos e que nada fazia mais sentido. Diz ter sido uma criança que não gostava de férias de escola, “coisa típica do deprimido”. Começa a sair dessa depressão quando passou a ver a pintura de outra maneira: “Minha mãe assinou a coleção *Gênios da Pintura*, que chegava semanalmente em casa e aquilo me religou, deu um sentido novo às coisas. Saí daquele estado de depressão”³⁶. Lembra-se do fascínio diante do fascículo sobre Monet.

O ideal de ser pintor está ligado àqueles pintores que chegavam semanalmente, pela assinatura de sua mãe, cujas obras, produtos culturais, portavam traços que tinham o efeito de presentificar, dar suporte a seus traços identificatórios. As marcas de si no outro têm força de revelação.

Monet, com sua explosão de cores que presentifica a luz ao pintar o mesmo objeto em horas e dias diferentes, traz as marcas que têm valor de traço significativo para Paulo Pasta – a luz e a cor. Porém, o eu, ou mais precisamente o ideal do eu, não é composto de um único traço e sim de uma composição deles. O pintor Paulo Pasta é marcado por vários artistas. De cada um, um ou alguns traços são suporte de identificação. Para Florence, “as figuras de empréstimo [as pessoas] são utilizadas

23 P. Pasta, *Notas sobre a pintura*, p. 26.

24 Para Lacan (sem. 11, 1964/1998, p. 242), o traço unário é “o fundamento, o núcleo do ideal do eu”.

25 Refere-se aos quadros da chamada fase branca de Reverón.

26 P. Pasta, *Artista fala de artista: Paulo Pasta fala de Armando Reverón*, vídeo produzido pelo Museu de Arte Moderna de São Paulo.

27 P. Pasta, *op. cit.*.

28 P. Pasta, *Notas sobre a pintura*, p. 23.

29 P. Pasta, *Encontro com o artista*, vídeo produzido pelo Instituto Cultural Itaú.

30 J.-D. Nasio, *op. cit.*, p. 114.

31 J. Lacan, *O Seminário, livro 10: A angústia*, p. 31.

32 J. Lacan, *O Seminário 9: A identificação*, inédito, 1961.

33 J. Lacan, *O Seminário, livro 7: A ética da psicanálise*, p. 150.

34 P. Pasta, “Um lugar para se poder estar” (entrevista a Nuno Ramos e Rodrigo Naves) in *Paulo Pasta*, p. 174.

35 P. Pasta, *Notas sobre a pintura*, p. 21.

36 P. Pasta, “Um lugar para se poder estar” (entrevista a Nuno Ramos e Rodrigo Naves) in *Paulo Pasta*, p. 169-70.



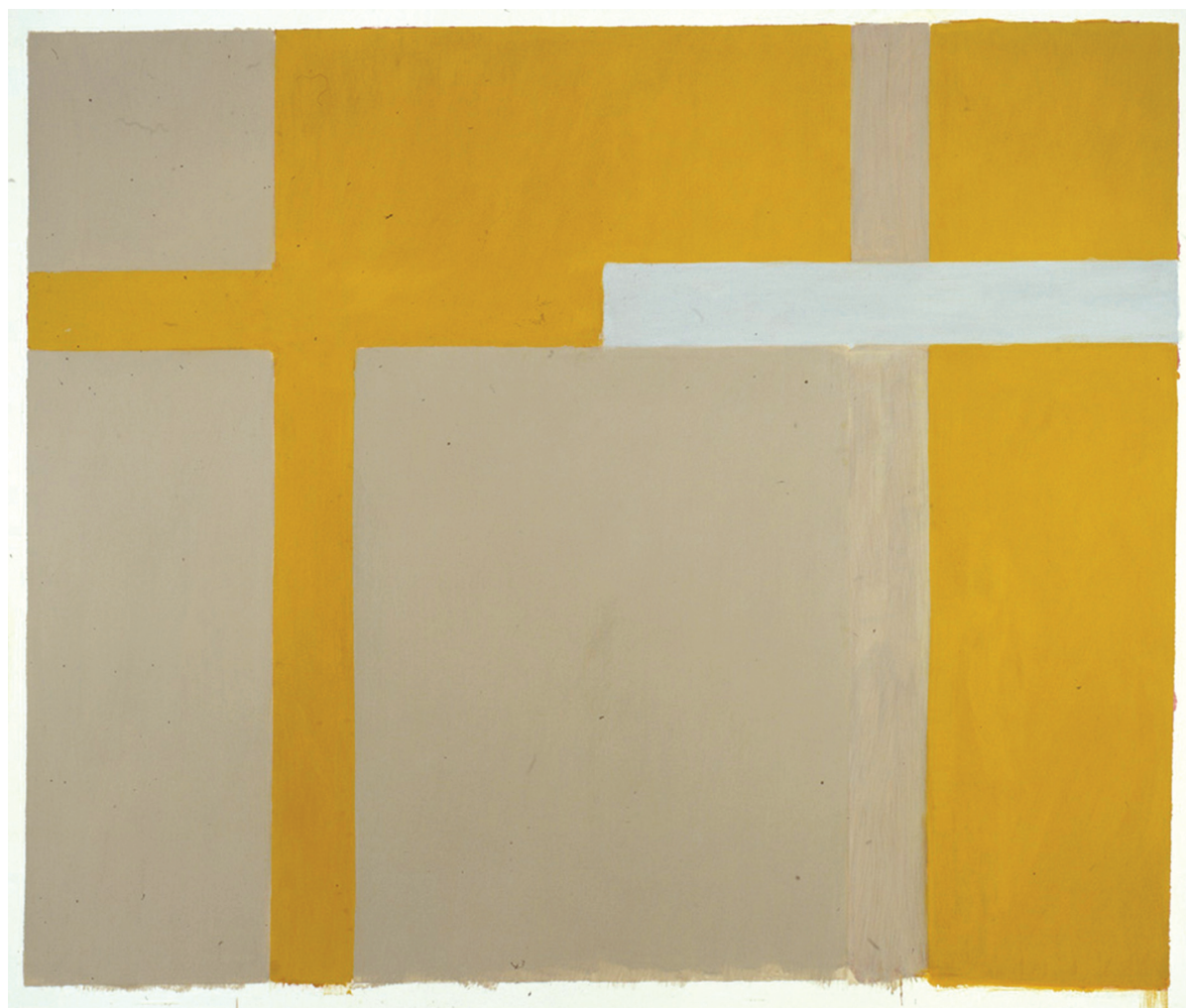


Fig. 5: *Luzeiro*, 2006. Óleo e pastel sobre tela, 150x180 cm.

não por elas próprias, mas por uma coisinha de nada que é um traço significativo”³⁷. As marcas de cada artista que é tomado como referência e que ficam na obra de Paulo Pasta estão ligadas aos seus ideais e produzem alguma particularidade em sua obra. Se todas elas têm em comum essa coisinha de nada, ao mesmo tempo trazem outros matizes, outras variações, que são também efeitos de identificações, sendo que “a identificação não faz, na verdade, o mesmo, ela tem por efeito multiplicar esse suposto mesmo”³⁸.

Muitos artistas aparecem em seus relatos e produções escritas. Têm em comum a cor e a luz como questão, como ideal. Em Matisse a cor está associada à beleza. Para ele, o belo “não é aquilo que está enlutado e, por isso, preservado, é an-

tes a potencialização de nossas possibilidades”³⁹. Em Volpi, as cores “possuem uma alegria diversa, a das que sofreram a ação do tempo e incorporaram um pouco de seu resíduo”⁴⁰. As de Morandi são “cores desidratadas, de um mundo esvaído”⁴¹. Ele pinta os espaços entre as coisas, “que é essa coisa da cor que você vê e não vê”⁴². Em Reverón as cores desaparecem pelo excesso de luz. As pinturas de Iberê “são antes epifanias, momentos luminosos, instantes capturados da eternidade”⁴³. E Sued aparece pelo negativo. Ao falar sobre a cor de Volpi e Matisse – que vão se sobrepondo umas às outras até o momento em que uma não anule a outra, formando um contínuo colorido –, contrapõe o uso da cor feito por Sued, em que “é para ser justamente não contínuo, que é para criar inter-





Fig. 6: *Mea cruz*, 2007. Óleo sobre tela, 50x60 cm.

rupção e criar diferença, causar estranhamento”⁴⁴. E, finalmente, refere que a luminescência de Bonnard está presente em sua obra.

37 J. Florence, “As identificações”, p. 63.

38 J. Florence, *op. cit.*, p. 145.

39 P. Pasta, *Notas sobre a pintura*, p. 19.

40 P. Pasta, *op. cit.*, p. 19.

41 P. Pasta, *op. cit.*, p. 19.

42 P. Pasta, *Artista fala de artista: Paulo Pasta fala de Armando Reverón*, vídeo produzido pelo Museu de Arte Moderna de São Paulo.

43 P. Pasta, “Memória e matéria na pintura de Iberê Camargo”, p. 117.

44 P. Pasta, *Exposição Volpi no MAM*, debate Paulo Pasta e Rodrigo Naves, vídeo produzido pelo Museu de Arte Moderna de SP.

45 P. Pasta, “Um lugar para se poder estar” (entrevista a Nuno Ramos e Rodrigo Naves), p. 171.

46 P. Pasta, “Paulo Pasta traz jogo de ambiguidades”.

47 P. Pasta, “Memória e matéria na pintura de Iberê Camargo”, p. 115.

48 P. Pasta, “Um lugar para se poder estar” (entrevista a Nuno Ramos e Rodrigo Naves), p. 179.

49 P. Pasta, *op. cit.*, p. 181.

A relação com a memória, com a lembrança, com as marcas do passado no presente, com a suspensão do tempo aparece nas referências a artistas como Pedro Nava⁴⁵, Morandi⁴⁶, Iberê⁴⁷, Rothko⁴⁸, Machado de Assis e Manuel Bandeira⁴⁹.

Todos esses traços se costuram formando uma trama ordenada, um sistema de formas. É a função simbólica, que faz com que esses traços sejam ideais. Todos eles estão presentes na pintura de Paulo Pasta. Porém, são esses ideais que se fazem presentes e não outros que poderiam também ser valorizados na arte e na cultura.

A satisfação pulsional, a partir da instauração da ordem simbólica, passa a ser a realização desses ideais, o encontro com o traço unário inaugural, na esperança de que o “significante se





*segundo Paulo Pasta,
há uma permanente dificuldade
no artista plástico em abordar
seu trabalho pela mediação
da palavra, precisando-se
“recorrer à natureza mesma
da expressão plástica, ao opaco
de seu nascimento ...”*

44

PERCURSO 44 : junho de 2010

repita, pelo menos uma vez!”⁵⁰. Isso parece ser um dos fatores que sustenta o pulsional na sublimação.

O corpo da criação

Na criação artística, talvez especialmente nas artes plásticas, indagações sobre a imagem se colocam permanentemente ao criador. Segundo Paulo Pasta, há uma permanente dificuldade no artista plástico em abordar seu trabalho pela mediação da palavra, precisando-se “recorrer à natureza mesma da expressão plástica, ao opaco de seu nascimento ...”⁵¹.

Não será fundante, na criação, o próprio nascimento da imagem?

O nascimento da imagem corporal pode ser situado como o primeiro esboço do eu. Freud coloca que “o eu é, primeiro e acima de tudo, um eu corporal; [...] a projeção de uma superfície”⁵². O eu é, primeiramente, um eu-corpo. E se o eu é um composto de imagens, a imagem primeira, inaugural, é a imagem do próprio corpo.

O eu não existe desde o começo. Deve ser formado. O eu-corpo é vivido como fragmentado,

partes desconectadas marcadas pelo auto-erotismo, prolongando-se sem limites demarcados entre um corpo e outro. Para Lacan, esse primeiro esboço do eu se dá a partir do chamado estágio do espelho. A criança, ao se ver refletida, percebe naquela imagem uma totalidade que ainda lhe é estranha, alheia ao momento pulsional autoerótico. Trata-se da primeira experiência de reconhecimento, que se efetua por uma primeira identificação. O descompasso entre o corpo fragmentado e a ilusão de totalidade advinda da identificação à imagem especular produz no sujeito um estado de fascinação e júbilo. Porém, na medida em que o eu se forma a partir da imagem do outro, aliena-se nessa imagem. Assim, o eu é marcado pela ficção, como refere Lacan⁵³, pois o que há realmente é a vivência de corpo fragmentado, sendo a imagem unificada algo da ordem da ilusão.

O reconhecimento, função do eu, se dá a partir de algo de si que se apresenta num outro. Essa imagem produz júbilo porque, a partir dela, o sujeito se vê como autor. O nascimento do eu é correlativo ao momento em que o que antes era sem dono, corpo fragmentado, pode ser vislumbrado como próprio, ganhando, assim, autoria.

A imagem que Paulo Pasta nomeia reatualiza o nascimento do eu. Para Nasio, a obra de arte, protótipo da criação produzida por sublimação, “são imagens e formas significantes traçadas à semelhança da imagem inconsciente de nosso corpo, ou, mais exatamente, de nosso eu inconsciente narcísico”⁵⁴. A obra é o próprio corpo refletido. Por isso, o criador se vê nela e tem aquela mesma sensação de júbilo nesse reconhecimento.

Paulo Pasta diz que “A pintura está pronta quando eu posso me reconhecer nela. E isto só acontece quando ela somou todos os meus estados, quando reproduz um pouco a maneira como sou, quando condensou minhas diferenças e contrastes”⁵⁵. Há um momento em que a pintura, a imagem construída, reproduz o momento opaco do nascimento. É quando ela unifica o criador, condensa as diferenças e contrastes numa única





imagem. A relação entre a obra e o criador é especular. É o que Paulo Pasta diz: “Penso que quando se faz a pintura, vive-se invariavelmente uma relação especular. Ela nos reproduz [...] Ela, a pintura, lança uma luz no exato lugar onde estamos”⁵⁶.

Se retomarmos a sua construção sobre a luz, marca de seu projeto poético, podemos ver que junto à luz como significante aparece outra luz, que é a luz que tem a precisão do exato lugar, que ilumina num átimo.

O reconhecer-se na obra é o reconhecer-se na imagem, no que tem de imagem original subjacente ao traço, a imagem do próprio corpo como suporte da autoria de si. É a imagem do eu-corpo enquanto identidade, unidade de partes desconexas, que só pode se constituir como ilusão. Sua origem engendra seu desaparecimento.

O momento em que o criador se vê refletido em sua obra, e que Paulo Pasta nomeia por reconhecer-se nela, é acompanhado de uma intensa satisfação. Atualiza-se, na ilusão especular, a assunção jubilatória de um eu-corpo. O efeito da obra sobre o sujeito – tanto quem a cria, como quem é tocado por ela – é de, instantaneamente, encontrar um lugar, uma morada, um corpo. Nasio refere que “o mais cativante dos quadros é aquele que estende os limites da perspectiva até abraçar o espectador, deixando-o crer que ele tem ali um lugar”⁵⁷.

O que faz com que as obras de arte venham a ter um valor para a sociedade é que elas produ-

o que faz com que as obras
de arte venham a ter
um valor para a sociedade
é que elas produzem
o que Lacan diz de um
campo de descanso
e que Freud refere como
o apaziguamento de desejos



zem o que Lacan diz de um campo de descanso⁵⁸ e que Freud⁵⁹ refere como o apaziguamento de desejos. Paulo Pasta diz: “gostaria que ele [o espectador] sentisse a mesma coisa que eu sinto: uma espécie de suspensão”⁶⁰.

A sublimação na arte atualiza permanentemente uma satisfação mais plena, sustentada pela ilusão própria do fenômeno estético. A valorização do objeto sublimado está na atualização de marcas identificatórias nas produções significantes pictóricas e no singular e fugaz reconhecimento na imagem construída.

50 G. Taillandier, “Resenha do Seminário ‘A identificação’, de J. Lacan”, p. 25.

51 P. Pasta, *Notas sobre a pintura*, p. 6.

52 S. Freud, “O ego e o id”, *op. cit.*, p. 40.

53 J. Lacan, *Escritos*, p. 97.

54 J.-D. Nasio, *op. cit.*, p. 87.

55 P. Pasta, *Notas sobre a pintura*, p. 11.

56 P. Pasta, *op. cit.*, p. 26.

57 J.-D. Nasio, *op. cit.*, p. 61.

58 J. Lacan, *O Seminário, livro 7: A ética da psicanálise*, p. 125.

59 S. Freud, “O interesse científico da psicanálise”, *op. cit.*, p. 222.

60 P. Pasta, “Um lugar para se poder estar” (entrevista a Nuno Ramos e Rodrigo Naves), p. 171.





Referências bibliográficas

- Florence J. (1994) *As identificações*. Roitman, A (org.). Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Freud S. (1910/1980) "Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância", vol. XL. In: *Edição Standard Brasileira das obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1913/1980) "O interesse científico da psicanálise", vol. XLIII. In: *Edição Standard Brasileira das obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1914/1980) "Sobre o narcisismo: uma introdução", vol. XLV. In: *Edição Standard Brasileira das obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1921/1980) "Psicologia de grupo e análise do ego", vol. XLVII. In: *Edição Standard Brasileira das obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1923/1980) "O ego e o id", vol. XIX. In: *Edição Standard Brasileira das obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Lacan J. (1960/1991) *O Seminário, livro 7: A Ética da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1961) *O Seminário, livro 9: A identificação*. Inédito, 1961.
- _____. (1962-1963/2005) *O Seminário, Livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1998) *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Nasio J.-D. (1991) *Os Sete Conceitos Cruciais da Psicanálise*, 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Pasta P. (1993) *Encontro com o artista*. Vídeo produzido pelo Instituto Cultural Itaú. São Paulo, 1993.
- _____. (1998) *Artista fala de artista: Paulo Pasta fala de Armando Reverón*. Vídeo produzido por Museu de Arte Moderna – SP. São Paulo.
- _____. *Paulo Pasta*, entrevista a Nuno Ramos e Rodrigo Naves: "Um lugar para se poder estar". São Paulo: Edusp, 1998.
- _____. (2002) *Notas sobre a pintura*. Dissertação de mestrado, ECA-USP. São Paulo.
- _____. (2003) "Memória e matéria na pintura de Iberê Camargo", in Salztein S. (org.). *Diálogos com Iberê Camargo*. São Paulo: Cosac Naify.
- _____. (2006) *Paulo Pasta*, São Paulo: Cosac Naify.
- _____. (2006) *Exposição Volpi no MAM*, debate Paulo Pasta e Rodrigo Naves. Vídeo produzido pelo Museu de Arte Moderna – SP. São Paulo.
- _____. (2007) Paulo Pasta traz jogo de ambiguidades. *Jornal Folha de S.Paulo*, caderno Ilustrada, 18.out.
- Rivera T. (2002) *Arte e psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Taillandier G. (1994) "Resenha do Seminário 'A identificação', de J. Lacan". In Roitman A. (org.). *As identificações: na clínica e na teoria psicanalítica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Under the light of creation

Abstract This article seeks to articulate sublimation and the creative process through the analysis of some fundamental concepts such as identification, ego formation, ideals and the signifier construction. These concepts will be tackled through the analysis of the creation process of a contemporary brazilian artist, Paulo Pasta. The material used for the analysis consists of pieces the artist's written, spoken and pictorial production.

Keywords sublimation; creation process; Paulo Pasta.

Texto recebido: 03/2010

Aprovado: 05/2010



Por uma clínica da cultura

Glaucia Dunley

Glaucia Peixoto Dunley é psicanalista, formada em medicina (UFRJ), especialista em Biofísica (Inst. Biofísica/UFRJ), mestre em Teoria Psicanalítica (UFRJ), doutora em Comunicação e Cultura (UFRJ), com pós-doutorado em Comunicação e Cultura (ECO/UFRJ) e na Escola de Serviço Social (UFRJ), autora dos livros *O silêncio da Acrópole – Freud e o trágico – Uma ficção psicanalítica* (Forense Universitária/Ed. Fiocruz, 2001), *A festa tecnológica – O trágico e a crítica da cultura informacional* (Escuta/Ed. Fiocruz, 2005), e organizadora de *Sexualidade e educação: um diálogo possível?* (Gryphus/Forense Universitária, 1999). Nos dois pós-doutorados na UFRJ, desenvolveu um projeto de pesquisa e de participação social a partir da ideia de comum e de comunidade, articulando teoricamente psicanálise, filosofia, comunicação.

Resumo Trata-se de apresentar as principais linhas de força da experiência da ONG CEASM – Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, obtidas por meio de uma escuta participativa, durante três anos, junto a membros fundadores, coordenadores de redes e participantes. Essa escuta relaciona-se ao desejo de contribuir freudianamente para a elaboração de uma interpretação da cultura contemporânea com base nos movimentos sociais nascidos em favelas, dos quais a ONG CEASM é exemplar. Ela se desdobra na ideia de construir uma *clínica da cultura* na qual a psicanálise surge como uma parceira possível do CEASM, pois, para além da escuta, dá sentido às estratégias autoemancipatórias implementadas por esta ONG, evidenciando como ela trata o laço social falido através de uma política do dom, de uma ética do *outrem* e do reconhecimento da dívida, assim como de uma estética de valores.

Palavras-chave escuta; CEASM; interpretação; clínica da cultura; dívida; dom; outrem; laço social; comum.

Introdução

Neste artigo, pretendo apresentar as principais linhas de força da experiência da ONG CEASM – Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, acontecimento pelo qual fui impactada há alguns anos, sem que as intensidades desse bom encontro tenham diminuído desde então. Pelo contrário, encontram-se a serviço da elaboração de um pensamento com características contemporâneas, ou seja, um pensamento que deixa de lado o ceticismo pós-moderno e seu individualismo para se afirmar como abertura ao outro.

Por ocasião da finalização de um pós-doutorado na Escola de Comunicação/UFRJ, precisamente em 2003, tomei conhecimento da existência da referida ONG, por meio de um seminário naquela Escola, que sinalizou para mim a possibilidade de que estratégias de comunicação comunitária e possíveis outras táticas implementadas pela ONG pudessem contribuir para a dissolução do estigma de *favelado* que pesava sobre a população daquela área. O Complexo da Maré, conhecido como *Favela da Maré*, embora seja um bairro da cidade e região administrativa há anos, é considerado uma das maiores favelas da América Latina, com cerca de 132.000 habitantes, distribuídos por dezesseis *comunidades*, situado na periferia do Rio de Janeiro, bem próximo ao aeroporto internacional Antônio Carlos Jobim e à Cidade Universitária/UFRJ. Essa boa vizinhança nunca impediu a existência de todas as facções de tráfico do Rio no seu extenso território, de seus embates frequentes com a polícia, a

47

PERCURSO 44 : p. 47-66 : junho de 2010



minha ideia central é que esta ONG esteja realizando uma “clínica da cultura” a partir de seu desejo de mobilizar aquelas populações

morte de inocentes por balas perdidas e a de “suspeitos”, assim como a continuidade da violência policial com seus *Caveirões*, que invadem as comunidades de forma terrorista, tornando a vida impossível. Sem falar de outras mazelas menos cruentas, mas que matam insidiosamente, simbolicamente.

Com toda essa adversidade, e por conta dela, o projeto da ONG CEASM foi criado em 1997, por um grupo de jovens recém-saídos da universidade¹, moradores da Maré, inaugurando um novo tempo para aquelas *comunidades*, sobre o que farei no decorrer do artigo. As linhas de força desta experiência extraordinária foram obtidas por meio de uma escuta participativa de minha parte, durante quatro anos, junto a membros fundadores, coordenadores de redes e participantes. Essa escuta relaciona-se ao desejo de contribuir freudianamente para a elaboração de uma interpretação da cultura contemporânea com base nos movimentos sociais nascidos em favelas, dos quais a ONG CEASM me pareceu exemplar. Ela se desdobra na ideia de construir uma *clínica da cultura* na qual a psicanálise surge como uma parceira possível do CEASM, pois, para além da escuta, doa sentido às estratégias autoemancipatórias implementadas por esta ONG, evidenciando como ela própria trata o laço social falido através de uma política do dom, de uma ética do *outrem* e do reconhecimento da dívida, assim como de uma estética de valores.

Esse grande projeto surgiu com o objetivo de emancipar aquela fração do social carioca das forças de dominação e exclusão, por meio de projetos e programas educacionais e culturais, estruturados em redes, e abertos não só às dezes-

seis comunidades que integram o Complexo da Maré, como também à cidade como um todo, explicitando nessa ideologia libertadora e integradora o compromisso que os participantes tinham e têm com a cidade do Rio de Janeiro e com a contribuição que podem dar à sociedade brasileira. Afirmam, desde a fundação da ONG em 1997, seu desejo de participar culturalmente e intelectualmente na necessária transformação do país. Para além da dádiva do samba e de outras manifestações da vida cultural do país.

Minha ideia central é que esta ONG esteja realizando uma “clínica da cultura” a partir de seu desejo de mobilizar aquelas populações de modo que construam para si próprias uma vida melhor e mais justa. Ela se dá em torno da transformação dos indivíduos assujeitados ao medo, à violência, à falta de oportunidades e de acesso aos bens, em sujeitos/agentes de sua própria emancipação singular e coletiva através da educação, da cultura e de uma consciência política tornadas acessíveis a todos *pelo seu próprio empenho*. Meu testemunho participativo como uma psicanalista que se dispõe a ouvir *politicamente* um grupo que possui um ideal transformador das condições de seu território ocorreu “em campo”, na Maré, apenas em parte desse percurso. Entretanto, as intensidades do que vi e ouvi constituem uma fonte inesgotável sobre a potência de transformação que o desejo é capaz de desencadear e realizar coletivamente, assim como fonte de um genuíno *espírito público*, que não se encontra em palanques, mas, no caso, na memória das palafitas, do medo das doenças e afogamentos das crianças que, num passado mais ou menos recente, fez aquele povo se unir e aterrar o próprio chão, desafiando o abandono do Estado.

Por meio de minha escuta desse processo singular de libertação histórica e pacífica das condições de opressão, procurei colaborar, perlaborando os resultados dessas ações refletidas, criadas e postas em prática pela ONG CEASM com os participantes dessa ONG. Fui tomada pela impressão de que também ia me tornando *communitas*², através dessa prática psicanalítica nova e inesperada. Isto é, ouvir e enun-





ciar com eles os meandros do seu desejo – desejo de vida com dignidade e alegria, desejo de autonomia, de acesso aos bens comuns –, assim como permitir falar, fazendo a crítica do processo autoemancipatório, de suas estagnações, dificuldades e resistência ao novo. Nesse processo, no qual também me incluía, à medida que me tornava literalmente intérprete da “miséria psicológica das massas”³, espantava-me diante das possibilidades que pertencem à psicanálise ao fazer uma escuta polifônica na qual os sentidos se potencializam em cadeia, contribuindo para novas formas de subjetivação acontecidas com o outro, diante do outro, em relação a quem então saberemos nos tornar reconhecidos e solidários. Fica assim relançada, de outra forma, a questão da dívida simbólica e de seu reconhecimento que *obriga* a transmitir ou passar o dom (cf. nota 1) da linguagem, da doação de sentido, do pensa-

»
espantava-me diante das possibilidades que pertencem à psicanálise ao fazer uma escuta polifônica na qual os sentidos se potencializam em cadeia

mento que nasce do *pathos* – ou seja, daquilo que é comum –, encontrando junto com o outro novas formas de existir, de fazer laço para constituir outras realidades mais ricas e alegres.

Desde esse início, gostaria de fazer um deslocamento que parte da ideia *moderna* de *crítica da cultura* – compreendida de modo geral pelos psicanalistas, depois de Freud, como afastada ou de certa forma *imunizada* contra uma escuta *política* junto ao coletivo – para transformar-se numa *clínica da cultura* – ideia contemporânea, onde o político é o *comum*. Este *comum* que se auto-organiza a partir de seres humanos singulares movidos pelo desejo de transformar seu território, revogando “por atos e palavras”⁴ as condições impossíveis de vida, de barbárie explícita a que estão submetidos, mas não acostumados.

De certo modo ultrapassando a modernidade de Freud e criando um distanciamento em relação à ideia de *crítica da cultura*, essa experiência passou a ter o sentido contemporâneo de criar condições para que a psicanálise se responsabilize mais amplamente por sua própria presença no mundo, especialmente pelos acontecimentos cruéis de nosso tempo. Neste *amplamente* reside um *sensivelmente*, que apela para a presença do psicanalista nas diversas formações sociais, numa busca conjunta, embora diferenciada entre as partes, por novas saídas para o mal-estar. Importante lembrar que, como ocorre na clínica particular, essas respostas já fazem parte do saber de quem se está à escuta – no caso, do coletivo *favelado*/moradores de comunidades populares e que, subversivamente, mostrou-se detentor de chaves preciosas para a transformação do convívio impossível nas grandes cidades.

- 1 Antônio Carlos Pinto Vieira, Claudia Rose, Jailson Souza e Silva (originário da Vila da Penha), Eliana Souza e Silva, Lea da Silva, Edson, Luiz Antônio e Silva.
- 2 A elaboração do filósofo italiano Roberto Esposito (2003) é fundamental para esclarecer aquilo que poderia mover estruturalmente os participantes dos movimentos sociais, fazendo um novo tipo de laço, do mesmo modo que deixa entrever o que seria uma psicanálise que se torna *communitas*. Esposito trabalha o *com* de *Communitas* como *estar exposto a*, *estar aberto a*; e o *múnus*, como dom ou doação *compulsória* em pagamento de uma dívida. O reconhecimento/pagamento da dívida não deve ser necessariamente feito ao outro que me deu, ou me criou, mas ao radicalmente outro, “ao *Estrangeiro*, que não tem comigo uma pátria *comum*” (Blanchot, 2001). Ou seja, trata-se de uma dívida estrutural com a alteridade radical, com o *outrem*. Certamente, ela tem especial interesse quando este *outrem* pode ser identificado à multidão de expatriados, refugiados, migrantes, foragidos, marginalizados, pobres e destituídos em geral, que vagueiam pelo mundo principalmente depois da Segunda Guerra, mas cujo êxodo se acelerou com os “ajustes estruturais” da era neoliberal, e que sempre existiram no Brasil e nos países do antes dito terceiro mundo, como pobres, negros, analfabetos, moradores de favelas e toda a gama de marginalizados dos circuitos de produção, inclusive, cultural. Esposito trabalha o homem moderno como sendo o *immunitas* – aquele que se coloca *imune* ao pagamento da dívida, *isento* de pagá-la. Em contrapartida, o *communitas* – que procuro aproximar do homem contemporâneo, o qual excede em muito o pós-moderno – é o que está aberto ao seu reconhecimento, e que por isso mesmo é expropriado do seu eu, que deixa de ser uma fortaleza que o isola do *contágio* do outro. Esse pagamento/reconhecimento descentra o sujeito em relação aos desejos soberanos do eu, fazendo-se assim refém do outro em sua própria morada, esvaziado de si num movimento de sair de si em direção ao outro.
- 3 S. Freud. “Psicologia de las massas y análisis del yo” (1924).
- 4 A expressão “por atos e palavras” figura na *Poética* de Aristóteles, quando ele se refere à construção da *polis* grega.





é preciso responsabilizar ética e politicamente essas pessoas que procuram auxílio na busca de sua maioria coletiva

50

PERCURSO 44 : junho de 2010

A partir desse reconhecimento, pareceu-me possível afirmar como possível a vinda de uma *Clínica da cultura* onde o saber psicanalítico, castrado, assim como a escuta participativa que porta essa marca, são apenas *parceiros* de uma autoemancipação já em curso, capaz por ela própria de engendrar, no seu processo com Eros, múltiplas formas, táticas, desvios que se revelam como os “meios indiretos” de Freud em “Por que a guerra?”. Ou seja, realizando assim um possível contraponto às forças de destruição, de ódio à diferença, de extermínio e de exclusão dos circuitos de bens comuns e trocas. Na sua “grande saúde”⁵, construída sobre a transfiguração da violência, do medo e do abandono, esses *sujeitos* da Maré nos mostram como vêm tratando o laço social destruído, diferenciando-se em sua autonomia das políticas assistencialistas de “inclusão”. Tais políticas partem de uma heteronomia do desejo e dos saberes das comunidades envolvidas, fazendo-se de fora delas, a partir do Estado brasileiro ou de outros (por meio de suas ONGs), constituindo apenas a face ou a estratégia mais humanizada do capitalismo tardio para continuar sua expansão e dominação depois do fracasso do capitalismo selvagem das décadas de 1980 e 1990.

Essa escuta psicanalítica a céu aberto – como escuta de nossa tragédia social brasileira – *resiste* ao ceticismo pós-moderno de duas maneiras: por apostar tragicamente na afirmação de vida que fazem esses transformadores sociais e também por desejar levar a psicanálise para fora do espaço restrito dos consultórios e das sociedades de psicanálise, contribuindo para que ela cumpra seu destino ético: tornar-se efetivamente uma *práxis* autoemancipatória, tanto para o indivíduo

quanto para o social. Ao assumirem suas singularidades pessoais e coletivas, responsabilizando-se pela sua autoemancipação e pela diminuição progressiva do mal-estar a que chegamos, *indivíduo* e *coletivo* transfiguram-se, simultaneamente, em *sujeito* (*communitas*) e em *comum*. De acordo com essa concepção, *crítica e clínica da cultura* se auto-engendram, assim como *sujeito* e *comum*.

Desse modo, a escuta desta experiência com a ONG CEASM não se constituiu de forma alguma como um instrumento para a realização de projetos assistencialistas ou paliativos da já citada “miséria psicológica dos povos” – expressão utilizada por Freud em 1924 para caracterizar o momento em que o laço social se desfaz. Pelo contrário, ela procurou ultrapassar a escuta individual – ligada ao autocentrismo que o sofrimento frequentemente causa –, *barrando* implicitamente as posições subjetivas de vitimização e carência, para dispor-se a ouvir o novo, o audacioso, o comum no sentido político de reinvenção da cidade a partir da favela.

Sabemos que uma escuta individual tem procurado se realizar sempre com as melhores intenções nas clínicas sociais das sociedades psicanalíticas para “pessoas de baixa renda” ou “por preços simbólicos”, ou recentemente “nas comunidades”, levando alguns psicólogos e psicanalistas a subirem o morro, ou a desembocarem em lugares inéditos para a sua experiência, como as “periferias” – munidos ou municiados pela solidariedade, mas também pela ilusão de que uma escuta individual sem projeto de transformação social concomitante poderá ser de alguma valia. Acredito que será preciso ultrapassar essa posição, sem excluí-la, para seguir na direção de responsabilizar ética e politicamente essas pessoas que procuram auxílio na busca de sua maioria coletiva, *integrando um projeto em que sujeito e comum se constituam reciprocamente*.

Sem que, em momento algum, haja a intenção de minha parte de obscurecer os méritos dessas iniciativas, e daquilo que as move – como a solidariedade⁶ já citada, e na qual se baseiam numerosas iniciativas espontâneas e louváveis, uma





vez que ela configura uma forma indireta de fazer justiça –, meus objetivos eram e são outros. Eles não se inscrevem em medidas preventivas da violência, pois não querem controlar nada, nem paliativas do sofrimento psíquico individual e coletivo que estará sempre presente, de forma *abusiva*, nas sociedades que precisam ser transformadas profundamente como a nossa. Diferentemente de uma escuta que se faz por uma atenção flutuante, disponibilizei-me para fazer uma *escuta da resistência ao aniquilamento*, resistência essa que não se faz com sintomas – como na possível resistência dos sujeitos contemporâneos ao mal-estar através de suas “novas patologias” – mas como algo novo, por meio de uma invenção radical da vida, ou uma reinvenção.

O desejo de aproximar-me das experiências da ONG CEASM Maré⁷ precipitou-se a partir da decisão de assistir ao *Seminário Maré: Memória e Resistência*, realizado significativamente no Museu da República, pela rede Memória da ONG CEASM, em julho de 2004, aberto a todos, um ano depois de saber da existência da ONG. A qualidade das parcerias apresentadas durante as discussões, envolvendo participantes de diferentes esferas da sociedade carioca, e as intensidades democráticas que as povoaram, tornou esse Seminário um acontecimento inesquecível e mesmo sublime, pela exposição simultânea de fotos das várias fases de vida e de morte da favela da Maré, onde ela surgia em sua

»
*mal escondia minha urgência
em respirar também aquele sopro
que caracteriza os acontecimentos
criadores do novo, do audacioso, do
brilhante*

pobreza e abandono como o monumento vivo de uma resistência sempre exercida. Nessa exposição, dentro de uma das ricas salas do Palácio, as paredes eram cobertas por tiras de madeira, mime-tizando a precariedade das moradias – metáfora poderosa dos corpos minados por doenças e pela fome em outras décadas, e da existência impossível naquele local. O chão do Palácio, coberto por tapume naquela área, não só mostrava, mas fazia sentir sob os pés – num contraste terrível com a riqueza da República – a instabilidade e o medo com que andavam literalmente os moradores da Favela da Maré nos tempos das palafitas. O real propriamente dito, ao qual tive acesso pela arte que veio de lá.

Logo em seguida ao Seminário, entrei em contato com o CEASM, por meio da rede Memória, que havia organizado aquele acontecimento cultural e político como uma enésima *tomada da Bastilha*, sem muito barulho e nenhum sangue, mas com o rigor que caracteriza a lucidez e a determinação implacável de quem efetivamente deseja modificar as condições de vida de seu território... Mal escondia minha urgência em respirar também aquele sopro que caracteriza os acontecimentos criadores do novo, do audacioso, do brilhante que tem força e inventividade, pois já intuía e apostava que aquela *experiência* poderia tornar-se vital para muitos, para alguns milhares, talvez mais... A começar por mim.

Sob o impacto dessas intensidades, procurei examinar alguns aspectos da *experiência* do CEASM elaborando o *projeto de pesquisa e participação social na UFRJ*, o pós-doutoramento já citado, sem com isso surrupiar-lhe a grandeza, a impertinência com o instituído, a generosidade

- 5 A “grande saúde” é a expressão criada por Nietzsche e utilizada em alguns momentos de sua obra – como *Humano demasiadamente humano* e *A gaia ciência* – para relacionar a fragilidade do corpo (acometido por doenças e mazelas) à capacidade de mobilizar/experimentar pensamentos, valores, sentimentos e querer que se voltam para a criação ou para o conhecimento criativo.
- 6 Considero importante destacar o termo *solidariedade*, que já expressa, em algum nível, um deslocamento da *culpa* moderna, que nos fez reféns de sintomas neuróticos, para a positividade contemporânea da *responsabilidade*, assumida por adultos e jovens em relação às suas coletividades/comunidades/movimentos sociais.
- 7 Desejo que se expressou em seguida na elaboração e na realização do projeto de pós-doutoramento “Para além da mídia e do estigma. Análise de algumas experiências da ONG CEASM (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré), sua sistematização metodológica e possível aproveitamento por outras comunidades populares do Rio de Janeiro”, inicialmente na Escola de Comunicação/ECO/UFRJ, seguindo-se por um outro pós-doutorado na Escola de Serviço Social/UFRJ.





*tomada por tais sentimentos
e impressões, iniciei esse projeto
que nunca foi científico, mas sim
trágico, ao unir pathos e logos*

de seus fundadores e participantes ao doar o seu próprio tempo de vida ao outro, o caráter subversivo dos saberes “menores” (da tradição, da memória local e dos migrantes que vieram de longe) que derrubam, sem ser pela estratégia do saber-poder, os saberes “oficiais”, sem força para fazer vínculo e transformar coletivamente aquele território.

Objetivos? Recolher (*logos*), e *logo*, o imperdível, o que suscita *thaumatson* – espanto, maravilhamento pela sua luminosidade coletiva e singular – diante de tanta homogeneidade, mesmo, individualismos e irresponsabilidades que a cidade do Rio de Janeiro ostenta em relação às multidões das favelas e periferias sem acesso aos bens de todo tipo até bem pouco tempo. Soube enfim o que é vontade política, no sentido aristotélico do termo: vontade de construir em comum uma cidade “por atos e palavras”; passei a saber também o que é uma ética da alteridade, praticada por um grupo especial de moradores em relação aos milhares de outros ocupantes do mesmo território sofrido que começava a se mobilizar, através deles, para conseguir uma transformação radical impensável, sob o céu de uma barbárie rasgada, causada pelo abandono do Estado em relação àquelas populações, com direito a pequenas irrupções de consciência social por parte das autoridades, que nunca tiveram continuidade. Abandono no sentido forte do termo, de as populações serem abandonadas *aos bandos*, *aos bandidos*, independentemente de que lado estão. À barbárie rasgada da violência do Estado e do poder paralelo (sem desfazer as ligações íntimas entre elas), juntou-se a fina barbárie da indiferença ou da omissão cúmplice quase geral do resto da cidade, instruída em parte pela mídia⁸.

Tratou-se, portanto, de escutar e de pensar as condições, os impasses e os ganhos de uma experiência trágica, vivida não no sentido do catastrófico, mas no sentido nietzschiano do termo, onde a afirmatividade radical desse grupo de resistentes diante da vida inventa um caminho possível comum saído diretamente do impossível, do impensável daquela existência cruel e injusta. Desse percurso, do qual sou, em boa parte, uma testemunha entusiasmada, jorra uma alegria inédita, trágica – a *allegresse* dos pássaros que sobrevoam, cantando, paisagens de esquecimento e assassinio quando se sentem livres.

Tomada por tais sentimentos e impressões, iniciei esse projeto que nunca foi científico, mas sim *trágico*, ao unir *pathos* e *logos* na busca de um saber sobre a *vida viva* das populações aliadas das trocas, mas que possuem em comum um desejo vigoroso de transformação em favor de uma maior igualdade de condições e de acesso aos bens. Vigoroso porque nascido de seu próprio questionamento e de seu desejo de mudança, de desalienação das forças de opressão. Temos aqui o trágico de Sófocles e o de Freud ao desejar abolir a tirania de Um, ou de alguns, na criação de um novo humano, de um novo *ethos*, de um novo pacto mais justo.

Aos poucos, percebi que as estratégias de comunicação comunitária implementadas brilhantemente pela ONG não eram instrumentos suficientes para protagonizar a dissolução da discriminação e do estigma que se abatem sobre as populações faveladas, mas que foram necessárias uma política, uma ética e uma estética para que a ONG CEASM conseguisse atingir os níveis performativos de transformação do território que vêm atingindo, inclusive com repercussões em âmbito nacional⁹.

Orientada por esse novo olhar, fruto de minha presença semanal, da escuta, das discussões, e principalmente pelo retorno precioso da própria ONG, assim como de plateias bastante heterogêneas, também das dificuldades que encontrei no caminho – acirramento da violência com o aparecimento das milícias, falta de cola-



boradores –, procurei avançar elaborando um pensamento que introduzisse esta utopia contemporânea em vias de realização na Favela da Maré. Diferentemente de uma utopia moderna, ideal e irrealizável, ela vem se extraindo e consistindo nas experiências pensadas e implementadas pela ONG desde 1997¹⁰.

Através da inusitada parceria da psicanálise com a potência performativa e subversiva dessas populações – que não se deixam aliciar pelo jogo perverso do capital –, proponho que a expressão *comunidade*, tão em voga entre nós, e que partiu

8 A comunicação exercida pela mídia tradicional está profundamente implicada neste esquema de dominação/alienação a partir de suas estreitas ligações com o racismo de Estado brasileiro que atua como uma das maiores forças destitutivas da potência instituinte e constituinte das favelas e periferias – das “comunidades que vêm...”, mesmo apesar dele. *O racismo de Estado* é um dos principais instrumentos do biopoder, forma paradoxal de poder sobre a vida, elaborada por Foucault na década de 1970, que protege e estimula o crescimento e o desenvolvimento de determinadas populações da sociedade, e, por outro lado, sacrifica outras (as das favelas, por exemplo), no sentido forte do termo. Foi possível perceber, a partir da resistência do CEASM, a incompatibilidade do capitalismo em relação à democratização dos saberes, dos quais as comunidades populares e pobres ficaram desde sempre alienadas, ao mesmo tempo que seus saberes tradicionais, regionais e locais são assujeitados, desvalorizados e ignorados pelos saberes das classes dominantes. Manobra perversa evidente para torná-las inaproveitáveis e, portanto, descartáveis e *matáveis*.

9 Como por exemplo, a criação do *Museu da Maré*, em 2006, símbolo da resistência destas comunidades durante décadas, e clímax da produção da rede Memória do CEASM; o *Censo Maré – 2000*, produção maior da rede Observatório Social, que também foi pioneiro no país como primeiro censo organizado por uma ONG nascida em favela, em parceria com instituições federais (IBGE) e estaduais; o *Jornal Comunitário – O Cidadão*, produção maior da rede Comunicação com uma tiragem trimestral mantida de 20.000 exemplares, distribuídos gratuitamente pelas comunidades da Maré há anos, em parceria com a Ediouro.

10 Além de apresentado em parte em mesas-redondas no Centro de Estudos do IPUB/UFRJ (2004) e no CPRJ (2005), foi motivo de uma conferência na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais – E.H.E.S.S –, em Paris, 17/10/07, a ser publicada em 2010 nos *Cahiers sur le Brésil Contemporain*, revista da Escola, de distribuição europeia; também, no mesmo ano, foi apresentado no II Congresso Internacional de Trabalho Social e Psicanálise, em Montpellier, em outubro de 2007; e ao responsável pelo Departamento de Estética da Educação da Universidade Paul-Valéry (Montpellier III), também coordenador do grupo de pesquisas sobre *Periferias*, o que resultou no convite para realizar um Seminário na pós-graduação desta universidade sobre o tema Comunidade e Identidade

11 J. Austin, *Quand dire, c'est faire*.

12 Ver o impasse entre Antígona e Creonte, na *Antígona* de Sófocles, cada um defendendo uma *dycké* (justiça) a propósito do sepultamento de Polínice.

nas tragédias de Sófocles,
eram expostas e discutidas questões
primordiais para o homem

dos próprios moradores das favelas em geral, seja um signo antecipatório do desejo por uma nova vida – por uma vida em comum que valha a pena ser vivida. Nesta nomeação se anuncia e se *enuncia performativamente* (“quando dizer é fazer”¹¹) esta utopia do comum, visivelmente em realização na Maré. Desejo este que me parece recalcado na nomeação *favelado*, mas que emerge no presente sob a forma da nomeação *comunidade*, que antevê ou antecipa, às vezes apenas subjetivamente, a utopia de uma organização política-ética-estética instituinte para construir uma transformação possível – que já está vindo, como nos mostra não só a Maré, mas tantas outras *comunidades*.

Como a psicanálise pode contribuir para a vinda de uma clínica da cultura?

Foram várias as fontes em que Freud se inspirou para criar a psicanálise como uma *práxis* teórico-clínica que possuísse efeitos libertadores tanto sobre o sofrimento psíquico individual quanto sobre a “angústia social”, tal como ele denomina mal-estar em “Mal-estar na cultura”. Entre elas, e de forma especial, o autoquestionamento trágico do homem grego do século v a.C. Nas tragédias de Sófocles, eram expostas e discutidas questões primordiais para o homem como o direito que se poderia ter sobre *outrem*, sobre a justiça humana como impossível ou indecível¹², sobre a autoridade, no contexto do desejo nascente e ambivalente de separação entre humano e divino. Nelas, estariam ainda expostos os limites do humano, sua finitude, assim como a indeterminação e imprevisibilidade da existência – a



*psicanálise emancipatória,
inclusive do social, não se recusa
a considerar valores, e se embrenha
na dimensão social*

começar pela própria linguagem, desde sempre fonte de equívocos e armadilhas. É então deste palco de questionamento montado a céu aberto nos primórdios da democracia ateniense que a psicanálise se alimenta em termos de sua potência autoemancipatória. Contracenando com essa vontade de potência do humano, que outrora parecia desejar se separar da vontade de poder opressora e onipotente dos deuses¹³, coloca-se o outro pilar da invenção psicanalítica: sua outra origem, no século XIX, como ciência moderna, e, portanto, ciência da investigação, alimentada pela vontade de poder da técnica. Essa dupla origem será responsável pelos inúmeros paradoxos da *práxis* psicanalítica.

Segundo Vital-Brazil, a emancipação começa com o reconhecimento de que no mundo vivido das significações nada existe que não seja social e histórico, e que tudo é, em última análise, *político*¹⁴. Esta psicanálise emancipatória, inclusive do social, não se recusa a considerar valores, e se embrenha na dimensão social como uma forma de análise crítica, tornando-se uma *teoria crítica da cultura* – ou melhor, uma *clínica da cultura* – que precisa reunir uma ética, uma estética e uma política em torno de seu constructo fundamental – o inconsciente –, para tentar minorar ou tornar vivíveis os paradoxos decorrentes de sua interação com as outras estruturas psíquicas, do que é reflexo nossa interação com o outro, sempre desconhecido, e fonte constante de mal-estar.

A psicanálise está sempre em *crise*, o que, em grego antigo, significa que ela está sempre em condições de emitir juízos, julgamentos e decisões, e não de se omitir, afastando de si, desse modo,

o ceticismo da neutralidade. Isso supõe que ela possa construir, na fronteira com outros saberes e práticas, um presente e um porvir norteados pela direção de justiça, abrindo-se às experiências emancipadoras da ordem hegemônica neoliberal que acontecem em todo o mundo, mais precisamente a partir dos anos 1970-80, quando se acirram as desigualdades e a violência impingidas a praticamente todo o mundo capitalista pelo poder de dominação de uma única nação com suas políticas de “ajustes estruturais” das economias capitalistas que tiveram efeitos desastrosos sobre as economias dos países emergentes, como o nosso, principalmente na década de 1990.

Acredito que as intervenções guiadas pelo horizonte ético da psicanálise – onde as questões do desejo e da dívida se impõem para fazer e manter o laço social – são de fundamental importância ao lançar luz sobre certas questões como o próprio estigma e sua refratariedade. Graças a um instrumental singular que lhe permite ter um olhar bem diferente do construído pelas Ciências Sociais, a psicanálise aproxima-se de territórios conceituais não explorados por essas ciências como trauma, vazio simbólico, narcisismo constitutivo do sujeito, destituição narcísica dos povos favelados (assim como uma outra destituição narcísica, desta vez, desejável, em relação aos agentes que fazem as “intervenções” nas comunidades), a violência da intervenção, a ocupação simbólica, a exclusão dialética do outro no jogo mortal do *ou eu ou o outro*, o ódio à diferença, e a reprodução do mesmo, inclusive na refratariedade do estigma – todos articulados em maior ou menor grau às pulsões de morte.

Por que o CEASM?

Retomo agora, com mais detalhes, a fonte e, ao mesmo tempo, protagonista desta “clínica da cultura”, ou seja, as contribuições surpreendentes da ONG CEASM para a sociedade brasileira, que podem nos abrir o pensamento para conceber, com eles, a construção subversiva de uma outra ética,





extraída das experiências comuns, desejadas, pensadas e postas em ação coletivamente pelas camadas mais destituídas da população brasileira, das quais o grupo fundador do CEASM e suas “novas gerações” se destacam de maneira especial pelo brilhantismo da concepção e pela riqueza de suas realizações.

Como já foi visto anteriormente, esta ONG foi criada por um grupo de moradores recém-formados na década de 1990 em universidades públicas estaduais ou federais, ou ainda particulares como a PUC, e vem desenvolvendo há quase treze anos – mesmo após a cisão do grupo fundador em 1998 – uma verdadeira *práxis* cuja meta é a transformação social daquela região da Maré através do acesso coletivo aos bens culturais, educacionais e políticos – patrimônio de todo o povo brasileiro. Esses rapazes e moças tomaram em conjunto a deliberação de realizar o “desenvolvimento local” daquele território, em lugar de abandonar a região, em busca de horizontes menos adversos. O pilar de fundação do CEASM foi a criação do curso Pré-Vestibular Comunitário, em 1977, com o auxílio de uma fundação, e a cobrança de preços simbólicos de matrícula/mensalidade para os alunos, com o objetivo de pagar os professores (todos fundadores da ONG). Este ato marcou o *retorno político* dessas pessoas ao território sem que jamais tivessem partido da Maré. Nesse retorno, *pulsava o desejo de realizar com aquelas populações as metamorfoses necessárias para o acontecimento ou o advento do comum, que poderíamos desde já chamar de pulsão utópica coletiva*¹⁵. Esse ato institucional fundador lançou

»
*esses rapazes e moças tomaram
em conjunto a deliberação de realizar
o “desenvolvimento local”
daquele território*

também o mais importante: as condições concretas de circulação da dívida simbólica.

Encontramos aqui o que chamo de “uma utopia em vias de realização”, pois se trata de constatar e testemunhar as formas pelas quais o projeto afirma a vida, suas forças, seus valores, a despeito dos grandes obstáculos, impasses e impossibilidades, sem ficar submetido à assistência ou à responsabilidade de um Estado brasileiro demissionário, ou pelo menos bastante ambivalente quanto a sua política em relação às camadas mais pobres da população brasileira, até pelo menos o governo Lula. Ou seja, O CEASM sempre foi soberano quanto às suas deliberações, mesmo quando elas envolviam as verbas das parcerias.

Esperamos poder mostrar nas linhas que seguem que *esta utopia contemporânea – na realidade, a utopia de uma democracia por vir – está se realizando como uma ética de fronteira entre moderno e contemporâneo, onde o culto ao individualismo próprio à modernidade é superado pela ideia de comum como a conquista de direitos e responsabilidades compartilhadas pelo próprio desejo das multidões, no que se afasta de uma ideia de cidadania a serviço da manutenção do Estado e de seus interesses.*

O CEASM não é o único movimento social nascido das favelas ou das periferias pobres no Rio de Janeiro, mas apresenta condições bastante singulares que me levaram a pensar nas possibilidades que temos contemporaneamente para constituir concretamente um novo pacto social referido à ideia de *comum*, e não mais a um social dividido em classes, fragmentado pela experiência capitalista perversa do neoliberalismo.

13 Disso é exemplar a transgressão de Édipo ao estabelecer um inquérito para apurar a morte de Laio, em *Édipo-Rei*.

14 H. Vital-Brazil, “As ideologias do desejo, utopias e inconsciente político”, p. 17-39.

15 A pulsão utópica coletiva pode ser compreendida como uma vinculação ética entre pessoas, fundada no reconhecimento da dívida simbólica, que cada um tem com o outro compulsoriamente, mesmo que seja inconsciente – recalcada, denegada, recusada ou rejeitada –, e que passaremos a examinar mais adiante. Sendo uma ética baseada no reconhecimento da dívida, ela estrutura o exercício de uma política do dom (estratégias), assim como uma estética de valores vinculativos (meios ou táticas), mais do que almejar uma simples troca ou reciprocidade.



*considereei que a principal tática
para realizar sua estratégia
é a produção/reprodução
do laço social em outros moldes*

56

PERCURSO 44 : junho de 2010

Consideramos que o nome “desenvolvimento local” é uma astúcia – no sentido da *métis* grega como forma de inteligência conjuntural, ágil, que transforma o pior em menos pior, ou mesmo em melhor –, empregada pelo grupo fundador para colocar o capitalismo em seu estágio atual ao serviço das transformações necessárias àquela região – transformações que ultrapassam em muito a emancipação da pobreza e da violência. *O projeto do CEASM é um projeto axiológico, uma fonte de valores democráticos e solidários para a sociedade brasileira, cuja disseminação, tão desejada, possa contribuir para constituir uma outra mentalidade – uma práxis do comum –, que recuse as supremacias e os individualismos em vigor na modernidade, que só conseguiram trazer um incremento do mal-estar no contemporâneo.*

Desse modo, com dissemos anteriormente, o projeto de transformação crítica dessa ONG, desde a sua fundação, tem como finalidade realizar uma transformação local radical por meio da cultura e da educação, da revalorização e da partilha do saber com bem coletivo e patrimônio imaterial nacional. Seus objetivos se materializam de diversas maneiras, com vários projetos diferenciados que se estruturam em redes, na área da educação, da cultura, da comunicação, da memória e da geração de renda e trabalho¹⁶. Iniciou suas atividades com um pré-vestibular comunitário em 1997, que conseguiu levar mais de 500 estudantes às universidades, e atualmente atinge milhares de moradores.

As redes conectam estratégias para integrar o saber local ao regional e ao nacional. Para isso, os jovens e demais participantes moradores da Maré recebem bolsas, orientação e forma-

ção profissional, ética e política. Essas atividades são desenvolvidas com base em parcerias realizadas com os poderes públicos, empresas públicas e privadas, ONGs, instituições e pessoas físicas. Exemplos delas são ou já foram: Petrobras, Light, FAPERJ (apoio indireto), Infraero, Unibanco, Governo do Estado, Ministério da Cultura, Governo de Baliares (Espanha), Grupo Votorantin, BP (Petróleo Britânico), Embaixada do Canadá, entre outros, e com direito a interrupções, rupturas, atrasos que transformariam esta utopia contemporânea realizável numa missão impossível se não fosse a extraordinária capacidade que os participantes têm de *perseverar em seu desejo*.

Como dar consistência teórica
à singularidade da experiência do CEASM?

Partindo para uma elaboração mais teórica, gostaria de perguntar em que o CEASM pode nos ajudar a pensar e a dar uma consistência teórica às forças e às motivações em jogo nos movimentos sociais nascidos nas favelas do Rio de Janeiro; e a me questionar como ele escapa dos esquemas de “inclusão social” – refêns do neoliberalismo “humanizado” – para criar o novo? Qual seria a sua contribuição para a restauração/reestruturação do *laço social* nas grandes cidades num contemporâneo avassalado pelas experiências neoliberais que apenas se somaram ao desejo de fechamento sobre si mesmo do homem ocidental urbano?

Considereei, depois de tudo que ouvi e vi, que a principal tática para realizar sua estratégia, implícita em toda essa experiência que já dura quase treze anos, é a produção/reprodução do laço social em outros moldes, reestruturando o laço social falido, esgarçado, que “liga” os membros não só de nossa cidade, como os que vivem em outras grandes metrópoles, pela rede da violência (gerado pelo desejo de exclusão) entre os moradores dos grandes centros e os das periferias, e nas sociedades globalizadas em geral – uma “ligação” que se tece em torno do medo, do horror ao diferente, do individualismo.





Diferentemente disso, o CEASM tem “trata-do” o laço social, inaugurando talvez uma *clínica da cultura* na Maré, como já me referi anteriormente ao nos mostrar novas formas de criar laços sociais, dessa vez de natureza vinculativa e crítica, afirmativa, aberta ao outro, por meio de uma experiência de ordem ética, estética e política que possa levar em conta e adiante tanto os sujeitos singulares que constituem as multidões da Maré quanto o coletivo de suas 16 comunidades. Ou seja, o CEASM vem realizando o que se configura como uma utopia do comum – uma utopia de características contemporâneas (e não modernas) *ao procurar realizar o mais difícil: unir a utopia individual à utopia coletiva*, em seu desejo de tornar o impossível possível por meio de suas invenções. Talvez resida neste ponto precisamente a grande astúcia dos formuladores e realizadores do projeto.

A constituição do comum

Procurei situar-me numa outra perspectiva de pensamento em relação ao *comum* no contemporâneo, pelo que me foi dado acompanhar, analisar e participar da experiência do CEASM. Primeiramente, recusando a herança da modernidade durante a qual o comum foi *desclassificado* como fonte de real para o pensamento, sendo relegado ao lugar de abstração que pairava sobre o conjunto de interesses individuais e não como

»
*procurei situar-me numa
outra perspectiva de
pensamento em relação
ao comum no contemporâneo*

produto da vida ativa e pensante. Consideramos que essa herança se expressa em termos do ceticismo pós-moderno, nostálgico, e crítico, no mau sentido, de descrença em relação aos movimentos afirmativos de nossa época.

Entre os autores que elevam o comum à “dignidade de pensamento” no contemporâneo, encontra-se Antonio Negri, para quem o comum é linguagem, é biopolítica, no sentido que faz e se refaz na vida produtiva do dia a dia. É criação de uma *multidão* que age exercendo sua potência performativa através de microrrupturas e micropoderes numa temporalidade presente e inquieta (*kairos*), marcada pela decisão, pela ação e pela oportunidade. Seria possível pensar a partir dessas micropolíticas (e não mais de uma luta de classes) uma metamorfose ou uma transfiguração das condições de existência das populações desfavorecidas social e economicamente numa organização do *comum*? Esta questão respondida afirmativamente é parte de minhas hipóteses para o que se passa no CEASM. Entretanto, acrescento outros aspectos importantes.

Desse modo, a partir deste projeto trágico-acadêmico, em sua desmesura constitutiva, concluí que a constituição do comum se dá por meio das três dimensões já citadas que se autoengendram no CEASM: *uma ética, uma estética e uma política*, caracterizando-se por um modo de relação fundado no *reconhecimento da dívida* e no conceito *sacer*¹⁷ de *outrem*, em valores instituintes de fundação e constituintes de manutenção de um pacto, e numa política do dom, como será visto mais adiante.

16 Além de ocupar um prédio de três andares no morro do Timbáu, e em Nova Holanda, o CEASM tem outro espaço que é Casa de Cultura onde está instalado o primeiro Museu de Favelas do Brasil – o Museu da Maré. Antes de completar onze anos de existência, a rede Educação continuava a ser sua rede mais notória. Além delas, funcionavam as redes Memória, RETEM (Trabalho e Educação), Cultura, Comunicação, Observatório Social. A estruturação em redes temáticas favorece o desenvolvimento e a potencialização de projetos distintos e articulados. Depois da cisão dentro do CEASM, ocorrida gradualmente entre 2005 e 2008, as redes vêm tomando uma nova configuração.

17 O conceito *sacer* de *outrem* (tomado em Lévinas, Blanchot) diz respeito ao horror que o *outrem* como outro radicalmente desconhecido suscita em nós. Segundo Freud, em “Totem e Tabu”, *sacer* é paradoxalmente sagrado e impuro, inspirando temor e repulsa.





*a religião do homem moderno,
seu deus, seria o eu;
seus rituais: as maquinarias*

A ética do comum

Ela se desdobra na ideia de dívida, do *outrem*, e dos “incondicionais impossíveis”.

Minha abordagem da dívida como elo fundamental do comum é transdisciplinar, deslocando-se pela filosofia, psicanálise, antropologia, literatura. Tradicionalmente, pelo menos na psicanálise e na literatura, é com palavras que se paga a dívida. Isso me parece pouco, ainda permanecendo muito moderno, muito autorreferencializado. Talvez seja possível estremecer a psicanálise e a literatura, levando-as a sair de uma certa clausura narcísica – que acontece frequentemente nos consultórios de psicanálise e numa certa escrita que pretende colocar seu valor literário tão somente no descentramento do eu do escritor, dos personagens, e de uma deriva sem fim que bem caracteriza o pós-moderno no seu niilismo.

Como exemplo da clausura estruturalista da primeira, Lacan denominou a dívida de *dívida simbólica* e teria a ver com o fato de sermos falantes e assim estarmos em dívida com a linguagem que introduziu a Lei (o interdito) no início dos tempos. Em “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”¹⁸, Lacan diz que a linguagem nos dá o dom da fala, tornando-nos com isso devedores (desse Outro que é a linguagem). Méritos do estruturalismo à parte, sabemos que se não houver um *outro* que libidinalmente nos *faça dom* deste dom estrutural da linguagem, seríamos todos réplicas de “Kaspar Hauser”, personagem antológico do filme de Werner Herzog, que é afastado pelo pai de todo convívio humano – e portanto da fala humana – é amarrado num calabouço. Aos vinte e tantos anos, Kaspar não fala.

Emite sons. Ou seja, este Outro transcendente que Lacan assinala e com quem estaríamos em dívida é possibilidade ou potência humana, e não se atualiza necessariamente. Esta atualização se dá na imanência dos afetos, veiculados pela comunidade humana.

Seguindo a elaboração de Esposito, na nota 2, considero possível transpor do plano individual para o plano coletivo ou da cultura as suas categorias de *immunitas* e *communitas*, Dir-se-ia quanto ao *immunitas* (homem moderno) que o pagamento da dívida, na Modernidade, foi inibido, obstaculizado, e até impedido pelo autocentramento do homem (moderno) que erigiu um culto crescente ao individualismo – tempo este que se poderia chamar de “período de neurose obsessiva da humanidade”. A religião do homem moderno, seu deus, seria o eu; seus rituais: as maquinarias que desde o século XVII asseguraram consecutivamente a soberania do Estado-nação, a disciplinarização dos corpos e agora o controle do movimento e do tempo na sociedade mundial globalizada pelo capital financeiro.

De acordo com uma de minhas hipóteses, a passagem do moderno ao contemporâneo implicaria a passagem do *immunitas* ao *communitas* – ou seja, a possibilidade ética de fazer o reconhecimento da dívida que se tem com o *outrem*.

Ainda a dívida. Na Antropologia, Marcel Mauss, em seu *Ensaio sobre o dom – Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*¹⁹, de 1925, criou uma verdadeira subversão ao colocar a dívida no circuito do dom, e com isto afirmar que o dom era uma forma originária ou arcaica da troca que obrigava uma retribuição, embora fosse aparentemente livre e gratuito. Ou seja, antes da troca existe o dom – que não é incondicional, uma vez que apela compulsoriamente para que seja feita uma retribuição, um outro dom por parte daquele que recebeu. Em outras palavras, o dom cria a dívida, estruturalmente, sabemos hoje. Por meio da riqueza de seus trabalhos etnográficos junto às populações afastadas dos grandes centros ocidentais, mais especificamente a região da Polinésia, Melanésia, noroeste americano, ele





pôde perceber que existiam três obrigações: dar, receber, dar por sua vez. E que o dom de um presente (recebido) de um doador cria a obrigação por parte do donatário (o que recebe) de retribuí-lo (que é diferente de devolver). Justamente sua questão privilegia o retribuir.

Pelos trabalhos de Mauss, pudemos ver que o importante da lógica do dom é que se cria uma *relação social*, um *laço social* entre membros de uma mesma tribo ou de tribos vizinhas, ou mesmo longínquas. Os tempos para se fazer o contradom (um outro dom em retribuição, selando assim a transação, mas *não* quitando a dívida que se tornará infinita) diferem para cada cultura. O tipo de dom também difere, podendo variar do dom agonístico (grandes presentes que estimulam a rivalidade e procuram romper com a reciprocidade, estabelecendo hierarquias – entre os quais o famoso *potlacht*) e os não agonísticos, onde o doador e o donatário *tornam-se solidários indefinidamente*. Tudo acontece de forma que as alianças se ampliem e sejam perenes, todos do clã do donatário tornando-se devedores dos membros do clã do doador, criando assim uma malha social onde todos se devem entre si. Isto é, a lógica do dom nessas sociedades é produtora de comunhões, alianças praticamente indissolúveis, crédito, combates, vínculos. *O dom é a condição da produção e da reprodução de relações sociais*.

Em sua obra instigante com os indígenas da Amazônia, o antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro (2008) dá sua contribuição sobre a lógica do dom. Diz que, para um índio, uma transação não termina nunca. Mesmo que seja pago tudo aquilo que foi combinado em termos pecuniários, ele vai atrás dizendo que você lhe deve ainda. Isso porque para eles a transação é uma relação que não termina nunca, é para o resto da vida. Pouco importa o objeto, ou melhor, ele só é importante para iniciar e selar a transação. O que



*o que os índios querem
é a relação – que extrapola
a transação. Todo dom
é uma relação interminável*

eles querem é a relação – que extrapola a transação. *Todo dom é uma relação interminável.*

A ética do *outrem*. Com a preocupação de repensar a ética, para além dos termos que a tradição filosófica nos legou, faço algumas observações a partir de Lévinas e de Derrida. *Para Lévinas, a ética é a filosofia primeira, e não a ontologia. Para ele, o que está em jogo desde o início não é o desejo de conhecer ou compreender o ser das coisas, mas a relação fundamental com o outro. Fundamental aqui tem o sentido de fundamento e de inauguração: o eu é fundado na e pela sua relação com o Outro. Essa relação é uma relação de transcendência que consiste em dizer o mundo ao outro. Desse modo, a linguagem instaura um mundo comum, colocando a relação de transcendência na imanência dos acontecimentos da vida.*

Lévinas nos propõe um novo modo de filosofia. Ante o absurdo do mundo, não podemos admitir a neutralidade da filosofia, nem a do saber. A filosofia, como pensamento *por vir*, deve responder a este chamado do mundo, assumir esta responsabilidade, e assim assinar o seu nome. Esta filosofia do terceiro, dos existentes, do *outrem*, é uma ética do infinito, pois se funda no imperativo de justiça que a torna refém no sentido de obrigá-la a construir um novo patamar de relações, onde a *responsabilidade deve ser distribuída entre muitos*, inclusive entre os vários saberes, reconhecendo a dívida que tanto ela – filosofia – quanto as ciências modernas, herdeiras da tradição metafísica, têm em relação ao *outrem*, como comum, como favelado, como aquele que não pôde participar de seu saber soberano. O terceiro como fundamento e finalidade na filosofia da alteridade de Lévinas conduz o próprio pensamento à noção de comu-

18 J. Lacan. “Função de campo da fala e da linguagem em psicanálise” (1953).

19 G. Dunley. “Um compromisso com o futuro da psicanálise – Resenha de *Ensaio sobre o dom*, de Marcel Mauss”, p. 161.





em Estados-da-alma
da psicanálise, *Derrida propõe
uma ética para além da pulsão
de morte freudiana*

nidade, mas a uma comunidade de plurais, e não a uma comunidade ideal.

Se não houvesse a intervenção desde terceiro na filosofia, se ela continuasse a seguir as filosofias da alteridade anteriores – que encaravam sempre o outro de uma forma dual ou especular, como o segundo na relação, como um *tu* – a ética persistiria em se delinear como uma filosofia da reciprocidade, como uma tentativa de harmonia e comunhão, e, por conseguinte, de retorno do mesmo. A filosofia agora não deve mais dizer respeito ao outro, mas a todos os outros que *nos* e *me* dizem respeito; já que o terceiro é o outro próximo, mas também é o próximo do *outrem* – do *tout-autre* ou do radicalmente outro – e não simplesmente o seu semelhante. Trata-se de um novo modo de pensar a proximidade como *responsabilidade dos sujeitos comuns*.

Essa *direção de justiça* é o que obriga a filosofia a assumir posições. *Responsabilidade e comunicação* a começar pelo seu próprio saber, e por como ele ecoa no mundo, assumindo para si uma *práxis* que admita que a violência disseminada pelo mundo lhe concerne e que sua tarefa deve assentar-se no desejo de enfraquecer o que há de tão violento.

Derrida, em seus textos dos anos 1990, procurou também ler a ética de outro modo, desconstruindo-a, liberando-a para nos remeter a uma extrema responsabilidade, sem álibis, e sem a possibilidade de constituir um código de regras. No que *desconstrução* e *ética* tornam-se termos equivalentes. Esse outro modo, como em Lévinas, só poderia vir na perspectiva da alteridade, uma alteridade irreduzível ao campo de onde se parte (da filosofia centrada no eu e

na consciência), e que precisa já estar aí de algum modo.

Considero que seria possível situar contemporaneamente esta alteridade radical no domínio *sem* domínio do comum, ao qual a psicanálise também pode se integrar ao se tornar *communitas*, deixando de se contentar com a alteridade radical do inconsciente, o que lhe deu a reputação de elitista, burguesa e outros, ao colocar-se como *immunitas* diante dos acontecimentos coletivos de todo o século xx, com exceção do próprio Freud.

“Os incondicionais impossíveis”

Em *Estados-da-alma da psicanálise*²⁰, Derrida propõe uma ética para além da pulsão de morte freudiana, que se materializaria em suas faces de pulsão de apoderamento do outro – seja ele o outro homem, a natureza – e da soberana crueldade a ela indissociavelmente ligada. Para avançar nessa direção, Derrida delineou no horizonte sem fronteiras de nosso tempo as figuras dos *Incondicionais Impossíveis* – o *dom incondicional*, a *hospitalidade*, o *perdão*, o *talvez*, os *indecidíveis*, a *vinda incondicional do outro* – que poderiam estar envolvidas em estratégias da “différance”, nas táticas dos “meios indiretos” ou dos desvios através dos quais Freud diz a Einstein ser possível driblar a pulsão de morte, embora jamais extirpá-la.

Veremos mais adiante que vários desses ditos *incondicionais impossíveis* “agem” como pensamento/direção na experiência do CEASM: a hospitalidade, a amizade, o dom, o talvez, o perdão – como verdadeiras políticas incondicionais, e, por que não dizer, universais.

A estética do comum: valores instituintes e constituintes

O trabalho sobre a rica experiência da ONG CEASM mostrou-me o indispensável *reconhecimento* dos valores instituintes presentes em seu ideário de fundação, assim como dos valores constituintes





que têm sustentado este novo pacto coletivo na Favela da Maré, firmado em torno de um saber que vem se tornando obra do comum. Só assim, acreditamos, podemos nos dar conta dos meios (valores) que tornaram efetivas as estratégias de transformação pensadas e implementadas pela ONG CEASM e direcionar esse conhecimento para um dos seus objetivos que é fundamentar políticas intercomunitárias que visem à dissolução do estigma de carência, de violência e de vitimização sobre as populações faveladas, sob pena de sermos cúmplices das meras ortopedias que se praticam nas comunidades a título de políticas públicas.

Passamos a nomear em seguida alguns valores que se destacaram como *valores instituintes* do CEASM, ou seja, valores pertencentes ao seu Ideário de Fundação.

- *O desejo de realizar uma utopia através da experiência*: criar um novo *ethos* na cidade do Rio de Janeiro a partir de uma transformação local, na favela, capaz de disseminar pela cidade os seus valores de resistência e de uma nova convivência.
- *Resistência*. As participações do CEASM funcionam pela afirmação e pelos agenciamentos, realizando uma forma de resistência que proponho chamar, com Derrida, de *resistência da hospitalidade*²¹. Ela se exerce contra o extermínio ou racismo de Estado que se desenvolve ou se espalha de várias maneiras: na ordem simbólica (pelo estigma, na grande mídia e fora dela), no social (desigualdades aberrantes em relação às condições ou meios para sair da pobreza, principalmente

20 J. Derrida. *Estados-d-alma da psicanálise*.

21 Consideramos muito importante destacar que o “tom” dessa resistência – que passamos a chamar de *resistência da hospitalidade* – exercida desde sempre pelos fundadores do CEASM, desde as mais precoces experiências comunitárias de resistência na Maré, não é o do antagonismo – não caíram nesta armadilha. É fácil fomentar ódio, a desconfiança, a descrença. Seu tom é o de uma resistência solidária, aberta aos agenciamentos mais variados, às parcerias de todos os tipos e níveis, que não as da pequena política. Juntamente com a *esperança* – que é um valor inestimável no ideário de fundação do CEASM –, ela regula as estratégias e as táticas de luta, destituindo-as de seus excessos. *Pois é preciso chegar lá*. G. Dunley, “Museu da Maré: memória da resistência”, p. 47.

22 J. Derrida. *Força de lei*.



“a Justiça é maior que o Direito,
e é impossível... Mas é em sua
direção que devemos caminhar”

[J. Derrida]

o acesso à educação de qualidade e a um ensino universitário comum e não “público”), na cultura (alienação dos bens culturais) e no real (assassinatos, torturas, prisões onde o racismo vigente no Brasil se explicita em todo seu esplendor); contra a face “incluidora” do capitalismo contemporâneo, que faz uso, como já foi dito, da estratégia do Desenvolvimento Sustentável e de uma de suas táticas tecnológicas e exploradoras, o Capitalismo Cognitivo.

- *Afirmção do potencial performativo* das multidões mareenses (16 comunidades constituem o Complexo da Maré, aproximadamente 132.000 pessoas) para a dissolução do estigma que pesa sobre as populações faveladas – e que se articula fortemente ao primeiro alvo da resistência citada acima, o racismo de Estado –, e aumentar, por meio de suas realizações, a consciência de seu imenso potencial político, humano e profissional.
- *Justiça*. Para além de procurar diminuir as injustiças relativas às desigualdades socioeconômicas, educacionais e culturais, através deste processo, pude ouvir – neste verdadeiro processo de inventário dos bens do CEASM – um anseio de *Justiça*. “A Justiça é maior que o Direito, e é impossível... Mas é em sua direção que devemos caminhar”²².
- *A identificação com o território* por meio das vivências de infância, adolescência e de lutas. Isso estará articulado a um dos valores constituintes do pacto transformador do CEASM.
- *A construção da memória local* tem-se mostrado efetivamente como a pedra fundamental do CEASM, em anterioridade cronológica





*trata-se na verdade
da construção de um presente
e de um futuro que possam
manter seu passado vivo*

62

PERCURSO 44 : junho de 2010

e lógica à criação do Pré-Vestibular Comunitário (primeiro projeto enquanto instituição), uma vez que seu embrião foi a tv Maré em funcionamento no início da década de 1990, e que lhe deixou todo seu acervo de vídeos, fotos, vhs. É também fundamental para a preservação vivificada de uma grande variedade de culturas dentro da Maré, permitindo a criação de múltiplos canais com o restante da cidade, a partir de trocas culturais (Exposição Itinerante de Banners, Arquivo Dona Orosina, Museu da Maré).

Este saber sobre a memória local mostrou-se um meio privilegiado de *instituir* a futura *emancipação dos saberes populares assujeitados* na região da Maré (da tradição, do folclore, dos migrantes, da cidade, dos vínculos, da família, da resistência, da história) e permitiu que houvesse a mobilização para a transformação, além de livrar a história da Maré do expurgo ao qual foi submetida pela memória oficial ou hegemônica da cidade, valorizando-a tanto internamente para populações da Maré, quanto fora (Ponto de Cultura do MinC, Museu da Maré). Acreditamos, portanto, que a memória, como valor instituinte do CEASM, acarreta uma grande mobilização produtiva e política: dentro do CEASM, atuando como um plano que atravessa todas as outras redes e projetos, e no sentido pretendido de emancipação das multidões, de seus “saberes assujeitados”²³ e práticas desvalorizadas. Mas, sobretudo, desencadeando uma reconciliação com o passado através da memória da resistência (Museu da Maré) e o aumento da consciência histórica.

Trata-se na verdade da construção de um presente e de um futuro que possam manter

seu passado vivo. Um passado a ser valorizado, individual e coletivamente, sem o que as experiências de vida perderão seu lastro, sua consistência, sua verdade, e ficarão recalcadas sob as imagens saturadas e superfaturadas pela mídia da violência, da carência e da vitimização. Onde se visa igualmente a construir a memória local, integrada à história da cidade do Rio de Janeiro e ao país. Consideramos que o Programa ou Rede Memória constitui um verdadeiro instrumento de *transformação do social em comum*, uma vez que a construção de uma memória coletiva a partir das narrativas singulares libera os afetos petrificados por uma história de dominação e de segregação dos saberes locais, que acabou determinando a exclusão dessas comunidades dos circuitos de trocas culturais, econômicas e políticas da cidade. Esta emancipação dos afetos permite às multidões heterogêneas que constituem a Maré estabelecerem novos vínculos de identificação entre si e com seu território.

A rede ou programa de memória lida e reconfigura os afetos, abrindo novos circuitos associativos, caminhos diferentes, novas formas de olhar a realidade. Trabalhar com a memória de uma multidão é mexer com a matéria-prima da transformação social, com a riqueza de suas experiências estruturantes ou traumáticas, seus costumes e aspirações coletivas, construindo as bases da autoestima e da confiança que efetivamente poderão colocar em movimento as forças de autoemancipação dessas comunidades, evitando insistir com políticas públicas que são mera ortopedia. Ou seja, com a memória, estaremos atuando *na base* das transformações possíveis.

Esta construção da memória local e integrada à cidade, ao país, permite o levantamento das histórias cruzadas que atravessam determinada população, versões ricas de uma história polifônica que, ao misturar realidade e ficção, fazem emergir então esses afetos a elas vinculados, liberando-os para novos investimentos. Por exemplo, ao reforçar os laços entre as pessoas entre si e com o bairro/cidade, atualizando sonhos/desejos do passado





no presente e, essencialmente, desfazendo o esquecimento que pesa sobre as favelas, fazendo do Rio de Janeiro “uma cidade partida”.

- *Tentar integrar a utopia individual à utopia coletiva.* É e foi o maior desafio, e sem dúvida a dificuldade maior que os fundadores do CEASM encontraram em seu caminho, para além das dificuldades interpessoais, e da falta ou da interrupção dos financiamentos.

Valores constituintes presentes no pacto pela transformação local

- *A criação de um curso pré-vestibular comunitário (PVC),* cujos professores seriam oriundos da Maré, e os alunos também. Assim como os coordenadores, mesmo se não fossem mais moradores do lugar. Este “ato” ético-político concedeu autoridade, legitimidade ao seu discurso formador. O objetivo era de se conseguir num tempo mínimo (4-5 anos de faculdade) universitários formados, ou já profissionais, de origem mareense, que pudessem compor uma massa crítica²⁴ transformadora da realidade local. É também função deste PVC formar pré-universitários que não cheguem tão imaturos à universidade, e possam discutir criticamente e com realidade o que lhes está sendo transmitido. Mais do que tudo, criar laços de identificação e pertencimento entre os participantes do PVC e seu território – a Maré –, até então tão desvalorizado por eles.

O pacto girou em torno do reconhecimento da *dívida* que esses jovens egressos das universidades públicas teriam para com as pessoas de suas comunidades. Tal como o grupo fundador,

23 M. Foucault, *Em defesa da sociedade*.

24 Massa crítica tem aqui os dois sentidos: o de poder realizar uma crítica, e o de ter uma quantidade de urânio suficiente para desencadear uma reação atômica numa usina de urânio. Sendo o urânio a metáfora da energia, ou da potência do coletivo.

25 Ele foi lançado depois de Fóruns de Construção que mobilizaram a participação de muitas instituições existentes na Maré (ONGs, escolas e outros).

»
*a memória faz vínculo,
se comunica, integrando
gerações, tecendo alianças*

eles poderiam voltar à Maré para formar novos universitários que pudessem igualmente levar adiante ou reforçar o pacto coletivo da transformação. Não sendo um projeto comunitário totalitário, esse reconhecimento da dívida pode ser feito em outros contextos.

- *Trabalho e patrimônio imaterial* em construção na Maré por meio da rede Memória. A memória atravessa todas as redes. Ela faz vínculo, se comunica, integrando gerações, tecendo alianças dentro e fora do CEASM (nas escolas, nas ruas, nas universidades). O Museu é o clímax deste trabalho material e imaterial da Memória, significando a mobilização de forças afetivas com produção de mais memória, sentimentos de pertencimento, coesão e desejo de insistir na resistência.
- *O poder constituinte do jornal O Cidadão – O jornal do Bairro Maré.* Essa mídia alternativa tornou-se um dos motores da transformação da Maré através do CEASM, pois ela faz laço entre muitas das 16 comunidades, levando informação local, do país, de forma crítica e muito bem escrita. Aberta à contribuição dos moradores, é um jornal democrático. A rede Memória tem uma página reservada para passar as informações sobre seus projetos.
- *O poder constituinte do Museu da Maré* que, recentemente, relançou democraticamente²⁵ o pacto coletivo ao se fazer visitar por milhares de mareenses que vieram ver e se emocionar diante deste monumento singelo à memória viva da resistência. Ele é o produto de toda a vivência da rede Memória, desde os seus tempos de tv Maré, e catalisa as transformações sociais em andamento.



*em nossa leitura, o contemporâneo
é um tempo afirmativo,
maior que o pós-moderno
natimorto pelo seu ceticismo*

- *Trabalhar em redes* marca a opção pelo coletivo por onde circulam afeto e informação.
- *Possibilidade de abrir caminhos diferentes, constituir projetos de vida emancipados inclusive de salário.*
- *Fazer questão da alegria, da confiança, da autonomia e da cooperação, da abertura ao outro.*
- *Busca de respeito, oportunidade e diálogo pelos jovens.*
- *Trabalho de formação crítica dos jovens, política, onde tecnologia pode se associar a pensamento.*

64

PERCURSO 44 : junho de 2010

A política do comum do CEASM

De acordo com minhas análises, a política do comum do CEASM se baseia na *lógica do dom*, da qual fazem parte a dívida, seu reconhecimento/pagamento, e a responsabilidade e solidariedade contraídas na construção desse vínculo social²⁶.

A possibilidade de reconhecimento da dívida em relação ao outro e de se constituir como doador – seja pela transformação do território, seja pela construção de um outro tipo de vínculo – pertence, pelo que venho tentando elaborar, ao contemporâneo. Em nossa leitura, o contemporâneo é um tempo afirmativo, maior que o pós-moderno natimorto pelo seu ceticismo, embora persista em certas posturas embalsamadas.

Como vimos anteriormente, é o *tempo* do *communitas*, temporalidade que é própria àqueles que se expõem ao reconhecimento e ao pagamento da dívida para construir o comum que se viabiliza pela passagem do *immunitas* (do homem

moderno, individualista, imune ao reconhecimento da dívida) ao *communitas* (o homem contemporâneo que deseja conquistar o seu tempo ao se expor a reconhecer o *outrem* como aquele a quem ele deve).

O que seria concretamente esta política do dom do CEASM?

Por isso queremos dizer, repetindo de outra maneira, que os membros fundadores do CEASM, em 1997, ofereceram às comunidades da Maré *um primeiro dom coletivo*: a criação de um pré-vestibular comunitário, gratuito, para que os jovens da Maré pudessem ter condições de acesso às universidades públicas (federais ou estaduais). Os fundadores eram os professores, e alguns continuam a ser até hoje. Nas palavras do antropólogo Malinowski, citado por Mauss²⁷ e por Freud²⁸, esta seria a dádiva ou dom de abertura – *the opening gift* –, que seria retribuída tempos depois pelo *cliching gift* – dádiva oferecida por quem recebeu, que sela a transação entre as duas partes, tornando-a indissolúvel de certa forma.

Esses jovens, tendo sido aprovados ou não nos vestibulares, passam a participar como colaboradores dessa *rede do dom* (retribuindo em tempos diferentes o dom recebido com seu próprio trabalho nas redes, inclusive tornando-se professores do pvc). Tal dimensão política do dom – que cria ou faz laço social num território minado, impossível – é uma das dimensões da *experiência de abertura democrática real do CEASM*, à qual se somam a da ética e da estética dos valores.

No CEASM, esse *indissolúvel* não diz respeito a que a troca de dons tenha que ser feita pelos mesmos parceiros – ou seja, retribuir exatamente a quem doou – mas à transmissão/ativação (indissolúvel) da lógica do dom. Ela cria a dívida que se traduz ou se paga por responsabilidade, compromisso, em desejar manter preservado o vínculo social estabelecido por aquela troca originária. A *práxis* de liberdade criada pelo CEASM não faz de seus devedores escravos, pois a política do dom se incumbe de deixar livres os jovens e todos os outros participantes das redes para alo-





carem seu trabalho vivo onde quiserem, inclusive fora da Maré, do Rio, do Brasil.

O dom maior recebido *nesta política do dom e da dívida reconhecida* foi, sem demagogias, o da liberdade com responsabilidade – que requer pagamento na mesma *moeda*, no tempo que for... Não ouvimos falar de culpa em momento algum, ao contrário, vimos muito alegria por tentar levar adiante este processo de dissolução do estigma pela potência constituinte das comunidades da Maré.

Com este ato performativo²⁹ de constituição do CEASM por uma equipe fundadora *doadora* de meios catalisadores para a transformação social naquele território, e das respostas afirmativas que vêm sendo obtidas ao longo de todo esse tempo, a potência constituinte do CEASM pode ser reconhecida (fora e dentro do território), pois ela é capaz de mobilizar produtivamente aquelas populações abandonadas à própria sorte, estimulando e recolhendo o labor criativo, crítico e alegre das comunidades da Maré.

A resistência por *meios indiretos* – que recusa a ferocidade da luta e que chamamos de *resistência da hospitalidade* – é uma tática muito difundida na política do CEASM, e se traduz na vasta gama de biopolíticas, agenciamentos, parcerias dentro e fora da Maré que mobilizam afirmativamente e afetivamente os participantes do CEASM e de seus projetos.

Para finalizar, ao ser indagado pela pesquisadora sobre o que seria a Política do CEASM, Antônio Carlos Pinto Vieira – um dos fundadores e coordenador da Rede Memória – diz

26 Este tema do dom e de sua importância para o contemporâneo como um tempo de novas possibilidades, diferente do pós-moderno e de seu ceticismo, foi trabalhado no Seminário O enigma do dom, realizado em março de 2008 no CPRI, e reapresentado como proposta neste ano. A experiência junto ao CEASM foi inspiradora para me aproximar deste tema que considero vital e que não foi muito abordado por Freud, a não ser sob a sua forma negativa na neurose obsessiva, e nas equivalências simbólicas; diferentemente de Winnicott e Ferenczi, e mesmo de Lacan, que, tal como citei no texto, nos fala do dom da linguagem anterior à lei. Ou seja, de um sim antes do não, mesmo que renuncie a isto logo depois no mesmo texto.

27 M. Mauss, *Ensaio sobre o dom*, 1925.

28 S. Freud, “Totem e Tabu”, 1912.

29 Cf. nota 12.

o Museu da Maré, criação
da equipe da Rede Memória
e de todas as comunidades, é a
metáfora viva dessa política do dom

que ela quer mostrar à sociedade que as populações da Maré podem responder afirmativamente aos investimentos (dons) feitos pelos parceiros por meio de projetos que emancipem aquelas populações de suas condições de exclusão do acesso aos bens coletivos. Ou seja, ele nos diz que seu trabalho os inscreve numa *política do dom*, como pudemos perceber, do momento em que se mostram capazes de reconhecer a dívida que os dons/ investimentos criariam, e retribuir com seu trabalho vivo, transformador e autoemancipatório.

O Museu da Maré, lançado em 2006, criação da equipe da Rede Memória e de todas as comunidades da Maré, é a metáfora viva dessa política do dom. Ele se fez de doações dos moradores da Maré: seus objetos preciosos, sagrados (como a embarcação de São Pedro doada por uma mulher que havia perdido toda a família e se desfaz dessa “imagem” padroeira dos pescadores da Maré, que estava com sua família desde o início do povoamento da Maré), objetos do dia a dia. O contradom (do investimento/dom feito no CEASM pelo MinC) é o reconhecimento do poder da resistência coletiva, vista nas fotos e nos objetos que denotam os terríveis momentos pelos quais as comunidades passaram (medo das águas, remoções, doenças, pobreza, tráfico), e a consciência da solidariedade inscrita no passado e no presente a partir daqueles objetos. E assim se tece o laço entre esfera pública e os moradores cheios de potência da Maré, fortalecendo seus laços entre si e com outras organizações presentes na Maré, que participaram inclusive dos Fóruns de Construção do Museu, fazendo daquele acontecimento um acontecimento democrático aberto a todos.



Referências bibliográficas

- Austin J.L. (1970). *Quand dire, c'est faire*. Paris: Seuil.
- Bataille G. (1943). *La partie maudite*. Paris: Gallimard.
- Blanchot M. (2001). Conhecimento do desconhecido. In: *Conversação infinita*. São Paulo: Escuta, p. 95-107.
- _____. (2001). A grande recusa. In: *Conversação infinita*. São Paulo: Escuta, p. 73-94.
- Cocco G.; Hopstein, G. (2002). *As multidões e o império*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Continetino A.M. (2004). Horizonte dissimétrico: onde se desenha a ética radical da desconstrução. In: *Desconstrução e ética – Ecos de Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Loyola, p. 131-149.
- Deleuze G. (1990). *Nietzsche e a filosofia*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (1992). *Post-scriptum*: sobre as sociedades de controle. In: *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Derrida J. (2001). *Estados-da-alma da psicanálise*. São Paulo: Escuta.
- _____. (1987-1998). *Psyché – Invention de l'autre. Psyché – Invention de l'autre*. Paris: Ed. Galilée.
- _____. (1997). *De l'hospitalité*. Paris: Calman-Lévy.
- _____. (2007). *Força de lei*. São Paulo: Martins Fontes.
- Dunley G. (2001). *O silêncio da Acrópole – Freud e o trágico – Uma ficção psicanalítica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/Fiocruz.
- _____. (2005). *A festa tecnológica – O trágico e a crítica da cultura informacional*. São Paulo: Escuta/Fiocruz.
- _____. (2005/2006). O patrimônio da memória das comunidades da Maré – Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade – IPHAN, *O Prelo – Revista de Cultura da Imprensa Oficial e Órgão do Conselho Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro*.
- _____. (2004). Uma leitura econômica – a parte maldita e o conceito de estrutura em psicanálise. *Cadernos de Psicanálise – CPRJ*, Rio de Janeiro: CPRJ, ano 26, n. 17, p. 129-141.
- _____. (2009). Um compromisso com o futuro da psicanálise – Resenha de *Ensaio sobre o dom*, de Marcel Mauss. *Percurso*, n. 42, jun., p. 161.
- _____. Museu da Maré: memória da resistência, *Revista Global* n. 9.
- Esposito R. (2003). *Communitas. Origen y destino de la comunidad*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Esteves A. *O Cidadão: um jornal comunitário na era da globalização*. Dissertação [Mestrado], Escola de Comunicação da UFRJ.
- Foucault M. (2005). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Freud S. (1914/1973). Introducción al narcisismo. In: *Obras completas*. Madrid: Biblioteca Nueva. v.2, p. 2017-2033.
- _____. (1915/1973). Consideraciones da actualidad sobre la guerra y la muerte. In: *Obras completas*. Madrid: Biblioteca Nueva. v.2, p. 2101-2117.
- _____. (1924/1973). Psicología de las masas y analisis del yo. In: *Obras completas*. Madrid: Biblioteca Nueva. v. 3, p. 2563-2610.
- _____. (1929/1973). El mal-estar en la cultura. In: *Obras completas*. Madrid: Biblioteca Nueva. v.3, p. 3017-3067.

- _____. (1933/1973). El porqué de la guerra. In: *Obras completas*. Madrid: Biblioteca Nueva. v.3, p. 3207-3215.
- Godélier M. (1996). *L'enigme du don*. Paris: Flammarion.
- Haddock-Lobo R. (2004). As muitas faces do Outro em Lévinas. In: *Desconstrução e ética – Ecos de Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Loyola, p. 165-192.
- Lacan J. (1992). Função de campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: *Escritos*. São Paulo: Perspectiva.
- Lazzarato M.; Negri A. (2001). *Trabalho imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Lévinas E. (2005). *Totalidade e infinito*. Trad. José P. Ribeiro. Lisboa: Ed. 70.
- Mauss M. (1950/2001). *Essai sur le don*. Paris: PUF [Ensaio sobre a dádiva. Lisboa: Ed. 70].
- Negri A. (2002). *O poder constituinte – ensaios sobre as alternativas da modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- _____. (2003). *Kairo, Alma Venus, Multidão*. Rio de Janeiro: DP&A.
- _____.; Hardt M. (2004). *Multidão – Guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record.
- _____. (1993). *Anomalia selvagem. Poder e potência em Spinoza*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Nietzsche F. (2005). *A gaia ciência*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2005.
- Ortega F. (2002). *Para uma política da amizade – Derrida, Arendt, Foucault*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Rolnik S. (1986). *Micropolítica. Um novo paradigma estético*. Petrópolis: Vozes.
- Szaniecki B. (2007). *Estética da multidão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Vital-Brazil H. (1994). As ideologias do desejo, utopias e um inconsciente político. In: *Desejo, barbárie e cidadania*. Petrópolis: Vozes.
- Viveiros de Castro E. (2008). *Encontros*. Rio de Janeiro: Azougue.

Towards a clinic of culture

Abstract This study presents, in its outstanding points, our listening to non governmental organization CEASM's experiences developed in Favela da Maré, during the last 12 years, in order to collect and think about their singular social interaction methodology. We have been trying to understand the range of their auto-emancipatory policies which were implemented in order to transfigure discrimination, violence, fear and sharp inequality in the access to collective goods – such as knowledge – arousing *common* advent in that territory. The fact of listening to this *culture clinics* practiced by CEASM contributes to psychoanalysis becoming *communitas*, that is, willing to expose its debt towards poor collectives and other fields of knowledge, increasing its responsibility. CEASM's policies and strategies showed us that treating and caring about disrupted social bonds is possible.

Keywords listening; CEASM; culture interpretation/clinics; debt; gift; social bond; common.

Texto recebido: 12/2009

Aprovado: 2/2010

Acting-out: seu desafio clínico e a evitação da angústia

Ronaldo Torres

Ronaldo Torres é psicanalista, membro do Fórum do Campo Lacaniano de São Paulo, mestre em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, doutorando pelo mesmo departamento.

Resumo Este artigo busca acompanhar o desenvolvimento da teorização do acting-out em Freud, ressaltando o valor clínico dessa noção, bem como as dificuldades que tal manifestação apresenta para nossa prática. Retoma também as contribuições de Jacques Lacan a este conceito, que, em nosso entender, seguem próximas às posições de Freud, embora possa talvez lhe ser atribuída uma formalização mais precisa do termo.

Palavras-chave *acting-out*; Freud; Lacan; transferência; angústia.

Apresentação

É no texto dedicado ao caso Dora que Freud se referiu pela primeira vez à questão do *acting-out* (*agieren*) nos seguintes termos:

A transferência apanhou-me desprevenido, e, devido ao que havia de desconhecido em mim que a fazia lembrar-se de Herr K., ela vingou-se em mim como desejara vingar-se dele, abandonando-me do mesmo modo como se sentira abandonada e enganada por ele. Assim ela *atuou* uma parte essencial de suas lembranças e fantasias, em vez de reproduzi-la no tratamento. (grifo nosso)¹

Nesse fragmento podemos acompanhar alguns elementos presentes nessa *atuação* da paciente. Em primeiro lugar, a transferência em uma aceção bem direta, quando Freud vê transferida para si uma ação que se referia ao Senhor K. Em segundo, aparece a característica intempestiva do ato que apanhou Freud desprevenido, mas que carrega o índice da repetição, pois, remontando as passagens desse caso, o analista lembra-se de que Dora já mencionara que deveria abandonar o tratamento da mesma forma como abandonara a casa do senhor K. em certa ocasião. Em terceiro, a referência à forma da apresentação das lembranças e fantasias, por meio da atuação e não da rememoração. E, por último, o caráter motor da ação – abandonar a casa do senhor K. assim como o consultório de Freud.

¹ S. Freud, “Fragmento da análise de um caso de histeria”, p. 116.



em um primeiro
plano de abordagem,
o acting-out veio apontar
o que falhava
no processo hipnótico

68

PERCURSO 44 : junho de 2010

Esses aspectos reunidos por Freud em torno do que chamou de *agieren* se mantiveram em outros textos nos quais se refere a essa manifestação clínica, mas não sem problemas, como veremos. Não são muitos os trabalhos nos quais relata ou trata do *acting-out*, sendo seu texto de 1914, “Recordar, repetir e elaborar”, aquele que nos fornece melhor panorama de seus contornos e problemas. Como já aparecia no texto sobre Dora, neste trabalho o *agieren* também se coloca pela via do repetir (*wiederholen*), afastando-se do processo de recordar (*erinnern*). Assim, em certos casos, o paciente “não recorda coisa alguma do que esqueceu e reprimiu, mas expressa-o pela atuação ou atua-o (*acts it out*). Ele o reproduz não como lembrança, mas como ação, repete-o, sem, naturalmente, saber o que está repetindo”².

Temos, dessa forma, duas filiações maiores do *acting-out* na maneira pela qual Freud o apresenta clinicamente. A primeira delas se dirige à repetição, sendo inclusive nesse texto que surge o conceito freudiano de “compulsão à repetição”³ (*wiederholungszwang*), opondo-se à recordação. A segunda faz a noção se aproximar da ação, em uma alusão direta ao princípio de descarga, razão provável pela qual Freud teria dado o nome de *agieren* em uma derivação de *abreagieren* (*ab-reagir*), uma vez que, dentre as muitas maneiras de expressar atuação (*Tätigkeit, Betätigung*) ou atuar (*vorgehen, wirken, handeln*), *agieren* é a menos usual. Com efeito, o trabalho de 1914 começa fazendo alusão ao método hipnótico dizendo que “recordar e ab-reagir era a que, àquela época,

se visava”⁴. E termina dizendo que a elaboração (*Durcharbeitung*) “efetua as maiores mudanças no paciente e distingue o tratamento analítico de qualquer tratamento por sugestão. De um ponto de vista teórico, pode-se correlacioná-la com a ab-reação das cotas de afeto estranguladas pela repressão – uma ab-reação sem a qual o tratamento hipnótico permanecia ineficaz”⁵.

A relação entre repetição e ação motora de descarga no *acting-out* parece servir a Freud para a articulação da transferência e da resistência como pontos centrais do manejo clínico nesse momento. O problema do método hipnótico era a desconsideração desses dois vértices do trabalho clínico – transferência e resistência. Superando a resistência e ignorando sua condição – a transferência –, a hipnose podia obter a recordação e a ab-reação dos afetos represados, solucionando o sintoma como formação de compromisso. Todavia, como mostrou Freud, qualquer abalo na relação com o analista fazia retornar os sintomas, uma vez que não eram elaborados na própria relação transferencial, a partir das resistências do recalque.

Assim, em um primeiro plano de abordagem, o *acting-out* veio apontar o que falhava no processo hipnótico, porque tanto a atuação (na técnica da associação livre) como a ab-reação (no método catártico-hipnótico) eram manifestações que, apesar de se repetirem na transferência, afastavam o próprio trabalho com a transferência. Contudo, se isso dava a direção do tratamento em um primeiro momento (a ab-reação na hipnose), passou a ser o problema a ser contornado no segundo momento (a atuação na técnica da associação livre).

Resistência e repetição

No texto de 1914, Freud quis tecer considerações sobre a direção da análise diante da regra fundamental da associação livre. Desta feita, o *acting-out* surgiu como grande representante da resistência à recordação na medida em que se-





ria, pela atualização de uma situação passada no presente, a colocação em ato (cena) daquilo que deveria ser recordado. Essa repetição como *acting-out* – enquanto resistência – se opera a partir da transferência e é reconhecida por Freud como um índice comum do início do tratamento ou marca momentos em que progressões da análise acarretam o levantamento de novas resistências. Dessa forma, a própria transferência apresenta uma importante vertente de repetição, de certa maneira até se confundindo com esta: “Logo percebemos que a transferência é, ela própria, apenas um fragmento da repetição e que a repetição é uma transferência do passado esquecido”⁶.

Porém, a via de resistência não parece ser o único vértice da compulsão à repetição nesse texto. Como dissemos, podemos notar como Freud alinhou diversas vezes o *acting-out* à ação de descarga motora. Ou seja, além de cumprir uma função de defesa a partir da resistência à recordação, a repetição pela transferência garante um caminho mais imediato de descarga que, para Freud nesse momento, se assimila ao princípio de prazer e, portanto, à pulsão.

Essa dupla conjuntura que incide sobre o *acting-out*, por um lado como uma forma de resistência da transferência e por outro um caminho de satisfação pulsional, pode ser notada nos exemplos encontrados no texto. Ora são referências a situações de ruptura com a análise (caso de Dora) e ações e decisões na vida do paciente relacionadas a impulsos (descarga/satisfação). Em outros casos, são repetições de padrões infantis na relação com o analista (resistência/defesa).

Todavia, as coisas colocadas assim criam um problema. Pois essa duplicidade funcional do *acting-out* – descarga e defesa – o faz assemelhar-se muito às formações do inconsciente. Como sabemos, os mecanismos da formação de com-

»
*a duplicidade funcional
do acting-out – descarga
e defesa – o faz assemelhar-se
muito às formações
do inconsciente*

promisso fazem com que as substituições funcionem como um dispositivo que contempla as exigências do recalque e da descarga. A pergunta é simples: o que então diferencia *acting-out* de sintoma?

Pulsão e fantasia

Nesse ponto, devemos voltar ao texto de 1914 e observar um fragmento aparentemente deslocado na argumentação freudiana, mas que pode nos servir de pista para essa questão. Depois de três parágrafos de uma pequena apresentação do percurso da técnica psicanalítica, Freud insere uma “interpolação”. Nesse trecho, sobre o qual não se apresenta qualquer articulação direta posterior, há uma distinção clara de Freud entre, por um lado, lembranças relacionadas ao recalque, que surgem na clínica a partir de “histerias de conversão”, “lembranças encobridoras” e “sonhos” e, por outro, estranhas recordações do que “nunca foi esquecido”:

Outro grupo de processos psíquicos – fantasias, processos de referência, impulsos emocionais, vinculações de pensamento – que, como atos puramente internos, deve, em sua relação com o esquecer e o recordar, ser considerado separadamente. Nestes processos acontece com frequência ser “recordado” algo que nunca poderia ter sido esquecido, porque nunca foi notado – nunca foi consciente. Trata-se de experiências que ocorreram em infância muito remota e não foram compreendidas na

2 S. Freud, *op. cit.*, p. 196.

3 Será um conceito modificado em sua obra, tomando lugar central na segunda teoria das pulsões (1920). Conferir à frente.

4 S. Freud, *op. cit.*, p. 193.

5 S. Freud, *op. cit.*, p. 203.

6 S. Freud, *op. cit.*, p. 197.



*a atuação se desvincularia
da noção de defesa
pelo repetir, para se alinhar
à descarga por via
da repetição pulsional*

ocasião, mas que *subsequentemente* foram compreendidas e interpretadas.⁷

É ao fim dessa interpolação que Freud inicia sua abordagem sobre o *acting-out* e é através dessa separação, que podemos dizer de forma mais esquemática, entre sintoma e trauma/fantasia, que podemos supor que Freud buscava estabelecer uma relação mais próxima entre o *acting-out* e este último par, muito embora isso não seja uma trajetória sempre nítida em seu texto. É provável que tenha sido a observação clínica de Freud da proximidade entre *acting-out* e fantasia, relacionados à dimensão pulsional do inconsciente, que o tenha levado a buscar certa ancoragem desse conceito a partir da ação motora que promove uma descarga sem passar pela formação de compromisso.

Assim, se notamos em Freud certa tendência em assimilar a atuação a certa repetição pulsional do inconsciente, talvez fosse esperado que o trabalho de reformulação da teoria das pulsões em 1920, uma vez pondo em seu centro a questão da compulsão à repetição, pudesse imprimir modificações na teorização freudiana sobre o *acting-out* ou agregar a ela outras considerações importantes que lhe trouxessem contornos mais nítidos. Mas isso parece não ter acontecido; pelo menos não se levamos em conta apenas as declarações diretas de Freud. Após “Além do princípio do prazer” (1920), não há nenhum trabalho que se debruce sobre o conceito de atuação de forma sistemática e

seu uso continua seguindo as mesmas coordenadas anteriores.

Todavia os destinos desse tema não são tão simples. Pois, logo após uma citação de “Além do princípio do prazer” que reafirma o *acting-out* como repetição pela via da resistência, Freud opera a célebre distinção entre o que seria a resistência por parte do Ego e a compulsão à repetição que “deve ser atribuída ao reprimido inconsciente”⁸. E é bastante cristalino ao afirmar que não há resistência por parte do inconsciente. Pelo contrário, “ele próprio não se esforça por outra coisa que não seja irromper através da pressão que sobre ele pesa, e abrir seu caminho à consciência”⁹.

Não deixa de ser interessante notar como as consequências da disjunção entre resistência e repetição, que são notadas, por exemplo, na forma como Freud passa a teorizar sobre a própria resistência, não tenham acarretado modificações na noção de *acting-out*. Isso resta como uma interrogação sem resposta aparente. Pois em “Inibição, sintoma e angústia” (1926), quando Freud volta a tratar da questão da resistência, as referências à repetição e ao *acting-out* desaparecem e em seu lugar surge a resistência como anticatexia egoica de caráter mais permanente, representada pela formação reativa e pela escotomização¹⁰. Isso nos faz indagar se a referida disjunção não daria ocasião de referendar a aproximação entre *acting-out* e pulsão que parecia que Freud já havia notado no texto de 1914. Assim, *a atuação se desvincularia da noção de defesa pelo repetir, para se alinhar à descarga por via da repetição pulsional*.

Angústia

Por outro lado, não é apenas o sintoma que faz fronteira com o *acting-out*. Devemos também abordar a questão da angústia como campo vizinho ao *agieren*. Pois, se tomarmos os trabalhos anteriores a “Inibição, sintoma e angústia” (1926), notamos que a angústia é também





apresentada como um destino possível do recalque, situação na qual o afeto desvinculado de representação se converteria em angústia como forma de descarga. Angústia como efeito do recalque, portanto. Vimos anteriormente que o sintoma e a atuação (ligada à fantasia) também são propostos por Freud como efeitos do recalque e foram definidos como formas de atualização do inconsciente que atendiam à descarga e à função de defesa; um pela via da formação de compromisso e outro pela repetição. A angústia, até determinado momento da obra freudiana, também seria uma terceira via de descarga como efeito da repressão, sem, no entanto, se colocar como defesa, daí sua manifestação exclusivamente desprazerosa a partir do corpo e de ações inespecíficas. Nesse sentido, podemos entender a formação de sintomas e a repetição via *acting-out* como duas formas de descarga que evitariam uma terceira: a angústia. Contudo, ainda assim haveria uma aproximação maior entre angústia e *acting-out*, na medida em que ambas seriam formas menos mediadas de descarga quando comparadas à formação de compromisso. O que faria a distinção entre angústia e *acting-out* seria a ausência da exclusividade do desprazer no segundo.

Porém esse quadro é bastante modificado em “Inibição, sintoma e angústia” (1926). Nesse artigo a angústia aparece como sinal de uma moção pulsional perigosa cujo destino pode ser o recalque. Aqui, é o recalque que é efeito de angústia. Freud considera que a fantasia (presente na fobia, por exemplo) antecede o recalque e os sintomas posteriores¹¹. Nesse sentido a angústia, visto que é energia que o ego emprega, não teria função de descarga porque seria desligada da libido, dessexualizada. Assim, em um primeiro momento, em “Inibição...” a angústia perde, em relação ao sintoma, um lugar

»
*podemos entender
a formação de sintomas
e a repetição via acting-out
como duas formas
de descarga que evitariam
uma terceira: a angústia*

homólogo que o *acting-out* ocupara em 1914: ambos foram descritos como destinos mais imediatos da energia desvinculada quando comparados ao sintoma, capaz de promover a ligação através de uma representação substituta. Além disso, o texto de 1926 muda a relação entre angústia e fantasia. Se em “Inibição...” a angústia funcionava como um sinal para elevar as defesas (recalque) diante da fantasia perigosa, antes ocorria que fantasia e angústia eram mais próximas enquanto formas subjetivas de resposta ao recalque.

Retornaremos a isso quando examinarmos o *acting-out* à luz do Seminário 10 de Jacques Lacan, momento no qual esses termos – sintoma, angústia e fantasia – voltam rearticulados a partir de outras relações. Mas devemos antecipar que logo no início desse mesmo Seminário Lacan declara sua posição: “No discurso de *Inibição, sintoma e angústia*, fala-se de tudo, graças a Deus, exceto da angústia”¹².

Mas voltemos à relação entre *acting-out*, fantasia e pulsão. Se ela puder mesmo ser estabelecida, também pode apontar as razões de um impasse que aparece no texto de 1914, que não deixa de se relacionar com o problema já indicado de tomar a atuação por sua via de defesa. Ao mesmo tempo que Freud buscou alicerçar a técnica psicanalítica na interpretação (revelação) das resistências que operam sobre o recalcado, sistematizou a forma maior de resistência (o *acting-out*) como algo refratário à interpretação. É interessante notar como, depois

7 S. Freud, *op. cit.*, p. 195.

8 S. Freud, *Além...*, p. 33.

9 S. Freud, *op. cit.*, p. 32.

10 S. Freud, “Inibição, sintoma e ansiedade”, p. 181-185.

11 Cf. J. Laplanche, *A angústia*, p. 42-48.

12 J. Lacan, *O Seminário, Livro 10 – A angústia*, p. 18.





*o ponto comum no qual
as referências pós-freudianas
se apoiam é a dificuldade
de manejo clínico que se coloca
pelo acting-out, que o diferencia
de forma categórica do sintoma*

72

PERCURSO 44 : junho de 2010

de toda a argumentação acerca do *acting-out*, o texto retoma a ideia de que é na transferência que o trabalho de cura deve ser conduzido. Mas a ideia de superação da resistência aparece como algo a ser decantado ao longo do tempo do trabalho, tempo no qual a resistência cederia espaço à recordação: “A partir das ações repetitivas exibidas na transferência, somos levados ao longo dos caminhos familiares até o despertar das lembranças, que aparecem sem dificuldade após a resistência ter sido superada”¹³. Aqui, devemos diferir decantação de interpretação. A primeira traz uma ideia de ser produto indireto de um processo que se alonga pelo tempo enquanto a segunda é marcada por uma ação direta no tempo (da fala em associação livre). Além disso, logo em seguida no texto, quando Freud pretende escrever mais positivamente sobre como a resistência é superada, ele mesmo diz sobre as queixas de analistas reportando que ao “terem apontado a resistência ao paciente, mudança alguma ter-se efetuado; na verdade, a resistência tornou-se ainda mais forte e toda a situação ficou mais obscura do que nunca”¹⁴. Todavia, em vez de reconhecer esse tipo de experiência clínica e dela fazer relação direta ao refratário do *acting-out* em relação à interpretação, Freud conduz a resposta a partir da ideia de “elaboração”, dizendo que “deve-se dar ao paciente tempo para conhecer melhor esta resistência com a qual acabou de se familiarizar, para elaborá-la, para superá-la, pela continuação do trabalho analítico segundo a regra fundamental”¹⁵.

Leituras pós-freudianas

A permanência do problema na abordagem clínica do *acting-out* na tradição pós-freudiana nos mostra como a saída dada no texto de 1914 não foi suficiente para a psicanálise. Ao contrário, se tomarmos um artigo de 1945 de Fenichel, “*Neurotic acting-out*”, observamos não apenas a acen-tuação dos problemas de manejo relativos ao *acting-out*, mas certa tendência à tipificação desse tipo de manifestação, associando a determinado tipo de personalidade. O autor defendeu que, nos casos em que o paciente se apresenta na transferência por excessos de *acting-outs*, haveria fixação oral no desenvolvimento da libido, que estaria na origem da intolerância à frustração e ao inadequado sentido de realidade dessas pessoas: há uma “insuficiente diferenciação entre o passado e o presente, uma renúncia a aprender, uma disposição a substituir as respostas adequadas a estímulos reais por rígidas pautas reativas”¹⁶. Em um sentido não muito destoante, antes ainda, em 1936, Anna Freud dissera a respeito dos diferentes tipos de transferência que se estabelecem (de impulsos, de defesa e de representação [*acting-out*]):

meu propósito foi mostrar que as dificuldades técnicas de análises são relativamente menores quando se trata de uma questão de levar os derivativos do id para a consciência; e são máximas quando temos que enfrentar elementos inconscientes no ego.¹⁷

Podemos notar como o ponto comum no qual essas referências se apoiam é a dificuldade de manejo clínico que se coloca pelo *acting-out*, que o diferencia de forma categórica do sintoma:

Essa terceira forma de transferência a que chamamos “representar” é ainda mais difícil para o analista, ao lidar com ela, do que a transferência dos vários modos de defesa. É natural que ele tente restringir ao máximo a representação por meio das interpretações que oferece (cujos ganhos terapêuticos são geralmente escassos) e das proibições não analíticas que impõe.¹⁸





Por outro lado nos parece importante salientar o fato de que, embora Freud (o pai) tenha notado essas características próprias ao *acting-out* (mesmo que não sistematizadas), isso não veio a se desdobrar em uma tipificação psicopatológica como ocorreu a outros psicanalistas. Pelo contrário, em “Recordar, repetir e elaborar” é bastante evidente a intenção de trabalhar a técnica da associação livre, tendo em mente, pelo menos nesse texto, exclusivamente os casos de histeria e neurose obsessiva. Isso nos parece importante porque, além de servir-nos de guia para pensar – com toda dificuldade que isso implica – o *acting-out*, majoritariamente, na clínica da neurose, desautoriza algumas propostas posteriores de que personalidades que tenderiam ao *acting-out* (*borderlines*, narcisistas)¹⁹ seriam não analisáveis, correspondendo a um diagnóstico que exclui a psicanálise por princípio. Essa exclusão da análise é coextensiva à exclusão da transferência nesses casos, o que contraria também frontalmente a perspectiva freudiana que ligava organicamente a transferência ao *acting-out*. Esse tipo de posição frente ao *acting-out* corresponde ao entendimento de que neste tipo de manifestação haveria substituição da palavra pela ação, apontando “dificuldades na simbolização... de tal modo, e desde a suposição de um simbolismo completo, (que) se chegou a pensar que ficavam fora do campo da análise esses casos em que predominava o pré-verbal”²⁰.

Jacques Lacan e o retorno à transferência

É a esse tipo de posição que Lacan parecia responder com a primeira menção ao *acting-out* em seus Seminários:

13 S. Freud, *Recordar...*, p. 201.

14 S. Freud, *op. cit.*, p. 202.

15 S. Freud, *op. cit.*, p. 202.

16 O. Fenichel, “Neurotic acting-out”, p. 194.

17 A. Freud, *O ego e os mecanismos de defesa*, p. 21.

18 A. Freud, *op. cit.*, p. 20.

19 A. Rubistein, “Acerca del comentario de Lacan al artículo de Greenacre: Problemas generales del acting-out”, p. 32.

20 A. Rubistein, *op. cit.*, p. 32.

21 J. Lacan, *O Seminário, Livro 1 – Os escritos técnicos de Freud*, p. 279.

o que ficou por ser feito
em Freud foi uma clara
descrição conceitual
e clínica das relações
entre acting-out, sintoma
e angústia

Se há pouco falei de automatismo de repetição, se falei disso essencialmente a propósito da linguagem, é mesmo porque toda ação na sessão, *acting-out* ou *acting-in*, está incluída num contexto de palavra... É exatamente por isso que é preciso fazer uma análise de *acting-out* e fazer uma análise de transferência, isto é, encontrar em um ato o seu sentido de palavra... um ato é uma palavra.²¹

Todavia, se esse fragmento deixa claro o resgate que Lacan promove da relação entre transferência e atuação e da inserção dessa relação na estrutura de linguagem, ele nada fala sobre que regime de relação se opera ali. E também não esclarece que tipo de relação há entre transferência, sintoma, *acting-out* e angústia. Vimos que o que ficou por ser feito em Freud foi uma clara descrição conceitual e clínica das relações entre *acting-out*, sintoma e angústia. Porém, o *acting-out* também colocou a Lacan seus escondidos. Não será objeto deste artigo, mas diversas dificuldades podem ser acompanhadas ao longo dos desenvolvimentos de Lacan sobre o tema. Porém, se ao longo de seu ensino podemos acompanhar variações da noção (e alguns problemas), esta não deixa de estar cercada desde o início por coordenadas bem estabelecidas e ganha contornos decisivos e importantes para a clínica a partir do Seminário da Angústia (1962-63).

Uma dessas coordenadas trata da possibilidade de haver *acting-out* sem transferência. Para Lacan isso é claro: não há *acting-out* sem transferência, muito embora haja transferência sem atuação. Isso se mantém em seu ensino. Sua definição





*a trajetória de Lacan
na abordagem do acting-out
se encaminha por observações
que guardam paralelos
com Freud*

74

PERCURSO 44 : junho de 2010

mais assertiva diz que o *acting-out* é “transferência sem análise”. Tal afirmação não parece dizer pouco porque, além de cancelar a atuação em sua relação com o significante, indica também que há transferência fora da análise²² e que o efeito de negação é sobre a análise, não sobre o paciente ou a transferência. Mas não parece se tratar de uma transferência que nega a análise no sentido de a análise não estar posta. A negação parece ocorrer depois da análise posta, não como uma exclusão desde o princípio, mas como uma negação a partir da presença da análise, uma expulsão; assim, nos casos nos quais aparece a atuação teríamos: se análise, então transferência por *acting-out*.

A trajetória de Lacan na abordagem do *acting-out* se encaminha por observações que guardam paralelos com Freud. Trata-se de: 1) considerá-lo a partir da transferência; 2) em certa relação com o sintoma, mas; 3) em afastamento deste último pela relação mais próxima com a fantasia e a angústia. E é exatamente pelo trabalho atento de Lacan sobre as relações da fantasia e angústia com o *acting-out*, que este último tomará uma forma que faz avançar aspectos conceituais e clínicos que não encontramos em Freud.

Acting-out e objeto pequeno a

Sabemos como em um primeiro momento a fantasia se colocava para Lacan como uma produção que garantia um objeto ao desejo e nesse sentido guardava a função de defesa contra a angústia

diante do inominável do desejo. Era a tentativa de enquadrar o desejo não nomeável a partir da conformação de objetos empíricos a este objeto imaginário ($-\varphi$) que desliza pela cadeia significante. A partir da modificação da noção de *objeto a* (Seminário 10), a fantasia muda seu estatuto. Sem deixar de ter uma vertente imaginária, como enquadramento para que o sujeito suporte sua relação com o simbólico, ela também se define pela relação do sujeito ao objeto que condensa e captura o gozo restante da operação simbólica, delimitando um campo, campo este chamado real, que não mais é afastado como algo exterior ao campo do sujeito, mas um real que guarda o núcleo do ser, estranho ao sujeito, mas íntimo e não especularizável. É por essa razão que a fantasia passa a se articular tanto ao desejo, quando coloca o sujeito em relação ao objeto que sustenta a cadeia significante, como ao gozo, quando o objeto se apresenta pelo real.

Contudo, nessa vertente do gozo, a fantasia é forma de cálculo. Ela estabelece um enquadramento entre sujeito e objeto, uma ponte que, ao ligar um ao outro, estabelece ao mesmo tempo a diferença e a distância. E é nesse ponto que se articula a questão da angústia. Pois a formulação do *objeto a* pelo registro do real mostra como a aproximação do objeto ao sujeito, pelo abalo fantasmático, aparece ao sujeito como sua própria dissolução²³. O *objeto a* é o objeto da angústia e a angústia é sua única tradução subjetiva²⁴. Nesse sentido a fantasia não se estrutura apenas como forma de escapar ao inominável do desejo, mas ela é também mediação de gozo, dispositivo que regula certa captura de gozo pelo sujeito em relação ao objeto. Assim, vemos por que Lacan, ao dizer que Freud não falou sobre a angústia em seu texto de 1926, queria mostrar como ela não poderia anteceder ao recalque e nem ser considerada a partir do Ego. Ao contrário, a angústia se encontraria no cúmulo da satisfação pulsional, tal como Freud definiu esta última pela pulsão de morte.

É justamente falando da “relação profunda e necessária do *acting-out* com o a ”²⁵ que Lacan introduz essa noção no Seminário 10. A articulação





que propõe indica que o *acting-out* seria uma espécie de atualização da fantasia. Assim, a relação do *acting-out* com o *objeto a* passa pela fantasia através do processo de sua atualização. Lacan denomina essa atualização como “mostração”²⁶. O que essa mostração comporta define bem as duas dimensões que se colocam em jogo. Por um lado, tem-se aquilo que deve ser mostrado porque não pode ser dito. É a dimensão relativa ao *objeto a* presente na montagem fantasmática. Essa é a parte que fica articulada como satisfação pulsional, dimensão que Freud já detectara clinicamente quando falava sobre o aspecto de descarga presente no *acting-out*. Por outro lado, falar em mostração indica como o *acting-out* também se coloca em profunda articulação com o Outro. Porque é necessário que haja um Outro com quem se mostra e a quem se mostra a montagem da fantasia. Fica claro que essa é a dimensão que envolve o *acting-out* com a transferência. Porém é uma “transferência selvagem”²⁷, uma vez que, no

acting-out, o sujeito age como o olhar irônico que narra não só uma cena, mas mostra como ela foi construída, incluindo, assim, a posição do sujeito que olha. O *acting-out* é como uma ironia involuntária que faz o sujeito agir a cena de sua fantasia sem separar personagens e plateia.²⁸

22 “Não é preciso análise para que haja transferência” (Lacan, *op. cit.*, 1962-2005, p. 140).

23 Sobre essa relação entre fantasia e angústia, Lacan diz logo no início do Seminário 10: “Essa estrutura tão essencial que se chama fantasia. Vocês verão que a estrutura da angústia não está longe dela, em razão de ser exatamente a mesma” (J. Lacan, *Seminário 10...*, p. 12).

24 J. Lacan, *op. cit.*, p. 113.

25 J. Lacan, *op. cit.*, p. 136.

26 J. Lacan, *Seminário 10...*, p. 138.

27 J. Lacan, *op. cit.*, p. 40.

28 C. Dunker, *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica*. Livre-Docência, Instituto de Psicologia - Universidade de São Paulo, 2007, p. 193.

29 J. Lacan, *Seminário 10...*, p. 140.

30 Embora não faça referência direta a isso, Lacan indica algo bem próximo ao que definiu como o brilho ofuscante de *agalma*. Uma presença tão viva que não pode ser vista. J. Lacan, *op. cit.*, p. 141.

31 Ao cobrar em juízo os termos de seu contrato com Antônio, Shylock é posto diante do impasse representado pelo impossível em retirar, sem derramar uma única gota de sangue, de uma só vez, exatamente 1 libra de carne do fiador do contrato (Shakespeare, 1990).

32 J. Lacan, *op. cit.*, p. 141.



*embora a transferência
esteja no âmago do acting-out,
o que ela atualiza,
segundo Lacan, por ser “visível
ao máximo, é, justamente
por isso, em um certo
registro, invisível”*

Não é, portanto, uma transferência que caminhe no sentido da análise. É dessa forma que Lacan indica se tratar de uma “transferência sem análise”²⁹. Pois embora a transferência esteja no âmago do *acting-out*, o que ela atualiza, por ser “visível ao máximo, é, justamente por isso, em um certo registro, invisível”³⁰.

Outra referência explícita a essa dupla vertente do *acting-out* se coloca na citação sobre a “libra de carne”. Escolhendo o cerne do drama de Shakespeare, numa alusão direta à atuação cênica, Lacan indica a presença desse objeto impossível de ganhar forma ou se dimensionar e que se transforma no impasse de Shylock³¹. “Entre o sujeito e o Outro, o que surge é esse resto, *a*, é a libra de carne”³².

Isso talvez explique a estranha comparação que encontramos nessa passagem do Seminário 10, na qual Lacan diz que o *acting-out*, ao contrário do sintoma, clama por interpretação. Enquanto afirma que a interpretação do sintoma é claramente possível, diz também que o sintoma não necessita tanto do Outro quanto o *acting-out*. Além de dizer que o *acting-out* clama por interpretação, Lacan diz que esta também é possível embora seja algo “indeciso” e não dê pistas de como isso possa se efetuar. É provável que Lacan lance mão desse argumento para insistir na diferença entre sintoma e *acting-out*, mas por uma via contraintuitiva, já que, quando se fala na profunda relação com o *a*, também objeto da pulsão, espera-se uma distância maior do Outro do que qualquer formação do inconsciente possa





*a intervenção do analista
fez com que os sintomas que se
apresentavam fossem referidos
a cenas fantasmáticas que não eram
dos pacientes e como resposta
obtiveram a mostração via acting-out.*

apresentar. Adotando essa estratégia, Lacan nos conduziria a esse aspecto importante do *acting-out* que articula tão fortemente o *objeto a* quanto o Outro.

Vemos que a relação posta dessa forma faz o *acting-out* funcionar, no mesmo sentido da fantasia, tanto como “evitação da angústia”³³ como prática de gozo. Essa sua dupla função talvez explique as duas ordens de fenômenos normalmente subscritas pelos *acting-outs*. De um lado encontramos referências ao *acting-out* como momento disruptivo no andamento de uma análise, como no caso citado de Dora ou no famoso caso do homem dos miolos frescos de Kris, e de outro, caracterizações de personalidade de pacientes que apresentam certa tendência a atuações, como, por exemplo, a jovem homossexual, outro caso de Freud.

No primeiro tipo, o *acting-out* surge como resposta à resistência do lado do analista. No caso de Dora, Freud não pôde perceber que ela se interessava não pelo senhor K., mas pela senhora K. Por seu turno, Kris acabou negando com sua interpretação que o paciente plagiava e não pôde notar a presença do objeto ali onde havia nada³⁴. Em ambos os casos a intervenção do analista fez com que os sintomas que se apresentavam fossem referidos a cenas fantasmáticas que não eram dos pacientes e como resposta obtiveram a mostração via *acting-out*. A despeito do fato de que, procedendo dessa maneira, os pacientes estivessem mostrando sua prática de gozo, talvez o apontamento de qualquer objeto para a fantasia do analisante pelo analista possa

abalar, em alguns casos, a estrutura da fantasia, fazendo com que essa se atualize no momento seguinte. Isso poderia alinhar esse tipo de resposta à vertente de evitação da angústia presente no *acting-out*. Nesses casos, a transferência selvagem advém de interpretação igualmente selvagem.

No segundo tipo, no qual se percebe uma forma de *acting-out* mais extensiva, como no caso da jovem homossexual, a encenação é designada por Lacan se utilizando de termos como “conduta” e “comportamento”, dando ao evento um caráter de desdobramento ao longo do tempo como uma peça teatral que, embora gire em torno de um núcleo narrativo que se encontra sempre presente ao longo da trama, é apresentada em diversos atos. Nesses casos, dentre os quais Lacan insere também toda a cena de Dora junto à família K., talvez sua vertente principal seja a prática de gozo que a encenação fantasmática garante.

Porém, independente do tipo que se apresente, algumas coordenadas são constantes para o *acting-out*. Nele reconhecemos o sujeito sempre instaurado junto à fantasia. Trata-se de uma subjetividade fixada na fantasia e, portanto, um sujeito que se repete nessa forma estática de apresentação. Se há criação na montagem da fantasia, na medida em que ela é a resposta que o sujeito inventa diante da falta no Outro, o *acting-out*, por sua vez, em sendo a atualização da fantasia, se reduz à mesmice da repetição. Todavia, devemos questionar de que repetição se trata. Como vimos, não deve ser da mesma ordem da repetição do sintoma, uma vez que essa se articula primordialmente ao significante e à recordação, enquanto aquela se liga principalmente ao objeto que não se presta à recordação. Por outro lado, como nos indica Lacan, o *acting-out* encontra-se fortemente referenciado ao Outro e à transferência, o que nos indaga como seria essa repetição na transferência pela via do objeto.

Lacan é bastante claro no Seminário 11 ao distinguir a repetição como *autômaton* e a repetição por *tiquê*. Contudo, ainda assim não é fácil definir a repetição que se coloca em jogo no *acting-out*, pois ela não parece se reconhecer em





nenhuma delas propriamente. É por isso que a transferência pela via do *acting-out* é tão específica e parece nos colocar desafios. Sua repetição não deixa de ser da ordem do real, mas parece não corresponder ao “encontro faltoso”, ao “acaso” como coordenadas da *tiquê*. Uma forma de responder a essa questão poderia se colocar por uma espécie de curto-circuito entre $-\varphi$ e *a*. Nesse caso o objeto imaginário que completa a falta no Outro não funciona como sustentação do desejo na cadeia significante. Ele não se desloca na cadeia, pois está fixado junto ao *a*, ele se confunde com o *objeto a* enquanto lugar do real. Por isso pode garantir uma economia de gozo e ao mesmo tempo evitar a angústia, uma vez que vela este real.

A indicação de manejo para essa apresentação clínica talvez possa ser encontrada na formalização de grupo que Lacan estabelece no Seminário do Ato Analítico. Embora o desenvolvimento dessa hipótese, certamente, requirite outro artigo, apontaremos apenas como neste Seminário Lacan resgata a figura do *acting-out* que pode se assimilar aos dois casos já destacados. No primeiro alinha o *acting-out* como resposta à interpretação selvagem, ao atropelo do tempo de compreender. Uma retomada, portanto, referente à posição do analista que não deve intervir a partir da fantasia, mas a partir do desejo na

»
*alinha o acting-out
como resposta à interpretação
selvagem, ao atropelo
do tempo de compreender.*

direção da cura. Isso mesmo nos momentos nos quais a construção da fantasia (trabalho do analista) faça-se tocar pela angústia fundamental. Para o segundo caso no qual o paciente se apresenta prevalentemente via *acting-out*, podemos entender como é importante que se realize na experiência, como condição da transferência ao saber, portanto, como condição de entrada em análise, a passagem que Lacan estabelece no Seminário 15 da falta à perda. Esse momento prévio à entrada em análise, nesses casos, requisita que a falta, que é falta de sujeito para o Outro, se transforme em perda, perda de objeto, objeto fálico perdido. É nessa passagem, ligada a uma colocação primária da falta-a-ser do sujeito, que de *acting-out* pode-se fazer sintoma. E disso, via significante, dar tratamento.

33 J. Lacan, *op.cit.*, p. 130.

34 Nesse caso o analista “não pode escutar, desconhece a verdade que se afirma no que o sujeito sustenta, rechaça os significantes de onde o desejo se articula. Kris não escuta, rechaça o significante plagiário e não interroga o desejo que ali se põe em jogo” [tradução nossa] (A. Rubinstein, *Acerca del...*, p. 37).





Referências bibliográficas

- Dunker C. (2006). A função terapêutica do real: Trauma, ato e fantasia. *Pulsional* n. 186.
- _____. (2007). *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica*. Livre-docência, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Fenichel O. (1945). Neurotic acting-out. *Psa. Rev.*, XXXI, p. 192-201.
- Freud A. (1977). *O ego e os mecanismos de defesa*. Rio de Janeiro: Civilização.
- Freud S. (1920/1987). Além do princípio do prazer. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. Vol. 18.
- _____. (1905/1987). Fragmento da análise de um caso de histeria. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. Vol. 7.
- _____. (1926/1987). Inibição, sintoma e ansiedade. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. Vol. 20.
- _____. (1939/1987). Moisés e o monoteísmo. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. Vol. 23.
- _____. (1914/1987). Recordar, repetir e elaborar. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. Vol. 12.
- Lacan, J. (1953/1986). *O Seminário, Livro 1 – Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1962/2005). *O Seminário, Livro 10 – A*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1964/1985). *O Seminário, Livro 11 – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1954/1998). Resposta ao comentário de Jean Hyppolite sobre a *verneinung* de Freud. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Laplanche J. (1998). *A angústia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Rubistein A. (1993). Acerca del comentario de Lacan al artículo de Greenacre: Problemas generales del acting-out. In: *Infortunios del acto analítico*. Buenos Aires: Atuel.
- Shakespeare, W. (1990). *O mercador de Veneza*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Acting-out: its clinical challenge and avoidance of anxiety

Abstract This paper follows the development of Freud's theory of the acting-out. In a second part, it discusses Jacques Lacan's contribution to the concept, which in the author's view follow closely Freud's position, but bring to the concept a more precise formalization.

Key words acting-out; Freud; Lacan; transference; anxiety.

Texto recebido: 12/2009

Aprovado: 2/2010



Identificação passiva e a Teoria da Sedução Generalizada de Jean Laplanche¹

Paulo de Carvalho Ribeiro

Paulo de Carvalho Ribeiro é doutor em psicanálise e psicopatologia pela Universidade Paris 7, professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG.

Resumo Este artigo trata da introdução do conceito de identificação passiva na Teoria da Sedução Generalizada e da relação desse conceito com a teoria da designação de gênero de Robert Stoller e com a hipótese de Laplanche sobre a origem do complexo de castração.

Palavras-chave identificação passiva; gênero; Teoria da Sedução Generalizada.

Em 1987, Jean Laplanche publicou o livro *Novos fundamentos para psicanálise*, no qual sua Teoria da Sedução Generalizada foi apresentada. A retomada da teoria freudiana do trauma, sua relação com a sedução, com o surgimento da pulsão sexual, com a constituição da tópica psíquica e com o efeito de *a posteriori* que caracteriza as inscrições no inconsciente são os pontos principais que justificam a ideia de uma refundação. Laplanche adverte que não se trata da proposição de uma nova psicanálise e sim de um trabalho de renovação dos fundamentos já existentes; um retorno à fonte que permite avaliar as bases do edifício teórico da psicanálise, possibilitando assim repensá-lo sob a perspectiva de fundações renovadas e fortalecidas.

Se admitimos que a obra de Freud se apoia na descoberta do inconsciente e de sua origem sexual, podemos dizer que a Teoria da Sedução Generalizada procura extrair todas as consequências dessa descoberta, organizando-as de forma coerente. Christophe Dejours, numa apreciação de conjunto da teoria de Laplanche, destaca três elementos decisivos para essa organização: a) uma concepção do sexual cujo eixo central é a sexualidade infantil; b) uma concepção do infantil, ou seja, a situação antropológica fundamental caracterizada pela assimetria entre o adulto e a criança, e a inevitabilidade da sedução que esta última sofre por parte do primeiro; c) uma concepção do recalamento originário baseada numa teoria tradutiva segundo a qual o inconsciente se forma a partir de traduções parciais de mensagens enigmáticas propostas à criança pelo adulto, mensagens cujos

¹ Este artigo reproduz com alterações e acréscimos algumas partes do artigo “Identification passive et séduction généralisée”, de minha autoria.



*algumas críticas à existência
desse bebê tradutor já foram
feitas por mais de um autor
e algumas delas levadas
ao conhecimento de Laplanche*

80

PERCURSO 44 : junho de 2010

restos não traduzidos irão constituir verdadeiros objetos-fonte da pulsão².

A discussão mais ampla sobre a natureza dessas mensagens e seu destino no psiquismo infantil servirá de ponto de partida para a explicitação de três pontos de desacordo com Jean Laplanche. O primeiro deles diz respeito ao papel da identificação na situação antropológica fundamental, o segundo focaliza uma apreciação da noção stolleriana de *imprinting* e o terceiro refere-se a uma formulação sobre o complexo de castração.

Num artigo sobre o gênero e o sexual³, Jean Laplanche introduz um elemento novo em sua teoria da sedução generalizada. Ao lado das mensagens enigmáticas relacionadas com os cuidados dispensados pelo adulto à criança, mensagens que se inscrevem num registro designado como “código do *attachement*”, uma outra modalidade de mensagens se apresentaria à criança a partir de um código social, configurando-se, assim, como mensagens do *socius* e tendo na designação do gênero seu principal veículo de transmissão.

Para exemplificar esta nova modalidade de mensagem, Laplanche recorre às fantasias inconscientes parentais e à possibilidade de que elas funcionem como “ruídos” (*bruits*) que interferem com a designação do gênero. Um pai que atribui conscientemente o gênero masculino a seu filho, poder ter desejado uma filha e abrigar em seu inconsciente fantasias de penetrá-la, adverte Laplanche.

Muito mais interessante do que a constatação desse tipo de “ruído”, uma outra ideia inteiramente vinculada à importância do código social é apresentada por ele. Trata-se de uma forma nova

de pensar a identificação, na qual uma “total mudança de vetor” permite que ela seja vista como *identificação por* em lugar de *identificação a*.

Admitir a existência de uma *identificação por* oferece a possibilidade de superação do que Laplanche afirma ser o caráter *ipsocentrista* ou *ptolomeico*⁴ que se manifesta quando esse conceito é pensado a partir da forma reflexiva do verbo identificar, como na frase “eu me identifico”, por exemplo⁵. Além de assegurar um lugar copernicano, ou seja, que não tem o sujeito como centro, e se conciliar com o papel central que o outro desempenha na teoria da sedução generalizada, a *identificação por* representa também, a meu ver, uma possibilidade de solucionar um dos maiores problemas dessa teoria, a saber, a concepção tradutiva do recalçamento, apoiada na pressuposição da capacidade tradutiva do bebê. A postulação da efetividade desse recurso tradutivo antes do surgimento da tópicica psíquica contrasta com a afirmação da passividade do bebê diante do adulto e sugere a existência de uma função egoica anterior à constituição do eu. Algumas críticas à existência desse bebê tradutor já foram feitas por mais de um autor e algumas delas levadas ao conhecimento de Laplanche. Porém não foram suficientes para que ele reformulasse essa parte de sua teoria. Motivado, talvez, pelas críticas que lhe foram feitas por Silvia Bleichmar⁶ e por mim⁷ durante um colóquio de 1998, Laplanche dedicou parte de um ensaio publicado no ano seguinte a acrescentar alguns novos elementos à sua concepção da díade adulto/lactente, que havia sido sucintamente apresentada nos *Novos fundamentos*⁸. Uma tênue silhueta do que poderia ser o bebê tradutor é redesenhada por Laplanche quando ele afirma que as capacidades precoces de interação do bebê foram por muito tempo subestimadas e que entre os mamíferos, principalmente, a subsistência vital encontra-se integrada a uma intercomunicação, sobretudo entre mãe e criança, à qual, a partir de Bowlby, damos o nome de *attachement*. Laplanche prossegue dizendo que

A existência de relações primárias, ou pelo menos muito precoces, entre o bebê e seu meio não tem como não





reforçar a ideia de Balint de amor primário de objeto, sobre a qual é preciso, no entanto, assinalar com vigor que ela não se situa no plano do sexual.

Mas, do meu próprio ponto de vista, é também para situar melhor a mensagem enigmática, ponto de partida da pulsão sexual, que é necessário supor uma comunicação de base, não sexual, entre a mãe e o bebê, uma espécie de onda portadora que seria modulada, ou melhor, parasitada pela intervenção sexual do adulto. Sobre a base de uma comunicação recíproca, alguma coisa passa de forma vetorizada, unilateral.⁹

É inegável que essa passagem visa esclarecer alguns aspectos das mensagens enigmáticas

- 2 C. Dejours, "Théorie de la séduction : validation, réfutation", p. 7-8.
- 3 J. Laplanche, "Le genre, le sexe, le sexual".
- 4 Referência às teorias que pressupõem o sujeito como centro do psiquismo, assim como se supunha a Terra como centro do universo.
- 5 Cf., por exemplo, a seguinte afirmação contida no artigo "Implantation, intromission": "Projetar, introjetar, se identificar, foracluir etc. Todos esses verbos com os quais a teoria psicanalítica trabalha para descrever os processos psíquicos têm em comum o fato de ter como sujeito o indivíduo em questão: *eu projeto, eu introjeto, eu denego, eu recalco, eu foracluo* etc. O que é que foi, como no caso de Aristarco, escotomizado? Simplesmente essa descoberta que *o processo vem originalmente do outro*. Os processos em que o indivíduo manifesta sua atividade são todos secundários em relação ao tempo originário que é aquele de uma passividade: a mesma da sedução" (in *La révolution copernicienne inachevée*, Paris: Puf, 1992, p. 357, traduzido por mim).
- 6 Num texto apresentado no IV Colóquio Internacional sobre a obra de Jean Laplanche, Silvia Bleichmar faz o seguinte questionamento: "[Si] reprimir es en principio traducir, cuáles son las condiciones mínimas de una traducción: presencia de un código – provisto por el adulto – y capacidad mínima de manejar un código: representarse. Es aquí donde diverge mi posición con la de Laplanche, quien lo resuelve nos siguientes términos: los mensajes del otro son inscriptos antes de poder ser representados, pero el estadio de la traducción supone esse trabajo de representación que es secundario. Los lactentes pueden fantasear? ("Mi recorrido junto a Jean Laplanche", p. 25).
- 7 Num texto apresentado no mesmo colóquio, eu fazia a seguinte objeção: "A criança traduz de forma incompleta as mensagens enigmáticas do adulto e o resto não traduzido torna-se objeto-fonte da pulsão. Considerando que esse processo é válido também para o recalco originário, uma importante questão se coloca: visto que ainda não existe um eu a quem poder-se-ia atribuir a iniciativa da tradução, então quem traduz?" ("Le sexué et le sexuel dans la formation de l'inconscient". Traduzido por mim.)
- 8 Cf. *Nouveaux fondements pour la psychanalyse*, p. 93-95.
- 9 J. Laplanche, "Sublimation et/ou inspiration", in *Entre séduction et inspiration: l'homme*, p. 310-311. (Traduzido por mim).
- 10 "Identity and Sexuality: A Study of Their Interrelationship in Man", p. 179-260.
- 11 *Psychanalyse à l'Université*, p. 71-79.

sem pretender discutir a validade
dessas teses sobre a competência
comunicativa do bebê,
olho com reservas
essas proposições de Laplanche

e sua implantação pelo adulto. Porém, a capacidade precoce de interação e a existência de intercomunicação informam indiretamente sobre a natureza da suposta capacidade tradutiva do bebê humano: ela seria, provavelmente, tão inata quanto essa aptidão comunicativa e poderia prescindir de uma instância egoica para funcionar.

Sem pretender discutir a validade dessas teses sobre a competência comunicativa do bebê, olho com reservas essas proposições de Laplanche e proponho-me a superá-las, buscando alternativas mais condizentes com outros fundamentos de sua própria teoria da sedução generalizada.

A *identificação por*, que passarei a denominar *identificação passiva*, é uma hipótese que me ocorreu desde meus primeiros contatos com o pensamento de Jean Laplanche. Em 1989, quando frequentava seu seminário de doutorado em Paris 7, levei a seu conhecimento um importante artigo de Heinz Lichtenstein¹⁰ no qual o termo "sedução" era utilizado de uma forma que se aproximava bastante da sedução generalizada. Quatro anos mais tarde, publiquei, com o incentivo de Laplanche, um artigo intitulado "Identité et séduction chez Heinz Lichtenstein"¹¹ no qual destaquei a ideia desse autor de que uma sedução tomada no sentido amplo ("*seduction in a broader sense*", são os termos de Lichtenstein) determinava o surgimento de um "tema de identidade" (*identity theme*) no qual se abrigavam aspectos derivados da sexualidade inconsciente da mãe. O caráter inconsciente desse tema de identidade seria capaz de assegurar, segundo o ponto de vista do autor americano, uma busca imperativa





*a definição do conceito
de identificação feminina
primária e sua vinculação à sedução
originária têm se mantido no centro
de meus interesses teóricos*

de confirmação identitária, perfeitamente compatível com as forças que excedem o princípio do prazer e determinam a compulsão à repetição. Em outros termos, Lichtenstein apontava para a dimensão pulsional do tema de identidade e sugeria uma equivalência entre seu surgimento e a origem da própria pulsão.

Dentro deste mesmo esforço de demonstrar a necessidade de aproximar a sedução originária dos mecanismos psíquicos relacionados com o surgimento do eu e do inconsciente, defendi, em 1992, minha tese de doutorado, na qual sustentava a existência de uma identificação feminina primária indissociável da sedução originária e caracterizada pela natureza passiva de sua constituição. Naquela época minha concepção da *identificação passiva* fazia-se nos seguintes termos: “A identificação primária seria então o resultado da proposição de significantes pelo outro (adulto) a um ‘sujeito’ que só existe aos olhos desse outro e cujo único acesso possível à existência consiste em *ser identificado* aos significantes que lhe vêm do outro”¹². Laplanche, meu orientador, manifestou-se contrariamente a esse ponto de vista, insistindo no que, naquela época, lhe parecia uma incompatibilidade entre, de um lado, a origem alteritária e o efeito fragmentador das mensagens enigmáticas e, de outro, o caráter autocentrado e totalizante das identificações.

A definição do conceito de identificação feminina primária e sua vinculação à sedução originária têm se mantido no centro de meus interesses teóricos desde então. Fui, assim, levado a buscar os fundamentos metapsicológicos e clínicos

que pudessem sustentar a compatibilidade dessa concepção de identificação primária com a exigência de descentramento e a preeminência do outro presentes na teoria da sedução generalizada. Dois autores me foram extremamente valiosos nessa empreitada, a saber: Robert Stoller e Jacques André. Sobre o primeiro voltarei a falar logo em seguida, quando retomar os comentários sobre o artigo de Laplanche. Antes disso, ocupemo-nos rapidamente de algumas ideias e alguns dados sobre a trajetória do segundo autor, para que possamos justificar o aspecto surpreendente de determinadas vicissitudes do pensamento psicanalítico sobre a feminilidade.

Sedução e feminilidade:
a tese de J. André e o problema da leitura
laplancheana de R. Stoller

Jacques André dedicou uma boa parte de sua produção acadêmica ao tema da sexualidade feminina¹³, abordando-o a partir dos conceitos e ideias da teoria laplancheana. Mais precisamente, seu interesse foi dirigido preferencialmente à relação entre sedução originária e feminilidade. Esta importante associação entre sedução e feminilidade se estende muito além da metapsicologia e da clínica psicanalítica, atingindo o domínio das artes, da sociologia e da antropologia. Limitar-me-ei a ilustrar esse aspecto central do pensamento de Jacques André, focalizando uma passagem em que se evidencia um dos pontos que mais contribuíram para meu trabalho de aproximação da sedução originária com a identificação feminina primária. Trata-se da relação entre sedução, alteridade e feminilidade.

Quando Freud escrevia, em 1897, que “o elemento recalcado essencial é sempre o feminino”, ou quando, muito mais tarde, ele fazia do “repúdio da feminilidade” um dos entraves maiores do processo analítico, ele se aproximava muito de uma articulação entre o feminino e a alteridade, entre o feminino e o outro dentro de nós.





Nossa própria hipótese tende, assim, a nos conduzir das origens da sexualidade feminina rumo às origens femininas da psicosexualidade.

Ao acentuar a oposição entre os termos, pode-se afirmar que o outro sexo é, para todos, homem ou mulher, sempre o sexo feminino.¹⁴

Tendo encontrado em J. André os elementos teóricos que confirmavam minha visão da sedução originária como fenômeno intimamente relacionado com a feminilidade, restava-me ligar esses dois elementos com a identificação, tarefa que foi facilitada pelo que já havia encontrado em Lichtenstein, desde a época da tese de doutorado, e pelo que pude encontrar em R. Stoller mais recentemente.

Naturalmente não caberia aqui uma exposição, mesmo que sucinta, da teoria stolleriana da identidade de gênero e de sua concepção da identificação feminina primária. Farei apenas referência a duas passagens onde se encontram proposições fundamentais para a formulação dos argumentos que apresentarei ao abordar o ponto de vista de Laplanche sobre as ideias de Stoller, tal como ele o expõe no artigo já mencionado.

Na primeira passagem, Stoller¹⁵ afirma que as palavras “incorporação”, “introjeção” e “identificação” referem-se a uma atividade motivada, dirigida em direção a um objeto que não é reconhecido como parte de si mesmo. Segundo o autor, isso pressupõe a existência de uma mente suficientemente desenvolvida para apreender o objeto e desejar alojá-lo no interior de si. Stoller

segundo R. Stoller, uma vez
constituída, de forma passiva,
essa matriz feminina, a identificação
passaria então a desempenhar
um papel cada vez maior

ressalta, então, a necessidade de se reservar um lugar para outros mecanismos não motivados pelo indivíduo, graças aos quais a realidade externa possa também encontrar seu lugar no interior.

Numa outra passagem¹⁶, ele afirma que por muito tempo presumiu que a identificação era o processo essencial pelo qual alguns meninos tornavam-se altamente afeminados. Considerando, no entanto, que a identificação requer um certo grau de desenvolvimento da memória e da fantasia cuja existência é improvável nos primeiros meses de vida, seria mais adequado pensar num processo passivo de *imprinting*. Stoller prossegue argumentando que a identificação é um processo internamente motivado, ligado ao princípio do prazer, o que torna mais pertinente supor que, nos estágios precoces, esses meninos não buscam a feminilidade, mas recebem-na passivamente por via da “excessiva imposição dos corpos demasiadamente ternos de suas mães”, o que não seria uma função do princípio do prazer, uma questão de escolha, mas a recepção de uma força externa extremamente gratificante, contra a qual a criança não teria motivo de se defender. Uma vez constituída, de forma passiva, essa matriz feminina, a identificação passaria então a desempenhar um papel cada vez maior. Stoller vê esses meninos, por volta do fim do primeiro ano, como “aspiradores de pó”, sugando tudo de feminino que lhes aparece no caminho. Ele se pergunta, então, se a chamada identificação primária não seria o resultado de algo que é impresso na “complacente protopsique e no inacabado SNC da criança”.

12 *Identification, refoulement et castration: Étude sur les effets du refoulement de l'identification à la mère dans la constitution de l'inconscient chez l'individu et dans l'élaboration de l'oeuvre de Freud*, Tese de doutorado defendida em 22 de maio de 1992, na Universidade Paris 7, p. 66. (Traduzido por mim. Itálicos no original).

13 Eis alguns textos de J. André relacionados com a sexualidade feminina: “La sexualité féminine: retour aux sources”, *Psychanalyse à l'Université*, p. 5-49; *La sexualité féminine*; “Panpan tutu”, *Psychanalyse à l'Université*, p. 139-140; *Aux Origines Féminines de la Sexualité*; “Feminilidade adolescente”.

14 *Aux origines féminines de la sexualité*, p. 131.

15 R. Stoller, “La difficile conquête de la masculinité”, p. 211. (Traduzido por mim).

16 R. Stoller, *The transsexual experiment*, p. 54-55. (Traduzido por mim).





cabe perguntar:
em que as “mensagens infinitas
endereçadas ao corpo da criança
e à sua psique” diferem do imprinting
responsável pela aquisição
da identidade de gênero?

Por maior que seja a distância entre os pensamentos de Laplanche e Stoller, estas passagens testemunham uma visão copernicana da identificação primária, que aqui se confunde com a aquisição da identidade de gênero. Em seu artigo intitulado “Le genre, le sexe, le sexual”, Laplanche dedica um extenso apêndice (*hors texte*) ao pensamento de Stoller, além de fazer referências esparsas sobre sua teoria do gênero no próprio artigo. Numa dessas referências, a hipótese stolleriana do *imprinting* é tomada como expressão de uma concepção ipsocentrista, ou seja, centrada apenas no indivíduo:

[...] o gênero não é *nem* uma impregnação cerebral hipotética, que seria impregnação hormonal, [...] *nem* uma impressão ou marca à la Stoller, *nem* um hábito. Todas noções que são, enfim, noções que chamo ipsocentristas, quer dizer, centradas no indivíduo.¹⁷

É curioso notar que apesar desta avaliação – a meu ver completamente equivocada – do significado da noção de *imprinting* em Stoller, Laplanche reconhece como um dos méritos desse autor justamente o fato de ter dado a devida importância à designação do gênero pelos outros e às “mensagens infinitas, refletindo a atitude dos pais, endereçadas ao corpo da criança e à sua psique” (palavras de Stoller citadas por Laplanche). “Vê-se aí a porta entreaberta para a teoria da sedução generalizada”¹⁸, ele conclui. Cabe perguntar: em que as “mensagens infinitas endereçadas ao corpo da criança e à sua psique” diferem do *imprinting* responsável pela aquisição da identi-

dade de gênero? Em outras palavras: por que o *imprinting* seria ipsocentrista, enquanto as mensagens endereçadas ao corpo não o seriam?

As curiosidades não param por aí. Em sua crítica da teoria de Stoller, Laplanche detém-se num aspecto que me interessa particularmente: a transmissão da feminilidade da mãe para a criança. A teoria da separação-individuação de Margaret Mahler e, em primeiro lugar, o conceito de simbiose mãe-criança são os alvos principais da crítica laplancheana. Por ter se apoiado nesses fundamentos teóricos inteiramente superados¹⁹, “a explicação stolleriana da identidade de gênero desaba de todos os lados”²⁰, conclui Laplanche. Porém, como ele mesmo se incumbe de ressaltar, “a forma como Stoller adere ao mahlerismo é, no entanto, bem particular”²¹, na medida em que postula uma “simbiose particular”, relacionada ao gênero e diferente da simbiose em geral. Tal fato assegura a existência de pessoas que avançam com grande desenvoltura no processo de separação-individuação, apesar de nunca conseguirem livrar-se da feminilidade de suas mães. Mesmo admitindo ignorar o mecanismo exato que produz esta transmissão com tamanho poder de fixação, Stoller destaca a força do olhar na relação mãe/criança, “os olhos nos olhos, como nos apaixonados”. Laplanche considera essa hipótese como sinal de “uma verdadeira ausência de seriedade”, um “subterfúgio” e um “truque de mágica teórico” (*tour de passe-passe théorique*)²².

Este rigor crítico de Laplanche talvez não merecesse muita atenção e pudesse ser parcialmente contrabalançado pelo reconhecimento de alguns méritos de Stoller²³, não fosse o grande interesse demonstrado por Laplanche pela questão do olhar e a importância que ele pode adquirir na sedução originária. Num texto apresentado pela primeira vez na Universidade de Atenas, em 1999²⁴, a importância do olhar na criação artística de Giacometti é comparada à percepção dos olhos, por Leonardo Da Vinci, como “janela da alma”. Ao argumentar que a criação artística é vetorizada pela pesquisa/procura (*recherche*) ou, mais precisamente, pela busca/investigação





(*quête*), Laplanche se posiciona sobre a natureza da inspiração, afirmando que a direção desse vetor é sempre a mesma da sedução, ou seja, originando-se do outro em direção ao artista, por mais que o trabalho de busca que participa da criação mostre o empenho do artista e evidencie a direção centrífuga dessa busca. Em Leonardo, os olhos como janelas da alma podem ser tomados como uma abertura, ou até mesmo uma exposição da alma ao trauma vindo do outro. Em Giacometti, continua Laplanche, é o olhar do outro que se constitui como enigma por excelência. A seguinte passagem extraída do livro de Yves Bonnefoy sobre o pintor e escultor suíço é citada por Laplanche como confirmação desse efeito traumático do olhar: “Assemelhar/reproduzir (*faire ressemblant*), para Giacometti, foi compreender e exprimir a tensão que faz que este ser de dentro, esta ‘alma’, arrisquemos a palavra, se apodere dos olhos, da boca, da frente, para retirá-los do espaço”²⁵. Não basta que Laplanche advirta seu leitor, dizendo: “Longe de mim a ideia de que o enigma do outro seja sempre, como quer Levinas, mediatizado, vetorizado pelo olhar”²⁶. A importância generalizada do olhar como instrumento de trauma e enigma salta aos olhos quando Laplanche comenta uma foto de família em que uma troca de olhares entre

17 R. Stoller, *op. cit.*, p. 80.

18 R. Stoller, *op. cit.*, p. 95.

19 Laplanche sustenta este ponto de vista valendo-se, entre outros argumentos, de uma referência ao artigo de Martin Domes intitulado “La théorie de Margaret Mahler reconsiderée”.

20 J. Laplanche, *op. cit.*, p. 94.

21 J. Laplanche, *op. cit.*, p. 93.

22 J. Laplanche, *op. cit.*, p. 90 e 93.

23 “Resta a Stoller imensos méritos: ter ressaltado a aparição precoce da identidade de gênero. Ter, em seus momentos de maior lucidez, atribuído a identidade de gênero à unidade complexa feita de “designação” e das “mensagens infinitas, refletindo as atitudes dos pais, endereçadas ao corpo da criança e à sua psique” (J. Laplanche, *op. cit.*, p. 95) (Traduzido por mim).

24 J. Laplanche, “Sublimation et/ou inspiration”, in *Entre séduction et inspiration: l’homme*.

25 Y. Bonnefoy, *Giacometti*, p. 374. (Apud J. Laplanche, *Sublimation...*, *op. cit.*, p. 331-332).

26 J. Laplanche, *Sublimation...*, *op. cit.*, p. 333.

27 Laplanche reproduz aqui algumas conclusões oriundas de um diálogo com Daniel Widlöcher sobre sexualidade infantil, que resultou numa publicação conjunta: Daniel Widlöcher & Jean Laplanche, *Sexualité infantile et attachement*.



uma das principais teses
contidas no artigo de Laplanche
sobre o gênero, o sexo e o sexual
diz respeito ao efeito recalcante
do sexo e do gênero
sobre o sexual infantil

Giacometti e sua mãe “ultrapassa qualquer descrição” e remete ao poder enigmático do sorriso em Leonardo, confirmando assim que o rosto humano, sobretudo o olhar, é um instrumento importante de implantação de enigmas.

Ora, em Atenas não teria sido tão difícil lembrar o que Tíresias pagou com os olhos. Que melhor meio de transmissão da feminilidade poderia haver que não fosse o olhar apaixonado que as mães dirigem a seus filhos?

Crítica da concepção laplancheana da castração

Uma das principais teses contidas no artigo de Laplanche sobre o gênero, o sexo e o sexual diz respeito ao efeito recalcante do sexo e do gênero sobre o sexual infantil. O gênero, como vimos no início deste texto, passou a ser considerado por Laplanche como o principal veículo de transmissão do enigma relacionado ao *socius*, sobretudo ao pequeno *socius* da família, de onde partem, inicialmente, as designações de gênero e os “ruídos” que as acompanham. O sexo, por sua vez, atuaria como um elemento de organização do gênero; como uma forma de tradução recalcante assentada na diferença anatômica. O gênero, assim organizado pelo sexo, agiria contra o sexual infantil, produzindo, desta forma, o recalcamen- to por excelência, ou seja, opondo-se à dispersão pulsional infantil polimórfica, da qual Laplanche ressalta os seguintes aspectos²⁷: ela funciona sob um regime econômico particular em que se





*um complexo de castração
não edipiano requer,
naturalmente, uma teoria
que responda por sua origem*

86

PERCURSO 44 : junho de 2010

busca o aumento e não a diminuição da tensão; ela tem o objeto fantasmático como fonte e não como fim, invertendo assim a relação de objeto; ela tende, finalmente, a invadir todos os espaços psíquicos e evolui por tentativas de organização, oferecidas ou impostas pelo outro em sua maior parte, mas sempre precárias ou insuficientes.

O complexo de castração, por dizer respeito ao sexo e à diferença anatômica, comparece nesse momento da argumentação de Laplanche ocupando a mesma posição de agente de recalçamento que já lhe havia sido atribuída desde o “Court traité de l’inconscient”²⁸, de 1993. No artigo do qual me ocupo prioritariamente aqui, escrito dez anos depois, essa função recalçante do complexo de castração ganha contornos mais nítidos e é associada à proposição por Roiphe e Galenson²⁹, dois pesquisadores americanos, de uma “fase genital precoce”, pré-edipiana, em que o complexo de castração deixa de estar vinculado ao complexo de Édipo e passa a ser interpretado exclusivamente como uma reação à descoberta da diferença dos sexos. Laplanche fala então de uma reação *pelo* complexo de castração, a ser incluída como operação de organização do gênero e de recalçamento do sexual infantil.

Um complexo de castração não edipiano requer, naturalmente, uma teoria que responda por sua origem. De fato, se não se trata de uma origem edípica-retaliativa, ligada à ameaça de castração, como queria Freud; nem de uma origem edípica-linguística-estrutural, como propunha Lacan; nem muito menos de uma origem edípica-identificatória, comportando a ideia de

desejo de castração do menino e de sua desidentificação com a mãe, como eu venho propondo, na esteira de Stoller e Greenson³⁰; se não se trata de nada disso, uma outra origem passa a ser requerida e, ao apresentá-la, Laplanche produz, a meu ver, mais uma dessas surpreendentes vicissitudes que marcam as teorias psicanalíticas da feminilidade desde Freud. No presente caso, Laplanche não se propõe a formular nenhuma teoria da feminilidade, mas acaba por produzir uma teoria do complexo de castração que não tem como não afetar qualquer teoria psicanalítica da feminilidade. Vejamos então onde se situa esse aspecto surpreendente.

Retomando a afirmação de Freud segundo a qual a anatomia é o destino, para relacioná-la com o complexo de castração, Laplanche assinala o equívoco normalmente suscitado por essa afirmação e para o qual o próprio Freud contribuiu ao considerar, por exemplo, o complexo de castração como um limite biológico do tratamento analítico. A anatomia de que se trata não deveria, portanto, ser confundida com biologia, evitando assim que o destino ao qual ele se refere fosse associado com biologismo, no sentido de um suposto determinismo capaz de induzir, entre outros erros, ao de se buscar uma gênese hormonal da sexualidade. Para Laplanche, a anatomia que realmente interessa à psicanálise neste caso, aquela que se constitui como verdadeiro destino, além de não ter esta conotação biologicista, não é uma anatomia que se ocupa da descrição rigorosa das estruturas ou dos sistemas (reprodutor, p. ex.), mas uma anatomia popular, puramente perceptiva e até mesmo ilusória.

Mas de onde surge essa anatomia popular cuja prevalência equivale a nada menos que o destino? Surge da adoção da *posição ereta* (*la station debout*) pelos seres humanos, responde Laplanche. Esse fenômeno evolutivo teria sido responsável pela anulação perceptiva dos órgãos genitais femininos, posto que eles estariam subtraídos não apenas à visão mas principalmente ao olfato. Diferentemente dos animais que percebem, olfativa e visualmente, dois conjuntos





genitais distintos, os seres humanos, salvo procedimentos de inspeção, percebem apenas um, transformando assim a diferença dos sexos em *diferença de sexo*.

Esta percepção de apenas um sexo que pode estar presente ou ausente não tem, para Laplanche, nenhuma relação nem com a biologia, nem com a fisiologia e nem mesmo com a diferença macho/fêmea. A diferença *de sexo* ganha assim o status de *significante*. Fato a respeito do qual Laplanche expressa sua admiração com as seguintes palavras:

Não é um destino extraordinário esta contingência? A posição ereta torna os órgãos femininos perceptivelmente inacessíveis. Ora, esta contingência foi elevada por muitas civilizações, e sem dúvida a nossa, ao posto de *significante maior*, universal, da presença/ausência.³¹

Vista desta forma, a diferença anatômica perceptiva equivale, para Laplanche, a um “esqueleto de código” capaz de gerar esta lógica extremamente rígida que é a lógica do terceiro excluído, ou seja, a lógica fálica da presença/ausência, do zero e do um, que ganhou “um impulso impressionante no universo moderno das ciências informáticas” e se instalou como complexo de castração no indivíduo, nele atuando como verdadeira *ideologia*.

Não há dúvida de que se trataria de algo extraordinário se, de fato, pudéssemos fazer derivar a aquisição de um recurso simbólico tão decisivo para a civilização da simples adoção da posição ereta pelos nossos ancestrais pré-históricos. Alguns fatos me conduzem, porém, a me opor ao ponto de vista de Laplanche e a localizar alhures algo realmente extraordinário, a saber, a tendência

28 J. Laplanche, “Court traité de l’inconscient”.

29 Cf. H. Roiphe & E. Galenson. *La naissance de l’identité sexuelle*, p. 43-44. (Título original: *Infantile origins of sexual identity*, New York: International Universities Press, 1981) Para um comentário crítico das principais teses destes autores, ver o capítulo 7 de meu livro: *O Problema da Identificação em Freud*.

30 Cf. Ralph R. Greenson, “Dis-identifying from mother”.

31 J. Laplanche, *Le genre... op. cit.*, p. 85.

se o complexo de castração
é uma ideologia do recalcamen-
to, ele o é muito mais quando é teorizado
pelos psicanalistas do que quando
é utilizado pelas crianças na construção
de suas teorias sexuais

generalizada das teorias psicanalíticas da diferença anatômica a recalcarem um determinado fato aparentemente insuportável da sexualidade infantil. Se o complexo de castração é uma ideologia do recalcamen- to, como quer Laplanche, ele assim se apresenta muito mais quando é teorizado pelos psicanalistas do que quando é utilizado pelas crianças na construção de suas teorias sexuais. As crianças conhecem a força de atração das experiências passivas e a associam com a intrusão pelo outro. Para elas, o complexo de castração traz à baila e ajuda a criar tanto as moções pulsionais passivas quanto as reações defensivas que lhes correspondem. Diante da diferença anatômica, as crianças não opõem simplesmente presença à ausência ou fálico a castrado, mas principalmente penetrante a penetrado, dominador a dominado, agressor a agredido etc. Basta lembrar que há entre as crianças um gosto especial pelas brincadeiras que envolvem subjugação, imobilização, susto e medo para que se suspeite que a transformação da *diferença* anatômica em *oposição* sexual abran- ge este jogo de passividade e atividade. Tentemos aprofundar este ponto de vista mostrando o que me parece ser obra do recalcamen- to nessa concepção laplancheana do complexo de castração assen- tada na posição ereta.

Meu primeiro argumento contra a proposição de Laplanche sobre a inacessibilidade dos órgãos genitais femininos apoia-se no fato de que a inspeção desses órgãos pela criança é a regra e não a exceção. A observação clínica da qual resultou a formulação do complexo de castração por Freud, a fobia de Hans, põe em evidência a curiosidade





*seria preciso ter
“bons modos”, ser pudica,
asseada e recatada para torná-los
inacessíveis à visão e ao olfato*

88

PERCURSO 44 : junho de 2010

do menino sobre tudo que dizia respeito aos genitais, à gravidez, ao parto e às funções excretórias em geral. No caso do “homem dos lobos”, de forma semelhante, Freud nos apresenta uma criança acostumada à observação do coito entre animais, curioso a respeito das funções excretórias e engajado em jogos sexuais com sua irmã. Seriam essas duas crianças freudianas exceções, ou estaríamos mais próximos dos fatos ao conceber uma inspeção generalizada resultante da curiosidade infantil? Como não admitir que a simples existência de funções excretórias inteiramente relacionadas com os genitais obriga as crianças a pesquisar seus próprios genitais e a se interessar pelos dos outros? A inspeção não precisa ter a profundidade de um exame ginecológico ou proctológico para que uma criança descubra a natureza orifical dos órgãos genitais femininos e do ânus. Cabe aqui um reconhecimento do pioneirismo de Karen Horney, que foi a primeira a contestar o ponto de vista de Freud sobre a masculinidade primária das meninas e a valorizar a “paixão das crianças pelas funções excretórias” como fato decisivo na formulação das teorias sexuais infantis³².

Refletamos agora sobre essas mulheres eretas das quais nos fala Laplanche. Elas só podem ser pré-históricas, já que adotaram a posição ereta e continuaram andando nuas. Será que seus órgãos genitais eram assim tão invisíveis? Será que elas não se assentavam de pernas abertas, não pariam suas crias diante dos outros, não subiam em árvores, não se abaixavam para pegar algo no chão sem flexionar totalmente os joelhos? Será que elas tinham hábitos de higiene suficien-

temente eficazes para evitar que odores genitais alcançassem os narizes alheios, alçados apenas a menos de um metro de distância de onde se encontravam antes da posição ereta? Convenhamos, não basta ficar de pé para tornar os genitais femininos inacessíveis. Seria preciso ter “bons modos”, ser pudica, asseada e recatada para torná-los inacessíveis à visão e ao olfato. Como então entender essa teoria de Laplanche, quando ela me parece tão descabida e improvável?

Antes de mais nada é preciso situá-la numa certa tradição teórica para que ela faça um pouco mais de sentido e me permita também interpretá-la, visto que a considero como efeito do recalçamento na teorização. Sobre essa tradição, limitar-me-ei a assinalar dois pontos decisivos. Primeiramente que ela é mais antiga que a psicanálise, como provam as teses do célebre anatomista Galeno, do século II d.C., sobre a existência de um sexo único, o masculino, que se manifestava plenamente nos homens e encontrava-se retido internamente nas mulheres. Uma obscura noção de “calor vital”, supostamente muito mais intenso nos homens do que nas mulheres, servia de explicação para essa retenção³³. Em segundo lugar é indispensável lembrar que apesar de já ter sido objeto de intensa controvérsia desde o início da terceira década do século passado³⁴, a tese freudiana sobre a existência erógena e perceptiva apenas do pênis e do clitóris até a puberdade ainda ressoa em algumas teorias psicanalíticas atuais, como podemos constatar nesse artigo de Laplanche. De fato, a ideia de que a posição ereta está relacionada ao recalçamento e à perda da acuidade olfativa está presente em Freud, como sabemos. Laplanche apenas a desenvolve, numa abordagem de inspiração linguística, ao relacioná-la com a lógica binária da presença/ausência. Mas a principal filiação freudiana dessa teoria encontra-se na tese do desconhecimento ou inacessibilidade dos genitais femininos. À semelhança de Freud, que considerava o descobrimento da própria vagina pela menina um acontecimento que só se produzia na adolescência, Laplanche considera que a posição ereta impede a percep-





ção dos genitais femininos, dando assim origem a uma anatomia popular ilusória que os torna, em última instância, inexistentes. É bem verdade que o desconhecimento da vagina está associado, em Freud, principalmente ao despertar erógeno tardio desse órgão na puberdade, ao passo que, para Laplanche, é a impossibilidade de sua percepção pelo outro que está em questão. Essas diferenças não impedem, no entanto, que os dois pontos de vista convirjam num aspecto decisivo: a redução dos órgãos genitais femininos a uma negatividade contrastante com a positividade do pênis. Nesta mesma tradição devemos incluir também Lacan e sua tese da não inserção simbólica da vagina. Seja nos *Propos directifs* de 1954 ou no seminário *Encore* de 1973, uma parte da feminilidade e a própria vagina aparecem como elementos relacionados ao instinto (1954) ou como porções do real refratárias à simbolização, logo responsáveis por um gozo suplementar não fálico sobre o qual as mulheres nada podem dizer (1973). O enunciado “a mulher não existe” deriva desta lógica: excluída da mediação fálica, sua inserção no logos fracassa, tornando-a, conseqüentemente, incompatível com a categoria do universal³⁵.

O reconhecimento tardio da importância da identificação passiva na sedução originária, o equívoco na apreciação da noção de *imprinting* formulada por Stoller e essa surpreendente teoria da castração baseada na adoção da posição ereta nos remetem à ideia, cara a Laplanche, segundo a qual ao teorizarmos sobre o inconsciente não estamos imunes aos seus efeitos, ou seja, as teorias sobre a

as teorias sobre
a constituição psíquica
e sobre o inconsciente
não estão isentas dos efeitos
do recalçamento

constituição psíquica e sobre o inconsciente não estão isentas dos efeitos do recalçamento. É justamente disso que se trata quando Jacques André expõe os efeitos do recalçamento tanto nas teorias psicanalíticas da feminilidade como no destino das moções pulsionais femininas na constituição psíquica de cada indivíduo. Para esse autor, a lógica fálica é a lógica do recalçamento do orifício e do penetrado pelo penetrante e fálico. No artigo de Laplanche sobre o gênero e o sexual, podemos dizer que a impossibilidade de reconhecer o caráter eminentemente penetrável dos genitais femininos guarda uma estreita relação com a impossibilidade de reconhecer o caráter anti-ipsocentrista da noção stolleriana de *imprinting* e com a admissão tardia de uma forma de identificação que tem o outro como origem. Estes dois últimos pontos têm em comum o fato de evocarem a ideia e a imagem de uma situação antropológica fundamental na qual a sedução generalizada se confunde com uma verdadeira penetração generalizada da criança pelo outro.

32 K. Horney, *La psychologie de la femme*.

33 Cf. T. Laqueur, *Inventando o sexo, corpo e gênero dos gregos a Freud*.

34 Além de Freud, K. Abraham, E. Jones, K. Horney e M. Klein participaram dessa controvérsia. Uma excelente exposição dos principais aspectos teóricos e clínicos abordados nos diversos artigos publicados por esses autores pode ser encontrada no seguinte artigo: Catherine Laurin, “Phallus et sexualité féminine”.

35 Apropriamo-nos aqui de alguns termos e argumentos de J. André presentes em seu opúsculo sobre sexualidade feminina: *La sexualité féminine*, p. 48-49.



Referências bibliográficas

- André J. (1990). Panpan tutu, *Psychanalyse à l'Université*, vol. 15, n. 59, Paris, p. 139-140.
- _____. (1991). La sexualité féminine: retour aux sources, *Psychanalyse à l'Université*, vol. 16, n. 62, Paris, p. 5-49.
- _____. (1994). *La sexualité féminine* (coleção *que sais-je*), Paris: PUF.
- _____. (1995). *Aux origines féminines de la sexualité*, Paris: PUF.
- _____. (2001). Feminilidade adolescente. In: Cardoso M.R. (org.), *Adolescência: reflexões psicanalíticas*. Rio de Janeiro: Nau Editora/Faperj.
- Bleichmar S. (1998). Mi recorrido junto a Jean Laplanche. *Anais do IV Colóquio Internacional Jean Laplanche*, Gramado, RS.
- Bonnefoy Y. (1991). *Giacometti*. Paris: Flammarion.
- Dejours C. (2007). Théorie de la séduction: validation, réfutation, *Psychiatrie Française*, v. 38, n. 4, Paris.
- Domes M. (2002). La théorie de Margaret Mahler reconsiderée. In: *Psychanalyse et psychologie du premier âge*. Paris: PUF.
- Greenson R. (1968). "Dis-identifying from mother", *International Journal of Psychoanalysis*, n. 49.
- Horney K. (1971). *La psychologie de la femme*. Paris: Payot.
- Laplanche J. (1987). *Nouveaux fondements pour la psychanalyse*. Paris: PUF.
- _____. (1992). Implantation, intromission. In: *La révolution copernicienne inachevée*. Paris: PUF.
- _____. (1993). Court traité de l'inconscient, *Nouvelle Revue de Psychanalyse*. Paris, Gallimard, v. 48, p. 69-96.
- _____. (1999). Sublimation et/ou inspiration. In: *Entre séduction et inspiration: l'homme*. Paris: PUF.
- _____. (2003). Le genre, le sexe, le sexual. In: Chabert C. (org.) *Sur la théorie de la séduction*. Paris: In Press.
- Laqueur T. (2001). *Inventando o sexo, corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Laurin C. (1962). Phallus et sexualité féminine, *La Psychanalyse*, PUF, vol. VII, p. 15-54.
- Lichtenstein H. (1961). Identity and Sexuality: A Study of Their Interrelationship in Man, *Journal of the American Psychoanalytic Association*, IX, n. 2, p. 179-260.
- Ribeiro P.C. (1993). Identité et séduction chez Heinz Lichtenstein, *Psychanalyse à l'Université*, PUF, v. 18, n. 72, Paris, p. 71-79.
- _____. (1998). Le sexué et le sexuel dans la formation de l'inconscient, *Anais do IV Colóquio Internacional Jean Laplanche*, Gramado, RS.
- _____. (2000). O problema da identificação em Freud. São Paulo: Escuta.
- _____. (2007). Identification passive et séduction généralisée, *Psychiatrie Française*, v. 38, n. 4, Paris, p. 21-48.
- Roiphe H.; Galenson E. (1987). *La naissance de l'identité sexuelle*. Paris: PUF.
- Stoller R. (1978). La difficile conquête de la masculinité. In: *L'identification, l'autre c'est moi*. Paris: Tchou.
- _____. (1975). *The transsexual experiment*. London: Hogarth.

Passive identification and Jean Laplanche's Theory of Generalized Seduction

Abstract This paper studies the introduction of the concept of passive identification in the Theory of Generalized Seduction, its relation to Robert Stoller's gender assignment theory and the Laplanche's hypothesis about the origin of castration complex.

Keywords passive identification; gender; Theory of Generalized Seduction.

Texto recebido: 04/2009

Aprovado: 04/2010



A clínica como testemunho de corporeidade diante do traumático da experiência

Renata Codeço Dias
Carlos Augusto Peixoto Junior

Renata Codeço Dias é doutoranda em Psicologia Clínica da PUC-Rio, pesquisadora bolsista do CNPq.

Carlos Augusto Peixoto Junior é professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio, e pesquisador do CNPq.

Resumo O presente artigo avalia possíveis mudanças na formação da experiência subjetiva contemporânea, tornada irrepresentável a partir das novas configurações socioculturais. Sugerem-se algumas modificações no manejo técnico por parte do dispositivo analítico e, para tal, discute-se o acesso à dimensão criativa da experiência por meio do corpo do analista, que se apresenta como campo sensível de passagem e como um testemunho que oferece corporeidade à experiência traumática.

Palavras-chave corpo; experiência; narrativa; trauma; criação; testemunho.

Se não falas
Se não falas, vou encher o meu coração
Com o teu silêncio, e aguentá-lo.
Ficarei quieto, esperando, como a noite
Em sua vigília estrelada,
Com a cabeça pacientemente inclinada.

A manhã certamente virá,
A escuridão se dissipará, e a tua voz
Se derramará em torrentes douradas por todo o céu.

Então as tuas palavras voarão
Em canções de cada ninho dos meus pássaros,
E as tuas melodias brotarão
Em flores por todos os recantos da minha floresta.
[Rabindranath Tagore]

Narrativa e experiência traumática: o estatuto do corpo

A nova concepção de mundo que se engendra por meio da cibernética e das exigências comportamentais de vivência em um mundo globalizado (por exemplo, a adaptação constante à velocidade instantânea dos meios de comunicação, as relações virtuais e a não fixidez proporcionada pela virtualização dos espaços físicos) tem construído uma nova relação com o corpo, e produzido mudanças nas narrativas que acompanham sua constituição. A narrativa oral, fundada em um prazer de contar, antes veículo da perpetuação da memória e formadora dos vínculos geracionais através da transmissão de um saber viver, de formação de identidade e de transmissão de uma

91

PERCURSO 44 : p. 91-104 : junho de 2010



como dizer o indizível? Como pode haver testemunho quando a dor ou o absurdo nos tornam estanques, encerrados em nossos escafandros subjetivos?

experiência essencialmente compartilhável, parece entrar em crise.

A palavra, a linguagem, como nos mostra Gagnebin em sua análise da obra de W. Benjamin¹, sofre as consequências de uma crise da tradição em que os antigos valores se rompem, crise sentida principalmente após as guerras com o fenômeno totalitarista que culminou no Holocausto. O silêncio diante do trauma, como coloca Walter Benjamin, denuncia a fraqueza da significação: não parece mais possível falar sobre a dor; torna-se inútil, e até mesmo vulgar, falar de algo tão destruturante e assustador, tão inumano. Vivemos tempos de barbárie, dirá Benjamin² em uma passagem sobre a perda da comunicabilidade da experiência, caracterizando o contemporâneo por esta ruptura entre a palavra e a dor, entre a narrativa e o corpo, corpo este descarnado e privado de sua integridade, de suas histórias constituintes.

Essas consequências humanas dos eventos na modernidade e seus desdobramentos contemporâneos têm sido acolhidas na clínica psicanalítica desde o início do século XIX, e a principal questão da psicanálise era a de impelir o sujeito à elaboração dos traumas, à significação daquele material que teria permanecido sem sentido. Diante da perda da experiência, o *setting* analítico tornou-se o lugar possível onde a solidão e a incomunicabilidade poderiam localizar-se enquanto tais, no qual esses problemas adquiriam relevância, lugar de denúncia da escassez da palavra e do inominável. No entanto, numa época em que a crise da representabilidade do trauma radi-

calizou-se, ou ainda, num momento em que não conseguimos mais representar nossa dor, posto que ela tornou-se inominável diante dos absurdos das guerras e do assujeitamento às práticas capitalistas ferozes, o lugar do terapeuta parece ter se deslocado e também se encontraria em crise.

A noção de experiência contemporânea, catastrófica, coloca, para nós, o lugar da escuta terapêutica onde Benjamin³ localiza o lugar da testemunha. Testemunha, não por culpa ou por compaixão, mas por compreender a importância da transmissão e do compartilhamento da história, porque só assim é possível, dado o sofrimento indizível, inventar o presente. Ser testemunha de um texto, de uma vida, de histórias. À clínica, isso tudo parece reclamar uma estilística de afetação, um “querer lidar” com essas questões em suas práticas. Nesse contexto, as soluções terapêuticas que têm como principal recurso a fala e o discurso do paciente sobre si mesmo entram também em crise. Como dizer o indizível? Como pode haver testemunho quando a dor ou o absurdo nos tornam estanques, encerrados em nossos escafandros subjetivos? Por isso, à clínica faz-se um apelo ao silêncio, ao corpo, e o testemunho se inscreve na carne e insere a testemunha como campo comum de afetação.

Este campo se constitui como espaço-tempo paradoxal que é na mesma medida tragédia e salvação, possibilidade e impossibilidade. De espaço traumático, a clínica tem como dever transformá-lo em espaço de criação, de reinvenção, ao mesmo tempo que dá passagem e testemunho ao horror.

Desde a formulação, em 1951, do conceito de *objetos ou fenômenos transicionais* até a integração desse conceito em uma teoria do brincar, em 1971, Donald Winnicott localizou o campo da experiência como paradoxal, pois, ao mesmo tempo que ela exige representação, traz em si a sua impossibilidade, levando a uma demanda psicoterapêutica de cuidado, de emergência, mas que não parece encontrar escoamento nas relações terapêuticas que pretendem a significação⁴. No caso da experiência traumática, isso certamente





ocorre porque o sujeito se encontra incapacitado de atender à exigência básica que lhe é feita: “fale sobre isso”. Assim, em consequência da crise da representação, o que se evidencia para nós como principal desafio clínico é o lugar do corpo na contemporaneidade. O corpo resta como meio de acesso ao mesmo tempo que permanece inacessível à fala. A fala se torna vazia quando não encontra no contar nenhum alento, nenhum compartilhamento.

Nesse viés, a experiência que se corporifica na clínica institui o mesmo espaço que une e separa, espaço de conexão e ruptura. Espaço de ilusão, mas não de magia fantasmática ou ficção; muito pelo contrário, trata-se de um lugar em que a mentira nem sequer é possível. Lugar, portanto, onde o trauma é reparado sem perder sua seriedade, sem esquecer, onde o silêncio pode ser povoado e repleto de sentido. Esse espaço que atravessa o corpo não é um espaço discursivo, mas um espaço de uso, como nos aponta Rogério Luz (1989): espaço onde o gesto vale mais que a palavra, no qual esta advém do primeiro, e não o contrário⁵.

Pensar esta experiência primeira enquanto corporeidade por excelência e o trauma enquanto captura do corpo por estratégias de poder mortificantes pode levar a considerar que a *clíni-*

»
a experiência, como tal,
que se atualiza enquanto corporal,
é uma experiência de sentido
em si mesma

ca do discurso toma o trauma pela estrutura. Ou seja, a ruptura psicopatológica é confundida com o funcionamento do sujeito *per se*, sendo a neurose o modelo de funcionamento moderno. A partir disso, torna-se necessário reafirmar a importância de uma noção de experiência clínica baseada em um funcionamento conectado e inerente à vida, e, consequentemente, de um conceito de saúde diverso daquele formulado pela concepção organicista e cartesiana de ciência. A noção de experiência-corpo – como matéria-prima para as inscrições relacionais e que subjaz ao trauma justamente por estar conectada diretamente à vitalidade – não parece ser aquela proposta pelo discurso científico contemporâneo. Este se mostra por demais desencarnado, dissoçado, mesmo quando parece exaltar ou *resgatar o corpo* em psicoterapias corporais.

A experiência, como tal, que se atualiza enquanto corporal, é uma experiência de sentido em si mesma. O trauma que insere a questão do falso e do verdadeiro, do certo e do errado no nível da experiência, clivando-a, parece ter sido tomado como referência para o modelo de sujeito na contemporaneidade. Com isso, em vez de passível de mediação, a experiência torna-se interdita.

Nesse sentido, Ferenczi situa o desmentido como trauma que impede o sentido, os processos de subjetivação e a espontaneidade, fazendo com que a representação não tenha consistência psíquica⁶. É a dor que se insere como ferida aberta por meio de um apelo corporal, e é neste viés que inscreve seu silêncio e sua tragédia. Por isso, pensar a clínica da experiência, para nós, recla-

- 1 J. M. Gagnebin, *História e narração em Walter Benjamin*, p. 55.
- 2 W. Benjamin, *Magia e técnica, arte e política*, p. 115.
- 3 O ouvinte ou a testemunha é “aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro, não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente e ousar esboçar uma outra história e a inventar o presente”. (J. M. Gagnebin, “Memória, História, Testemunho” in S. Bresciani (org.), *Memória e (res)sentimento – indagações sobre a questão sensível*, p. 93).
- 4 “Essa área de desenvolvimento e experiência individuais parece ter sido desprezada, enquanto a atenção se focalizava na realidade psíquica, pessoal e interna, e sua relação com a realidade externa ou compartilhada. A experiência cultural não encontrou seu verdadeiro lugar na teoria utilizada pelos analistas em seu trabalho e em seu pensar.” (D. W. Winnicott, *O brincar e a realidade*, p. 8).
- 5 “A distância possível entre sujeito e objeto não é um lugar de discurso, mas um lugar de uso, um espaço de inscrição de gesto, sobre uma materialidade-suporte e uma materialidade-resistência, apresentada pelo ambiente ou nele encontrada.” (R. Luz, “O espaço potencial: Winnicott”, p. 3).
- 6 C. A. Peixoto Junior. “Trauma, vida nua e estado de exceção: notas sobre clínica e política”, p. 57.





*apostar na experiência,
em uma prática do corpo em
psicanálise, portanto, requer
a busca da corporeidade na clínica*

ma um apelo a afetos corporais negligenciados em sua produção subjetiva e em sua capacidade afetiva, em cujo campo o terapeuta pode ser tomado como testemunha.

A posição de testemunha inaugura uma condição de mediação da experiência. É a experiência-corpo-terapeuta que tem como função oferecer passagem e dar continuidade à experiência, ao mesmo tempo que inaugura uma posição de alteridade. Um outro que media, cuida, espelha e molda constitui a posição terapêutica exigida pela subjetividade contemporânea que parece reclamar contorno, bordas, limites flexíveis e imanentes, construídos na relação eu-outro, dentro-fora, subjetivo-objetivo.

Delimitar os limites do corpo, portanto, é também questionar o corpo do qual estamos tratando. Que corpo é este, tão falado ou “vivenciado” (e muitas vezes por isso mesmo ignorado) nas psicoterapias corporais? A delimitação do corpo nessas psicoterapias parece apenas reforçar uma cisão, dissociando o corpo do sentido em busca de sua “fala” no âmbito da representação.

Fechar rigidamente os limites no campo representacional significaria encerrar-se em si mesmo (ou no objeto), tornando a experiência eminentemente objetiva ou subjetiva. Nessas condições, apostar na criação, numa espécie de estado limítrofe entre realidade e subjetividade, nesse espaço *entre*, implicaria sustentar a experiência corpórea em seu âmbito paradoxal, com suas reentrâncias e orifícios, onde os limites entre o interno e o externo não seriam questionados. Nesse sentido, faz-se necessário recorrermos ao

que José Gil chama de “espaço limiar”, como o espaço mesmo da experiência.

De uma maneira geral, todos os orifícios de entrada do corpo físico objetivo nos levam a um espaço indeterminado, sem contornos nem limites interiores. Em certos casos, como por exemplo nas psicoses, até mesmo os poros se tornam via de acesso ao interior. É o ato sexual, que implica penetrar e ser penetrado, é por um lado vivido pelos dois parceiros como ocupação desse espaço, e, por outro lado, como qualquer coisa que tem a ver com o que se poderia chamar de “fluxo das almas” por contato, contágio e multiplicação de intensidades. Não é só biologicamente que o desejo tem a vocação de visar ao interior do corpo: é também porque ali se transformam os espaços e se encontra a alma, ultrapassando as fronteiras do objeto.⁷

Apostar na experiência, em uma prática do corpo em psicanálise, portanto, requer a busca da corporeidade na clínica. No entanto, como já se pôde observar até aqui, não se trata nesse caso de uma prática corporal no sentido de desbloqueios de energias reprimidas. Trata-se, sim, de pensar e repensar a corporeidade enquanto embate ético-político num contexto cultural em que o trauma, a cisão da narrativa e a perda da experiência parecem reconfigurar subjetividades e, conseqüentemente, exigir da clínica novas posições frente a isso.

Limites da experiência e experiência
limítrofe: novos embates para a clínica
contemporânea

A clínica dos chamados pacientes limítrofes, psicopatologia eminentemente contemporânea, coloca o analista não apenas diante de embates técnicos, mas também o confronta com questões de ordem ética e política. Devido às perdas dos contornos e fronteiras socioeconômicas e com a virtualização das instituições, as constituições subjetivas parecem se passar em meios voláteis, indefinidos, assim como a forma de adoecer parece estar





relacionada às experiências de esgarçamento de limites do eu, das identidades, das configurações relacionais.

Momento de crise como dito anteriormente, a contemporaneidade caracteriza-se pela radicalização do não limite, da facilidade da informação, onde as formas de ser anteriormente estruturadas não mais se coadunam com a rapidez e a instantaneidade das exigências cotidianas. Esse novo engendramento traz em si uma sensação de vazio de sentido que já foi banalizado, e o sentido se abre radicalmente. Se essa abertura traz a possibilidade de criação e reconfiguração, também traz consigo um adoecimento aparentemente amorfo, não delimitado, e um vazio não dito, uma existência totalmente dissociada de sua corporeidade e que não se percebe como tal.

Podemos dizer então que, se a angústia do conflito era a grande questão moderna, a contemporaneidade traz como problema o não sentido, o inominável, configurando novas manifestações de adoecimento mais relacionadas à impossibilidade de vínculos significativos para o sujeito do que a indignações e queixas a respeito desses vínculos. Formas de adoecimento como o pânico, os transtornos alimentares, os estados *borderline* ou as mais diversas modalidades de falência corporal – as quais parecem traduzir a dificuldade de acompanhar o ritmo e a instantaneidade do contemporâneo em doenças mutantes e abocanhadas pela indústria farmacêutica – constituem experiências no limite do representável, vividas por pacientes que parecem não se enquadrar nas exigências técnicas tradicionais. Diante da exigência da fala, elas não respeitam o enquadre analítico mais comum e invadem com seu sofrimento os limites estabelecidos pela psicanálise clássica.

Esses movimentos subjetivos parecem trazer a marca da clivagem ou da dissolução do eu, o qual se enrijece em um vazio que não pode ser percebido enquanto tal. Dentre eles destacamos a “esquizoidia”, tal como definida por D. Winni-

7 J. Gil, *Metamorfoses do corpo*, p. 44.

8 Sobre essa questão, ver D. W. Winnicott, *Explorações psicanalíticas*, p. 112.

podemos dizer então que,
se a angústia do conflito
era a grande questão moderna,
a contemporaneidade traz
como problema o não sentido,
o inominável

cott⁸, como a categoria que melhor exemplifica esses movimentos. Winnicott, analista sensível às questões do trauma e às novas configurações subjetivas, identificou a esquizoidia como uma reação a mudanças velozes de um ambiente que se apresenta confuso, excessivamente indefinido, caótico. O bebê, em sua formação subjetiva, não suportando o excesso ou a falta ambiental, construiria uma barreira (*falso self*) para defender-se de “angústias impensáveis”. Situadas no campo da impossibilidade da comunicação, as questões trazidas por Winnicott no contato com seus pacientes esquizoides nos parecem um exemplo de que a perda da comunicabilidade da experiência traz impossibilidades também na constituição subjetiva, advindas de experiências-limite.

Diante do trauma, o bebê pode ser impedido de relacionar-se com algo externo, constituindo um “encapsulamento do eu” a fim de preservar algo de sua existência, encontrando sentido no não sentido. Dentre outras reações possíveis à inadaptabilidade do ambiente ao bebê, a esquizoidia aparece como um possível paradigma do sofrimento contemporâneo, dada a presença de uma experiência dissociada da comunicabilidade, que encontra em fantasias e objetos internos o seu refúgio, do qual sai apenas para manter relações precárias com o outro, sentidas como falsas. Assim, tocado por essas dificuldades, Winnicott levanta questões sobre como acessar essa experiência criativa encapsulada, na qual o sentido e a vida escoaram para dentro de uma subjetividade ensimesmada que precisaria novamente se abrir para o mundo.





*é no “corpo sensível”
que a imanência, a vida,
se faz material de criação terapêutica,
criação de vida e invenção
de subjetivação*

96

PERCURSO 44 : junho de 2010

Do ponto de vista winnicottiano, tal experiência é aquela que advém do contato direto, do gesto espontâneo, atingindo a modulação da subjetividade em sua dimensão de constituição, de formação. O contato com o ambiente, a forma como este envolve o sujeito (*holding*) possibilita a construção de uma dimensão de corporeidade necessária à constituição da experiência, eminentemente limite, no limite da palavra e na ausência desta. É essa experiência que, na época em que a psicanálise se debruça sobre as consequências do traumático, parece perder-se como característica da subjetividade moderna, e que se radicaliza na indefinição e na fragilização dos limites no contemporâneo.

A fim de abordar a constituição de uma corporeidade da experiência, a partir da qual seria possível repensar a clínica, trazemos a noção de “corpo sensível”, tal como definida por José Gil ao abordar a heteronímia de Fernando Pessoa⁹. Para ele, trata-se de considerar uma dimensão da corporeidade em que há uma abertura para uma espécie de dissolução da percepção que desestabiliza o mundo percebido da experiência. Esta noção de experiência, em si mesma corporal, pressupõe um estado de indissolução do eu, espaço-limite de criação. O “corpo sensível” a que o autor se refere se constrói num plano de afetos de vitalidade, apreendidos como pequenas percepções (noção criada por Leibniz)¹⁰. Gil nos mostra, retomando esta noção, que estar atento às pequenas percepções leva à dissolução da espessura ilusória de continuidade do eu, abrindo lugar para a presença de afetos descosidos, paradoxais, onde se experimenta uma multiplicidade

de sensações. Isso leva “a sentir de outra maneira, sentir de todas as maneiras, devir outro”¹¹.

Uma clínica das pequenas percepções, fundada nessa concepção de corpo sensível, apesar de se dar no espaço-limítrofe, se distinguiria da patologia dos estados-limite por não implicar um “tornar-se outro”, mas um “devir outro”. Não no sentido de uma alienação no outro, mas de uma abertura para se deixar atravessar por intensidades, sintonizando com as expressões de vitalidade: ritmos, intensidade do movimento, tonalidades da voz. Essa noção aponta na direção de algo que se passa fora de um espaço de representação, para além da interpretação. Isso se apreende como *pequenas percepções*, como agulhões de inquietude que nos tocam subliminarmente e para os quais geralmente não somos sensíveis.

O trabalho clínico com pacientes difíceis parece requerer uma noção de experiência em que seja possível explorar, por meio das sintonias de afeto e suas ressonâncias, a possibilidade de transitar entre o visível e o invisível: fazer da clínica uma arte, uma experiência estética de percepções infinitesimais, a qual se deixa transformar ao mesmo tempo que torna essa transformação uma experiência. Habitar o limite, este parece ser o desafio da clínica contemporânea; o que coloca a clínica como lugar de testemunho, de passagem, de emergência e constante reorganização do “corpo sensível”.

É no “corpo sensível” que a imanência, a vida, se faz material de criação terapêutica, criação de vida e invenção de subjetivação; trata-se de um espaço-tempo do qual emana a potência de agir e devir. Nesse nível, a experiência é compreendida não propriamente como uma negação da presença do outro, mas como uma possibilidade de inclusão deste enquanto diferença, enquanto possibilidade de flexibilização, remontagem, modulação de formas de subjetivação que fazem do corpo algo humano, que dá passagem ao sentido enquanto experiência mesma, permitindo a transmutação desta nas suas diversas formas de linguagem, de compreensão, de ser.

A experiência, portanto, se constitui na relação com o outro. Segundo Daniel Stern, o bebê é





convocado a se tornar humano pelas variações de intensidades afetivas da alteridade do meio que o constitui. É a relação que compõe o processo auto-organizador dos Sentidos de Eu Emergente e Nuclear, sendo o primeiro regido especialmente pela dimensão dos afetos de vitalidade – que são as variações e tonalidades intensivas inerentes a todos os atos humanos. Os afetos de vitalidade não são representações nem têm conteúdo: eles são formas sensoriais expressivas dos estados vitais de um ser e estão presentes em todos os estados afetivos categóricos, tais como *alegria, tristeza, raiva, terror, desânimo, medo* e outros¹².

Stern observa que bebês muito pequenos (em torno de três semanas de vida) são capazes de realizar uma transposição modal cruzada de informações sensoriais que permite estabelecer correspondência entre diferentes registros perceptivos. Essa capacidade, que está na origem das experiências de sinestesia, é também o que permite ao bebê e à mãe experimentarem uma sintonia afetiva, através de cruzamentos amodais dos afetos de vitalidade, apreendidos de forma instantânea e epidérmica através do tônus muscular, das tonalidades da voz, dos ritmos dos movimentos corporais. Os afetos de vitalidade dizem respeito à variância de modos de estar e de ser. Na repetição das relações vão emergindo, simultaneamente à variação, algumas formas que

»
*o trauma expõe a ferida
causada pela dissociação
entre vida e corpo*

se mostram mais constantes, constituindo-se, a partir delas, o que Stern nomeia de “ilhas de consistência”. Ou seja, algumas paisagens subjetivas que se tornam permanentes e se delineiam como matrizes do senso de eu nuclear.

Se considerarmos como experiência essa “massa primitiva” criadora, tal como vista por Stern, temos que considerar também a experiência como virtualmente imanente. Por isso, a experiência é sempre corporal mesmo quando não atualizada, e está sempre em processo de atualização incessante de marcas de impressões sensíveis, fazendo emergir novas formas. É essa noção de experiência que torna possível o acesso a uma dimensão originária de construção da subjetividade, a qual permite que as relações precoces produzam novas configurações e modificações em um nível pré-linguístico. Considerando a importância de uma maior atenção a modulações de sons e afetos na clínica, acreditamos que discussão deste nível da experiência possa contribuir para a elaboração de uma prática sensível. Prática esta que dê passagem à questão traumática para a configuração de uma experiência de corporeidade indissociável de sua dimensão criativa.

Se a constituição das subjetividades na atualidade depara com a radicalização da ruptura entre narrativa e vida, entre experiência e corpo, é justamente neste ponto – em que ela expõe a questão dos limites, da presença e/ou ausência deles – que ela se torna um tema fundamental nas discussões da clínica contemporânea. O trauma expõe a ferida causada pela dissociação entre vida e corpo, corpo nu e morto do saber médico,

9 J. Gil, *Fernando Pessoa: a metafísica das sensações*, p. 52.

10 “[...] Essas pequenas percepções, devido às suas consequências, são por conseguinte mais eficazes do que se pensa. São elas que formam esse não sei quê, esses gostos, essas imagens das qualidades dos sentidos, claras na reunião mas confusas nas partes individuais, essas impressões que os corpos circundantes produzem em nós, que envolvem o infinito, essa ligação que cada ser possui com todo o resto do universo.” (G. W. Leibniz, *Novos ensaios sobre o entendimento humano*, p. 8).

11 “Sobretudo no primeiro momento da sua apreensão, as pequenas percepções surgem graças a uma experiência de choque (a advertência) que reenvia para a existência atual de algo.” (J. Gil, *A imagem nua e as pequenas percepções. Estética e metafenomenologia*, p. 109).

12 “O senso de eu nuclear está sempre em fluxo. Está sendo construído, mantido, corroído, reconstituído e dissolvido, e todas essas coisas acontecem simultaneamente. O senso de eu em qualquer momento, então, é a rede dos muitos processos dinâmicos formadores e dissolventes. É a experiência de um equilíbrio.” (D. Stern, *O mundo inter-pessoal do bebê*, p. 179).



*far-se-ia necessário, então,
um manejo das modulações
e intensidades corporais, pré-verbais,
o que exigiria do analista uma
disposição de corporeidade
diferenciada*

do discurso e, também, muitas vezes, do próprio analista.

Desde “Thalassa – ensaio sobre a teoria da genitalidade”¹³, Ferenczi já considerava a necessidade das “relações de erogeneização” a fim de integrar as zonas de sensação dos órgãos e permitir um modo de organização capaz de ações efetivas em direção aos objetos do mundo. Essa organização, no entanto, nunca se completa ou se enrijece, e se processa à medida que a articulação do bebê com o seu mundo ambiente se torna mais complexa. Desse modo, os traços mnêmicos se associam em representações psíquicas, assim como as marcas das intensidades corporais, recombinaando os modos parciais em modos mais complexos sem, no entanto, esgotar o potencial virtual, criativo da experiência que sempre se mantém em devir. Ferenczi aponta também, no caso da criança mal acolhida ao nascer, que o trauma poderia dificultar a construção de uma rede organizada em direção à construção de seus limites interno-externo. Do ponto de vista ferencziano, a pulsão de morte, na medida em que não se criam redes associativas de significação, se fixaria na repetição de satisfações autoeróticas parciais, levando a uma tendência ao adoecimento físico, ou à manifestação de formas sintomáticas radicais que não se fazem acessíveis à cura pela palavra¹⁴. Para essa organização, faz-se necessário uma presença que sustente, dê passagem, e de-limite, constituindo-se enquanto corporeidade para que possam emergir os planos de sentido. O trauma da criança mal acolhida acontece, portanto, quando o mundo não se constitui como limite e alteridade, e sua

vida encontra-se cindida, na insistência de não insistir, com a instalação da negação da corporeidade da experiência. A separação, aqui, não é constituinte, mas inaugura a ruptura do ser com a própria vida, e a negação de sua experiência enquanto imanência e inexorabilidade. A constituição da objetividade, nesse caso, não é propriamente derivada da experiência, mas de sua negação. Os objetos tornam-se fantasmas, e o outro apenas uma sombra, às vezes persecutória, às vezes como um espelho que nada reflete. A fala vazia e muitas vezes ininterrupta, ou o silêncio que a ela equivale, coloca a clínica contemporânea diante de um corpo mudo ou de uma fala desencarnada. Coloca-a também diante de um sujeito clivado, como nos indica Ferenczi, onde nada do inconsciente parece querer ou poder retornar.

Além de apresentarmos o problema, gostaríamos também de afirmar a importância da discussão a respeito do corpo do analista como testemunho, considerando alguns aspectos da transferência corporal e da posição de sua corporeidade diante desses pacientes difíceis no que se refere a uma clínica do sensível¹⁵. Partimos da hipótese de que o manejo clínico com esses pacientes, tendo em conta a problemática do trauma no contemporâneo, exigiria do analista uma relação a ser construída com seu próprio corpo e, consequentemente, com a corporeidade na cena analítica. Far-se-ia necessário, então, um manejo das modulações e intensidades corporais, pré-verbais, o que exigiria do analista uma disposição de corporeidade diferenciada, e uma nova compreensão dos fenômenos transferenciais quando lidamos com fenômenos de cunho regressivo.

A clínica como *testemunho* de corporeidade e criação

Pensar a experiência subjetiva como mediada pelo sistema representacional possibilitou à clínica psicanalítica moderna tornar-se o campo de um conflito, de uma luta entre elementos dicotômicos, e permitiu a institucionalização dessa





técnica como algo útil ao sujeito moderno. Nesse contexto, o aparelho psíquico encenava as organizações e funcionamentos de toda uma concepção político-filosófica de viver, sentir, amar, adoecer. O papel do terapeuta remetia ao campo simbólico da linguagem como meio e método de intervenção, onde se tornava possível a repetição e a possibilidade de outras significações. No entanto, a fenda entre sujeito e objeto provocada pelos traumas, que já então aparecia como problema, parece ter se radicalizado no que diz respeito à experiência subjetiva pós-moderna. A radicalidade dessa separação fez com que a simbolização, antes difícil, se tornasse praticamente impossível, e o corpo, que aparecia como lugar do sintoma psíquico, se torna sintoma dessa impossibilidade, do inominável, da radicalidade da dissociação e da separação dicotômica.

Diante dessa impossibilidade de representação, tornou-se necessária a procura de um outro papel para o psicanalista. A demanda “fale sobre isso”, característica do método de associação livre, mostrou-se insuficiente quando o corpo apareceu em sua “vida nua”. Se antes o adoecimento era causado pelo fantasiar, o que já marcava na vivência subjetiva moderna a busca por uma “vida representável”, agora parece que a dúvida afirma-se em sua radicalidade e torna-se “crença no nada”, experiência marcada pela futilidade, pela vivência do não sentido como vazio e perda irreparável.

Diante da “perda da experiência” compartilhada, posta em jogo pela noção benjaminiana de barbárie, pensar a questão da experiência no âmbito da clínica levanta um problema fundamentalmente ético. A clínica torna-se o lugar por excelência onde esta mudança aparece de forma evidente, colocando aquele que ouve e parti-

diante da “perda da experiência”
compartilhada, pensar a questão
da experiência no âmbito da clínica
levanta um problema
fundamentalmente ético

cipa da catástrofe e de seus resultados em uma posição eminentemente histórica. O terapeuta, o analista, torna-se testemunha capaz de oferecer passagem a uma experiência que, caso não se afirme enquanto tal, corre o risco de encerrar-se em si mesma.

Luis Cláudio Figueiredo¹⁶ pensa a modernidade – marcada por dualismos e dicotomias do tipo ordem / caos, cultura / natureza, forças / sentido, corpo / mente – como campo de surgimento da clínica contemporânea e de constituição do “sujeito reflexivo”, assim como das exigências de autorreferência subjetiva e das “falas de si”. Do seu ponto de vista, a exigência moderna de “dar sentido” produz um não sentido, um inominável que se constitui como trauma. Tal subjetividade estaria exposta ao traumático, definido pelas “paixões da alma” e pelo campo afetivo. Nestes termos, o afeto constitui-se como pertencente à ordem do traumático. No campo dos afetos, inimigo das certezas, não apreendido pelo entendimento, o traumático marca a passividade do sujeito diante do irrepresentável e a precariedade de seus recursos para sobreviver neste domínio.

Por outro lado, esse traumático campo das paixões impõe ao sujeito moderno uma retomada do projeto classificatório, ordenador, mobilizando nele “os mais poderosos expedientes de separação, de dissociação em que de um lado o corpo e de outro a mente devem ser fortalecidos e conhecidos em sua máxima pureza”¹⁷. Ainda segundo Figueiredo, enquanto a psicologia e a medicina se dispuseram prontamente a se colocar a serviço do projeto moderno de saber-poder, a psicanálise

13 S. Ferenczi, “Thalassa, ensaio sobre a Teoria da Genitalidade (1924)”.

14 S. Ferenczi, *op. cit.*, p. 266.

15 Sobre essa questão, ver livro de D. Kupermann, *Presença sensível: cuidado e criação na clínica psicanalítica*.

16 L. C. Figueiredo, *Psicanálise: elementos para uma clínica contemporânea*, p. 2.

17 “No trauma, a vontade do sujeito é submetida à sua sensibilidade, aos seus afetos; se a linguagem dos afetos padece sempre de univocidade, para se falar do trauma não há rigorosamente linguagem alguma disponível” (L. C. Figueiredo, *op. cit.*, p. 15).



*testemunhamos um “excesso
de excitabilidade” que desencadeia
problemas de aumento
de agressividade
até o máximo de violência*

teria trilhado “ao menos parcialmente, um outro caminho”. Esse caminho, poderíamos dizer, seria o campo de expressão do sintoma contemporâneo, campo de “análise” de seus principais problemas. Como lugar afetivo, a angústia da ausência de representação se insere como contexto traumático e reclama cura, reclama passagem sob impulso da vida.

A contemporaneidade, na radicalidade da crise representacional, com a “morte de Deus” e o enfraquecimento da referência à lei, coloca em jogo um funcionamento que escapa a qualquer conexão, em que a alteridade parece ser totalmente recusada. Surgem casos de difícil compreensão segundo a técnica clássica, e que parecem questionar os seus dispositivos. Irrompe uma lógica subjetivada, com seu excesso falto, com suas falhas vazias, em que a adaptação (e não a inadaptação como antes) parece ser o maior problema.

A clínica psicanalítica torna-se lugar da multiplicidade indisciplinada, trauma, cisão, dissociação e desintegração, equilíbrio instável, lugar dos ataques e do incontrolável, sintomas atualizados em “pacientes limítrofes” e “crianças sem limite”, mas que retratam fielmente o funcionamento cultural contemporâneo.

Alguns autores contemporâneos apontam para os impasses clínico-políticos no manejo dessas novas formas de adoecimento¹⁸. A subjetividade não estaria mais “centrada na conflitualidade”, e as análises da clínica na contemporaneidade se debruçam sobre o novo aspecto assumido pela sintomatologia: o de centramento no corpo. Há,

como nos diz Joel Birman¹⁹, uma *transformação antropológica* em que ao modelo conflituado da subjetividade polarizada em pulsão e interdição, instintos e a lei, substituem-se a procura por psicoterapias baseadas em queixas corporais, e uma valorização por parte dos clínicos “psi” de uma ênfase positiva em relação ao corpo e às sensações. Surgem sintomas eminentemente corporais, e faz-se um grande esforço de pensamento para teorizar o corpo, para construir um campo de abordagem para o mal-estar corporal contemporâneo. A esse “excesso corporal”, segue-se uma sensação de falência simbólica para lidar com essa “intensidade corporal”. É como se, nos dizeres de Birman, em vez de um *acting-out*, fizéssemos uma “passagem ao ato” no corpo, o que nos levaria do adoecimento histórico – característico de um adoecimento corporal presente na clínica moderna – para uma “descarga direta sobre o corpo”, em que nenhum tipo de mediação simbólica é empregada. Não havendo nada que represente o mal-estar que o medie, o corpo aparece como revés sintomático do inominável.

Testemunhamos um “excesso de excitabilidade”²⁰ que desencadeia problemas de aumento de agressividade até o máximo de violência, onde preponderam a delinquência e a criminalidade de um lado, e a compulsão em forma de toxicomanias ou comportamentos consumistas, alimentares etc. de outro, utilizados para refrear esse excesso. Essa experiência de “perda de domínio de si” nada tem a ver com aquela dos primórdios da clínica psicanalítica freudiana. Ela é algo como uma experiência de desposseção, como que o revés do domínio do reprimido, do contido, do controle excessivo da experiência freudiana. Em todas as descrições psicopatológicas, o que parece haver de comum é a falência do sistema de pensamento, uma “falência da ordem do pensamento que tem como correlato o empobrecimento da linguagem”²¹. Há, portanto, uma espécie de perda do caráter simbólico da linguagem, de seu caráter metafórico, conferindo a grande parte das patologias contemporâneas elementos comuns de “especialização da experiência” e de “perda do potencial temporal”, condenando-nos





a um eterno instante, em um corpo de sensações e ações, sem projetos ou utopias. Impossibilitados de antecipar os acontecimentos, estaríamos expostos a um trauma continuado, de experiências traumáticas cumulativas²².

Diante desse contexto, a posição do analista sofre uma imposição ética ligada à sua posição frente ao trauma e à sua própria condição de alteridade. Além disso, esse problema ético torna-se também estético, na medida em que cabe a ele criar os meios para que os processos criativos da vida sejam mobilizados de forma a possibilitar uma experiência sensível, partilhada.

Se, tradicionalmente, a clínica psicanalítica parte do problema do trauma a partir da exigência de representação e do aprisionamento da vida em sua visão fantasmática, irreal, o momento clínico contemporâneo parece trazer uma questão de posicionamento filosófico, ético, estético e histórico.

As exigências do “princípio de realidade”, ou a vida em sua realidade, seriam, para a psicanálise e para o pensamento moderno, traumáticas. Diante do trauma, a posição do analista seria permitir um

as exigências do “princípio de realidade”, ou a vida em sua realidade, seriam, para a psicanálise e para o pensamento moderno, traumáticas

alívio dos instintos reprimidos, proporcionando um lugar para que os afetos possam se organizar.

Ao recorrer à noção de criação na clínica – exigência estética que se desdobra na posição do analista como testemunha –, podemos pensar em uma alternativa diante dos engendramentos culturais anteriores. No que concerne à experiência subjetiva, vivemos um momento cultural em que os valores eram garantidos por instituições, fundado na obediência e na disciplina, ao qual se seguiu um período de rebeldia em que aqueles valores e instituições eram contestados.

Com a alienação cada vez mais selvagem dos meios de produção, com a queda das instituições (e a falência da Lei que as sustentava e defendia), a experiência deixou de estar fundada em valores eternos e universais. A Verdade desmembrou-se em múltiplas perspectivas que deslocaram os lugares da autoria e da garantia. Com isso, a “falta”, o não saber, e a (im)possibilidade da representação evidenciaram sua insustentabilidade e sua insuficiência implícitas. Diante de tal quadro, não existe mais a possibilidade de retorno a um estado anterior de coisas: a modificação das relações já está dada de forma global, e as novas gerações já estão inseridas em outras situações contingenciais. Nesse sentido, a criação como tarefa contemporânea implica uma revisão da tradição que afirma as mudanças, e é nisso que a clínica pode exercer papel importante. Os dispositivos clínicos oferecem a possibilidade de acesso à criação no nível da experiência, permitindo a reconfiguração de subjetividades em seu nível básico, relacional, onde o desarranjo

18 Como vemos na introdução do livro *Polifonias, clínica política e criação*, de diversos autores: “A inspiração inicial para as reflexões aqui tecidas partiu da constatação de que, na contemporaneidade, o exercício da clínica encontra impasses inéditos na lida com as várias formas de funcionamento subjetivo. A crise dos dispositivos “psi” é correlata ao surgimento de sintomatologias que desafiam as técnicas tradicionais de tratamento. Quadros cada vez mais presentes na vida social, como compulsões, o pânico e a depressão, põem em xeque o modelo clínico fundado no escrutínio da interioridade do sujeito.” (A. Maciel Jr. e Kupermann, D. in A. Maciel Jr.; D. Kupermann; S. Tedesco (org.) *Polifonias: clínica, política e criação*, p. 7).

19 J. Birman, “Uma transformação antropológica do sujeito”, in C. Haroche (org.), *A condição sensível*, p. 13.

20 J. Birman, “Diagnósticos da contemporaneidade”, in A. Maciel Jr; D. Kupermann; S. Tedesco (org.) *Polifonias: clínica, política e criação*, p. 102.

21 J. Birman, *op. cit.*, p. 105.

22 “A experiência da dor é uma experiência solipsista, é a experiência de um indivíduo fechado sobre si próprio, não aberto ao outro e à alteridade. A subjetividade contemporânea se caracteriza por estar centrada no mal-estar da dor sem alteridade, enquanto a experiência moderna, época da grande expansão da psicanálise, de Freud a Lacan, foi o momento que interpelávamos e, ao mesmo tempo, que nos interpelava. Então, o que caracteriza, do ponto de vista ético, a subjetividade contemporânea é a crise da concepção da alteridade, de abertura para o outro, da saída do polo da dor para o polo do sofrimento.” (J. Birman, *op. cit.*, p. 106).





*o corpo do analista estaria
também ausente: diante
da impossibilidade de comunicação,
a experiência da catástrofe silencia
ou fecha-se em si mesma*

traumático desorganizou estruturas. Por isso, a clínica contemporânea parece reclamar o retorno às primeiras relações, à compreensão e ao manejo da constituição subjetiva. Em uma perspectiva nietzschiana, quando a cultura parece ter esvaziado as “verdades universais” das quais era constituída, a saída parece ser o retorno ao que insiste em nós: a Vida e o início dela, na tarefa de recomeçar.

Recorrendo às metáforas do camelo, do leão e da criança, Nietzsche²³ retrata a passagem da situação do homem como um camelo, que aceitava e carregava todos os valores, para a posição de leão, que se revolta contra esses mesmos valores. Todavia, o leão não deve ter a última palavra: ele deve dar lugar à criança, capaz de esquecer, de recomeçar, de dizer sim ao jogo espontâneo da criação e da vida. Resumo da mensagem do autor, esta parece ser também a posição possível, convocada pelo contemporâneo: dizer sim à vida, ao Instante, que é a nossa participação na eternidade, no Eterno Retorno. Se não somos felizes agora, dificilmente o seremos noutra altura ou noutro lugar²⁴.

A saída da crise quanto à representabilidade da experiência está presente também na psicanálise, desde o princípio. Como nos mostra Daniel Kupermann²⁵, nas últimas formulações acerca do funcionamento psíquico, Freud explicita, a partir do conceito de narcisismo, a questão da criação como reinvenção de certa experiência subjetiva. A pulsão, como força de desterritorialização a exigir permanentemente trabalho psíquico, adoece caso a expressão criativa não seja

encontrada; ensimesmada no circuito fechado do “eu”, sua intensidade tornar-se-ia insuportável e seria apropriada pela instância psíquica do superego, levando ao adoecimento. Assim, o ethos civilizatório não se sustentaria necessariamente na repressão dos impulsos, mas no impedimento da criação de modos de vida singulares, cabendo à clínica promover processos criativos na subjetividade.

A dimensão afetiva é vista, em algumas interpretações da psicanálise freudiana e em práticas psicanalíticas atuais, como traumática, como afirmação da perda e não da vida. Dessa forma, identifica-se claramente como a concepção de trauma tem sustentado uma atitude e uma estética terapêuticas baseadas na crença na experiência humana enquanto “estado de desamparo”. Tal concepção remeteria o sujeito a um estado de desamparo constitucional, original, como condição de criação: ou seja, a experiência analítica seria inevitavelmente traumatizante²⁶. A posição do analista, nesse caso, teria como consequência a perpetuação de um estado de intransmissibilidade da experiência, de negação da vida.

Como resultado, o corpo do analista estaria também ausente: diante da impossibilidade de comunicação, a experiência da catástrofe silencia ou fecha-se em si mesma. A “transferência”, conceito que visa dar conta da relação afetiva analisando-analista, teria como objetivo ajudar a suportar o peso da vida individual, do desamparo, da separação dos sujeitos dos objetos e da natureza.

A responsabilização do sujeito, portanto, retira o analista de sua posição ética, estética e histórica enquanto afirmação de alteridade. A criação, não advindo da experiência, não seria potencializada e perder-se-ia. Diante do trágico, o analista poderia apenas observar, sem qualquer implicação e com um semblante de tristeza, o desenrolar do evento traumático, do absurdo, do acontecimento terrível que o analisando tornaria presente.

Como consequência da exigência ética, da percepção de que o abandono tornou-se terrível para os corpos de alguns analistas, viu-se o surgi-





a dimensão estética,
porventura, inscreve-se
nos vieses de uma criação clínica

mento de outra perspectiva e posicionamento clínicos, configurando o que se poderia chamar de clínica do sensível²⁷. Efeito do encontro, a produção de sentido passa pela afirmação da experiência enquanto eminentemente compartilhada e é, em si, produtora de novos meios de subjetivação²⁸.

A superação das dicotomias torna-se ato terapêutico, e a criação a partir da experiência remete à criança, ao brincar, às primeiras relações e à espontaneidade, isto, evidentemente, tendo em conta as principais contribuições de autores como Ferenczi e Winnicott, dentre outros. Sobre o segundo, na linha de nossa discussão, destacamos uma passagem de Deleuze, em que ele explicita, para nós, o desafio e a demanda da clínica contemporânea, representada pelas novas sintomatologias.

Volto rapidamente ao exemplo da psicanálise. Em que uma psicanalista tão original quanto Melanie Klein permanece todavia no sistema psicanalítico? Ela mesma o diz muito bem: os objetos parciais dos quais nos fala, com suas explosões, seus fluxos etc. são da ordem do fantasma. Existe aí um contrato: dê-me seus estados vívidos, e eu lhe darei fantasmas. E o contrato implica

uma troca, de dinheiro e de palavras. A este respeito, um psicanalista como Winnicott se mantém realmente no limite da psicanálise, porque tem o sentimento que este procedimento não convém mais num certo momento. Há um momento que não se trata mais de traduzir, de interpretar, traduzir em fantasmas, interpretar em significados e significantes, não, não é isto. Há um momento em que se é necessário partilhar, é necessário colocar-se em sintonia com o paciente, é preciso ir até ele, partilhar em seu estado. Trata-se de uma espécie de simpatia, de empatia, ou de identificação? Mesmo assim, isto é certamente mais complicado. O que nós sentimos é antes uma necessidade de uma relação que não seria nem legal, nem contratual, nem institucional.²⁹

Demanda política, ético-estética, de reivenção constante de acordo com as exigências do momento em que vivemos, de transvaloração cultural segundo a análise nietzschiana. O declínio e a perda devem ascender à estética da criança enquanto potência de vida e criação, enquanto constituição a partir da relação afetiva corporal, tornada real na corporeidade mesma da relação analista-paciente. A dimensão estética, porventura, inscreve-se nos vieses de uma criação clínica que passa por uma transvaloração da própria noção de experiência subjetiva do analista, e por uma ética-estética de relação com a própria afirmação de sua corporeidade.

23 F. Nietzsche, *Assim falava Zaratustra*.

24 Como nesta bela passagem de *Assim falou Zaratustra*: “Se, alguma vez, desdobrei por cima de mim céus tranquilos e, com as minhas próprias asas, voei para os meus próprios céus; se, a brincar, nadei para profundas lonjuras de luz e se a minha liberdade adquiriu sabedoria de pássaro – mas a sabedoria da ave reza assim: ‘Olha! Não há em cima, nem em baixo! Atira-te para um lado e para outro, para frente, para trás, ó ente ligeiro! Canta! Não fales mais! Não são todas as palavras feitas para criaturas pesadas? Não mentem todas as palavras a quem seja leve? Canta! Não fales mais!’ Oh! como não haveria eu de aspirar com ardor à eternidade e ao anel nupcial dos anéis... ao anel do Retorno? [...] Ainda nunca encontrei a mulher de quem gostasse de ter filhos, a não ser essa mulher que eu amo: pois eu amo-te, ó Eternidade! Pois eu amo-te, ó Eternidade!” (Nietzsche, *op. cit.*, p. 15).

25 D. Kupermann, in A. Maciel Jr.; D. Kupermann; S. Tedesco (org.) *Polifonias: clínica, política e criação*, p. 77.

26 D. Kupermann, *op. cit.*, p. 78.

27 D. Kupermann, *op. cit.*, p. 78.

28 “Parafraseando Winnicott, se ‘não é possível um bebê existir sozinho’, também não é possível criar no isolamento; o analisando, assim como o analista, não existe fora da perspectiva de uma experiência de jogo, na qual se pode resistir à submissão por meio do encontro dos afetos e da criação de gestos espontâneos do viver” (D. Kupermann, *op. cit.*, 2005, p. 85).

29 G. Deleuze, “Pensamento nômade”, p. 59-60.





Referências bibliográficas

- Benjamin W. (1985). *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense.
- Birman J. (2005). Diagnósticos da contemporaneidade. In: Maciel Jr. A.; Kupermann D.; Tedesco S. (orgs.). *Polifonias: clínica, política e criação*. Rio de Janeiro: Contracapa.
- _____. (2008). Uma transformação antropológica do sujeito. In: Haroche C. (org.). *A condição sensível*. Rio de Janeiro, Contracapa, v. 4.
- Deleuze G. (1985). Pensamento nômade. In: Marton S., *Nietzsche hoje?* São Paulo: Brasiliense.
- Ferenczi S. (1993). Thalassa, ensaio sobre a Teoria da Genitalidade (1924). In: *Psicanálise III*, São Paulo: Martins Fontes.
- Figueiredo L.C. (2003). *Psicanálise: elementos para uma clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta.
- Gagnebin J. M. (1999). *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva.
- _____. (2004). Memória, história, testemunho. In: Bresciani S. (org.), *Memória e (re)sentimento – indagações sobre a questão sensível*. Campinas: UNICAMP.
- Gil J. (1996). *A imagem nua e as pequenas percepções. Estética e metafenomenologia*. Lisboa: Relógio d'Água.
- _____. (1997). *Metamorfoses do corpo*. Lisboa: Antropos.
- _____. (1999). *Fernando Pessoa: a metafísica das sensações*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Leibniz G.W. (1992). *Novos ensaios sobre o entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultura.
- Luz R. (1989). O espaço potencial: Winnicott, *Percurso*, n. 2, São Paulo.
- Maciel Jr. A.; Kupermann D.; Tedesco S. (orgs.) (2005). *Polifonias: clínica, política e criação*. Rio de Janeiro, Contracapa/Universidade Federal Fluminense.
- Kupermann D. (2008). *Presença sensível: cuidado e criação na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Leibniz G.W. (1992). *Novos ensaios sobre o entendimento humano*. São Paulo, Nova Cultura, 1992.
- Nietzsche F. (1999). *Assim falava Zaratustra*. Lisboa/Madrid: RBA.
- Peixoto Junior C.A. (2006). Trauma, vida nua e estado de exceção: notas sobre clínica e política, *Interações*, vol. 11, n. 21, São Paulo.
- Stern D. (1992). *O mundo interpessoal do bebê*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Winnicott D.W. (1994). *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- _____. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.

Psychoanalytic practice as a proof of the consistence of bodily

Abstract The paper evaluates certain changes in the subjective contemporary experience that became irrepresentable because of new socio-cultural configurations. It suggests some changes in psychoanalytic technique that seem necessary due to these new factors, particularly those concerning the body of the analyst. This body, the authors feel, offers a way into the creative dimension of experience, because it constitutes a “field of passage” and a sort of palpable witness for the traumatic aspects of the patient's experience.

Keywords body; experience; narrative; trauma; creation; testimony.

Texto recebido: 04/2010

Aprovado: 05/2010



Entre o excesso e a insuficiência:

sobre o lugar do adolescente na contemporaneidade¹

Tiago Corbisier Matheus

Tiago Corbisier Matheus é psicanalista e membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Graduado em Psicologia pela PUC-SP, em Filosofia pela USP e doutor em Psicologia Social pela PUC-SP, exerce também a atividade docente na FGV e de supervisão na UNIP. É autor dos livros *Ideais na adolescência: falta (d)e perspectivas na virada do século* (Annablume/FAPESP, 2002) e *Adolescência: história e política do conceito na psicanálise* (Casa do Psicólogo, 2007).

Resumo Este ensaio desenvolve o argumento de que a adolescência funciona, na contemporaneidade, como *objeto sublime* ou *espectro* (Zizek) nas várias composições sociais de que participa: ora é ponto de amarração de realidades sociais desiguais e fragmentadas, ora, inversamente, é um excesso que inquieta e denuncia as dissonâncias de cada contexto. A escuta do sujeito adolescente, em sua singularidade, permite a investigação dos restos não simbolizados na cena social.

Palavras chave adolescência; crise; modernidade, ideologia; clínica

- 1 A apresentação oral deste artigo foi feita no VI Encontro de Psicanálise realizado em novembro de 2008 em Goiânia.
- 2 Entende-se modernidade num sentido amplo, como fundamento do modo de organização social que passou a vigorar após o período feudal e não terminou com a contemporaneidade: “a modernidade não é a sociedade ocidental em nenhuma de suas fases particulares. Ela é o princípio da sociedade ocidental como tal” – K. Kumar, *Dicionário do pensamento social do século XX*, p. 474. A contemporaneidade, por sua vez, é aqui citada a fim de localizar a última etapa da modernidade, período que se deu após a Revolução Francesa de 1789.
- 3 Para um detalhamento desses usos, ver T. C. Matheus, *Adolescência: história e política do conceito em psicanálise*, p. 17-44.
- 4 A periodização das idades da vida ocorre desde o século XVIII e se consolida no XIX, em função da escolarização, da primeira comunhão e do serviço militar, experiências que acompanham o fortalecimento de instituições como a Escola e o Exército, particularmente, no contexto europeu – ver J.-C. Caron, *Os jovens na escola*; e S. Loric, *A experiência militar*. Atualmente tem sido bastante discutido o prolongamento da adolescência, fenômeno que acompanha a gradual quebra das separações entre as diferentes etapas de vida, que tem ocorrido nas sociedades contemporâneas.

A adolescência como fundamento do ideário da modernidade

A adolescência, em sua versão atual, aparece como uma experiência singular e turbulenta, passagem que cada sujeito busca realizar entre o universo infantil, mais ou menos preservado pela instituição familiar ou seus substitutos, e o dito mundo adulto, pautado por complexas redes de laços desiguais, tal como se encontram nas heterogêneas sociedades do mundo contemporâneo. Essa passagem nunca é feita de modo pleno e definitivo e está diretamente atrelada ao modo de organização social que se estabeleceu na modernidade², a partir do advento do capitalismo, quando o ideário do *indivíduo* passou a imperar.

Adolescência é um termo usado desde os primórdios da sociedade judaico-cristã para marcar, de modo geral, uma passagem entre a infância e a vida adulta, conforme o sentido que cada uma dessas idades adquiriu e o contexto histórico específico³. Foi na modernidade que ganhou os contornos atuais, sendo associada à ideia de *crise subjetiva*, experiência necessária e inevitável, de início decorrente de uma clara separação das etapas de vida anterior e posterior, configurando assim universos próprios a cada uma delas, com regras e hábitos específicos⁴. Se nas sociedades de tradição comunitária ou sem tradição escrita a passagem do mundo infantil ao adulto se dava por meio de *rituais de passagem* coletivamente estabelecidos e legitimados, na modernidade, tais dispositivos perderam a força, delegando a cada indivíduo a responsabilidade por sua realização.



*as inquietações que cada
sujeito experimenta pedem
inscrição simbólica e o convocam,
conforme os recursos de que dispõe
e que a cultura lhe oferece, a produzir
seus próprios significantes*

106

PERCURSO 44 : junho de 2010

Isso ocorreu porque os laços de convívio em comunidade se fragilizaram e as redes de relações socioeconômicas tornaram-se cada vez mais complexas e abrangentes, nas diferentes sociedades contemporâneas. Este processo – que, aliás, culminou no advento da chamada *globalização* – encontrou na noção de indivíduo seu pilar de sustentação; este ganhou o estatuto de valor absoluto, fazendo de cada um, um fim em si mesmo⁵. Tal resultado se justifica pelo fato de a condição unitária do ser humano ter oferecido a flexibilidade necessária aos novos arranjos sociais, pautados na modernidade, conforme a lógica do capital. A capacidade de autodeterminação desse indivíduo deu legitimidade à nova ordem, na medida em que os atos de cada um, direta ou indiretamente, portavam a racionalidade necessária para validar cada etapa das cadeias produtiva e de consumo.

Além disso, o ideário da Ilustração, centrado na noção de indivíduo moderno, portador da racionalidade responsável por sua capacidade de autodeterminação, coloca o homem numa posição privilegiada no universo em que habita. Instaure-se assim uma nova ordem, não mais estruturada em torno de uma lei divina, transcendental, pois desloca para o próprio homem a responsabilidade por sua condição, conforme sua capacidade de fazer uso da razão e produzir o saber que passa a ocupar o lugar da verdade –

a ciência. De modo que a tensão que antes permeava a relação do homem com a ordem divina foi deslocada para a relação deste consigo mesmo, criando condições para a instauração de um universo humano subjetivo e intimista, no qual os conflitos de cada um tendiam a ser tomados numa perspectiva individualizada⁶.

Logo, a experiência da adolescência, na versão de crise subjetiva, tornou-se uma decorrência e um recurso necessário à formação do homem moderno. É a condição imposta ao sujeito adolescente para alcançar o almejado estatuto de *indivíduo*, na expectativa de ser reconhecido como semelhante pelos membros das gerações precedentes. É quando cada um experimenta em sua intimidade, ou em meio aos personagens que o rodeiam, conflitos e tensões que não encontram referências simbólicas que lhe permitam construir um sentido para sua experiência. As inquietações sexuais, narcísicas e enigmáticas que surgem, neste momento, decorrem não apenas da emergência da imagem do próprio corpo que lhe parece estranha, a partir do olhar do outro que o denuncia como diferente. Decorrem, também, do confronto com as fissuras do corpo social no qual busca se inserir, que se mostra desigual e excludente, tal como tem sido nas diferentes sociedades atuais, que não deixam de estar implicadas aos ditames do capitalismo e sua estrutura global. As inquietações que cada sujeito experimenta pedem inscrição simbólica e o convocam, conforme os recursos de que dispõe e que a cultura lhe oferece, a produzir seus próprios significantes, ressignificando os existentes. Configura-se assim, paradoxalmente, um *ritual de passagem* anônimo e singular, no qual é delegada a cada um a responsabilidade por sua inscrição no corpo social.

O lugar do adolescente na realidade contemporânea e a ideologia da modernidade

Essas considerações permitiram descrever em grandes linhas as determinações de contexto que





resultaram na experiência da adolescência em sua versão contemporânea. Talvez isso já bastasse para localizar as versões singulares de tantos discursos adolescentes. No entanto, as sociedades contemporâneas ganharam ultimamente contornos específicos, pois, se em vários aspectos muitas sociedades do globo pouco se modificaram – como é o caso da desigualdade social –, o modo como tais aspectos se fundamentam ganhou complexidade. Isso pode ser visto a partir da dimensão que o espaço virtual conquistou em diferentes culturas, tornando-se mesmo uma realidade com efeitos diretos sobre a experiência de vida de sujeitos e seus discursos. Em função disso, tornou-se fecundo, a partir de Zizek, lançar mão de um conceito que, em consonância ao destaque dado à *fantasia* na economia psíquica – em função da qual cada sujeito organiza imaginária e simbolicamente sua realidade psíquica – permite pensar a realidade em sua vertente coletiva e socialmente construída, frente à qual cada sujeito se posiciona, cada um a seu modo. Trata-se da noção de *ideologia*, não como falsa consciência, como tantos a entenderam, pois

não é uma ilusão de tipo onírico que construímos para escapar à realidade insuportável; em sua dimensão básica, é uma construção de *fantasia que serve de esteio à nossa própria realidade*: uma “ilusão” que estrutura nossas relações sociais reais e efetivas e, com isso, mascara um *insuportável núcleo real impossível*...⁷

A ideologia, de modo semelhante ao que representa a fantasia na dinâmica psíquica, é uma

»
a ideologia, de modo
semelhante ao que representa
a fantasia na dinâmica psíquica,
é uma construção que permite
a sustentação da realidade
compartilhada, estruturando
as relações sociais reais e efetivas

construção que permite a sustentação da realidade compartilhada, *estruturando as relações sociais reais e efetivas*. É a ilusão necessária ao funcionamento do sistema, na medida em que torna possível suportar as fissuras e dissonâncias do tecido social, que ficam ocultas sob o véu de uma imagem harmônica e totalizante *da sociedade*. Nos termos de Lacan, é a ilusão que faz do Outro da cena social algo pleno, encerrado em si mesmo, como se ele também não estivesse remetido a um *outro* Outro. Se no estádio do espelho a imagem de completude que a criança vê diante de si possui um estatuto estruturante, mesmo sendo imaginária, a ideologia, de modo análogo, sustenta uma alienação compartilhada que estabelece a *realidade social*, a partir da qual cada sujeito se posiciona e se organiza⁸.

A realidade compreende, então, um momento de alienação. Esta ideia pode ser retomada a partir do sonho do filho morto, descrito por Freud, na *Interpretação dos sonhos*; o pai, abalado pela perda do filho e esgotado pela vigília que se estendia, tentava descansar, enquanto o corpo era velado por um velho na sala ao lado. Ele sonha, então, com o chamado do filho que, em brasas, pergunta: *pai, não vês que estou queimando?* O pai acorda em sobressalto, aturdido com o remorso de ter delegado a função a outrem, que não foi capaz de evitar que a vela caísse e queimasse o

5 Sobre o individualismo como valor absoluto, ver M. Foucault, *História da sexualidade*, v. 3, p. 47-50.

6 Em sociedades relacionais como a brasileira, o ideário do indivíduo moderno foi importado e adaptado conforme os dispositivos sociais aqui vigentes. Por um lado, a passagem adolescente marcava o desafio de cada um se inserir numa rede de relações rigidamente hierarquizada, passando a participar de um jogo desigual de forças; por outro, o anonimato da condição urbana, bem como o próprio incremento da economia capitalista deram espaço para a apropriação do ideário individualizante que se propagava nas diferentes partes do globo – ver T. C. Matheus, *op. cit.*, p. 111-112.

7 S. Zizek, *El sublime objeto de la ideología*, p. 76. Grifo meu.

8 Para uma discussão mais extensa sobre ideologia, ver T. C. Matheus, *op. cit.*, cap. I.





*a realidade social,
tal como a vida em vigília,
supõe a alienação de cada sujeito
frente às fissuras e incongruências
do tecido social, a fim de abafar
o mal-estar inevitável*

braço do filho. A vida em vigília interrompe o pesadelo, o horror de confrontar-se com o real de suas angústias, oferecendo-lhe uma realidade alienada, mas suportável⁹.

A realidade social, tal como a vida em vigília, supõe a alienação de cada sujeito frente às fissuras e incongruências do tecido social, a fim de abafar o mal-estar inevitável. Dissonâncias são amortecidas por meio de conteúdos que vêm preencher as cisões do tecido social e abafar as tensões que nele pulsam. São os elementos (pessoas, conceitos, significantes) que, ao ocuparem tal posição, passam a portar um sobreinvestimento que multiplica seu potencial significativo no cenário social, transformando-os em objetos que conquistam uma “corporeidade imaterial” – são os *objetos sublimes*, diz Žižek. O exemplo privilegiado é o dinheiro: a fragilidade de sua dimensão material – *apenas papel, apenas uma inscrição numérica* – se contrapõe à potência simbólica que adquiriu nas diferentes sociedades, com o advento do capitalismo¹⁰. Seguindo as pistas deixadas por Lacan de que Marx inventou o sintoma, Žižek argumenta que os objetos sublimes são alvo de um investimento pulsional no campo simbólico da modernidade – um *mais gozar* – tal como ocorre com o dinheiro, na *mais valia* que este porta. São objetos animados ou inanimados que adquirem uma corporeidade imaterial

e são tomados como substância imutável, rompendo com a perenidade temporal do universo mundano¹¹.

O exemplo do dinheiro é significativo, pois sugere como a realidade social, na modernidade, não pode ser entendida senão a partir da função do dinheiro e da transcendência significativa por ele adquirida: ele é o principal organizador das complexas redes de relações socioeconômicas estabelecidas entre os homens, é tomado como motivo de vida e de morte, sendo que ele próprio não é nada em si, nada além da representação simbólica daquilo que adquiriu valor entre os homens (*valor de troca*). Ao permitir (supostamente) a quantificação de vários arranjos humanos, o dinheiro funciona como mediador das tensões que subsistem em cada corpo social, abafando-lhes seu potencial de ruptura.

O dinheiro, na condição de objeto sublime, serve como ponto de amarração (*ponto de estofo*) dos significantes na modernidade, velando o insuportável, evitando o confronto com o real que resta como não simbolizado em cada cultura, ou seja, o que nela foi recalcado ou foracluído. Este resto não deixa de ser, em última instância, as tensões das desiguais relações humanas, as relações de dominação e servidão que tornam impossível qualquer quantificação financeira das mercadorias produzidas e negociadas pelos homens. Em termos econômicos, trata-se da *mais-valia* de cada produto, este valor a mais responsável pelo chamado *fetichismo da mercadoria*, mecanismo a partir do qual é deslocado para os objetos algo que diz respeito ao humano¹².

Mas toda amarração falha em sua função de velamento. Há um excesso inevitável, um resto que retorna (*o núcleo real impossível* citado anteriormente) e produz vertigem, por exemplo, quando surgem imagens que não chegam a conquistar inscrição simbólica plena, permanecendo numa dimensão pré-simbólica. Essas imagens emergem como *espectros*, que operam como protuberâncias da totalidade ideológica, preenchendo de modo disforme as fissuras da realidade; são figuras que irrompem como dissonâncias que





destoam no cenário previsto, provocando inquietação pela estranheza que provocam¹³.

A hipótese aqui defendida é de que a figura do adolescente, nas heterogêneas organizações sociais da modernidade, oscila entre a posição de objeto sublime e a de espectro, conforme a configuração das injunções a que está submetido. Por vezes, o corpo adolescente é tomado como objeto passivo, a fim de se tornar objeto de culto e adoração. É quando, em meio a um cenário social inquietante, no qual o corpo social expõe suas fissuras, a imagem idealizada do adolescente se presta à negação destas, na medida em que se oferece como corpo pleno, coeso e harmônico. Neste momento, o imaginário se impõe às superfícies disponíveis e, ao cumprir esta função fálica de preenchimento da falta, o corpo adolescente é capturado como objeto inerte, *coisificado*, no jargão psicanalítico. Imobilizado em sua potência, torna-se passível de culto, adquirindo assim um poder imanente que o distancia, imaginariamente, de sua condição humana e mortal. Não é um objeto para ser tocado, mas apenas adornado, performando um aprisionamento especular narcísico entre ele e aquele que o adorna, entre o sujeito implicado e o Outro ao qual este se remete. O sintoma exemplar, neste caso, é a anorexia, na qual o culto a uma imagem especular, deformada em seu ideal de perfeição, afasta o sujeito de sua condição mundana, quando, por exemplo, pretende dispensar os cuidados com sua sobrevivência alimentar, fraqueza característica de um ser finito.

Outras vezes, a imagem adolescente é o espectro. É quando não se encaixa na posição que lhe foi idealmente esculpida e sobra como protuberância incômoda em meio à pretensão ideológica totalizante da modernidade. Nesse momento,

»
*a imagem do adolescente
personifica, concomitantemente,
a representação de um futuro
promissor e adverso, idealizado
e cético, conforme a provocação
onírica e traumática suscitada*

o corpo adolescente porta a estranheza de um antagonismo pautado por opostos incompatíveis: da fragilidade de sua ingenuidade ao vigor de sua efervescência, da beleza de corpos cultuados à provocação expressiva de *piercings* e tatuagens, que perfuram e profanam superfícies até então intocadas, o adolescente manifesta, em seu próprio corpo, as dissonâncias que irrompem na organização social capitalista, na modernidade. A imagem do adolescente personifica, concomitantemente, a representação de um futuro promissor e adverso, idealizado e cético, conforme a provocação onírica e traumática suscitada. A sobreposição de opostos num mesmo corpo produz vertigem, sobretudo, quando se pensa que dele se espera um objeto sublime, devidamente ajustado à plenitude ideológica que sustenta as realidades sociais da modernidade.

Seja como objeto sublime, seja como espectro, os corpos adolescentes sinalizam a dimensão concreta que a ideologia conquista. No primeiro caso, eles são a confluência de significantes privilegiados no universo simbólico da modernidade; no segundo, são o resto que escapa a este universo e ameaça sua ordem, em função da estranheza provocada. Em um ou outro caso, os corpos adolescentes carregam as histórias que os antecedem e os absorvem, bem como personificam a realidade da qual fazem parte, em seus arranjos e

9 Ver J. Lacan, *O seminário, livro 11*, p. 59-61.

10 S. Zizek, *op. cit.*, p. 53.

11 S. Zizek, *op. cit.*, p. 53.

12 Ver T. C. Matheus, *op. cit.*, p. 56-59.

13 S. Zizek, *Um mapa da ideologia*, p. 26. O autor usa como exemplo a figura do judeu, vista de modo ambivalente como alguém ardiloso, mas esperto, ambicioso e avaro. O incômodo produzido se deve exatamente pela sobreposição, numa mesma imagem, de atributos antagônicos e, supostamente, incompatíveis.





*o silêncio em relação
a sua história fazia sombra à imagem
daquele que lhe era apresentado
como sendo seu “novo pai”,
nomeação que deveria adotar
a partir de então, segundo
determinação da mãe*

110

PERCURSO 44 : junho de 2010

injunções. Experimentam em sua própria pele as marcas dos campos simbólicos dos quais participam, bem como os restos que neles não alcançam inscrição. Desta perspectiva, o universo adolescente configura um campo de pesquisa próprio, relevante não somente pela complexidade dos sujeitos envolvidos e desafios enfrentados na clínica a eles dedicada, mas, considerando que “a superfície... é... mais real que a própria realidade”¹⁴, seus corpos e seus discursos propiciam a investigação acerca da própria estrutura social, em suas engrenagens, suas amarrações significantes, seus conflitos e seus impasses. Não se trata, portanto, de investigar um conteúdo oculto, escondido sob a superfície do manifesto, mas de tomar a própria superfície do universo adolescente em sua positividade significativa – no antagonismo que porta e na inquietação que produz – como provocadora da análise da própria organização social, questionando por que o latente adquiriu esta forma exagerada, nas fissuras do corpo social.

Fragmento clínico

Claudio é um rapaz de dezenove anos que, trazendo roupas largas, bermuda e boné, chega ao consultório com o pedido de “voltar a ser como antes”, pois quer entender onde ocorreu o desvio

de seu caminho, quando “perdeu o controle da situação”. Queixa-se de viver “situações difíceis” na faculdade, quando chega a experimentar uma sensação de nervosismo extremo, sua frio e se vê paralisado, sem reação. Vendo-se num impasse, consegue apenas ficar em silêncio e sair de cena, sorrateiramente. Para ele, é uma questão localizada, uma vez que, em suas saídas noturnas, se diz dono da situação: realiza um ritual marcado por cerveja e garotas, no qual costuma escolher um canto de onde analisa a situação, junto a seus colegas, parceiros de *caça*, a fim de escolher a *presa* da noite. A estratégia consiste em falar pouco, ouvir as brincadeiras e trocar olhares com as eleitas, para, no momento oportuno, fazer o convite à dança, lançando-se, então, ao centro do palco. Diz que suas poucas palavras fazem parte do tipo durão que procura ser, alguém que não se abala por ninguém, mas que, por isso mesmo, é objeto de suspiros e lamentos.

Fruto de uma relação esporádica da mãe, Claudio se ressentia do silêncio que esta lhe impôs sobre seu pai biológico, no momento em que, ele ainda pequeno, ela veio a se casar novamente. O silêncio em relação a sua história fazia sombra à imagem daquele que lhe era apresentado como sendo seu “novo pai”, nomeação que deveria adotar a partir de então, segundo determinação da mãe. Consequentemente, a presença do *novo pai* vinha marcar a negação de sua história, a imposição a que foi submetido e a falta de lugar, no cenário familiar, para sua dor e seu luto.

Segundo seu relato, os pais enfrentavam dificuldades financeiras e lhe ofereciam o que podiam. O avô materno, por sua vez, logo se dispôs a contribuir com a formação do neto naquilo que os pais não podiam oferecer, na pretensão de compensar os percalços que seu descendente enfrentava em momento tão precoce. O avô era igualmente descrito como “um durão”, um homem de poucas palavras, que *se fez por conta própria* e que não gostava de prestar contas. Esperava do neto que pudesse ter a formação que não lhe fora possível e, para tanto, oferecia recursos necessários para que aquele se dedicasse exclusi-





vamente aos estudos, disponibilizando inclusive um carro para sua locomoção e usufruto.

Na análise, chama a atenção a postura ambivalente de Claudio: por um lado defende a imagem de um *durão reservado*, sustentada por um projeto de autodeterminação e controle, reproduzindo máximas do senso comum; por outro, mantém viva sua disposição para tomar a palavra e ocupar o espaço que ali lhe é oferecido, deixando uma porta entreaberta para dúvidas em meio às certezas que buscava afirmar. Mostra-se particularmente preocupado quando se intensificam seus sintomas de imobilismo no espaço universitário, cenário onde se projetam as expectativas associadas ao avô. Porém, tão logo diminuem, o semblante de senhor de si ganha espaço. É nas entrelinhas de seu discurso que transparecem suas inquietações e seu calor.

O discurso de Claudio transita entre o excesso e a insuficiência, nas palavras, nos afetos e nos silêncios que carrega. Seu discurso de *senhor de si* reproduz a mesma dureza com a qual a mãe lhe impôs o silêncio sobre sua história, bem como a determinação de quem deve ser chamado de pai. O modo como descreve seus *rituais de caça* estereotipam as aproximações a que se permite, equivalendo possíveis objetos de desejo aos de consumos, aprisionado pela ameaça pulsional que os primeiros (objetos de desejo) possam representar. Assim como a mãe fez, trata-se de cortar o mal pela raiz, impondo uma nova ordem, pretensamente sua, na qual não teria que se submeter a nada. Frente ao abandono do companheiro, a mãe lhe impõe o silêncio; frente ao abandono que vive pelo luto de seu pai, ele impõe um padrão de aproximação, silencioso e ritualizado. Excesso de mulheres, de cerveja e de cálculo de sedução surge no anseio de calar qualquer desejo que venha pôr em xeque um percurso previamente determinado, qualquer lamento que venha a manchar sua cultuada imagem de potência, denunciando as lacunas de sua história.

14 S. Zizek, *El sublime objeto*, p. 35.



*logo, o investimento
do avô torna-se também
um excesso, na medida em que vem
abafar as dificuldades dos pais
de Claudio, evitando mais uma vez
que este possa se confrontar
com alguma falta*

O ritual instituído faz jus ao investimento do avô e confirma seu lugar de neto pródigo, aquele que seria capaz de aprimorar o modelo de reserva e autodeterminação herdado. O avô, por sua vez, ao procurar compensar as insuficiências da história de Claudio, a fim de que *nada lhe falte*, acaba por contribuir, conforme o discurso do neto, com o silêncio imposto pela mãe, evitando que as marcas da história deste último sejam reconhecidas e conquistem algum sentido. Logo, o investimento do avô torna-se também um excesso, na medida em que vem abafar as dificuldades dos pais de Claudio, evitando mais uma vez que este possa se confrontar com alguma falta. Além disso, o investimento do avô tenta compensar as próprias dificuldades de diálogo e interação entre ele e o neto, fazendo valer, também entre ambos, um diálogo de poucas palavras.

Em contrapartida, o sintoma experimentado por Claudio traduz o impasse no qual se encontra, sua falta de reação em meio a um arranjo familiar que oferece pouco espaço para qualquer lacuna ou insuficiência. Sua paralisia contradiz a previsão e o controle que almeja garantir, sobretudo, em seu habitat privilegiado, as baladas. A dúvida e a incerteza surgem de modo desproporcional e inusitado, como um descompasso em meio ao cenário que é o foco do investimento do avô, o meio universitário. É ali, no alvo dos inves-





*é aí que seu corpo
o trai e denuncia a
esterilidade da arapuca
consumista que havia
estabelecido, minando
seu sonho de onipotência*

112

PERCURSO 44 : junho de 2010

timentos do avô, que Claudio rateia, pondo em risco o projeto no qual foi eleito como protagonista. Se a opção universitária não é para ele uma imposição, por outro lado, a dúvida frente ao curso escolhido e as incertezas sobre sua conclusão pedem espaço de expressão.

A análise surge como uma brecha no velamento instaurado. É um lugar onde pode se manifestar, seja para reportar as máximas cultivadas, reproduzindo estereótipos herdadas, seja para fazer alguma concessão a estas e introduzir reticências e interrogações em seu discurso, o que lhe permite sair do imobilismo sintomático e desproporcional que experimenta. Foi também como concessão feita a si próprio que, a certa altura do trabalho, após ter persistido num caminho pautado pela aridez de sua solidão, conta que consentiu na invasão de seu espaço, permitindo-se ser tomado como objeto da paixão de alguém. Anuncia o acontecimento quase de passagem, fazendo uso da nostálgica expressão *estou namorando*, no mesmo dia em que fala da vontade de experimentar caminhar por sua própria conta. Não se tratava do encerramento ou suspensão da análise, como de início parecia anunciar, mas do fim de uma etapa, a partir da qual se permitiu experimentar o divã e iniciar suas sessões sem ter um tema previamente determinado. Anuncia-se assim numa nova etapa, com

menos cálculo e controle, momento no qual vislumbra abrir mão de um excesso que reproduz, permitindo-se confrontar algumas de suas insuficiências.

Claudio vive em seu próprio corpo a estranheza da posição que ocupa. Na condição de garanhão caçador, apresenta-se como objeto *intocado*: não faz contato com aqueles que o rodeiam, apenas expõe sua imagem a ser admirada, permanecendo *em sua toca*, enclausurado num culto narcísico que visa provocar paixões a serem descartadas. Repete infinitamente este movimento que lhe permite, ilusoriamente, inverter uma equação na qual se viu exposto. Encena a posição daquele que é capaz de incitar a paixão no outro e, quando isto acontece, se distancia, na pretensão de sair do lugar de sujeito iludido e submetido à sedução alheia. Porém, logo se vê aprisionado num gozo estéril, não evitando a paralisia de uma vertigem incompreendida. Neste instante, seu corpo funciona como um *objeto sublime*, prestando-se à admiração dos demais, o que garante seu gozo narcísico, mas, contrariamente ao que pretendia em seu ritual, fica imobilizado ante a ameaça de que qualquer contato possa romper a completude da cultuada imagem especular.

É quando surge seu sintoma, que o surpreende pelo imobilismo imposto e o transbordamento das sensações que o invadem, obrigando-o a viver, novamente, a insuportável posição passiva que pretendia nunca mais experimentar. Seu sintoma eclode no palco onde é objeto de expectativas por parte de alguém que ele, Claudio, não pode negar ter um significativo enlace pulsional e, simplesmente, se distanciar. Vê-se paralisado ante a identificação que mantém com a figura do avô e do cego projeto que este lhe apresenta para seu futuro – *faça uma universidade de ponta, realize-se profissionalmente e seja feliz, sem sofrer com casos amorosos*. É aí que seu corpo o trai e denuncia a esterilidade da arapuca consumista que havia estabelecido, minando seu sonho de onipotência. Mas, também, coloca em risco o projeto idealizado pelo





avô, criando uma resistência à função exercida de objeto de culto e adoração – como um objeto sublime. Seu sintoma, nesse sentido, é uma tentativa de romper com o narcisismo cego do projeto do avô, quando este pretende, em seu excesso (de dinheiro, que se mostra desigual frente aos recursos dos pais; e de expectativas, quando almeja uma realização sem infortúnios), negar as insuficiências da história do neto, tal como o desaparecimento do pai.

Considerações finais

Nas sociedades contemporâneas, o *mal-estar na cultura* tem sido visto como inevitável, quando se considera o bem público e a dimensão coletiva da condição humana, mas a ilusão de sua superação se mantém viva, quando se trata da dimensão individual de realidade humana. Cada indivíduo se assume, neste momento da modernidade, como um fim em si mesmo, permitindo-se um idílico projeto de realização pessoal e profissional, que sustenta a sobrecarga dos investimentos pulsionais dos sujeitos, cada qual em sua bolha particular, negando ou denegando a rede de laços em que está inserido. Além disso, a desproporção ou cisão entre os investimentos pulsionais (o próprio eu ou demais laços) torna o ser humano prisioneiro de um ideal de plenitude particular, na ilusão de que sua felicidade possa ser alcançada a despeito de seu entorno.

Consequentemente, o narcisismo sublinhado por Freud como traço inerente ao ser humano fica cerceado em sua possibilidade de deslocamento para configurações sociais mais amplas, restringindo-se a uma dimensão individualizada que pouco se expande para além das cercanias

15 Deste prisma, a adolescência está associada a um período de circulação social e experimentação suscitado pelo prolongamento da formação escolar e acadêmica, que não deixou de instaurar uma referência de comportamento para todos aqueles que de algum modo se identificam com essa condição social (mesmo os que não estudam). Para uma discussão mais detalhada sobre a visão sociológica da juventude, ver C. Attias-Donfut, “Jeunesse et conjugaison des temps”, e F. Dubet, “De jeunesse et des sociologies”.

»
*o sintoma de Claudio
é expressão da insuficiência
desse projeto individualizante,
difundido na modernidade; em seu
ideal de plenitude, é a resistência
de um corpo adolescente
a permanecer
na posição idealizada*

de cada um – como é o caso da família nuclear e suas variações. Dessa perspectiva, o sintoma de Claudio é expressão da insuficiência desse projeto individualizante, difundido na modernidade; em seu ideal de plenitude, é a resistência de um corpo adolescente a permanecer na posição idealizada e individualmente aprisionadora – de *objeto sublime* –, como se fosse capaz de cumprir solitariamente tanto as suas, quanto as expectativas de vários outros, como a de seu avô. O sintoma de Claudio é, também, a falência de uma estratégia de consumo narcísica e onipotente, que almeja dispensar o sujeito de viver os conflitos e as ambivalências das experiências afetivas que singularizam cada existência humana.

A condição adolescente de Claudio é composta por uma sobreposição: é um adolescente tanto do ponto de vista sociológico, quanto do ponto de vista psíquico. Da primeira perspectiva, Claudio vive uma fase da vida de passagem do universo de dependência familiar para o cenário social ampliado, podendo desfrutar da extensão de sua formação educacional¹⁵. Do ponto de vista psíquico, vive o segundo tempo da sexualidade humana, quando depara com a vertigem do olhar do Outro – que o faz experimentar a estranheza frente à própria imagem – e com as dissonâncias e contradições da realidade social na qual busca se inserir, que passa a enxergar ao se distanciar





*a ambivalência dos excessos
que se inscrevem em seu corpo
faz do adolescente uma figura
espectral, que inquieta e incomoda
ao ser identificado como ponto
de fissura de cada corpo social*

do véu familiar que supostamente lhe servia de anteparo¹⁶.

É nessa sobreposição que este e tantos outros Claudios se prestam a ocupar um lugar destacado na modernidade, conforme cada contexto específico. Na perspectiva sociológica da adolescência, a imagem de um jovem de dezenove anos, com seu figurino apropriado, serve como receptáculo para as demandas e projeções das demais gerações, conforme os anseios e inquietações destas. Numa sociedade onde o ideal de felicidade é tomado como um imperativo categórico – *seja feliz, plenamente e agora!* – a imagem do jovem expia a angústia que cada sujeito vive frente à impossibilidade desse mandato. Na medida em que cada um não consegue atingir a felicidade plena¹⁷, desloca a imposição *superegoica* a que está submetido para quem se mostra disponível no cenário social, como ocorre com os errantes adolescentes, em sua busca de inserção e reconhecimento social. Porém, se o ideal de felicidade plena permite aos dois lados da equação (adolescentes e demais gerações) um devaneio narcísico, na ilusão do cumprimento de um ideal impossível, paradoxalmente, tal realização igualmente implica a experiência do horror de que a alguém seja permitido o gozo proibido, tabu interditado.

Na medida em que os sujeitos adolescentes vivem uma condição estrangeira no campo so-

cial em que almejam conquistar reconhecimento e pertinência, em maior ou menor medida conforme sua posição no cenário social, eles se prestam a serem capturados pelas projeções das gerações precedentes, na complexa rede dos heterogêneos laços sociais¹⁸. Forma-se, então, para o sujeito adolescente, uma condição permeada por insuficiências e excessos. Por um lado, vive o vácuo produzido a partir da ruptura das referências infantis e da falta de recursos simbólicos, no meio social, capazes de traduzir a estranheza de seu momento. Por outro e, por isso mesmo, é invadido por um excesso de demandas fomentadas nos demais segmentos sociais: ora é tomado como um modelo de beleza e capacidade de ação, ficando aprisionado na condição de *objeto sublime*; ora é recriminado pelo perigo que representa, tornando-se uma imagem marginal, aquela que expia os conflitos e impasses que a sociedade como um todo enfrenta. A ambivalência dos excessos que se inscrevem em seu corpo faz do adolescente uma figura *espectral*, que inquieta e incomoda ao ser identificado como ponto de fissura de cada corpo social, ponto de incidência onde cada universo simbólico mostra sua incompletude e insuficiência na contemporaneidade.

Numa sociedade em que a lógica causal é via mestra, o jovem é insistentemente responsabilizado tanto pelo cumprimento dos ideais socialmente construídos – *vocês são o futuro da sociedade* – quanto por conflitos e impasses com os quais o corpo social se defronta, como é o caso da violência, por exemplo. Logo, as demandas que recaem sobre a figura do adolescente o colocam na posição de *suposto agente causa da ação*, invertendo imaginariamente a equação a que está submetido na rede de relações sociais. De uma posição de objeto, passivo na ação, que espera a oportunidade para ser reconhecido e supostamente legitimado como semelhante pelos demais *adultos*, é chamado à posição de suposto sujeito da ação, aquele que deve responder pelos efeitos da realidade, sem ter tido, propriamente, a oportunidade efetiva de nela interferir, a não ser à revelia dos demais.





Consequentemente, a posição do sujeito adolescente é semelhante à condição do personagem descrito por Kafka no *processo*: K. é alvo de uma acusação cuja razão desconhece, sendo forçado a se submeter a uma lei arbitrária que se torna tanto mais poderosa na medida em que não encontra justificativa de sustentação; funciona como um imperativo categórico dado *a priori*. De modo análogo, o sujeito adolescente é convocado a pagar o preço por seu pedido de reconhecimento e pertinência, tornando-se cúmplice de suas incongruências e das arbitrariedades do tecido social do qual almeja participar. Convocado a conquistar a realização plena e imediata, torna-se prisioneiro de um mandato superegoico tirânico, que restringe a possibilidade de se confrontar com suas insuficiências e de poder transitar numa produção significativa que venha dar sentido a sua incompletude. Assim, a arbitrariedade do mandato ao qual está submetido o coloca numa condição de alienação frente a suas próprias paixões, bem como às demandas a que responde na rede de laços a que se vê atado.

Cabe à psicanálise o difícil exercício da escuta das inquietações de cada sujeito que, em sua angústia anônima e solitária, não deixa de se remeter ao Outro da cena social e, neste último capítulo da modernidade, tem sido de modo recorrente



*cabe à psicanálise
o difícil exercício da escuta
das inquietações de cada sujeito
que, em sua angústia anônima
e solitária, não deixa de se remeter
ao Outro da cena social*

percebido como pleno e final. Que a psicanálise faça escuta às inscrições sociais e políticas deste Outro e evite, assim, repetir a denegação destas, como ocorre, por exemplo, quando se restringe a questão adolescente a um efeito da eclosão do real pubertário, como se o real que invade o sujeito, nesta passagem, não compreendesse o resto não simbolizado de cada realidade social. Que a psicanálise faça jus ao legado de Freud e não evite transitar por quais veredas sejam necessárias, a fim de escutar o recalçado ou foracluído em cada sujeito, que insiste em buscar significação.

16 Ver T. C. Matheus, “Quando a adolescência não depende da puberdade”.

17 Conforme Freud já alertava no texto *El malestar en la cultura*.

18 Ver T. C. Matheus, *Ideais na adolescência*. A condição estrangeira incide para cada um, conforme os recursos sociais, familiares e psíquicos que cada um possui. Se a exclusão social pode intensificar a experiência estrangeira do sujeito adolescente, os mais favorecidos na distribuição de recursos socioeconômicos não deixam de ser ameaçados pela impossibilidade de garantir a posição privilegiada na qual seu grupo social se encontra, além dos registros de desamparo que a experiência singular de cada um pode trazer. Sobre esse aspecto, ver T. C. Matheus, *Adolescência*, p. 314-315.





Referências bibliográficas

- Attias-donfut C. (1996). Jeunesse et conjugaison des temps. *Sociologie et Sociétés*, vol. xxviii, n. 1. Montreal, Presses de L'Université, p. 13-22.
- Caron J.-C. (1996). Os jovens na escola. In: Levi G.; Schmitt J.-C. (orgs.) *História dos jovens*. Trad. C. Marcondes, N. Moulin, P. Neves. São Paulo: Companhia das Letras, v. 2, p. 137-194.
- Dubet F. (1996). De jeunesse et des sociologies. *Sociologie et Sociétés*, vol. xxviii, n. 1. Montreal, Presses de L'Université, p. 23-35.
- Foucault M. (1985). *História da sexualidade*, v. 3: O cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal.
- Freud S. (1900/1993). La interpretación de los sueños. In: *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu. Vol. 4.
- _____. (1927/1993). El porvenir de una ilusión. In: *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu. Vol. 21.
- _____. (1930/1993). El malestar en la cultura. In: *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu. Vol. 21.
- Kafka F. (1997). *O processo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Kumar K. (1996). Modernidade. In: *Dicionário do pensamento social do século xx*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 473-474.
- Lacan, J. (1964/1998). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lorica S. (1996). A experiência militar. In: Levi G.; Schmitt J.-C. (orgs.), *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 2, p. 17-48.
- Lesour, S. (2004). *A construção adolescente do laço social*. Petrópolis: Vozes.
- Matheus, T. C. (2002). *Ideais na adolescência: falta (d)e perspectivas na virada do século*. São Paulo: Annablume/FAPESP.
- _____. (2007). *Adolescência: história e política do conceito na psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- _____. (2008). *Quando a adolescência não depende da puberdade*, *Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo v. 11, n. 4.
- Ruffino R. (1993). Sobre o lugar da adolescência na Teoria do Sujeito. In: Rappaport C. R. (org.). *Adolescência: abordagem psicanalítica*. São Paulo: EPU, p. 25-58.
- Zizek S. (1996). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- _____. (2005). *El sublime objeto de la ideologia*. Buenos Aires: Siglo XXI.

Between excess and shortage

Abstract This essay develops the argument that in our times adolescence functions as a sublime object or spectrum (Zizek) in the several social compositions in which it appears. It is the point of fastening for unequal and fragmented social realities, then, inversely, it is an excess that disturbs and denounces the dissonances of each context. Listening to the adolescent subject, in his/her singularity, allows the investigation some non-symbolized remnants in the social scene.

Keywords adolescence; crisis; modernity; ideology; clinic.

Texto recebido: 07/2009

Aprovado: 03/2010



A experiência clínica grupal e o modelo psicanalítico¹

Fernando da Silveira
Paulo Jeronymo Pessoa de Carvalho

Fernando da Silveira é psicólogo e psicanalista, aluno do Curso de Psicanálise do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, membro do Grupo de Trabalho e Pesquisa em Dinâmicas Grupais desse mesmo Departamento, professor de Psicologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Paulo Jeronymo Pessoa de Carvalho é psicólogo e psicanalista. Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Membro e coordenador do Grupo de Trabalho e Pesquisa em Dinâmicas Grupais e do Grupo de Trabalho e Pesquisa em Psicanálise com Crianças e Adolescentes, ambos do mesmo Departamento.

Resumo Neste artigo fazemos considerações acerca das relações entre a evolução do modelo psicanalítico sobre grupos e a experiência clínica desenvolvida por meio do dispositivo grupal. Para tanto, apresentamos uma breve história dessa evolução, partindo de suas raízes na Europa e nos EUA até os desenvolvimentos recentes no Brasil. Por fim, tecemos algumas considerações conceituais a respeito de infraestrutura de *setting* e de acoplamento da clínica grupal em ambiente institucional.

Palavras-chave grupo; psicanálise; metapsicologia de grupo; *setting*.

Há cinquenta anos, Pontalis lançava uma exclamação e uma advertência: “aqui, ali e acolá fazem-se grupos!”² Ele apontava então uma pletora de experiências que, desde a década de trinta do século xx, vinha se desenvolvendo sob a égide operativa de uma psicologia social prevalente na época. Especialmente durante o período da Segunda Grande Guerra, as experiências com dispositivos grupais, tanto no Reino Unido como nos Estados Unidos, apresentam um enorme desenvolvimento.

Nos Estados Unidos, sob a inspiração e direção de Kurt Lewin e seu laboratório da Universidade de Michigan, baseado nos desenvolvimentos da Teoria do Campo, desenvolveu-se amplo programa de investigação e aplicação de técnicas grupais a objetivos específicos que poderiam ser descritos, talvez e *a posteriori*, como gestão de moral da população, sendo moral no sentido militar do termo. O uso intenso de dispositivos grupais em um contexto de “gestão de frente interna” durante a guerra e o objetivo declarado de preservar e incrementar o *sentimento democrático* da população de modo geral deram, a esse movimento, um sentido e uma característica específica que não passaria despercebida a olhares mais atentos. Na psicologia socialmente engajada de Kurt Lewin, o grupo é ao mesmo tempo um laboratório de pesquisa social e um instrumento de transformação da sociedade.

A vitória aliada na guerra, as condições de devastação da Europa, o esforço de sua reconstrução, sob os auspícios da regra e do dinheiro norte-americanos do plano Marshall, e o contexto da divisão ideológica do mundo que somente se

1 Este artigo foi apresentado no Colóquio sobre Grupos: A Experiência Clínica e a Psicanálise. *Jornada Interna do Departamento de Psicanálise* do Instituto Sedes Sapientiae, maio de 2008.

2 J. B. Pontalis, “O pequeno grupo como objeto”.



a realidade exigia – ou pelo menos favorecia grandemente – as experiências em grupo na França da década de 1950

iniciava – a guerra fria – tiveram, na França, uma interessante decorrência. Começou-se, intensamente, a fazer grupos, especialmente na mediação e transformação dos conflitos entre capital e trabalho no mundo industrial que renascia sob maciça injeção de capital americano. A dominação teórica era também americana, da Universidade de Michigan e seus T-groups, baseados em Lewin, sua teoria dos campos, e na experiência do tempo da guerra no desenvolvimento do sentimento democrático. De um certo modo, aquela realidade exigia – ou pelo menos favorecia grandemente – as experiências em grupo na França da década de 1950 e hordas de estudantes e especialistas franceses afluiram a Michigan e retornaram à França para multiplicar essas tarefas e começar a desenvolver modelos autóctones, como, por exemplo, a psicossociologia de Pagés e derivados. Na França, o trabalho com grupos manteve o projeto original de Lewin de associar-se a propósitos políticos.

Na Inglaterra, de um modo muito menos massivo, mas intensamente em alguns nichos específicos, desenvolveram-se experiências muito interessantes a partir do fim dos anos 1930 e especialmente durante o esforço de guerra inglês. Os anos 1940 ficaram conhecidos, no Reino Unido, como a “década dos grupos”³. Diferentemente dos Estados Unidos, o acento teórico parte do que chamaram de psiquiatria social inglesa da década de 1930 e evolui por um caminho bastante marcado por um psiquiatra que fazia sua conversão à psicanálise, chamado W. R. Bion. As experiências de Bion que, sob vários aspectos, são as primeiras tentativas psicanalíticas no trato prático às questões dos dispositivos grupais e

da grupalidade enquanto experiência controlada, deram-se inicialmente dentro da instituição do exército inglês, especificamente no RAMC, corpo médico do exército real. Em tarefas específicas de seleção e treinamento de oficiais e, depois, na famosa experiência da ala de reabilitação do Northfield Hospital, tais experiências se deram em âmbito muito mais restrito e concentrado do que as experiências americanas e, por outro lado, tiveram uma abertura psicanalítica a questões de ordens metodológica e técnica.

Com o final da guerra e a necessidade de reconstruir um país devastado, o sistema público de saúde inglês tinha uma demanda por atendimento psicológico muito maior do que suas condições de oferta. Tavistock, que antes da guerra era uma clínica psicológica que se propunha ser modelo de pensamento e atendimento de questões relativas à infância, e onde Bion e outros psicanalistas já vinham trabalhando, após a guerra se tornou um centro de referência para o trabalho psicológico de todo o sistema público de saúde britânico. E foi nesse contexto novo que o Instituto Tavistock se tornou referência também no desenvolvimento de estratégias grupais em psicoterapia.

Apesar de vários psicanalistas terem desenvolvido em Tavistock trabalhos com grupos, esta prática configurou-se como um projeto paralelo desses psicanalistas em relação à Sociedade Britânica de Psicanálise, pois esta Sociedade desaconselhava tal prática entre seus membros. Algumas fontes históricas atribuem a Melanie Klein a recomendação para que Bion abandonasse seu trabalho com grupos⁴.

Quando Pontalis, no fim da década de 1950, grita, espantado, “fazem-se grupos!”, ele o faz, acima de tudo, com um sentido de denúncia. Denúncia daquilo que chamou de ideologia prevalente nas práticas grupais que se repetiam e faziam repetir concepções de mundo, antes de favorecerem efetivas transformações. Por outro lado faz um chamado a que se pensem esses grupos e essas experiências para que através da malha ideológica se possa infiltrar boa ciência psicológica e se possa





transformar essas práticas repetitivas em práticas de transformação. E seu chamado propõe à psicanálise tomar esses grupos como objeto de pesquisa e reflexão. Ele parte dos interesses teóricos de Freud e, especialmente, dos desenvolvimentos então recentes feitos do outro lado do canal da Mancha, por Bion e por seus seguidores na Tavistock Foundation. Ao chamado de Pontalis os analistas franceses responderam com energia, liderados especialmente por Anzieu, a partir de sua cátedra em Strasbourg e no contexto do CEFRAP⁵. Com ele, uma geração de analistas, assim como psicodramatistas e outros, dedicaram-se ao programa formulado por Pontalis. Anzieu, Misenard, Ruffiot, Guillamin e Kaës, entre tantos outros, lançaram-se ao estudo psicanalítico do fenômeno grupal e dos dispositivos de seu agenciamento nas Universidades, organizações próprias e sempre fora das sociedades oficiais ligadas à IPA.

A partir de então esse programa não cessou de avançar. Seja na França, por meio do esforço do CEFRAP, seja na Inglaterra através da Tavistock Foundation, seja nos Estados Unidos, na Argentina e no Brasil, o desenvolvimento do que poderíamos chamar de modelo psicanalítico de grupo seguiu em frente. Freud, Bion, Pontalis, Anzieu, Pichon, Bleger e Kaës. Eis uma linha particular para descrever esse movimento.

Kaës é inegavelmente aquele que mais avançou. E que continua avançando. Ele é, ao mesmo tempo, tributário de toda tradição que o precede e um formulador original que instaura decididamente o grupo como objeto da psicanálise. Sua metapsicologia dos conjuntos intersubjetivos, apresentada de modo sistematizado em “O Grupo e o Sujeito do Grupo”⁶, é um tratado psicanalítico que incorpora às dimensões dos conceitos psicanalíticos o grupo, a grupalidade

no Brasil, o interesse
de psicanalistas no trabalho
com grupos configurou-se como
um projeto independente das
instituições psicanalíticas ligadas à IPA

e aquilo que é intermediário aos sujeitos individuais. Na verdade, talvez seja até o inverso. É a metapsicologia psicanalítica tradicional que é contida em uma metapsicologia mais ampla, intra, inter e transubjetiva.

Não seria o caso de examinarmos esse tratado aqui, mas apontá-lo como, a nosso ver, a corrente mais forte e interessante da reflexão psicanalítica sobre grupos. Por outro lado, interessar-nos-á aqui pensarmos o presente e o passado próximo no contexto de nosso entorno grupalista e psicanalítico. Qual tem sido o estado do movimento grupalista no Brasil nos últimos anos; qual tem sido sua relação com o movimento psicanalítico atual?

Desde o final da década de 1950, no Brasil, e especialmente em São Paulo, a clínica com grupos se desenvolveu de modo bastante importante. Assim como na Europa, no Brasil, o interesse de psicanalistas no trabalho com grupos sempre esteve presente, mas configurou-se como um projeto independente das instituições psicanalíticas ligadas à IPA. Fundadores das primeiras Sociedades de Psicanálise no Brasil participaram da fundação de Sociedades de Psicoterapia Analítica de Grupos. Para cada uma das quatro primeiras Sociedades de Psicanálise no Brasil havia uma Sociedade de psicoterapia analítica de grupos que respeitava a mesma estrutura de funcionamento e estatuto das Sociedades de Psicanálise ligadas à IPA. A partir dos anos 1970, no movimento psicanalítico brasileiro, a busca pela *verdadeira psicanálise* passa cada vez mais a restringir as práticas psicanalíticas. Cada vez mais a questão de interesse predominante dos psicanalistas ligados à IPA é o universo intrapsíquico do paciente

3 E. Trist, “Working with Bion in the 1940s: the group decade”.

4 E. Trist, *op. cit.*

5 Cercle d’Etudes Française pour la Formation et la Recherche: Approche Psychanalytique du groupe, du psychodrame, de l’institution. É uma associação fundada em 1962 por Didier Anzieu circundado por um grupo de universitários, de psicanalistas, de médicos, de psicólogos, com o objetivo de estudar, através da “pesquisa ativa”, a psicodinâmica dos pequenos grupos. In <http://www.ceffrap.fr>

6 R. Kaës, *O grupo e o sujeito do grupo*.





*uma consulta às principais
publicações psicanalíticas
brasileiras mostrará que o tema do
grupo aparece como uma prática
psicoterápica*

deitado no divã. Nesse contexto, o grupo perde espaço: psicanalistas que antes orgulhavam-se ou defendiam publicamente o trabalho com grupos abandonam, mudam suas opiniões e passam a criticar o trabalho com grupos. Assim, poucas destas primeiras Sociedades de Grupo sobrevivem a este período⁷.

Se a institucionalização necessária à construção do conhecimento sobre grupos definiu nesse período, temos percebido, especialmente através da lente que pode nos oferecer a própria prática de nosso grupo de trabalho e pesquisa⁸, que a clínica grupal, ou melhor dizendo, a clínica psicológica que se apoia nos dispositivos de grupo, nunca arrefeceu em sua pujança. Onde quer que um olhar atento pesquise, especialmente nas instituições voltadas à saúde, verificará que os mais variados tipos de grupos são feitos para os mais diferentes objetivos e tarefas. Terapias, as mais variadas, prevenção e promoção de saúde, os dispositivos de grupos são muito utilizados como instrumento na busca de tais objetivos. Se ampliarmos nosso âmbito de mirada, vamos perceber também uma ampla gama de atividades usando o dispositivo grupal em variados tipos de instituições, como, por exemplo, instituições pedagógicas, correccionais, de treinamento e desenvolvimento de equipes etc. É claro que caberia aqui uma reflexão a respeito da amplitude do termo clínica grupal para uma talvez ampla variedade de experiências em grupos, mas em todo caso essa é de fato uma discussão atual e é interessante pensar em clínica expandida.

Através de nosso grupo e por meios de outros, temos tido contato com uma imensa variedade de trabalhos em grupo em situações

diversas. Trabalhos interessantes e pertinentes, trabalhos que evoluem ou não, que tentam, que insistem. É verdade que existe um chamado para que se desenvolvam trabalhos clínicos, que pensem a transformação dos sujeitos, dos grupos e das instituições, usando o grupo. É um instrumento poderoso e atual. E, de modo geral, os profissionais a quem esse chamado alcança têm aceitado esses desafios, de construir esses dispositivos, inventá-los, sustentá-los. Não sem dificuldades e, às vezes, com muitas dificuldades.

Quando pensamos nisso, observamos uma interessante ocorrência nesse campo que, a nosso ver, se relaciona com essas dificuldades. Apesar de a clínica com grupos ser uma prática frequente e disseminada, sua reflexão continua nitidamente ausente. Apesar de muitos dos praticantes, coordenadores desses dispositivos, serem psicanalistas e usarem elementos psicanalíticos na instauração e desenvolvimento dessas práticas, o que se observa é uma ausência de reflexão sobre elas, especialmente reflexão psicanalítica. Por que isso tem se dado? Quais são os vértices dessa ausência? A que isso responde? Formular essas questões e tentar encaminhá-las em busca de hipóteses talvez possa ser útil na compreensão do estado atual do movimento grupalista em São Paulo, assim como aproximar alguma compreensão dos motivos pelos quais alguns dispositivos grupais simplesmente não se sustentam e falham em seus objetivos em variadas instituições e tarefas.

Que a produção teórica psicanalítica a respeito de grupo é escassa no Brasil nos últimos trinta anos é fato pesquisado e comprovado⁹. Uma consulta às principais publicações psicanalíticas brasileiras mostrará que o tema do grupo aparece como uma prática psicoterápica realizada nas instituições de educação, saúde, jurídicas etc. No entanto, a discussão sobre essas experiências dificilmente leva a uma reflexão teórica e a um diálogo com a teoria psicanalítica. As razões desse fenômeno ainda permanecem obscuras. Uma hipótese que gostaríamos de apontar é a levantada por Kaës quando trata o grupo como matriz fecunda e traumática da psicanálise. Diz Kaës:





Minha tese é que o grupo tem constituído a matriz fecunda e traumática da invenção da psicanálise, de sua instituição e de sua transmissão: sua teoria e sua prática portam os traços dos enlaces passionais, sabidamente violentos e repetitivamente traumáticos que foram postos desde sua fundação. Esses lugares distintos se sobredeterminam uns aos outros, e essa imbricação não pensada mantém o grupo como questão indefinidamente suspensa, rejeitada e mal conhecida. A questão ganha valor de sintoma e produz a resistência epistemológica para transformar a afinidade conflituosa em problema *na* e *para* a psicanálise; ela também sustenta e inaugura a resistência epistêmica do psicanalista a se reconhecer como sujeito constituído e constituinte desta questão. Tudo se passa como se a mutação, que Freud descreveu, depois do regime psíquico e cultural da horda até aquela dele mesmo, civilizado e criador de pensamento, devesse ser constantemente recolocada em trabalho.¹⁰

A hipótese de Kaës é que, devido às vicissitudes traumáticas dos violentos envolvimento grupais dos seus fundadores, uma resistência epistêmica da psicanálise sobre o objeto grupo se repete desde então. O grupo é a matriz fecunda – sem sua dimensão continente a psicanálise não germinaria – mas também traumática. Isso torna muito difícil o movimento psicanalítico pensar os grupos, os psicanalistas pensarem os grupos. É menos difícil fazê-los. Muitas vezes seguir fazendo grupos para as mais variadas tarefas é uma resistência à dura tarefa da reflexão.

Conforme assinalamos, a relação entre o grupalismo e a psicanálise tem sido a exclusão do grupo enquanto objeto psicanalítico do âmbito das instituições psicanalíticas. Reflexo de tantos vértices, mas com certeza também resultado da ação das contradições apontadas por Kaës, essa ausência é um marco da relação da psicanálise com a reflexão sobre grupos. O grupo tem sido pensado – mesmo quando intrinsecamente pen-

»
*devido às vicissitudes traumáticas dos
violentos envolvimento grupais
dos seus fundadores, uma resistência
epistêmica da psicanálise sobre
o objeto grupo se repete desde então*

sado em termos psicanalíticos – em instituições que estão à margem das instituições psicanalíticas. Entendemos que o grupo não representa uma questão alheia à psicanálise, entendemos que tal expulsão não acontece ao acaso: é um sinal, um sintoma, e carrega consigo todo um conjunto de significados, possibilidades e interdições. Ora, o caminho para a construção de uma efetiva reflexão psicanalítica, a respeito dos fenômenos grupais e intersubjetivos, não pode ser outro que não aquele que reúne esse campo no seio do campo psicanalítico, dentro e junto às instituições psicanalíticas, para que um pensamento orgânico à psicanálise possa advir, em suas vertentes técnica, metapsicológica, ética, metodológica, epistemológica, de formação e transmissão etc.

Não é à toa que temos, no nosso pequeno grupo de grupos, insistido em fazê-lo pertencer a essa instituição psicanalítica que é o Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae; e não é absolutamente ao acaso que essa instituição psicanalítica é continente a tal movimentação. O Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae é, assim, exceção no movimento psicanalítico, e sobre isso conta nossa história, nosso presente e nossas perspectivas.

Gostaríamos de, a seguir, apresentar algumas reflexões resultantes de nosso trabalho progresso a respeito desse nosso objeto. Alguns elementos clínico-teóricos têm se destacado nesse nosso esforço de trabalho e pesquisa e gostaríamos de apresentá-los.

Algumas das primeiras e principais questões que nos são apresentadas quando passamos a pensar sobre as práticas clínicas desenvolvidas por meio do dispositivo grupal, práticas efetivas

7 F. Silveira, *O grupo e o movimento analítico brasileiro: 1967 a 1976*.

8 *Grupo de Trabalho e Pesquisa em Dinâmicas de Grupo* do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

9 F. Silveira, *op. cit.*

10 R. Kaës, *O grupo...*, *op. cit.*, p. 25.





*se as contradições institucionais,
não forem trabalhadas,
aparecerão como
se fossem “problema do grupo”*

que nos são trazidas pelos membros desse citado grupo de trabalho e pesquisa, dizem respeito àquilo que talvez possamos chamar de *excessiva instabilidade do setting*. Questões fundamentais e estruturantes como tamanho do grupo, tipologia de acesso (grupos abertos, fechados ou mistos), duração e regras básicas de funcionamento, tipologia de coordenação, entre outras questões, aparecem de forma que revelam pouca estruturação e relação com questões de ordem metapsicológica. Nosso trabalho tem sido pensar essas questões, não somente remetendo às experiências que, na literatura contemporânea, apontam caminhos de atuação refletida, mas elaborando hipóteses que nos permitam relacionar nossas experiências clínicas com as inquietações que vamos conseguindo conter e fazer trabalhar no nosso grupo de trabalho. Uma das hipóteses que temos desenvolvido, e que acredito tem servido para sustentarmos uma posição consistente com nossos objetivos de trabalho e pesquisa, é o que talvez possamos chamar de a *questão do setting institucional na construção de um setting grupal para um dispositivo de trabalho psíquico*.

Com isso queremos propor que, para a construção de qualquer dispositivo¹¹ clínico de grupo, e para seu eficiente desenvolvimento no que se refere a sua tarefa, é necessário, e mesmo fundamental, que uma dimensão institucional seja devidamente pensada, preparada e organizada para dar continência a esse dispositivo. De outro modo, o que passa com absoluta frequência a ocorrer é que as contradições de ordem institucional, não pensadas e não trabalhadas, interferem na tarefa clínica e sua expressão aparece como se fosse resultado da não operação

efetiva do dispositivo, como se fosse *problema do grupo*. Com isso, em grande parte das vezes o trabalho clínico não consegue evoluir satisfatoriamente e as questões contraditórias de ordem institucional não conseguem estatuto de entendimento, somente podendo seguir em sua sina de repetições. Realidades como essa, muito frequentes nos nossos relatos clínicos, e acreditamos que prevalentes nas experiências com grupos de modo geral, causam muitos problemas. Por um lado, frustração e desânimo nas pessoas que buscam possibilidades de transformação de realidades de sofrimento e, por outro, frustração e desânimo nos profissionais que tentam desenvolver, com a ideia da clínica grupal, importantes formas de atenção às tarefas de transformação psíquica que a estruturação da vida contemporânea não cessa de exigir. Essa frustração e desânimo são muitas vezes responsáveis pelo estado de quase indigência que o campo de trabalho e pesquisa com técnicas de grupo se encontra nos últimos anos.

Algumas questões pertinentes podem, talvez, ser lançadas. No que se refere a esse duplo enquadramento, institucional e grupal, uma coisa que temos percebido nas atividades de nosso grupo de trabalho é a importância de que esse acoplamento seja devidamente pensado e estudado com antecedência, para que o dispositivo grupal possa aproveitar sinergias institucionais para levar sua tarefa e não o contrário. A reflexão e a construção desse acoplamento é, por definição, a primeira tarefa a ser realizada no desenho de qualquer clínica grupal. Poderíamos propor aqui dois conceitos para dar conta desse acoplamento: *continência institucional e convergência institucional*. A continência institucional seria a capacidade da instituição demandante (aquela que demanda o desenho de um dispositivo clínico grupal para dar conta de uma tarefa) para tratar de *conhecer e aceitar* as implicações institucionais, objetivas e subjetivas, necessárias para que a clínica grupal possa levar suas tarefas adequadamente. Ao mesmo tempo, a convergência institucional seria o resultado cooperativo do funcionamento grupal da





instituição em caso, fundado na possibilidade de essa instituição conhecer e aceitar as realidades da clínica grupal, que elevariam as probabilidades de os dispositivos grupais encontrarem ambiente que favoreça seu trabalho. Ambas, continência e convergência institucionais, são elementos que devem ser construídos como uma tarefa preliminar e necessária à implantação da clínica de grupo. As questões que subjazem a essas dimensões a serem construídas e elaboradas são da ordem do que Bleger apontou como o sincrético e a sociabilidade sincrética¹². Efetivamente, e essa é uma posição que vai se afirmando como resultado de nosso trabalho, não é razoável imaginar que se possa trabalhar com grupos em qualquer lugar, em qualquer instituição (e um dispositivo clínico de grupo sempre está trabalhando em um continente institucional), sem se ter em mente a operação desse trabalho no substrato sincrético dessa instituição, assim como não se pode imaginar que essa dimensão sincrética não operará, de algum modo, nas modulações transferenciais e contratransferenciais que o dispositivo clínico terá de utilizar. Assim, preliminarmente ao início da operação de qualquer clínica grupal, é necessário um atento trabalho de elaboração dessa infraestrutura psíquica na instituição continente: construir isso que talvez possamos chamar de *continência institucional* e de *convergência institucional*.

Desse modo, a primeira e principal questão que nosso grupo tem se colocado a pensar diz respeito a essa região inaugural da clínica grupal: sua estruturação de enquadre, sua localização institucional, e toda uma dimensão de enredamento teórico e técnico onde esse enquadramento e essa localização institucional devem

11 É importante notar que usaremos esse termo em um sentido conceitual. Para isso tomaremos a proposta de Deleuze, ao analisar Foucault: “As primeiras duas dimensões de um dispositivo, ou aquelas que Foucault destaca em primeiro lugar, são as curvas de visibilidade e as curvas de enunciação. É que os dispositivos são como as máquinas de Raymond Roussel, máquinas de fazer ver e de fazer falar”. G. Deleuze; “O que é um dispositivo”.

12 J. Bleger; “Psicanálise do enquadramento psicanalítico”.

»
*a reflexão psicanalítica a respeito
do objeto grupo levará os modelos
psicanalíticos não somente
a avançar sobre a dimensão grupal
propriamente dita, mas muito além*

ser pensados à luz de um modelo psicológico e psicanalítico, à luz de uma metapsicologia.

A reflexão psicanalítica a respeito do objeto grupo, suas dimensões intra, inter e trans-subjetivas, levará os modelos psicanalíticos não somente a avançar sobre a dimensão grupal propriamente dita, mas muito além. Não é somente o conhecimento sobre os grupos que pode nutrir-se da teoria psicanalítica, mas o caminho inverso também é extremamente fecundo. Um exemplo significativo desse potencial são as teses de Kaës expostas em seu livro *A polifonia dos sonhos*. Esse é um livro que parte dos grupos e que chega aos sonhos, centro e núcleo da metapsicologia freudiana. É um livro que se utiliza do objeto grupo, tal e qual pensado por um modelo psicanalítico, para transformar significativamente um alicerce do conhecimento estabelecido da psicanálise, o sonho. E, com isso, nos oferece interessantes horizontes de pesquisa. Ouçamos René Kaës:

Os estudos que acabo de evocar confrontam-nos com uma nova abordagem da experiência onírica e do sonho. Dessa forma, abriram-se dois campos de trabalho. O primeiro introduz o sonho num espaço diferente do espaço intrapsíquico, relativamente fechado, no qual o sonho é essencialmente considerado sob o aspecto de ser produzido por um sonhador singular, segundo determinações internas, processos, conteúdos e sentidos que lhe são próprios.

No segundo espaço, interpsíquico, comum e compartilhado, o sonho se manifesta sob outros aspectos: encontra outra fonte de fomento na atividade onírica de um outro e de mais de um outro, desenvolve efeitos específicos, envolve o sonhador numa experiência de outro





tipo. O segundo campo de estudos que assim se desenha interroga de um novo ponto de vista a atividade onírica e o sonho do sonhador singular, os princípios de formação do sonho, suas funções e seu sentido. Empenha-se em compreender a experiência do sonho em seu ponto de articulação no espaço intrapsíquico e no espaço psíquico comum e compartilhado.¹³

As perspectivas de pesquisa que aqui se abrem são enormes. A abertura para repensar o sonho a partir da experiência de pensar o grupo com o sonho nos oferece possibilidades muito interessantes em nossa prática clínica cotidiana,

seja ela uma clínica grupal ou a dois. Um exemplo é a perspectiva de elaborar metodológica e clinicamente a descrição teórica de Bion da *reverie* materna: pensarmos e descrevermos a sessão psicanalítica como um sonho compartilhado. Outra perspectiva, em clínica utilizando o dispositivo de grupo, é o uso do relato do sonho de um sujeito para a reconstrução do sonho de outro, fazendo com isso o que Kaës chamou de *restauração da função pré-consciente*¹⁴.

Na verdade, todas essas perspectivas que se abrem são a afirmação do grupo como matriz fecunda da psicanálise.

13 R. Kaës; *A polifonia dos sonhos*.

14 R. Kaës; *op. cit.*, cap. 2.

Referências bibliográficas

- Bleger J. (1977). Psicanálise do enquadramento psicanalítico. In: *Simbiose e ambigüidade*. São Paulo: Francisco Alves.
- Kaës R. (1997). *O grupo e o sujeito do grupo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- _____. (2004). *A polifonia dos sonhos*. Aparecida, SP: Ideias&Letras.
- Pontalis J.B. (1967). O pequeno grupo como objeto. In: *A psicanálise depois de Freud*. Petrópolis: Vozes.
- Silveira F. (2007). *O grupo e o movimento analítico brasileiro: 1967 a 1976*. Dissertação de mestrado em Psicologia Social. Universidade de São Paulo.
- Trist E. (1992). Working with Bion in the 1940s: the group decade. In: Pines M. *Bion and group psychotherapy*. London: Routledge.
- Deleuze G. (1996). O que é um dispositivo. In: *O mistério de Ariana*. Lisboa: Vega-Passagens.

Group Therapy and the psychoanalytical model

Abstract This article is about the relations between the psychoanalytic group model and the clinic experience developed through the use of group method. There is a short history of this evolution, from its European and North American origins to recent Brazilian developments. Finally, we provide some conceptual discussion about the setting of the group clinic in an institutional environment.

Keywords group; psychoanalysis; group metapsychology; setting.

Texto recebido: 07/2009

Aprovado: 03/2010



A depressão transmitida através da relação de dependência revertida na díade mãe-bebê

Maria Cecília Pereira da Silva

Maria Cecília Pereira da Silva é membro efetivo, Analista de criança e adolescente e docente da SBPSP, com pós-doutorado em Psicologia Clínica pela PUC-SP, membro do Departamento de Psicanálise de Criança, professora do curso de Introdução à Intervenção Precoce na Relação Pais-Bebê do Instituto Sedes Sapientiae, participante do Setor de Saúde Mental do Depto. de Pediatria da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Resumo Este trabalho procura discutir, sob o vértice da teoria winnicottiana, a demanda de dependência que se apresenta na díade mãe-bebê e suas derivações na relação analítica, o manejo da técnica psicanalítica e a compreensão da dinâmica emocional que pode vir a se estabelecer na relação transferencial. Destaca a relação de dependência revertida como geradora e transmissora de uma experiência emocional depressiva difícil de ser transponível sem um trabalho analítico.

Palavras-chave dependência; dependência revertida; objeto transicional; díade mãe-bebê; relação analítica; depressão.

Introdução

A investigação clínica sobre o tipo de demanda à dependência que se apresenta na relação analítica vai determinar o manejo da técnica e a compreensão da dinâmica emocional que pode vir a se estabelecer na transferência e na contratransferência.

Segundo Winnicott¹, nos primeiros momentos da relação mãe-bebê, a mãe experimenta uma regressão à dependência que lhe possibilita compreender e atender o desamparo vivido pelo bebê. O bebê, por sua vez, vive uma relação de dependência absoluta. Assim, se estabelece uma relação fusional na díade mãe-bebê e, a seu tempo, através da desilusão e dos fenômenos transicionais, essa demanda à dependência vai se alterando a favor do desenvolvimento do bebê. Se a mãe não pôde viver esses primeiros estágios da relação mãe-bebê suficientemente bem, ela experimenta uma demanda à dependência revertida², que vai se reeditar na relação com seu bebê e na relação analítica.

Neste trabalho procuro discutir qual a importância do manejo dessa temática de dependência na situação analítica, destacando a demanda de dependência revertida e ilustrando com fragmentos de uma análise.

A seguir, dirijo-me às derivações do conceito de objeto transicional enquanto uma metáfora, positiva ou negativa, útil para a compreensão das relações de dependência na díade mãe-bebê e suas repercussões no *setting* analítico.

1 D. W. Winnicott, "Teoria do relacionamento pater-no-infantil", p. 38-54.

2 Conceito definido por Raquel Z. Goldstein no trabalho "El niño como objeto transicional de la madre: demanda de dependência revertida".



Winnicott privilegia os sentimentos de desamparo infantil que precisam ser vividos tal qual emergem

O manejo da dependência na situação analítica

Qual a importância para nosso trabalho analítico de se distinguir o tipo de demanda de dependência emocional que o bebê estabelece com a mãe e, em especial, da mãe em relação à criança, demanda de dependência revertida?

Os aspectos estruturantes ou fundantes da realidade psíquica do sujeito necessariamente nos remetem à relação mãe-bebê. Todos os autores, Freud, Klein, Winnicott, Lacan..., em suas metapsicologias, apontam para a história da evolução do bebê que, em algum momento, terá que *transitar* nessa relação inicial e iniciante mãe-bebê, para se constituir num sujeito-ser individual. Nesse sentido, Winnicott chama atenção para o fenômeno transicional como um fenômeno intermediário fundamental para propiciar o desenvolvimento psíquico do bebê.

Essa preocupação, a meu ver, é fundamental para nortearmos nossa práxis e técnica psicanalíticas, e verificarmos que tipo de transferência o paciente psicótico/*borderline* vai estabelecer com o analista, e os possíveis fenômenos contratransferenciais que podem ser despertados.

A captação das fantasias do paciente, que se refletem na contratransferência, dependerá do grau em que o próprio analista percebe seus processos contratransferenciais, ou seja, da continuidade e da profundidade de seu contato consciente consigo mesmo³.

Aqui cabe a pergunta de qual é de fato o papel do analista. O paciente que estabeleceu uma relação com uma figura materna da qual não pôde depender deve reviver com o analista a con-

fusão e o desamparo dessa experiência. Não teria o analista, como a mãe suficientemente boa, que suportar transitoriamente as amorfas e os estados caóticos, sem orientação do paciente, para que esse possa viver em segurança este estado de não integração? E, ainda, posteriormente, venha penetrar na área da transicionalidade e chegar a usar o analista como uma pessoa real e separada, tendo ele mesmo o sentimento de ser? E será o analista capaz de suportar todo esse processo, que inclui a desilusão, tão imprescindível para o desenvolvimento e crescimento emocional?

É preciso entender a *natureza* do desamparo que se instala na regressão à dependência. Não se trata aí de satisfação do desejo porque o paciente (como o bebê) é ainda muito imaturo para desejar algo. Se nesses casos o analista atuar como um objeto gratificante será esta a função analítica *necessariamente* boa? Penso que esta seria uma má interpretação do que descreve e prescreve Winnicott. É comum o analista, ao tentar promover um ambiente facilitador e a regressão, atender à demanda de desamparo do paciente, pensando não poder frustrá-lo ou desiludi-lo. Confunde o analista ideal gratificante com o analista suficientemente bom.

Quando destaca a importância do manejo nas vivências de dependência, Winnicott privilegia os sentimentos de desamparo infantil que precisam ser vividos tal qual emergem e, nesse sentido, ele altera a visão kleiniana que privilegia os sentimentos sádicos⁴. Disso também deriva uma noção errônea de que o analista winnicottiano não poderia frustrar o paciente, gerando muitas vezes uma relação analítica idealizada. Winnicott está preocupado com a natureza e o momento da interpretação analítica, como assinala Elsa Oliveira Dias:

A interpretação que excede a necessidade regressiva pré-verbal e pré-libidinal do paciente, que ainda está fundido no analista, constitui-se numa invasão porque destaca, antes do tempo, a existência separada deste e remete a um eu que ainda não está lá para ser encontrado. Esta consciência pode ser prematura e repete o padrão





de invasões ambientais. Um outro perigo: a interpretação baseada em vida pulsional confirma, para o paciente, que uma comunicação só pode se dar em termos do envólucro, da organização neurótica, do falso *self* patológico, com o qual ele recobriu a ausência de si.⁵

Por outro lado, essa autora nos lembra de que é preciso que, lentamente, o bebê ou o paciente regredido entrem em contato com a existência do não eu. Então, a interpretação, livre da chave pulsional, pode adquirir outro caráter e oferecer um limite: “Se não fizer nenhuma (interpretação), o paciente fica com a impressão de que compreendo tudo. Dito de outra forma, eu retenho uma certa qualidade externa por não acertar sempre no alvo ou mesmo estar errado”⁶.

Raquel Z. Goldstein nos mostra, em seu trabalho, que a mãe ao se identificar com o bebê experimenta uma condição regressiva normal, adequada e necessária, revivendo sua relação original com a própria mãe⁷. Isso é *necessariamente* bom, porque só assim a mãe poderá realizar a função de *holding*, descrita por Winnicott. É através dessa espécie de regressão a serviço do outro, o bebê, que a mãe poderá compreender, de forma criativa, seu infante, suas comunicações, identificando-se com suas necessidades e vulnerabilidades. Como em qualquer exercício de *holding*, essa identificação não é paralisadora, estagnante, mas, pelo contrário, é metabolizada para favorecer o desenvolvimento do outro. A mãe suficientemente boa

é capaz de se identificar com o bebê, receber suas demandas e gestos espontâneos, suportar e dar suporte, permanecer lá e, sem alteração da qualidade de sua pre-

»
*a mãe suficientemente
boa pretende, no cuidado materno,
não ser tudo para o bebê e nem que
o bebê seja tudo para ela*

sença, estar disponível para cuidar do bebê nos momentos de tranquilidade do *holding*. E assim se inicia a humanização do bebê, e o pensar e o fantasiar se vinculam a essas experiências primitivas. Se tudo correr bem as experiências relativas aos fenômenos transicionais virão naturalmente e serão uma passagem para o bebê poder lidar com as ansiedades de perda e separação.⁸

A relação de dependência revertida emerge quando a mãe, não sendo capaz de assumir a função que acabo de descrever, e angustiada ou ansiosa com o desamparo do bebê, impele esse a ter apenas aquelas necessidades que ela possa suprir e não outras. Desse modo, o bebê constrói uma forma de ser para evitar angustiar a mãe, cuidando dela. Com isso, o bebê retém o gesto espontâneo e fica impedido de constituir o seu próprio *self*, isto é, *o bebê vai se constituir a partir da casca e não do cerne*, e não de dentro de si⁹. Vou tratar mais detalhadamente desse aspecto logo a seguir.

Raquel Goldstein aponta como a mãe suficientemente boa pretende, no cuidado materno, *não ser tudo* para o bebê e nem que o bebê seja *tudo* para ela. Cabe à mãe nesta relação sustentar a desilusão, a ruptura (função paterna), para *derrotá-lo* deste mundo onipotente e o bebê poder nascer psiquicamente. Mas estará o analista preparado para tal tarefa de desilusão, fortemente experienciada com pacientes que possuem essas características?

Voltando à questão sobre a natureza do desamparo do paciente, é preciso notar que o analista, em vez de dar suporte a essas angústias, pode favorecer uma relação apaziguadora, isto é, *ótima* em vez de suficiente, que é uma ar-

3 H. Racker, *Estudos sobre técnica psicanalítica*.

4 D. W. Winnicott, “Dependência no cuidado do lactente, no cuidado da criança e na situação psicanalítica”, p. 225-233.

5 E. O. Dias, *Aquém do Princípio do Prazer*.

6 D. W. Winnicott, “Os objetivos do tratamento psicanalítico”, p. 153.

7 R. Z. Goldstein, “El niño como objeto transicional de la madre: demanda de dependência revertida”.

8 D. W. Winnicott, “Objetos transicionais e fenômenos transicionais”, p. 16.

9 D. W. Winnicott, “A agressividade em relação ao desenvolvimento emocional”.



*Lia se perde em relação
ao tempo e ao espaço, não reconhece
o que já fez, não localiza onde está
e onde está a filha*

madilha montada no espaço analítico, da qual o analista deveria escapar, buscando o *campo da mãe suficientemente boa*, envolvendo o manejo do *holding* que contém o *handling*. O grau dos estados caóticos e de não integração do paciente e da elaboração dos aspectos contratransferenciais do analista pode tornar mais complexo esse campo.

Fragmentos de uma análise

Passo agora a relatar alguns fragmentos clínicos da análise de uma paciente de 35 anos, casada e que tem uma filha, na qual acredito que podemos observar a dinâmica de uma demanda de dependência revertida.

Lia conta que é comum sentir muito medo quando vai se deitar e a luz se apaga. Nessa hora, especialmente quando seu marido viaja, sente medo de estar com alguma doença, passa e repassa em sua mente se fechou a porta, se ligou o alarme da casa, se os carros estão na garagem, onde está sua filha. Aí se recorda que está no quarto dormindo.

Nesses momentos nada a assegura. Na maioria das vezes, o desamparo é tão grande que coloca sua filha em sua cama para lhe fazer companhia, quando ela não vai por conta própria. Então, se acalma e, como se tivesse sua mãe ao lado, adormece. A filha agora cuida dela e sua mera presença funciona como um *holding* necessário para acalmar sua turbulência emocional e poder se entregar ao sono.

Lia relata momentos de muito desamparo desde muito pequena, sua mãe viajava com fre-

quência, às vezes por dois meses, e ela ficava com os avós.

Na pré-adolescência, quando as vivências de desamparo se reeditam, sua mãe ficou muito doente. Recorda-se de suas visitas ao hospital. São lembranças dolorosas que não gosta de rememorar. Descreve uma relação conflituosa e distante com a mãe, e com o pai, com quem não pôde e não pode contar. Podemos imaginar que Lia não teve uma mãe suficientemente boa e não pôde internalizar um ambiente protetor. Daí, também, suas crises de medo e, ainda, de hipocondria, que ela relata com frequência, indicando uma realidade interna vazia e amortecida.

As noites de domingo são terríveis. Frequentemente cai num vazio, numa confusão interna. A única coisa que a acalma é pensar que vai encontrar na segunda-feira.

Raramente falta às sessões e procura trazer um material *interessante* para me agradar. Não pode ser espontânea. As coisas duras, brigas com o marido, o que a angustia, que sai de seu campo de controle e com que sente não conseguir lidar, ela procura esquecer, e quando chega a me relatar, tudo está distante emocionalmente pois foi transformado em fatos históricos. Lia não quer me preocupar e se tornar uma paciente pesada para mim. Desse modo, anuncia que não pode depender.

Esses fragmentos ilustram a situação emocional de dependência revertida, na sua vivência com a mãe, com a filha e agora na situação transferencial com a analista. Refletindo sobre este caso clínico, vemos como Lia se perde em relação ao tempo e ao espaço, não reconhece o que já fez, não localiza onde está e onde está a filha, não pode ficar só. Aponta para uma vivência de desamparo, de falta de *holding* interno, de uma experiência primitiva que falhou no período da não integração, quando o que ela necessitava era entregar-se ao ambiente e deixar-se cuidar. Deixada a si mesma, perde-se, desorienta-se, desorganiza-se emocionalmente.

Quando cuida da analista, repete na transferência a impossibilidade de viver a dependência





e, ao mesmo tempo, tenta descobrir quem é a analista e se pode confiar. Nunca pôde depender. Provavelmente não pôde contar com a constância e sustentação emocional que deveria ser oferecida no início da vida pela mãe suficientemente boa e relaxar diante de alguém com quem de fato pudesse contar. Sua mente foi então obrigada a fazer o papel do ambiente protetor, ficar alerta o tempo todo para cuidar da mãe e não pesar. Hoje não pode ser simplesmente a mãe suficientemente boa. Superprotege a filha, não a imagina como alguém com recursos próprios que possa suportar frustrações, ausências e separações, e também não a deixa depender dela. Dizendo para si mesma estar tomando conta da filha, Lia depende da filha para acalmar seus medos, para dormir.

No sentido geracional, posso imaginar que esta paciente que viveu este nível de desamparo com uma mãe ausente e deprimida fica identificada com a filha desamparada, tornando-se uma mãe *ótima-intrusiva* para atender ao seu desamparo e não ao da filha.

Esta paciente não pôde viver a ilusão da onipotência e transfere para a relação analítica a experiência de não poder reviver a situação de dependência absoluta com a analista.

Quando Lia cuida da analista e traz somente as coisas boas, como presente que sacia a analista, parece uma tentativa de comunicar que as interpretações podem ser vividas como invasivas, o que é típico da experiência de dependência absoluta. O que o paciente necessita, no resgate do estado de não integração, é que o analista permita-lhe viver tal qual é, entregue a si mesmo e à sua confusão, sem a tarefa prematura de ordenação do caos. Para tanto, é preciso que o analista possa suportar e sustentar essa situação sem apressá-la e sem, ele próprio, sucumbir à necessidade de organizar tudo e dar-lhe sentido. É importante neste cenário que o analista possa sobreviver a estes momentos de não existência a que o paciente o obriga, em função de viver, pela primeira vez, a ilusão de onipotência. Mais tarde, o analista

10 D. W. Winnicott, “O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil”, p. 155.

»
*provavelmente Lia não pôde contar
com a constância e sustentação
emocional que deveria
ser oferecida no início da vida*

terá de sobreviver, a favor do crescimento do indivíduo, aos ataques destrutivos do paciente, referentes à sua tentativa de colocar o analista fora da área do controle onipotente.

Com estas vivências de confusão, medo e desamparo, poderíamos pensar que a paciente traz seus aspectos psicóticos, abrindo espaço para encontrar seu verdadeiro *self*. A sua possibilidade de vir a ser, a sua capacidade de ter um *self* *têmporo-espaçial* parece ter ficado abalada, sobretudo do ponto de vista da personalização: residência da psiquê no corpo e da imagem de si mesma, que não pôde ser refletida pelo rosto da mãe. Diz Winnicott em seu trabalho “O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil”:

Alguns bebês não abandonam inteiramente a esperança e estudam o objeto e fazem tudo o que é possível para ver nele algum significado que ali deveria estar, se apenas pudesse ser sentido. Alguns bebês, tantalizados por esse tipo de relativo fracasso materno, estudam as variáveis feições maternas, numa tentativa de predizer o humor da mãe, exatamente como todos nós estudamos o tempo. [...] Se o rosto da mãe não reage, então o espelho constitui algo a ser olhado, não a ser examinado.¹⁰

Não apenas a mãe ausente e deprimida, como a de Lia, mas também outros tipos de distúrbios emocionais da mãe podem interferir na facilitação ou não da constituição do *self* do bebê, como Winnicott assinala no trabalho “O relacionamento inicial entre uma mãe e seu bebê”:

Num extremo, temos a mãe cujos interesses próprios têm caráter tão compulsivo que não podem ser abandonados [...]. No outro extremo, temos a mãe que





*a patologia da avó
transitando pela neurose da mãe
culminará em uma psicose
do neto ou neta*

tende a estar sempre preocupada, e nesse caso o bebê torna-se sua preocupação patológica. Essa mãe pode ter uma capacidade especial de abdicar do próprio *self* em favor da criança, mas qual o resultado final disso? [...] A mãe patologicamente preocupada não só permanece identificada ao seu bebê por um tempo longo demais, como também abandona de súbito a preocupação com a criança, substituindo-a pela preocupação que tinha antes do nascimento desta.¹¹

130

PERCURSO 44 : junho de 2010

É possível que a mãe não possa se separar do bebê tão logo seja necessário para ele se desenvolver. E, então, perdura a dependência revertida, em que o bebê vem atender à demanda de necessidades emocionais da mãe, que não pode se separar dele, mantendo a fusão inicial. O bebê, então, “aprende a ter aquelas necessidades que dão à mãe a sensação de se sentir viva”¹² e atuante, encarregando-se de mantê-la assim. Caracteriza-se, portanto, uma vinculação patológica mostrando a dependência da mãe em relação ao bebê, não dando lugar para que a dele aconteça e muito menos para que venha a se tornar uma individualidade, apontando para uma demanda de dependência revertida. A patologia da avó transitando pela neurose da mãe culminará em uma psicose do neto ou neta. Então, teríamos a transmissão da patologia, não uma transmissão genética, mas uma transmissão por meio de relações de interdependência, em três gerações, por meio das identificações mórbidas¹³. Essa questão de como a Psicanálise pode contribuir na prevenção da doença mental é uma preocupação constante em toda a obra de Winnicott.

A perspectiva de chamar atenção não só para a questão do analista, mas para a figura da mãe, que é o paradigma do analista para Winni-

cott, da realidade de sua personalidade, de seus conflitos identificatórios, de seu narcisismo na estruturação da personalidade do paciente-criança, é uma forma de expandir as consequências teórico-clínicas do pensamento de Winnicott, ocupando-se dos dois elementos da díade, mãe e bebê. Esta proposta poderia derivar também em uma reflexão interessante sobre a formação analítica e suas vicissitudes.

O objeto transicional como metáfora positiva ou negativa

Raquel Goldstein propõe que na situação de dependência revertida o bebê funcione como objeto transicional da mãe. Posso compreender o uso do conceito de *objeto transicional*, visto sob o vértice da mãe, somente enquanto uma metáfora positiva ou negativa, que pode nos ser útil para compreendermos a dinâmica das relações primitivas de dependência que pode se estabelecer na díade mãe-bebê e na dupla analítica.

Winnicott descreve o *objeto transicional*, como aquele objeto intermediário e necessário do mundo de fantasias do bebê, que é a zona intermediária entre o objeto subjetivo e o objeto real, e que, como tal, o ajudará a lidar com a separação e a ausência da mãe e a sobreviver a essa desilusão, tão sofrida e frustrante, que envolve o crescimento emocional. É aquele objeto que emerge do campo de ilusão presente na relação mãe-bebê, fundamental para desenvolver a curiosidade e a criatividade do bebê¹⁴. Como coloca Raquel Goldstein em seu trabalho “O objeto transicional de Winnicott”: “É impossível aprender a separar-se, sem a ilusão de novos reencontros gratificantes”¹⁵.

Poderíamos pensar o *objeto transicional* enquanto uma metáfora positiva na díade mãe-bebê. Nesse caso a mãe se identificaria com seu bebê e reexperimentaria momentos de ilusão vividos em sua infância, brincando com ele. É em função dessa identificação que ela é capaz de compreender e atender às necessidades do bebê. Nesses momen-



tos iniciais da relação com o bebê, a mãe estaria se remetendo a momentos vividos como fenômenos transicionais. O bebê, por sua vez, ser vivo e imaginário (objeto transicional da mãe), propiciaria à mãe, se ela mantém a criatividade, a identidade materna. Ele ensina a mãe a ser mãe no exercício próprio da maternidade, e nesta função ela pode vir a se realizar psiquicamente. Nesse sentido se contextualiza um momento de transição inicial da relação mãe-bebê, até que a mãe possa permitir a desilusão, superando esse momento fusional de logo após o nascimento.

No sentido metafórico negativo, a relação de dependência da mãe para com o bebê evidenciaria um fenômeno transicional patológico da mãe. O tipo de preocupação materna é determinante para que o bebê possa vir a ter um desenvolvimento normal. Pode ocorrer, no entanto, que o bebê não se constitua em algo externo a essa mãe, pois no processo de constituição do objeto subjetivo dela houve uma falha. A criança, então, poderia ser para a mãe um prolongamento de si mesma, um nada, uma coisa-infante, e a mãe apenas repetiria com o bebê seu próprio desamparo, sem poder oferecer a maternagem ativa de que ele necessita. A mãe, por sua vez, poderia vir a se constituir para este bebê numa mãe intrusiva, narcísica, caótica, imprevisível ou morta. Assim poderia se caracterizar a situação de dependência revertida onde o conceito de objeto transicional, enquanto objeto vivo e imaginário, só poderia ser

»
*a criança, então, poderia ser
para a mãe um prolongamento de si
mesma, um nada, uma coisa-infante,
e a mãe apenas repetiria com o bebê
seu próprio desamparo*

utilizado enquanto uma metáfora negativa, como uma tentativa de construção imaginária e fictícia do sujeito que repete uma patologia emocional muito primitiva.

E como esta metáfora se daria transposta para a dupla analítica, quando o paciente não encontra um analista continente e não pode dele depender?

No trabalho com pacientes difíceis, com uma possível demanda à dependência revertida, poderia o analista funcionar como a mãe, o qual pode agora corrigir o percurso que a mãe real não foi capaz de proteger, no sentido de não ter propiciado as condições necessárias (previsibilidade, segurança, regularidade etc.)? Quem sabe não terá o analista que se oferecer não só como mãe presente, constante, confiável, que deixa seu bebê-paciente brincar sozinho na sua presença, na companhia da mãe-analista, como quer Winnicott, mas, mais ainda, tenha que permitir que seu bebê-paciente venha, breve e transitoriamente, a tomá-lo como uma espécie de objeto transicional corretivo. Enquanto metáfora, o analista está ali para ser criado pelo paciente como um fenômeno transicional. Como aponta Raquel Goldstein em seu trabalho “O objeto transicional de Winnicott”: “O analista pode ser tomado como um objeto transicional, se oferece para a transicionalidade, mas esta não se desenvolve de imediato senão pelo contrário, pois está travada primitivamente em seu processo de formação; isto se evidencia na repetição das carências na transferência”¹⁶.

O analista então viverá com o paciente momentos de dependência absoluta, e aos poucos, por meio da dependência relativa, possibilitará a

11 D. W. Winnicott, “O relacionamento inicial entre uma mãe e seu bebê”, p. 22.

12 E. O. Dias, “A regressão à dependência e o uso terapêutico da falha do analista”, p. 71.

13 Identificações mórbidas são aquelas comunicações inconscientes encaregadas da transmissão dos fenômenos transgeracionais e intergeracionais traumatizantes, em que o *self* é tomado por excessivas projeções de aspectos inconscientes dos objetos externos primários, impedindo que os pacientes possam olhar o seu meio ambiente de uma forma objetiva, como um objeto fora de si, fora do *self*, ou seja, não podem colocar a situação emocional sob o domínio da própria criatividade, não podem sequer sonhar ou brincar. In: M. C. P. Silva, *A herança psíquica na clínica psicanalítica*.

14 D. W. Winnicott, “Objetos transicionais e fenômenos transicionais”, p. 389-408.

15 R. Z. Goldstein, “O objeto transicional de Winnicott”, p. 157.

16 R. Z. Goldstein, *op. cit.*, p. 161.



distinção do eu e não eu, povoando seu mundo interno. Poderá, então, permitir que o paciente possa lidar com os percalços do mundo interno e externo (situações de separação), acumular suas

experiências de vida e que, rumo à independência, sua percepção vá se tornando quase sinônimo de criação¹⁷.

17 D. W. Winnicott, "Dependência no cuidado do lactente, no cuidado da criança e na situação psicanalítica", p. 225-233.

Referências bibliográficas

Dias E. O. (1994). Aquém do Princípio do Prazer, *Anais do III Encontro Latino-Americano Sobre o Pensamento de Winnicott*.

_____. (1994). A regressão à dependência e o uso terapêutico da falha do analista, *Percursos*, ano VII, n. 13, São Paulo.

Goldstein R. Z. (1981/1994). O objeto transicional de Winnicott. In: Baranger W. et al. *Contribuições ao conceito de objeto em psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo/ Clínica de Psicanálise Roberto Azevedo.

_____. (1994). El niño como objeto transicional de la madre: demanda de dependencia revertida, *Anais do III Encontro Latino-Americano Sobre o Pensamento de Winnicott*.

Racker H. (1992). *Estudos sobre técnica psicanalítica*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Silva M.C.P. (2003). *A herança psíquica na clínica psicanalítica*. São Paulo: Casa do Psicólogo/FAPESP.

Winnicott, D.W. (1950-5/1988). A agressividade em relação ao desenvolvimento emocional. In: *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

_____. (1951/ 1988). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In: *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 389-408.

_____. (1953/1975). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In: *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, p. 16.

_____. (1960/ 1990). Teoria do relacionamento paterno-infantil. In: *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 38-54.

_____. (1960a/1993). O relacionamento inicial entre uma mãe e seu bebê. In: *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Imago, p. 22.

_____. (1962/1983). Os objetivos do tratamento psicanalítico. In: *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 152-155.

_____. (1963/1983). Dependência no cuidado do lactente, no cuidado da criança e na situação psicanalítica. In: *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 225-233.

_____. (1967/1975). O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil. In: *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro, Imago, p. 155.

Depression transmitted by the reverse dependency relationship between mother and baby

Abstract This paper's goal is to discuss, through the vertex of Winnicott's theory, the demand for dependence that is displayed in the mother-infant pair and its consequences in the analytic relation, in the management of psychoanalytic technique and in the understanding of the emotional dynamics established in the transferential relation. The author outlines the reversed dependence relationship as generating and transmitting a depressive emotional experience which is difficult to overcome otherwise than within an analytic process.

Keywords dependence; reversed dependence; transitional object; mother-infant pair; analytic relation; depression.

Texto recebido: 01/2010

Aprovado: 04/2010

132

A depressão transmitida através da relação de dependência revertida na idade mãe-bebê : M. C. P. da Silva



A criança, sua doença e o hospital como espaço terapêutico

Relato de uma experiência

Maria Laurinda Ribeiro de Souza

Maria Laurinda Ribeiro de Souza é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Professora do curso de Psicanálise.

Resumo Este texto faz um recorte sobre a experiência de um psicanalista no hospital geral, situando os momentos históricos de implantação, em São Paulo, dos Serviços de Higiene Mental. Atenção especial é dada ao lugar da palavra, da transferência e aos tempos possíveis de intervenção.

Palavras-chave psicanálise e medicina; transferência; a criança e suas doenças.

Era uma vez, muitos e muitos anos atrás... pequenos príncipes e princesas que tinham que enfrentar muitas vicissitudes para crescer e aceder a um lugar de reconhecimento...

É assim que em geral começam os contos de fadas. O início costuma ser semelhante, mas em cada um deles podemos encontrar uma forma muito diversificada de lidar com as fantasias mais primárias de desamparo, de insuficiência e dos perigos e riscos que marcam a passagem, sempre angustiante, da infância para a idade adulta. Essas mesmas vicissitudes podem ser encontradas em outros contextos que não o de conto de fadas: no difícil reconhecimento da infância como um lugar subjetivo, na dificuldade da psicanálise com crianças para ser reconhecida como pertinente ao campo oficial da psicanálise, na estranheza de um psicanalista dentro do hospital geral.

Pensei que esta seria uma boa forma para introduzir a questão que pretendo abordar neste texto. Trata-se de um recorte histórico de um momento específico de minha experiência como psicanalista num hospital geral. Essa travessia pela *terra estrangeira* confrontou-me com a dificuldade de incluir a função terapêutica no espaço hospitalar, para além dos cuidados médicos, com as resistências por parte da equipe oficialmente reconhecida, mas também com a própria resistência do discurso dito *psi* que, muitas vezes, é mais encarnado como poder soberano do que o dos outros profissionais. A frase final dos contos de fadas: *e foram felizes para sempre* não fazia parte desse enredo.

133

PERCURSO 44 : p. 133-140 : junho de 2010



é muito frequente que os pedidos de interconsulta dirigidos aos profissionais psi tenham como objetivo implícito, quando não explícito, a abolição dos aspectos emocionais que atrapalham os procedimentos médicos

134

PERCURSO 44 : junho de 2010

A entrada de um psicanalista no hospital geral é atravessada por um duplo conflito: de um lado, o de não se ver reconhecido pelos seus pares mais ortodoxos, já que perverte as normas do dito *setting* analítico e, por outro, o confronto com um território já dominado por normas muito definidas de tratamento e de cura. Castel referiu-se à entrada da Psicanálise nas instituições com uma metáfora bastante significativa: “é como a entrada de um elefante numa loja de cristais” – perigo para o elefante que se vê contido em seus movimentos e perigo para os donos da loja que vivem a ameaça de que se estilhacem seus cristais dispostos numa ordem tão bem estabelecida!

Oswaldo di Loreto (2004), em seu livro *Origem e modo de construção das moléstias da mente*, texto autobiográfico em que discorre sobre o percurso como terapeuta num hospital geral e em outras instituições, assim se apresenta: “Gostaria muito de emprestar de Freud o título, mas não me senti à vontade para fazê-lo. Não sou psicanalista oficial, ‘de carreira’; sou analista adotado. Adotei a Teoria psicanalítica. Ela é minha Teoria psicológica. Como a adoção não me torna um analista, torna-me o que sou – psiquiatra oficial; psicanalista clandestino – decidi-me pelo título

clínico”¹. É com esse *lugar de clandestino* que se defronta aquele que se embrenha na difícil tarefa de se tornar cidadão de uma terra já oficialmente demarcada.

O relato de algumas experiências clínicas revelará as possibilidades de se construir um lugar e um campo transferencial que, sem escamotear os conflitos apontados acima, poderá explicitar uma nova forma de se entender e escutar o sujeito que adocece e necessita de cuidados específicos. Enquanto psicanalistas somos também convocados a uma dupla inserção; não se trata apenas de escutar a criança e sua doença, mas também, de lidar com formas muito rotineiras e estereotipadas presentes no discurso médico e no ambiente hospitalar. Angústias próprias da criança hospitalizada, mas também angústias da família e da equipe que interferem na condução da cura.

Em seu livro, Di Loreto relata o início pioneiro do Setor de Higiene Mental e Psiquiatria Infantil, serviço que organizou, juntamente com Dulce Marcondes, na década de 1950, no Hospital das Clínicas. Esse nome *Higiene Mental* devia-se a uma tentativa de não criar conflitos com o poder oficial da psiquiatria, mas estava também carregado de um sentido de higienização que persiste, em certa medida, até hoje. É muito frequente que os pedidos de interconsulta dirigidos aos profissionais psi tenham como objetivo implícito, quando não explícito, a abolição dos *aspectos emocionais* que *atrapalham* os procedimentos médicos. Enquanto a ciência age sobre o corpo, numa tentativa de eliminar os sintomas, a psicanálise propõe-se a escutar o sujeito; a incluir seu sofrimento, seu mal-estar, no processo de cura. Um pediatra fez-me, certa vez, um pedido angustiado para que o acompanhasse numa visita ao leito de uma criança; ele a atendera durante longo tempo quando estava em coma, mas quando ela acordou e começou a falar e agitar-se, ele não sabia como responder-lhe!

Outro aspecto dessa higienização era o isolamento do serviço; o atendimento era ambulatorial – não estava disponível para as crianças internadas na enfermaria de pediatria. Sua am-





pliação exigiu, como diz Di Loreto, uma tarefa de *catequese*: “Dulce e eu percorremos os dez andares do HC, clínica por clínica, aproveitando as suas reuniões gerais e contando, a nosso favor logicamente, tudo o que sabíamos e nos foi perguntado. Tirante algumas ironias – obrigatórias quando se fala da mente – fomos recebidos com simpatia, interesse e, principalmente, com curiosidade. Éramos bichos raros de uma espécie nova”². A partir da década de 1970, essa experiência inseriu-se nas enfermarias e tornou-se modelo de formação para muitos analistas.

Do ponto de vista histórico, é importante assinalar que a ideia de Higiene Mental estava intimamente associada ao conceito de eugenia³: A Liga Brasileira de Higiene Mental foi fundada no Rio de Janeiro, em 1923, com o objetivo inicial de melhorar a assistência aos doentes mentais por meio da renovação dos quadros profissionais e dos estabelecimentos psiquiátricos. Seus programas visavam à higiene psíquica individual e à prevenção das doenças mentais. Apenas cinco anos depois essa ideia de higiene se expandiu para os meios escolar, profissional e social e justificou suas práticas apoiando-se nos progressos teóricos da eugenia. Em 1934, com forte influência da psiquiatria alemã, a eugenia tornou-se o principal objetivo dessas práticas, recebendo apoio e reconhecimento do Estado Novo. Mas houve, também, um grupo de higienistas que se opuseram a esse princípio eugênico e lutaram pela humanização dos hospitais e contra os preconceitos raciais, entre eles Ulisses Pernambucano, em Recife, que foi quem iniciou a primeira experiência comunitária de atendimento, com equipes multiprofissionais.

1 O. di Loreto, *Origem e modo de construção das moléstias da mente*, p. 3.

2 O. di Loreto, *op. cit.*, p. 82.

3 Jurandir Freire Costa, em seu livro *A história da Psiquiatria no Brasil*, desenvolve uma análise crítica a respeito dessa associação.

4 Uma descrição mais detalhada sobre as “Vias iniciais da Psicanálise no Brasil” e sobre a “Psicanálise com crianças em São Paulo” encontra-se no texto de Maria Dias Soares e Mary Ono: “Psicanálise com crianças: histórias que configuram um campo”, no livro *Psicanálise com crianças. Perspectivas teórico-clínicas*.

»
*a psicanálise foi se
incorporando ao discurso
social e fundamentando
as novas práticas
de Saúde Mental em vários
dispositivos institucionais*

Outro fato histórico que nos interessa é que o surgimento institucional da psicanálise no Brasil só se deu no final da década de 1940 – a Sociedade de Psicanálise de São Paulo foi fundada em 1949. Experiências anteriores de introdução da psicanálise deram-se através da divulgação de sua produção teórica ligada à pedagogia, ao direito, à pediatria e, também, às primeiras propostas de educação e tratamento de crianças nas instituições públicas por meio das Clínicas de Orientação Infantil⁴. A partir da década de 1970, criaram-se serviços alternativos às práticas asilares vigentes, marcados por um movimento de contestação à situação política ditatorial da época, e com influência dos efeitos, também contestatórios, da revolta de maio de 1968, na França, do início da antipsiquiatria, na Inglaterra e na Itália, dos movimentos comunitários americanos da década de 1960, e das práticas sociais na Argentina. Iniciaram-se, também, outras ofertas de formação para analistas – fora do âmbito da sociedade oficial, e sua ação extrapolou o espaço dos consultórios privados. A psicanálise foi se incorporando ao discurso social e fundamentando as novas práticas de Saúde Mental em vários dispositivos institucionais. A ideia de humanização





*foi com essa ideia
de humanização que
se iniciou, em 1982,
um projeto de Saúde Mental
para os oito Hospitais
e oito Pronto-Socorros
da Prefeitura de São Paulo*

136

PERCURSO 44 : junho de 2010

e inclusão sobrepôs-se – às vezes só no discurso – à de higiene e eugenia.

Foi com essa ideia de humanização que se iniciou, em 1982, um projeto de Saúde Mental para os oito Hospitais e oito Pronto-Socorros da Prefeitura de São Paulo. O pedido era amplo: trabalhar com a integração das equipes, com os relacionamentos grupais, com o atendimento aos pacientes... Uma proposta, portanto, não ambulatorial, mas de integração ao cotidiano do hospital⁵. O momento era de abertura política; depois de longo tempo retomava-se o processo democrático e havia perspectivas de mudanças possíveis nas instituições⁶. A entrada em um dos hospitais, para implantação do projeto, foi marcada por um longo ano de perambulação até que se vislumbra-se a possibilidade de algum reconhecimento que se confirmou pelo acesso a um espaço físico.

O primeiro pedido de atendimento veio através de um médico que atendia uma criança que sofrera um acidente. O pai morrera no acidente e a equipe não sabia como dar a notícia à criança que perguntava por ele. A mãe, atendida por mim e pela assistente social, não sabia se o filho aguentaria a notícia; ela também se sentia muito fragilizada com a perda sofrida. O menino

ficou internado duas semanas. Durante esse tempo acompanhei-o no leito e atendi a mãe. Antes da alta, com minha presença, ela deu a notícia ao filho. A resposta do filho foi surpreendente para ela e para a equipe: ele disse que já sabia; só estava esperando que ela pudesse dizê-lo. Ele deu-lhe o tempo necessário para que pudessem falar do que acontecera e chorar juntos. Primeiro encontro com aquilo que se demanda a um analista nessa instituição: ocupar-se das palavras que não podem ser ditas, facilitar a possibilidade de sua circulação, reconhecer que a verdade dita é sempre menos angustiante do que seu ocultamento. *Suportar um tempo de espera e de presença para que ela possa advir.*

Vejamos outra situação: Ney chega ao hospital em estado muito grave. Fora atropelado por um caminhão, estava com o abdome aberto e com dificuldade respiratória. Fui chamada dois dias depois da internação porque os médicos se surpreenderam com sua rigidez corporal e com seus olhos arregalados e assustados – há dois dias não dormia. Quando chego perto de seu leito, ele está cercado pela equipe. Também me assusto, penso que esperam de mim um milagre e que não sei o que fazer. Aproximo-me, pego a mão do menino que está dura e fria e apresento a ele as pessoas que o cercam. Explico-lhe por que está ali e o que lhe aconteceu. Digo-lhe que todos estão preocupados porque ele não dorme; que eu imagino que ele esteja com medo e tendo que tomar conta de tudo que lhe acontece; mas, todos estão ali para cuidar dele e, portanto, ele podia descansar... Logo em seguida, ele adormece. De fato, as palavras têm um efeito milagroso – verdade que nunca deixa de nos surpreender em nosso percurso como analistas. Algum tempo depois, estou atendendo esse menino na UTI e uma criança ao lado chora desesperada, embora a enfermeira tente acalmá-la. Quando a criança diminui a agitação, ele me olha e diz: “Sabe, eu também fiquei assustado quando cheguei aqui”. E, então, conversamos sobre sua chegada e sua permanência na UTI. Tempos depois ele iria para o quarto da enfermaria, na Pediatria.





Essa passagem da UTI para a enfermaria da pediatria marcou, para a equipe da UTI, um impasse que revelou a intensidade da transferência estabelecida com essa criança, a dificuldade em se desligar dela e a projeção que se fazia dos afetos implícitos nesse processo, através de uma desconfiança com relação à continuidade do tratamento. Surgiram falas de temor por um risco de contaminação e de anulação de tudo que havia sido feito para possibilitar o processo de cura. Tornou-se, então, necessário estabelecer uma estratégia de passagem – tanto para a equipe quanto para a criança.

Em sua primeira visita à Pediatria – num processo interessante de despedida da equipe da UTI que o acompanha nessa passagem – acontece uma situação de emergência num dos leitos. O médico rapidamente isola o leito e continuamos como se nada tivesse acontecido. Ao final da visita, na volta à UTI, ele me pergunta: “quando eu for para lá também vou ser operado?” Conquistou um espaço para perguntar e para dizer que percebe o que acontece à sua volta; penso que ele também apreendera a ideia de riscos presente na equipe da UTI.

Em outro dia, durante minha visita, pega a caixa de papelão que contém seus brinquedos, a maior parte deles trazidos pela equipe que trata dele, escolhe uma carteira e arruma nela o dinheiro que também ganhara durante os sete meses de internação. Olha-me e diz que está arrumando suas coisas para quando for viajar. Ele se prepara para sair da UTI. De fato, nessa mesma semana ele é transferido para a Pediatria de onde, algum tempo depois, vai para casa.

Formular pedidos de interconsulta era sempre mais suportável para a equipe do que incluir um trabalho rotineiro nas enfermarias. Mas, com o tempo, isso tornou-se possível. Organizaram-se

- 5 No início da década de 1980, o Hospital Infantil Menino Jesus era o único hospital municipal que possuía um Serviço de Higiene Mental, que funcionava prioritariamente como serviço ambulatorial.
- 6 A análise dessa experiência de diagnóstico dos hospitais e implantação do projeto encontra-se no livro *Psicologia hospitalar*. Para os fins deste texto vou ater-me ao atendimento às crianças internadas em um dos hospitais onde atuei.

»

*uma criança sobrevive
ao ataque mortífero da mãe
que esfaqueara seus três filhos e
depois tentara suicídio ingerindo soda
cáustica. A equipe que atende a mãe
faz, sem se dar conta, várias tentativas
de ataque à sua sobrevivência;
insuportável a ideia do que
uma mãe pode fazer à sua cria*

grupos de discussão, visitas diárias e acompanhamentos conjuntos, além de uma biblioteca e passeios com as crianças pelas áreas livres do hospital – o que causou grande escândalo e terror de contaminações. É verdade que a assepsia é um princípio médico importante, mas, muitas vezes, ela apenas serve como argumento para que não haja contatos ou para que os pacientes não abandonem seu lugar de passividade. Os profissionais, apesar do discurso de assepsia, não ficam imunes às transferências que se estabelecem com seus pacientes, às realidades psíquicas e sociais com que são confrontados, e poderão instrumentar seu saber ou seu desconhecimento, em direção à cura ou em direção à morte, dependendo daquilo que puderem reconhecer e elaborar nesse processo. Às vezes, as situações colocam-se no limite do trágico: uma criança sobrevive ao ataque mortífero da mãe que esfaqueara seus três filhos e depois tentara suicídio ingerindo soda cáustica. A equipe que atende a mãe faz, sem se dar conta, várias tentativas de ataque à sua sobrevivência; insuportável a ideia do que uma mãe pode fazer à sua cria. O pai desaparece da cena e pouco visita a filha. A menina desenvolve uma série de sintomas fóbicos e começa a falar como bebê;





na história do movimento
psicanalítico, Dolto, Winnicott,
Maud Mannoni, Arminda Aberastury,
Ginette Raimbault, entre outros,
deixaram-nos várias contribuições
sobre as aproximações possíveis
entre a psicanálise e a medicina

138

PERCURSO 44 : junho de 2010

ninguém consegue dizer-lhe o que aconteceu, embora ela pergunte pela mãe e pelos irmãos. Depois de um tempo de acompanhamento, fico com ela na sala lúdica da Pediatria e ela me repete a pergunta. Começo a falar sobre o que se passou. Ela aproxima-se, senta-se no meu colo e chora. Diz-me com voz clara, própria de uma menina de nove anos: “minha mãe nos amava; fez isso porque enlouqueceu”. Nesse momento tenho certeza de que ela tinha razão. Ela me fala dos ciúmes que tinha dos irmãos, mas que não queria que eles morressem. Eu lhe digo que ela não tem culpa, que os irmãos têm ciúmes uns dos outros; ela até tentou salvá-los pedindo ajuda aos vizinhos. Foi como ela disse: a mãe gostava deles, mas enlouqueceu. Ao final de nosso encontro, os sintomas fóbicos desaparecem e ela circula com mais liberdade pelo hospital. *Aqui o tempo é de urgência, de falas necessárias para que se mantenha a possibilidade de sobrevivência psíquica*⁷.

Na história do movimento psicanalítico, Dolto, Winnicott, Maud Mannoni, Arminda Aberastury, Ginette Raimbault, entre outros, deixaram-nos várias contribuições sobre as aproximações possíveis entre a psicanálise e a medicina. Legado que nos instrumenta, enquanto

analistas, a ocupar um lugar legítimo dentro das instituições hospitalares.

Maud Mannoni assim se refere a esse lugar: “a realidade da doença não é em nenhum momento subestimada pela psicanálise... Para a criança, são as palavras pronunciadas pelo seu grupo a respeito da doença que vão adquirir importância. São essas palavras ou a ausência delas que vão criar nela a dimensão da experiência vivida. É também a verbalização de uma situação dolorosa que pode permitir-lhe dar um sentido ao que vive. Qualquer que seja o estado real de deficiência ou de perturbação da criança, o psicanalista procura entender a palavra que permanece condensada numa angústia ou cercada numa enfermidade corporal”⁸. Se há disponibilidade para essa escuta, a criança a apreende e, em geral, é capaz de responder de imediato ao que lhe é oferecido.

O caso de Iiro, relatado por Winnicott, em seu livro *Consultas terapêuticas em psiquiatria infantil*, é um exemplo claro dessa afirmação. Winnicott visitava um hospital infantil, na Finlândia, e a equipe lhe pediu que descrevesse para eles um paciente. Ele se dispôs a apresentar seu trabalho por meio de um paciente que eles próprios já conhecessem. Foi escolhida uma criança da ortopedia portadora de sindactilismo – um problema congênito que demandara atenção permanente e que apresentava, também, uma série de sintomas bastante vagos – dores de cabeça, confusões, dores abdominais. Iiro tinha na época 9 anos e 9 meses.

Winnicott lhe apresentou o jogo de rabiscos e fez o primeiro traço. O menino respondeu imediatamente – é o pé de um pato. Tornou-se evidente que ele desejava falar sobre sua incapacidade. No decorrer dos desenhos há uma aproximação progressiva dos processos de negação de sua deformidade e da idealização das cirurgias sucessivas a que se submetia, como uma forma de garantir o amor de sua mãe. Após essa entrevista com o menino, a mãe solicita também um atendimento e Winnicott é sensível ao conluio que se formara entre a mãe e a criança com relação à





insistência nas cirurgias corretivas. A partir dessa intervenção, a equipe e a mãe mudam sua conduta e uma atitude mais realista foi adotada com relação à correção das mãos e dos pés de Iiro.

Termino com um relato de Francoise Dolto. Ela nos fala do lugar da transferência, da importância de se reconhecer na criança um sujeito, não importando a idade que ela tenha e das ressonâncias de uma presença significativa do analista.

Dolto estava em uma reunião, na casa de amigos, num fim de semana e, de repente, lembra-se de um de seus pequenos pacientes. Levanta-se e sai rapidamente dizendo: “Esqueci de dizer ‘até logo’ a Michel! Volto dentro de uma hora...” Ela deixa todos curiosos com essa saída e retorna ao hospital de Crianças-Doentes onde trabalhava. Michel era uma criança de 18 meses, que estava na seção de radiologia, quando, na sexta-feira, Dolto deixou o hospital ao meio-dia. Ela prometera a si própria que se despediria dele antes de sair, mas fora embora sem o fazer. Ao chegar ao hospital a vigilante lhe disse que o menino estava pior desde que saíra da radioterapia. Aproxima-se do leito de Miche, que está triste, prostrado com ar indiferente, e lhe diz: “Veja só! Sua senhorita Marette é muito má. Esta manhã esqueci de ir dizer a você ‘até logo’ quando você estava na radioterapia... Parece que você não tomou o lanche. Ele não está bom? Escute-me, penso em você... e agora o doutor vai passar e eu não venho, mas estarei de volta na segunda, de manhã. Amanhã é domingo, é um dia que não venho, mas o doutor está aí e, além disso, sua



Winnicott foi muitas vezes criticado e acusado de não ser psicanalista. A isso ele respondia dizendo que não importava se o que fazia era ou não psicanálise; o importante era fazer aquilo de que o paciente precisava

mamãe e seu papai virão ver você, e você também tem seus colegas. Até segunda”. Na segunda de manhã, a vigilante lhe disse que, após sua saída, Michel melhorou, conseguiu comer e dormiu tranquilo.

Winnicott foi muitas vezes criticado e acusado de não ser psicanalista. A isso ele respondia dizendo que não importava se o que fazia era ou não psicanálise; o importante era fazer aquilo de que o paciente precisava. Dolto e Mannoni, por sua ousadia transgressiva, foram chamadas de bruxas por seus pares, mas nós sabemos que há que haver bruxas para que se faça um bom conto de fadas.

7 Um relato mais detalhado deste atendimento encontra-se na revista de psicanálise *Percorso*, do segundo semestre de 1992.

8 M. Mannoni, *A criança, sua “doença” e os outros*, p. 65.





Referências bibliográficas

- Birman J. (coord.) (1988). *Percursos na história da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Taurus.
- Costa J.F. (1989). *História da Psiquiatria no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Xenon.
- Di Loreto O. (2004). *Origem e modo de construção das moléstias da mente. A psicopatogênese que pode estar contida nas relações familiares*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Dolto F. (2005). *A causa das crianças*. São Paulo: Ideias&Letras.
- Gueller A.S.; Souza, A.S.L. (org.) (2008). *Psicanálise com crianças. Perspectivas teórico-clínicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mannoni M. (1971). *A criança, sua "doença" e os outros*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Souza, M.L.R. (1992). O hospital como espaço terapêutico. *Percurso*, revista de psicanálise, ano v, n. 9, 2. sem.
- _____. (1997). Psicanálise, hoje e amanhã. *Percurso*, n. 19, 2. sem.
- _____. (1984). A elaboração e implantação de um projeto de atendimento de saúde mental em hospitais municipais na cidade de São Paulo – relato de uma experiência. In: Camon V.A.A. (org.). *Psicologia hospitalar. A atuação do psicólogo no contexto hospitalar*. São Paulo: Traço.
- Winnicott D.W. (1984). *Consultas terapêuticas em psiquiatria infantil*. Rio de Janeiro: Imago.

The child, his illness and the hospital as a therapeutic area

Abstract This text presents the experience of a psychoanalyst in a general hospital, focusing on the historical moments of the establishment of Mental Health Services, in São Paulo, Brazil. Special attention is paid on the place of the words, the transference and the time of the interventions.

Keywords Psychoanalysis and Medicine; transference; child and his diseases.

Texto recebido: 12/2009

Aprovado: 04/2010



Uma torre de Babel a ser decifrada...

onde fica o lugar do analista
e dos pais num trabalho clínico
com crianças expatriadas?

Maria Vitória Campos Mamede Maia
Nadja Nara Barbosa Pinheiro

Maria Vitória Campos Mamede Maia é prof. adjunto da UFRJ, doutora em Psicologia Clínica, mestre em Literatura Brasileira, psicopedagoga clínica Uniceub-Ceperej, pesquisadora associada do Laboratório de Psicanálise da UFRP. Autora de *Rios sem discurso: reflexões sobre a agressividade da infância na contemporaneidade* (Vetor, 2007).

Nadja Nara Barbosa Pinheiro é prof. adjunto da graduação e do mestrado em Psicologia da UFPR, doutora em Psicologia Clínica, coordenadora do Laboratório de Psicanálise (UFPR).

Resumo O texto versa sobre as funções do analista e dos pais na psicanálise com crianças. Parte do caso Hans para assinalar os lugares aí ocupados por Freud e pelo pai de Hans. A seguir, recorre às ideias de Winnicott destacando a necessidade da existência de um espaço transicional no qual a criança possa sustentar suas conquistas. Prossegue com a apresentação de um caso clínico para destacar as funções que devem ser exercidas, em transferência, pelo analista.

Palavras-chave clínica psicanalítica; clínica infantil; função do analista; funções paternas.

Introdução

O desenvolvimento de processos analíticos com crianças exige do analista um posicionamento clínico específico. Diferentemente do que ocorre na clínica com adultos, em que os personagens importantes de suas vidas nos chegam por meio das narrativas discursivas, sonhos e fantasias, na clínica infantil estes adentram, literalmente e corporalmente, em nossos consultórios. E com eles temos que lidar, conversar, indagar, interpretar, perceber posicionamentos, desejos inconscientes, tramas familiares, composições, arranjos etc., objetivando entender, nessa configuração singular, o que está dificultando o desenvolvimento afetivo de nossos pequenos pacientes.

Nossa experiência, ao longo dos anos, no atendimento com crianças, vem nos indicando uma particularidade interessante: uma crescente dificuldade dos pais em se posicionar diante de seus filhos de forma a poder, desse lugar, exercer suas funções facilitadoras ao crescimento e amadurecimento emocional de seus filhos. Movimento que nos obriga, como analistas, a assumir esse lugar que nos é destinado, via transferência, e, a partir daí, direcionar nossos esforços clínicos no sentido de ofertar aos pais a possibilidade de reassumir suas posições perante seus filhos e exercer suas funções parentais a contento. Tarefa que não é fácil e que nos exige paciência, cuidado e, sobretudo, criatividade. Criatividade que, no sentido winnicottiano do termo, significa aceitar abrir mão de alguns aportes clínicos consagrados e nos lançar ao inusitado de novas configurações em termos de técnica e de *setting*.



*a trajetória clínica de Hans
nos permite perceber
inúmeras facetas importantes
e interessantes. Hans constrói
com sua mãe uma intensa
e rica relação amorosa*

Nossa proposta, no presente artigo, é a de refletir sobre essas questões pertinentes à clínica psicanalítica com crianças, centralizando nossas preocupações em torno do lugar ocupado pelos pais e pelo analista, e sobre o que tais configurações colocam em jogo algo da técnica e de *setting*. Para tal iniciamos nossas argumentações pelo primeiro paciente/criança da história da psicanálise, o Pequeno Hans¹, que é tomado como paradigma de atendimento infantil naquilo que Freud já nos adianta interessantes questões sobre os lugares ocupados por ele e pelo pai de Hans, tanto no espaço clínico quanto no processo de desenvolvimento afetivo do paciente. Em seguida, algumas contribuições teórico/clínicas de Winnicott darão suporte à apresentação de um caso clínico, conduzido por uma das autoras do artigo, que nos parece ilustrar de forma *princeps* as nossas tematizações.

Hans, seu pai e Freud:
posições, funções e construções.
Vias para o crescimento

A clínica psicanalítica freudiana é conhecida por ter sido efetuada quase que exclusivamente com pacientes neuróticos e adultos. Hans, então, seria uma bela e surpreendente exceção. Freud traz em seu relato uma rara oportunidade de observarmos como o autor conduziria um tratamento com crianças. Porém, de forma

curiosa, observamos na descrição do caso clínico dessa criança uma particularidade interessante: seu pai, e não Freud, foi o verdadeiro analista. A ele cabia fazer as intervenções, as interpretações, os assinalamentos. Nesse caso, a Freud coube a função de supervisor. Aquele para quem o pai de Hans se dirigia com o intuito de discutir o caso e receber auxílio em sua condução. O interessante é lermos em Freud que o fato de a análise ser conduzida pelo pai da criança traria vantagens incontestáveis, pois o lugar paterno o asseguraria a autoridade necessária à instalação da transferência, possibilitando o transcurso do tratamento.

Queremos aqui descentrar essa assertiva freudiana. Em nossa opinião tal posicionamento paterno confundiu o crescimento da criança e não permitiu, na verdade, o desdobramento de seus conflitos pelo viés da neurose, mas, ao contrário, permitiu que, diante do conflito edipiano que se apresentava a Hans, a saída possível fosse a eclosão da angústia e da fobia. Ao deixar desocupado o lugar de pai e se alocar no de analista, o pai de Hans abdicou de sua função. Abdicou de ser aquele que insere a Lei e a castração, separando o filho de sua mãe e permitindo com isso que ele venha a se tornar um sujeito singular, autor de suas próprias conquistas e criações.

A trajetória clínica de Hans nos permite perceber inúmeras facetas importantes e interessantes. Hans constrói com sua mãe uma intensa e rica relação amorosa. Em termos winnicottianos, podemos suspeitar que tal relação fundou um espaço transicional igualmente rico no interior do qual Hans pôde ir construindo seus objetos internos e sua realidade compartilhada. Sabemos, pelo relato do caso, que Hans era uma criança esperta, conversada, bem disposto a promover brincadeiras com amiguinhos e amiguinhas. Nesse espaço, o vemos brincar e compartilhar afetos contraditórios entre o amor e o ódio, a competição e a camaradagem, a curiosidade e a vergonha sexual etc. Enfim, vemos Hans se desenvolvendo de forma criativa e intensa.





Vemos, igualmente, que sua trajetória saudável se vê interrompida no momento em que, ao ingressar no conflito edipiano, seu pai não sustenta seu lugar de interditor. Ao não sustentar a inserção da Lei, ao não fornecer o limite necessário ao redor do qual o desejo se organiza em termos conscientes e inconscientes, o pai de Hans o deixa no tormento e na errância. A angústia nos parece ser, aqui, a alternativa possível que paralisa a busca de um saber que não deve mesmo ser sabido: a possibilidade de se efetivar os dois desejos incestuosos e proibidos, casar com a mãe e matar o pai. A angústia precipitada em Hans nos parece significar a resposta possível ao impossível de se saber caso o recalque não se estabeleça. E para que este se estabeleça, cabe ao pai exercer sua função.

Porém, o interessante neste caso clássico é que coube a Freud exercer a função paterna. Ao ser situado, pelo pai de Hans, como aquele que, *acima dele*, sabia como ajudar a criança a sair de seu conflito e medo, seu pai permite que Hans instale Freud no lugar do Pai. Um lugar transferencialmente ocupado e para o qual Hans se dirige em busca de respostas: *o doutor sabe*, diz ele ao próprio pai. Ao se posicionar em sua função de analista, Freud descentra o poder paterno e insere os dois, Hans e seu pai, no interior da castração, no interior da Lei, no interior da lógica fálica que sustenta o recalque e a saída neurótica. Com essa interdição, Hans retoma sua criatividade estagnada utilizando-se de inúmeras fantasias, a das girafas, a do bombeiro, a da banheira, culminando espetacularmente com sua última fantasia: casar com sua mãe, ter filhos com ela e ao pai... este deveria casar-se com a mãe dele e pronto. Se Freud percebe nesse movimento uma saída neurótica para o conflito edipiano, nós vemos, igualmente, que aqui Hans retoma a sua potência criativa. Aquela que permite que, via Freud, sustentado pelo poder paterno, ele se aproxime, sem temer, sem se angustiar e sem se paralisar

1 S. Freud, (1909) "Análise de uma fobia em um menino de cinco anos".

os pais nos chegam desvitalizados
e fragilizados. Não conseguem
exercer plenamente a função
paterna. Muitas vezes confundidos
com seus filhos em seus sintomas,
esses pais nos apresentam
seus filhos para que cuidemos

de seus desejos mais íntimos. Abre-se aqui novo espaço para a construção do saber.

Esse caso levanta, a nosso ver, questões importantes quanto às funções a serem exercidas no atendimento clínico de uma criança: continência e sobrevivência do analista/terapeuta. Para que essas funções sejam exercidas, cabe ao analista discernir, na transferência, o lugar que ele está ocupando na dinâmica psíquica daquela criança. Igualmente é nosso trabalho dar aos pais continência em suas angústias e fazê-los retomar o seu lugar de potência.

Os pais nos chegam desvitalizados e fragilizados. Não conseguem exercer plenamente a função paterna. Muitas vezes confundidos com seus filhos em seus sintomas, esses pais nos apresentam seus filhos para que cuidemos, quando muitas vezes, senão na maioria, principalmente em uma clínica com crianças, estes são somente o veículo de um pedido maior de entendimento: entendimento da dinâmica da família como um esquema social que funcione, como diria Winnicott. A família nos chega fragmentada, dividida e muitas vezes confusa. Mas, sabemos que há um sofrimento e por isso nos procuram. Sabemos que há queixas que nos são explicitadas. Sabemos que há uma demanda que nos é colocada em nossos colos junto com essa criança que recebemos. Nem sempre devemos acolher a demanda que nos é endereçada, mas, é preciso ouvir para saber o que fazer com tudo que, de repente, nos é derramado, despejado e pedido.





*a adolescência precoce já é aceita
por muitos teóricos e pelos pais
e professores, uma vez que
aos 8/9 já achamos normal crianças
irem para academia ou tomarem
remédios para emagrecer,
para crescer, para hiperatividade*

A importância de um espaço de pertencimento: a infância excluída

Atender famílias expatriadas marca necessariamente atender em um tempo diferente, em uma situação diferente, e quase sempre em uma língua diferente da nossa. Acolher crianças expatriadas é lidar com a construção de um código de entendimento, já que a língua pátria dessas crianças normalmente não é a que falamos e nem é o inglês – língua principal de comunicação entre elas nas escolas bilíngues que frequentam quando chegam ao Brasil.

Elas são pequenas, passaram por muitos lugares. Na maioria das vezes um ano ou ano e meio em cada lugar. A referência de pátria, de cidadania, de continuidade, de vínculo é diferente das crianças que atendemos no nosso dia a dia clínico. Não há pátria, o Brasil é mais um lugar pelo qual eles estão passando. Não há cidadania, eles não são brasileiros e muitas vezes nasceram em algum país que não os dos pais. Não há continuidade dos vínculos, na maioria das vezes o que ouvimos é: – não tenho amigos por aqui. Tentam se adaptar ao espaço escolar e social, mas, muitas vezes, a angústia os impede de se adaptar, até porque muitos estão sendo alfabetizados em inglês, mas, em casa, falam outra língua, ou mais duas línguas, uma paterna e outra materna. Sabem, por experiência de vida na pouca vida vivida, que hoje estão aqui, mas que logo não estarão e, assim, temem se mostrar demais, falar ou gos-

tar de alguém – não confiam muito naqueles que os circundam... Motoristas, babás, cozinheiras, além dos pais, habitam o universo dessas crianças – têm muitos cuidadores, todos especialistas, escolhidos muitas vezes pelo trabalho do pai, assim como acontece com a escola e com a casa na qual habitam. É frequente o pai viajar sempre e ficar a mãe no encargo do cuidado de muitas coisas, como gerenciar os empregados, lidar com a escola, mas, como os filhos, essas mães estão sós nessa empreitada. Estranham... quase tudo, já que “tudo onde eu vivia é diferente, aqui as coisas são mais liberais, são mais...”. Pedem-nos referenciais de conduta, de forma de analisar o que os filhos, em uma vivência mais estreita com os colegas (em sua maioria estrangeiros, mas igualmente muitos brasileiros), aprendem e querem passar a fazer ou ter como referência de viver na escola (sim, na escola, porque o fora da escola é o estar em casa). Eles vivem na escola, todos em período integral e dentro dela ainda fazem todas as atividades de esporte, de recreação e de estudo. A referência de vínculo de pertencimento é a ambiência escolar necessariamente. Quando se mudam é a escola que continua, pelo nome e método com eles e com as famílias. Elas são a escola x ou y.

Com uma agenda de executivos, igual à dos pais, quando chegam em casa estão exaustos. O pai chega cansado e a mãe, igualmente cansada, não tem, muitas vezes, espaço para brincar com seu filho. São crianças que não têm infância na maioria das vezes, tal é a falta de tempo para poder simplesmente brincar ou fazer nada².

Hoje em dia sabemos que a infância, como fase de desenvolvimento, está passando por transformações. Há um eclipse acontecendo e muitos de nós não o percebemos. Hoje, crianças com 8 anos já são consideradas adolescentes precoces. A adolescência precoce já é aceita por muitos teóricos e igualmente pelos pais e professores, uma vez que aos 8 /9 já achamos normal crianças pintarem as unhas, fazerem chapinha, irem para academia, tomarem remédios para emagrecer, para crescer, para hiperatividade,





para déficit de atenção. Grandes consumidores de tudo, roupa, brinquedos eletrônicos e remédios, os adolescentes precoces estão sempre sendo incensados pelos seus pais e competem com seus pares pela popularidade e pela aparência mais *fashion* do momento³. Como nos diz Outeiral⁴, essas crianças-adolescentes vivem o isolamento e, no fundo da sala de aula, conversam com os amigos. Ao conversarem e não prestarem atenção, o que se rotula na escola é a existência de uma síndrome de déficit de atenção e hiperatividade. Mas o que temos com certeza é um déficit de atenção parental a essa criança com agenda de adulto, com olhar sobre ele de ser um adolescente, esquecendo-se de que é uma criança com necessidades de criança; em outras palavras: ter tempo para brincar de ser, sem ter de ser nada ainda⁵.

Segundo Outeiral⁶, a palavra brincar, dentre muitos significados, vem do latim vínculo, ou seja, pelo brincar se criam vínculos. Se isso não ocorre, o que poderá advir é a violência e a agressividade como formas de comunicação. Hoje em dia o prazer está no comprar o brinquedo, e, logo em seguida, o tédio e o abandono da novidade. Ele, rapidamente, perde seu caráter de novidade e depois, logicamente, outro brinquedo novo...

Diante de crianças-adolescentes, diante de crianças expatriadas, acreditamos que o que lhes falta e lhes falta é a existência real de um ambiente facilitador e todos os desdobramentos que essa existência faz existir na vida delas. Winnicott⁷, em “O aprendizado infantil”, marca com ênfase que a característica essencial de um am-

»

*um computador
não poderia fazer o tipo
de coisa que tenho mencionado
aqui; tem que haver confiabilidade
humana (ou seja na verdade,
inconfiabilidade)”*
[D. W. Winnicott]

biente facilitador é requerer uma qualidade humana e não uma perfeição mecânica. O *possuir* coisas recorta um espaço de posse mecânica; a nosso ver, não há prazer na descoberta e no brincar, pois logo advém o tédio e a necessidade de troca. A família deveria ser “uma grande área de débito não reconhecido, que não é débito algum. Ninguém deve coisa alguma, mas ninguém atingiria a maturidade estável quando adulto se alguém não tivesse se encarregado dele ou dela nas etapas iniciais”⁸. No entanto, o que vemos, nas famílias, é a existência de muitos débitos, poucos créditos... é a existência de pais fragilizados pela ausência, pela não permanência em cidades, em países, culpados pelo desraizamento de seus filhos; vemos crianças que têm tudo, querem tudo e no fundo nada têm porque lhes falta o essencial, o cuidado humano – muitos cuidadores, muitos lugares, tudo muito... faltando-lhes no fundo de tudo a confiabilidade no ambiente – ele não é facilitador, ele não sustenta, ele não *segura* nem é seguro.

Diz-nos Winnicott⁹ que “essa questão de *segurar* e manusear traz à baila toda a questão da confiabilidade humana. Um computador não poderia fazer o tipo de coisa que tenho mencionado aqui; tem que haver confiabilidade *humana* (ou seja na verdade, inconfiabilidade)”. Isso quer dizer que a criança aprende a confiar por meio da *inconfiança*, mas não na *desconfiança*. Ela confia apesar de... mas não *desconfia*. Ela consegue manter a imagem da mãe dentro de si. Porém se

2 Ver M. V. Maia, “Violência na infância, na adolescência e aprendizagem”.

3 Ver M.V. Maia, “O adolescente no amplificador da guitarra social: de onde advém a agressividade do adolescente contemporâneo?”.

4 J. Outeiral, “Adolescência crônica: quando é difícil se tornar adulto”.

5 M. V. Maia, *op. cit.*

6 J. Outeiral, *op. cit.*

7 D.W. Winnicott, “O aprendizado infantil”.

8 D.W. Winnicott, *op. cit.*, p. 114.

9 D.W. Winnicott, *op. cit.* p. 115.



*no caso de crianças
com comportamentos antissociais
ou das crianças que aqui
denominamos de expatriadas,
acreditamos que o que se rompe
é a confiança no ambiente,*

espera e não obtém retorno, a imagem da mãe que o bebê tem dentro de si esmaece e começa a morrer. Quando a mãe volta, ela é outra pessoa. É difícil manter viva a *imagem* dentro de si. Dessa forma surge o sentimento de desconfiança.

No caso de crianças com comportamentos antissociais ou das crianças que aqui denominamos de expatriadas, acreditamos que o que se rompe é a confiança no ambiente, elas desconfiam da segurança e do manuseio deste ambiente por parte daqueles que delas cuidam. Tudo muda sempre e rápido, e elas se tornam crianças carentes.

O que Winnicott denomina de crianças carentes são crianças que não experimentaram uma comunicação muito antes que o discurso signifique algo, ou seja, “o modo como a mãe olha quando se dirige à criança, o tom e o som de sua voz, tudo isso é comunicado muito antes que se compreenda o discurso”¹⁰.

Segundo este autor, e com ele concordamos mais uma vez, “a única coisa que pode ser aplicada de modo lógico a uma criança carente é o amor, amor em termos de *segurar* e manuseio. A dificuldade provém da necessidade que a criança tem de fazer testes e de ver se esse amor, esse *segurar* e esse manuseio pré-verbal aguentam a destrutividade ligada ao amor primitivo”¹¹.

Outra afirmação importante de Winnicott sobre a questão da criatividade de uma criança e da capacidade de ela poder brincar e viver de forma digna de ser vivida é quando ele nos afirma que

pode-se roubar um momento importantíssimo das pessoas quando o sentimento é: sinto um impulso de fazer isso e aquilo, mas também... e aí elas chegam a alguma fase pessoal de desenvolvimento que poderia ter sido totalmente interrompida se alguém dissesse: – não vá fazer nada disso, que está errado. Então, ou eles vão concordar, o que caracteriza uma desistência, ou vão desafiar, o que caracteriza uma situação onde ninguém sai ganhando e não há crescimento.¹²

Podemos perceber bem essas questões que aqui apresentamos quando procuramos analisar crianças expatriadas. Nelas há o surgimento da angústia de uma forma tal que, por não terem lastro psíquico para lidarem com essas exigências sociais e igualmente com tantas mudanças ao mesmo tempo em um curto espaço de tempo de suas vidas, muitas vezes não aprendem e podem apresentar quadros de comportamentos antissociais¹³. Diante do esvanecimento da imagem materna, diante das diversas perdas de referências, muitos podem manifestar sintomas tais como a agressividade e destrutividade, enurese, encoprese, fobias, mutismo, isolamento ou apatia. Muitos desses sintomas, em nossa leitura clínica, se enquadram naquilo que Winnicott¹⁴ denominou de comportamentos antissociais, e o que esse tipo de clínica nos pede é uma outra forma de *fazer psicanálise*. Por ser uma clínica onde a questão da fratura acontece na constituição da transicionalidade, ou seja, na passagem da dependência absoluta para a relativa, esse tipo de clínica, denominado por Winnicott¹⁵ de clínica da transicionalidade, pede, antes de tudo, *management* (gerenciamento) e *placement* (ter um lugar)¹⁶.

Winnicott nos delimita bem o que é fazer psicanálise de outra forma, ou ser um psicanalista fazendo outra coisa em seu artigo “A tendência antissocial”:

Em termos sucintos, o tratamento da tendência antissocial não é pela psicanálise. É a provisão de cuidados que podem ser redescobertos pela criança, no interior dos quais a criança pode fazer novas experiências com os impulsos do id e pode testá-los. A terapêutica





é dada pela estabilidade da nova provisão ambiental. Para que façam sentido, os impulsos do id devem ser experimentados em uma estrutura de relação egoica e, quando o paciente é uma criança que sofreu privação, a relação egoica deve conseguir apoio do lado da relação ocupado pelo terapeuta. De acordo com a teoria formulada neste trabalho, cabe ao meio ambiente fornecer uma nova oportunidade de relação egoica, pois a criança percebeu que foi um fracasso ambiental em termos de apoio ao ego que levou originalmente à tendência antissocial.¹⁷

Era uma vez uma princesa... uma torre de Babel a ser decifrada

Um dia chegou a meu consultório uma menina, clara, olhos azuis, cabelos quase transparentes de tão louros. Seus pais, indicados a mim porque saberia fazer um atendimento em inglês, já que nenhum deles falava português, chegam com Sara. Todos juntos e uma angústia avassaladora – Sara decidira há 3 anos não falar. Sara tinha 6 anos. A escola me encaminha porque não sabe mais o que fazer para poder avaliar Sara. Escola bilíngue, totalmente imersa em um único idioma que não o português, recebia sempre profissionais de todo o mundo, os expatriados, fruto do *boom* do petróleo.

A família de Sara não era diferente. Pai norueguês, mãe argentina, filha norueguesa, mas tendo passado os seis anos de sua vida em torno do mundo. Um dia, ao vir para o Brasil, Sara resolveu que não falaria. E não mais falou. Chegou a mim com um diagnóstico – mutismo seletivo. Chegou a mim manchando todo o consultório, todas as paredes, derramando todas as tintas enquanto

»
“cabe ao meio ambiente fornecer uma nova oportunidade de relação egoica, pois a criança percebeu que foi um fracasso ambiental em termos de apoio ao ego que levou originalmente à tendência antissocial”

[D. W. Winnicott]

conversava com os pais. Ele falava em um inglês que eu não entendia direito, a mãe ouvia e traduzia o meu inglês para o norueguês, e ela falava com a filha em espanhol e o pai em norueguês e eu tentava administrar tudo isso em inglês.

Sara gosta e fica. Meu trabalho com ela foi de estabelecer um código mínimo de entendimento. Usamos cores, usamos tinta, usamos pés e mãos e mímicas e desenhos quando ela se permitiu desenhar, e igualmente gesso, argila. Para mim Sara falava... seus olhos expressivos tudo me diziam mas nenhum som saía de sua boca. Um dia arrisco dois manejos para diminuir a angústia de Sara e sua família, sentida em mim a cada final de sessão quando ia limpar toda a sala, sempre deixada em estado de caos.

O primeiro foi perguntar a Sara se ela gostava de histórias, de *fairy tales*. Ela abriu um sorriso que jamais tinha visto, ela não costumava estar risonha e disse que sim. Falando das histórias para que ela me escolhesse uma e eu providenciasse algo para ler em inglês para a próxima sessão, falamos da Branca de Neve e ela me disse que adorava o Dunga... o menor dos anões, aquele pequeno ser desajeitado que somente depois eu me dei conta de ser este anão mudo e que se expressava pelas mímicas e pelos olhos; e falamos da Bela Adormecida.

Trouxe para ela a Bela Adormecida, depois os Três Porquinhos, depois a Branca de Neve, depois... Um dia o pai me diz na sala de espera – *sara sonhou que ela falava com as amigas da*

10 D.W. Winnicott, *op. cit.*, p. 115.

11 D.W. Winnicott, *op. cit.*, p. 115.

12 D.W. Winnicott, *op. cit.*, p. 116.

13 M.V. Maia, *Rios sem discursos: reflexões sobre a agressividade da infância na contemporaneidade*.

14 D.W. Winnicott, *Privação e delinquência*.

15 D.W. Winnicott, *O brincar e a realidade*.

16 Ver, também, M.V. Maia, *Rios sem discursos...*

17 D.W. Winnicott, “A tendência antissocial”, in *Da pediatria à psicanálise*, p. 416.





passado um ano, ou seja, este ano, eu recebi em meu celular um torpedo em inglês: “Sara falou com os amigos, com os professores, hoje ela fala com todos mesmo sendo tímida... você estava certa, obrigado por tudo”

escola. Eu lhe disse que se ela disse que falaria, assim o faria, no tempo dela. E continuamos nossas sessões, que foram diminuindo em caos e se organizando em forma de fantoches e histórias e desenhos e construções em gesso.

O segundo manejo foi chamar esses pais para mais conversas, mesmo sendo eles avessos a elas. Assim fui ouvindo a história dos dois, como eles se conheceram, como foi passar cada ano em um lugar e, no meio desses encontros que duravam sempre pelo menos 2 horas e meia, eu vi uma mãe igual à filha, assustada quando teve de largar tudo e ir para a Noruega, inclusive suas duas filhas do primeiro casamento, alguém desajustada em seu trabalho, não aceita, e que permanece quase muda até aprender um pouco do norueguês. Vi um pai que não conseguia ser pai, que se sentia culpado por ter levado a esposa para uma terra dita fria não somente pelo clima. Da conversa dos dois que eu ouvia, alguns pontos foram sendo costurados... a angústia entre eles pode ser falada e de certa forma ouvida por um e pelo outro. Um dia, numa dessas conversas a mãe me falou: parece que sou Sara, nem me lembrava mais o que eu tinha passado, tanto tempo fiquei calada...

Um dia os pais de Sara me comunicam que sairão de férias e iriam viajar com Sara para a Argentina e depois Noruega. Sara, na sessão, me olha e pega a caixa de trabalho e quer levá-la. Essa caixa foi pintada, colorida e montada ao longo das sessões para guardar o livro de *fairy tales* que fizemos e um que encontrei em minhas coisas e

todo material de pintura e de colorir e folhas para Noruega... Sara quis levar os meus fantoches e eu disse que poderia, se ela me trouxesse de volta ao retornar... Ela olhou para mim e me devolveu os fantoches. Eu olhei para ela e disse – Sara, pode levar, sei que você cuidará deles bem. Ela me olha e balança a cabeça dizendo não. Arrisco uma fala: você está querendo me dizer que não saberá cuidar dos fantoches? Ela balança a cabeça e diz que sim e desenha no quadro fantoches destruídos. Falo: – Você quer me dizer que eles seriam destruídos e então você prefere que ele fique comigo até a sua volta? Ela desenha uma flor, um coração e uma boca sorrindo. Não mais insisti, ela saiu com a sua caixa cheia das nossas coisas feitas e construídas, deixando em minhas mãos os três porquinhos fantoches. Deixa comigo sua roupa de brincadeira para ser lavada. Os pais não suportavam que ela ficasse suja, assim ela tinha essa roupa que eu cuidava para a cada sessão poder estar ali, disponível para ser usada de novo.

Os pais se despediram de mim, levaram a caixa de Sara e Sara... e nunca mais voltaram, mesmo que eu tenha entrado em contato diversas vezes.

Passado um ano, ou seja, este ano, eu recebi em meu celular um torpedo em inglês: *Sara falou com os amigos, com os professores, hoje ela fala com todos mesmo sendo tímida... você estava certa, obrigado por tudo.*

Nesse dia custei mais para entrar no carro e voltar para casa... ela falava como prometera a mim entre cores, pés e mãos porque, quando eu perguntara a ela se ela não falava porque não podia, não queria ou não sabia, ela disse que não queria e que falaria quando quisesse... E ela falou... Tinha de parar de tremer de emoção antes de dirigir.

Quase concluindo... porque no “Era uma vez” o final não conclui mas abre espaço para outro *era uma vez*

Acreditamos que com esse caso clínico tenhamos demonstrado como o sintoma, tanto em Sara quanto em Hans, aparece como designativo de





um impasse. Impasse que deveria ser suportado e sustentado pelos pais e não o são. Esses casos nos fazem pensar a questão da função materna de acolher e significar, conter e integrar, erotizar a dispersão, tornar suportável o insuportável; e a função paterna de limitar, discriminar, separar, legislar e permitir com isso a saída pelo ingresso na ordem ou na subversão a ela. O sintoma dessas crianças, para nós, denuncia o limbo, o vazio, o nada com que elas se confrontam!

Qual é a função do analista em casos como esses? Sustentar o lugar do vínculo transferencial em qualquer situação. Estar lá, sobrevivendo ao chão todo sujo de tinta, ao mutismo, aos papéis colados de tanta tinta derramada. É acolher pais, filhos, fantasias e medos. É, na falta da palavra, fazê-la advir de alguma forma, nem que seja em cores, com pés e mãos pintados, na roupa suja que ficava para ser lavada, na caixa que continha as histórias das princesas, principalmente a da Bela Adormecida e a do Dunga. Histórias de amor e de medo, de abandono e de sono de que um dia Sara despertaria, como despertou. Era uma vez uma princesa que pode ser princesa porque o era uma vez pôde advir e ser sustentado numa Babel de línguas e de culturas e de medos e de impasses...

O lugar do analista, quando ele não pode atuar de forma standard (e questionamos se hoje em dia pode haver um manejo standard com a clínica da contemporaneidade e dos expatriados), demanda que ele se permita, dentro da ética psicanalítica, ser *outra coisa*, fazer *outra coisa*. Essa expressão *fazer outra coisa* foi utilizada por Winnicott quando ele nos diz:

Se o paciente não necessita análise, então faço alguma outra coisa (pois) análise é para aqueles que a



a tarefa do analista nesses casos, a nosso ver, é convocar os pais a assumirem suas funções, que foram delegadas ao analista em algum momento, que ficaram suspensas por algum tempo articuladas ao nosso fazer

querem, dela necessitam e podem tolerá-la [...]. Se o nosso objetivo continua ser verbalizar a conscientização nascente em termos de transferência, então estamos praticando análise; se não, então somos analistas praticando outra coisa que acreditamos ser apropriado para a ocasião. E por que não haveria de ser assim?¹⁸

Em outras palavras, esse tipo de clínica demanda que haja um espaço de construção em análise que não passe, exclusivamente, pela palavra nem pela interpretação, mas pela instauração de um espaço transicional onde não cabe perguntar quem criou o quê... O importante é que no final algo se simbolize, faça sentido e seja falado...

A tarefa do analista nesses casos, a nosso ver, é convocar os pais a assumirem suas funções, que foram delegadas ao analista em algum momento, que ficaram suspensas por algum tempo articuladas ao nosso fazer. Talvez seja essa a função primordial de um analista em uma clínica com crianças e com crianças que são desterritorializadas: seu território passa a ser seu consultório para depois passar a ser ou *ir sendo* igualmente o espaço fora do consultório.

18 D.W. Winnicott, "Os objetivos do tratamento psicanalítico", in *O ambiente e os processos de maturação*, p. 155.





Referências bibliográficas

- Freud S. (1909/1976). Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Maia M.V.C. (2007). *Rios sem discursos: reflexões sobre a agressividade da infância na contemporaneidade*. São Paulo: Vetor.
- _____. (2009a). O adolescente no amplificador da guitarra social: de onde advém a agressividade do adolescente contemporâneo? Mimeo.
- _____. (20079b). Violência na infância, na adolescência e aprendizagem. *Revista Polêmica*, v. 8.
- Outeiral J. (2009). Adolescência crônica: quando é difícil se tornar adulto. (Palestra proferida no XX Congresso Nacional da ABENEPI – Desenvolvimento da criança na atualidade – da filosofia às evidências), Campinas, jun.
- Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1982). *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- _____. (1987). *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1996). *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2000). *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago.

A Babel tower to be decoded...

Abstract This paper focuses on the functions of the analyst in the practice of children. It starts off from the story of little Hans, painting out the places occupied by Freud and by the boy's father; then it proceeds to Winnicott's notion of a transitional space, which allows the child to sustain its conquests. The last section presents a clinical case, in order to show as clearly as possible the functions ascribed to the analyst in the ambience of transference.

Keywords psychoanalyst practice with children; transference; paternal functions; functions of the analyst.

Texto recebido: 01/2010

Aprovado: 04/2010



Jean Oury

Quando a neutralidade é uma doença

Realização Andréa Carvalho Mendes de Almeida, Bela M. Sister, Danielle Melanie Breyton, Deborah Joan de Cardoso, Silvio Hotimsky e Susan Markuszower

Entrevistador convidado Maurício Porto

Tradução Andréa Carvalho Mendes de Almeida e Danielle Melanie Breyton

Entrevistar Jean Oury estava em nossa pauta já há algum tempo. Sabíamos que seria uma entrevista de preparo difícil. Muitos anos de história na psiquiatria e na psicanálise, com uma produção densa, nem sempre de fácil compreensão... Muitos anos de vida, o que às vezes dificulta o contato... Mergulhado em La Borde, no interior da França, longe da cidade grande... Poderia ter ficado assim, distante e distanciado, não fosse a abertura para o encontro uma de suas grandes qualidades.

Surpreendidos pela notícia de sua vinda ao Brasil (por ocasião do evento Ocupação Ueinz, que aconteceria em setembro de 2009, no SESC Paulista)¹, naquela altura já próxima, e imbuídos da ousadia que a ocasião precipitava, nos vimos frente à árdua tarefa de preparar a entrevista em pouquíssimo tempo. Convidamos Maurício Porto para nos acompanhar nessa empreitada, parceiro de longa data na clínica das psicoses e com trânsito considerável pela muitas frentes que o pensamento de Oury abre. Sua colaboração foi valiosa.

Em suas primeiras palavras na entrevista, Jean Oury nos adverte sobre o risco de se monumentalizar uma pessoa: “Não se trata nunca de uma pessoa, há sempre uma multiplicidade de sujeitos”. Assim nos pareceu, extremamente cuidadoso, acessível, disposto a falar, e ciente do tamanho de sua obra ainda bastante inexplorada – é ele mesmo quem diz: “assim como O Coletivo², há muitos outros anos de seminário em torno de diversos temas”.

Através de seu relato livre – pouco interferimos, no decorrer da entrevista – percorremos a história da psiquiatria na França que, atravessada pela guerra (psiquiatria de urgência) e pelo fascis-

1 Agradecemos a Peter Pál Pelbart e a Maurício Porto, responsáveis pela vinda de Jean Oury ao Brasil, pela intermediação com o autor que viabilizou essa entrevista.

2 O livro *O Coletivo*, Editora Hucitec, São Paulo, 2009, lançado na ocasião da visita de Jean Oury, reúne dez encontros (1984/85) sobre o coletivo, dentro dos seminários que Jean Oury coordena semanalmente em Sainte-Anne.



mo, abrigou núcleos de resistência e polos de transformação. Acompanhamos a sua leitura sobre o surgimento daquilo que se convencionou chamar de Psicoterapia Institucional e a permanente reflexão que isso lhe demanda, e visitamos ainda a história da psicanálise e das instituições psicanalíticas francesas, marcadas pela efervescência do pensamento lacaniano.

É visível o seu imenso respeito e reconhecimento àqueles que o antecederam, ou que, junto a ele, trabalham na permanente construção de um pensamento e de uma clínica viva das psicoses. Com muita admiração nos fala de Tosquelles, pela sua possibilidade de reconhecer e aproveitar os recursos disponíveis nas diferentes situações, por tudo o que já havia realizado tanto no plano da psiquiatria de urgência, quanto em Saint-Alban antes da chegada de Oury (ele faz questão de frisar esse ponto), por seu interesse vastamente abrangente, por seu compromisso político e ainda por ter sido um interlocutor permanente que, até hoje, o instiga a buscar melhor compreender. De Lacan nos conta do fascínio do primeiro encontro até a definição brincalhona de Lacan como o guia Michelin. E é também pelo companheirismo na construção do pensamento e da clínica que cita, no decorrer da entrevista, Aju-riaguerra, Daumezon, Gisela Pankow, sua esposa Huguette, Michel Balat e tantos outros.

A parceria com Guattari, por sua vez, aparece em sua conflitiva passionalidade, mas nem por isso menos reconhecida. “Trágico” é como se refere à morte de Félix, no exato momento em que os dois se reaproximavam e restabeleciam um diálogo.

Fiel à historicidade, se remete à origem de La Borde nos seguintes termos: “Não fundei La Borde, aconteceu, é uma longa história... encontramos La Borde, por acaso, mais ou menos como acontece em todos os encontros”.

Defensor da singularidade da vida e da democratização do espaço institucional, Jean Oury não abriu mão, nem por um segundo, de uma ética psicanalítica levada até as últimas consequências, esbravejando contra toda fascinação e idealização da psicose e também contra toda tentativa de relegar a clínica a um segundo plano. Dessa forma, pôde construir, ao

quando queremos personalizar,
dizer “eu isso”, “eu aquilo”,
sabemos que corremos
sempre um risco de fetichizar
as coisas, pois uma pessoa
é sempre uma multiplicidade!

longo de todos esses anos, uma consistente “caixa de ferramentas” para seu trabalho cotidiano.

Esta entrevista conjuga a riqueza dessas muitas histórias de Jean Oury e a complexa apresentação de alguns de seus instrumentos: ideias, conceitos, dispositivos clínicos que ele não se cansa de lapidar e precisar.

ANDRÉA CARVALHO MENDES DE ALMEIDA
E DANIELLE MELANIE BREYTON

PERCURSO A nossa intenção com esta entrevista é de apresentá-lo ao público brasileiro. Na preparação para esta conversa, deparamos com a densidade do seu pensamento ancorado em uma experiência muito longa e singular, mas também com a escassez de material traduzido. Assim sendo, gostaríamos de aproveitar essa ocasião para ouvi-lo falar a respeito de sua história na psiquiatria e psicanálise e na compreensão e tratamento das psicoses. Propomos iniciar por aquilo que conhecemos como o começo dessa história: Saint-Alban, Lacan e Tosquelles.

JEAN OURY Podemos dizer que, quando queremos personalizar, dizer “eu isso”, “eu aquilo”, sabemos que corremos sempre um risco de fetichizar as coisas, pois uma pessoa é sempre uma multiplicidade! Tosquelles dizia: “Não se deve monumentalizar, sobretudo não fetichizar!” no sentido mesmo de Marx e de Freud. Sempre me faz rir quando me dizem: “Então, o senhor fundou La





*nessa época
eu ainda fazia os cursos
de Ajuriaguerra, a neurologia
e tudo o mais e não tinha intenção
de fazer psiquiatria,
estava indeciso*

Borde!”. Não é verdade! Aconteceu, é uma longa história. Quando eu cheguei a Saint-Alban, foi quase um acaso – é sempre um pouco assim em todos os encontros...

Cheguei a Saint-Alban em 1947, com vinte e três anos, vindo de Paris. Antes disso eu seguia, de maneira um pouco negligente, cursos de residência no Hospital de Sainte Anne com o neuropsiquiatra Ajuriaguerra, um refugiado espanhol basco que renovou completamente a neurologia. Era realmente o que havia de mais alto nível na neurologia naquela época, e eu permaneci sempre muito fiel a ele. Ajuriaguerra e um de seus assistentes me pediram para organizar, a partir de janeiro 1947, na *École Normal Supérieure* em Paris, uma série de conferências com todos os psiquiatras que eles conheciam. E foi justamente lá que eu encontrei, assim por acaso, me lembro que foi em fevereiro de 1947, ele, que se chamava Tosquelles, um refugiado catalão, do outro lado da Espanha. Não entendíamos nada do que ele dizia, tinha um sotaque fortíssimo, falava “tosquellês”, o que não impediu que ele e Ajuriaguerra se entendessem muito bem. Em seguida, no mês de maio, houve um encontro absoluto! Foi quando Lacan veio falar, e eu disse, de uma maneira pouco modesta: “enfim, alguém

inteligente!” Foi aí a físgada! Tosquelles e Lacan eram as bases mesmo da reflexão.

Nessa época eu ainda fazia os cursos de Ajuriaguerra, a neurologia e tudo o mais e não tinha intenção de fazer psiquiatria, estava indeciso, estudava medicina, mas também já tinha feito licenciaturas em ciências, fisiologia geral etc. Eu fazia um curso de termodinâmica específica na rua d’Ulm, me lembro tão bem do horror que eram aquelas matemáticas extraordinárias, impressionantes. Apesar de não conseguir acompanhar bem, fiz o curso completo. O interessante foi a virada no mês de julho daquele ano, quando Ajuriaguerra me disse: “Tem duas vagas para residentes num hospital em Lozère, Saint-Alban. Você gostaria de ir?” “Lozère país de miséria”³, dizíamos, pois o hospital ficava completamente perdido nas montanhas. Era muito longe para nós, porque não havia ainda o TGV.

Eu estava com um grande amigo, Robert Milliont, e fiquei indeciso porque estava terminando o ano com alguma certeza em relação às conferências, mas, ao mesmo tempo, estava envolvido com os cursos de química e física. Antes de aceitar fui conversar com um pesquisador do Instituto Pasteur e lhe disse: “Estou na dúvida entre seguir a psiquiatria ou a carreira de pesquisador em biologia aqui no Instituto, sobre as membranas, as bolhas de sabão” – é sobre isso que fala Lygia em um de seus contos⁴.

Era 1947, período do pós-guerra, e ele me explicou que o Instituto Pasteur estava na miséria, destruído, desorganizado e não me encorajou: “O senhor sabe que de uma centena de estudantes que chegam aqui, depois de seis meses não resta ninguém porque é mal pago, é horrível... se em dois meses o senhor não me contatar, vou entender que o senhor escolheu a psiquiatria”. Nunca voltei a contatá-lo.

Dois meses depois, em setembro, cheguei ao Hospital de Saint-Alban. Meu primeiro encontro aconteceu no sótão e lá eu reconheci Tosquelles. Eu não o conhecia pessoalmente, só o tinha visto na primeira conferência – aquela em que não entendera nada. E sentado a seu lado estava

3 “Lozère pays de misère”, em francês.

4 A escritora Lygia Fagundes Telles escreveu um conto chamado “A estrutura da bolha de sabão”, inspirado no fato que seu marido Paulo Emílio Sales Gomes (1916-1977), importante historiador e crítico de cinema brasileiro, lhe contara a respeito de um amigo físico francês que estudara a estrutura da bolha de sabão.





um refugiado judeu ucraniano, Bardach, pesquisador do Instituto Pasteur, que se escondera ali fingindo-se de doente para escapar da ss. Foi impressionante! O professor Bardach e Tosquelles ao mesmo tempo! A psiquiatria e o Instituto Pasteur! Foi um encontro extraordinário. Lembro-me de que Tosquelles era extremamente erudito e me disse: “Você precisa ler a tese de Lacan sobre a paranoia de autopunição, você precisa passar por este texto, fazer um teste⁵. Daqui a um mês você me diz o que pensa a respeito e, ao mesmo tempo, você deve dar um curso para os enfermeiros”. Eu disse: “Mas eu não conheço nada de psiquiatria!”, ao que ele respondeu: “Justamente, justamente...” E é verdade, foi nas discussões com os enfermeiros que eu aprendi tudo... Um mês depois ele me perguntou: “E então, a tese de Lacan?” e eu respondi: “Não entendi nada!”.

Aconteciam coisas extraordinárias em Saint-Alban. Huguette, minha mulher, veio ao meu encontro um mês depois e também viveu tudo isso. Fazia-se uma porção de coisas ali! Mas um trabalho enorme já havia sido feito antes em torno de Tosquelles, com os residentes e outros psiquiatras notáveis: o Sr. e a Sra. Balvet, que depois voltaram para Lyon, e também Chaurand, que se ocupava da psiquiatria infantil de Saint-Alban e que depois foi para Toulouse. Isso foi dois meses antes da minha chegada. Havia, portanto, todo um trabalho feito desde 1940. E, ao mesmo tempo, era um local de resistência, onde eles passavam noites discutindo, esperando paraquedistas ou coisas do gênero. Em 1945, não muito longe dali, acontecera um massacre terrível no Mont Mouchet. Isso para dizer que havia uma atividade intensa e o mais importante foi o que aconteceu entre 1940 e 1947, portanto antes da minha chegada.

Antes de 1940, Saint-Alban era um hospital terrível, com celas de contenção precárias, pessoas trancadas ali há anos, com alas fechadas de agitados e havia também alas de caducos, pessoas que não tinham controle dos esfíncteres, que mijavam e cagavam ao mesmo tempo. Tudo isso era horrível! A ala feminina era mantida por

*antes de 1940,
Saint-Alban era um hospital terrível,
com celas de contenção precárias,
pessoas trancadas ali há anos, com
alas fechadas de agitados e
havia também alas de caducos*

uma congregação de religiosas, boas irmãs. Havia também a ala dos homens que era semelhante, mas ali havia aqueles que eram chamados os “bons trabalhadores”, uma categoria de delirantes crônicos, os parafrênicos, um pouco mais calmos e que faziam determinados trabalhos. Eram obrigados a trabalhar praticamente sem nenhum pagamento, em troca de um maço de cigarros por semana e olhe lá! Naquela época ainda se tinha direito ao cigarro...

Tosquelles chegou a Saint-Alban em 1940, vindo da Espanha, mais especificamente de Réus, perto de Taragon na Catalunha. Ele já havia trabalhado durante muito tempo, desde os seus dezessete anos, na Espanha. Foi residente, médico, psiquiatra e trabalhou no Instituto Pere Mata perto de Réus, a 100 km de Barcelona, até 1936, na época de Franco. Trabalhou com uma equipe de uma erudição extraordinária em torno do professor Mira y López que vocês devem conhecer, pois, com a derrota do Exército republicano na Guerra Civil espanhola e a chegada de Franco, Mira y López teve de fugir e acabou se exilando no Rio de Janeiro. Ele morreu no Brasil.

Mira y López era um sujeito que se interessava por tudo. Sua equipe traduzia toda a fenomenologia alemã à medida que ia sendo publicada. Se não podemos ler em alemão, é no espanhol que encontramos sua tradução. Ainda hoje, há coisas que não estão traduzidas em francês e que estão em espanhol. Ele estudava a tese de Lacan em 1933, 34, logo depois que foi





*durante a guerra,
Tosquelles foi encarregado
da psiquiatria de guerra, isto é,
de organizar a psiquiatria de urgência
perto das linhas de combate
com as pessoas que
se encontravam por ali*

defendida e, nessa mesma época, em 1935, ele escreveu um tratado de psiquiatria que, mais tarde, eu e Tosquelles começamos a traduzir. Ao mesmo tempo, sempre houve um trabalho no plano político, o que contava muito. Eu digo que nós não compreendemos nada sobre a Psicoterapia Institucional se não compreendemos a política. E no plano político, depois da ditadura de Primo de Rivera houve uma República, mas uma República que... melhor nem dizer... e houve um movimento de resistência e de reagrupamento que chamávamos de BOC, que a partir de 1932/33 se tornou o POUM⁶, o Partido Operário de União Marxista. Tosquelles fazia parte disso. Ele era muito jovem, nasceu em 1912, tinha, portanto, cerca de 20 anos quando se envolveu nisso. Ainda hoje digo que se queremos compreender a Psicoterapia Institucional temos de entender também a história do POUM.

5 *Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade*, tese de doutorado de Lacan, defendida em 1932.

6 O Partido Operário de União Marxista (POUM) nasceu em Barcelona em 1935, período importante da Segunda República espanhola compreendido entre o movimento revolucionário de outubro de 1934 e a sublevação militar de julho de 1936, que derivou no início da Guerra Civil espanhola. O POUM resultou da unificação da Esquerda Comunista de Espanha (ICE) e do Bloco Operário e Camponês (BOC), e embora fosse um partido marxista revolucionário nele havia uma pluralidade de tendências internas: trotskistas, sindicalistas revolucionários, comunistas opostos à burocratização do Partido Comunista da Espanha e dos métodos repressivos e burocráticos da Internacional Comunista (*Komintern*) dirigida por Stalin. A sua heterodoxia em relação a Moscou fez com que fossem marginalizados e inimizados com uma *Komintern* submetida à linha oficial marcada pela URSS.

Frequentemente se confunde, mas o POUM não era anarquista como a CNT (Confederação Nacional dos Trabalhadores) que era o movimento dominante na Espanha naquela época e que organizava o movimento de autogestão nas fábricas – havia talvez 70 ou 80% com autogestões. Em 1934 já havia acontecido o massacre em Oviedo contra os operários desta zona industrial por ordem de Franco. Foi um massacre terrível, mil fuzilados numa fábrica de autogestão. Bem, o POUM não era anarquista, nem trotskista e muito menos stalinista, era realmente algo bem mais original que reunia diversas tendências da esquerda.

Durante a guerra, Tosquelles foi encarregado da psiquiatria de guerra, isto é, de organizar a psiquiatria de urgência perto das linhas de combate com as pessoas que se encontravam por ali: advogados, enfermeiros, prostitutas, pouco importava e funcionou muito bem até o final da guerra. Nessa época, por três vezes ele quase foi fuzilado. Uma vez pelos stalinistas, outra pelos franquistas e numa terceira vez ele encontrou um amigo que o reconheceu e lhe disse: “pare com essas idiotices”. E ele procurou escapar com vários companheiros, dentre eles Solanes, um psiquiatra notável. É importante falar dele aqui, porque Solanes conseguiu escapar um pouco antes e subiu para a região de Blois, e logo voltaremos a esse ponto. Ao passo que Tosquelles não teve tempo. Ele passou a fronteira disfarçado de alguma maneira mas, no final das contas, foi pego e colocado numa espécie de campo em Tarn-et-Garonne chamado Septfond, que não era exatamente um campo de concentração mas quase. Isso foi em setembro de 1939, quando houve a declaração da guerra e ele ficou lá. No campo, a situação era cada vez mais dura. Havia muitas descompensações, suicídios, depressões, depressão melancólica e eles formaram um pequeno grupo para tentar tratar essas pessoas. O que funcionava melhor era o eletrochoque, mas não havia material para isso e então apenas com fios de ferro e a corrente elétrica ele pôde salvar um número significativo de pessoas. Algum tempo depois ele foi reconhe-



cido pelo professor e psiquiatra francês Maurice Dide, que saíra de Sainte Anne e que tinha estado em um congresso em Réus, em 1929. Naquela época Tosquelles tinha dezessete anos e como era estagiário servia o café, como acontece com todos os residentes ou estagiários – e ele escutou uma conversa entre Dide e seus colegas a respeito de uma história catalã e por discordar do que contavam entreviu dizendo: “Não é como vocês estão contando!” E foi isso que o salvou, pois em 1939, dez anos depois, foi Dide quem entreviu dizendo: “Há um sujeito que se chama Tosquelles aqui e eu o conheço!” Ele fez com que Tosquelles fosse retirado do campo e Paul Balvet, Chaurand e os médicos de Saint-Alban foram buscá-lo e foi assim, ao acaso, que ele chegou a Saint-Alban, em janeiro. Era surpreendente, pois ele não tinha nenhum estatuto oficial, era um refugiado ilegal, sem documentos, e corria o risco de ser reenviado à Espanha e ser fuzilado por Franco que, na época, já havia fuzilado cem mil pessoas.

Tomei conhecimento recentemente de que, no final das contas, ele tinha um estatuto não oficial de refugiado. Portanto, Saint-Alban foi um refúgio. Na montanha fazia um frio terrível no inverno, -10°C , e as condições materiais eram precárias. Dizem que Tosquelles chegou a Saint-Alban, podemos fazer uma história em quadrinhos com ele chegando vestido disfarçado e carregando embaixo de um braço a tese de Lacan e embaixo do outro, um escrito de um filósofo alemão, Hermann Simon. Hermann Simon era um filósofo um tanto rebuscado que escreveu em 1927, durante o período de Weimar – ainda podia-se escrever nessa época – que para tratar os doentes era necessário tratar o hospital. Tratar em todos os níveis, tanto o diretor quanto a estrutura do hospital, e ele também tinha feito reflexões sobre o trabalho no tratamento dos doentes mentais.

Podemos dizer que tudo o que Tosquelles começou a fazer ali foi baseado em Lacan e Hermann Simon: para tratar os doentes, deve-se tratar o hospital. A questão das alas, alas de agitados, alas de dementes... basta ser coloca-

»

*tudo o que Tosquelles
começou a fazer ali foi baseado
em Lacan e Hermann Simon:
para tratar os doentes, deve-se
tratar o hospital. A questão
das alas, alas de agitados,
alas de dementes...*

do – qualquer um de nós – em uma ala de agitados que nos tornamos agitados, numa ala de dementes então eu não ousou dizer o que nos tornaríamos, pois é muito tentador, um gozo muito particular, até o fim dos tempos!

Então, como transformar essa concepção numa prática de tratamento? Como tratar disso tudo? É necessário responsabilizar todo mundo, ainda que minimamente, mesmo aquele que está numa cama há anos. É necessário encontrar um meio de oferecer alguma coisa, fazer com que venha participar ao menos cinco minutos por dia e para isso é necessário toda uma aparelhagem. Foi então que ele criou, junto com enfermeiros, mas, sobretudo, com os residentes e com Chaurand e companhia, o que chamamos de Clube: o Clube intra-hospitalar. É o que chamamos o Coletivo, nome de um dos meus seminários em Sainte Anne que foi transformado em livro. A ideia do coletivo foi para tentar dar uma lógica ao Clube. Podemos dizer que já encontrávamos, na periferia de Londres, o clube extra-hospitalar, como o *Club de Bierer*, mas não era exatamente a mesma coisa.

O Clube intra-hospitalar foi criado para dar responsabilidades e, ao mesmo tempo, servir de local de encontro onde se pudessem fazer trocas materiais tais como uma biblioteca ou um bar onde se vendesse bebida, cigarro – Ah! sim, eu sou a favor do cigarro, queria condenar à morte o ministro responsável pela lei antifumo, é uma paranoia inacreditável por todos os lados – ou





*Tosquelles me disse:
“você sabe, dois anos
em Saint-Alban equivalem a dez
ou quinze em outros lugares!”.
Eu diria mesmo que equivalem
a vinte anos*

ainda selos, cartas, um empório de trocas e também um local onde se pudesse fazer teatro.

Huguette e Tosquelles gostavam muito de fazer teatro, cenários, fazer as pessoas encenarem, conseguimos até a participação em cena das pessoas mais reticentes da administração, como o tesoureiro, por exemplo, que vieram fazer teatro, mímica, se fizeram de *clown* lá no teatro, frente aos doentes. Isso contraria um pouco os estatutos, representa mais uma abertura, mais uma possibilidade.

Tínhamos uma formação antes de Saint-Alban – e isso conta muito – com o T.E.C.: *Travail et Culture* (Trabalho e Cultura), com Dorcy e Serge Lifar, gente assim... nós éramos sensíveis... e Tosquelles era extraordinário, pois ele aproveitava tudo isso. Ele tinha uma atividade não simplesmente pelo júbilo, mas para que as pessoas pudessem se manifestar e não simplesmente dizer a elas: “Entre no consultório, o que o senhor tem... etc. etc.”. Era outra coisa, muito diferente, sobretudo no nível dos esquizofrênicos – voltaremos a isso depois – era muito mais disperso, é o que eu chamo de transferência dissociada. Tudo isso foi feito, já estava feito, estava pronto.

Saint-Alban ficava completamente perdido no meio das montanhas com cerca de 600 doentes e se encontrava perto de um vilarejo que também tinha seus 600 habitantes, e, por isso, era aberto com certa facilidade. Durante a guerra foi um dos raros hospitais em que não houve um morto de fome. Vocês sabem que houve

50/60.000 mortos de fome, dependendo da região. Era um horror! Há uma tese de que havia uma espécie de extermínio branco, mas não em Saint-Alban. Por quê? Porque lá havia a possibilidade de sair, de ir à montanha para buscar manteiga e coisas assim e também por conta de certas artimanhas, porque os doentes que sofriam de tuberculose tinham direito oficialmente de receber um regime alimentar um pouco melhor. Então se declarava que havia 300 tuberculosos, isso era possível na época, pois não havia esse monte de burocracia de hoje em dia.

É sobre esse pano de fundo que eu cheguei e fiquei lá por dois anos. Bom, depois é toda uma história e, ao final, Tosquelles me disse: “você sabe, dois anos em Saint-Alban equivalem a dez ou quinze em outros lugares!”. Eu diria mesmo que equivalem a vinte anos.

PERCURSO Por que dois anos?

OURY Bom, aí é uma outra história, estamos chegando à questão de por que eu estou na região de Blois. É por causa de Solanes. Como eu disse antes, ele foi para essa região e depois da guerra foi nomeado em Caracas para ser diretor de um hospital lá. Tosquelles, por sua vez, foi nomeado diretor num hospital no México, mas não foi. Ele não estava seguro, em função do seu passado no POUM, pois não era bem visto nem pelos comunistas e nem pelos outros. E também não estava seguro de ser aceito na França como psiquiatra público. Ele tinha essa função, mas não era oficialmente reconhecido. Era necessário primeiramente obter o seu certificado de língua francesa, no que eu o ajudei. Era preciso fazê-lo recitar os nomes dos chefes dos departamentos, decorar todos eles... Depois ele escreveu oficialmente sua tese, uma tese notável sobre Artaud, sobre Nerval e a vivência de fim de mundo e eu corriji a tese, que estava parcialmente escrita em espanhol. Depois ele conseguiu o certificado de medicina, mas tinha razão em ficar desconfiado, pois, embora tenha sido aceito, foi colocado em último lugar. É possível que ele tenha se expressado mal, mas convenhamos! É por isso que ele



ambicionava esse reconhecimento, pois se não fosse aceito publicamente poderia ser reenviado à Espanha, a Franco.

Voltemos a Solanes, que tinha se refugiado perto de Blois, no Loire, e trabalhava na Clínica de Sauméry, que era particular e ficava num castelo do século XVII, perto do castelo de Chambord. Antes da guerra, a chefatura do departamento do Loire-et-Cher ficava em Blois, onde havia um enorme hospital de mais de 1100 leitos que havia sido completamente esvaziado em 1941/42 em função de negociações um pouco estranhas entre os alemães e os médicos que ali estavam. Hoje esse prédio abriga o centro administrativo e também uma escola.

Cheguei a Sauméry para substituir Solanes por um mês, mas, uma vez lá dentro, fui obrigado a ficar. Soube recentemente que me mandaram para lá para ver se era viável trabalhar no setor privado, mas, na época, eles não me falaram. A Clínica de Sauméry era realmente uma instituição privada: havia ali apenas doze doentes e doze leitos para todo um departamento. Inconcebível, se pensarmos numa população de 250 mil habitantes! Havia contratos com outros departamentos para os doentes mais difíceis, mas eu disse: “de qualquer maneira, será necessário aumentar isso!”.

Então trabalhamos. Não vou entrar em detalhes, mas aumentamos para 40 leitos, não mais, pois era necessário fazer algumas obras. Fiquei lá até 1953 – eu conto isso num pequeno livro *II, Donc*⁷ – e, quando vi que não fora dado nenhum encaminhamento para iniciar as tais obras necessárias, decidi ir embora com os doentes, com exceção de sete que não podiam caminhar. Era março de 1953 e nós não tínhamos absolutamente outra clínica para ir, nada!

PERCURSO 30 doentes e vocês dois?

OURY Sim, 33 ou 34 e um pequeno grupo de amigos, camaradas, trabalhadores formados, mas não diplomados, nós pouco nos lixávamos! Encontramos um hotel magnífico, nas margens do Loire, que se chamava Hotel da Praia, e ali co-



*foi então que encontramos,
ao acaso, La Borde, a 15 km de Blois.
Era uma propriedade desocupada,
um castelo, não como aquele
de Sauméry, não era
do século XVII*

locamos os doentes... Então, precisávamos de qualquer maneira achar alguma outra coisa. Na época, em 1953, havia as curas de insulina⁸. Felizmente eu era bem visto pelo presidente da Ordem dos Médicos e para podermos prosseguir com as curas de insulina ele me emprestou uma grande sala, perto do Loire, que era de um obstetra. Após um mês, eu disse para mim mesmo: “o que vamos fazer disso tudo?” Não tinha dinheiro, nada!

Foi então que encontramos, ao acaso, La Borde, a 15 km de Blois. Era uma propriedade desocupada, um castelo, não como aquele de Sauméry, não era do século XVII. Pertencia a uma grande família que tinha se espalhado e nós encontramos um dos proprietários de La Borde que não tinha mais nenhum dinheiro. Ele trabalhava numa empresa de mudanças, não era um senhor de castelo. Ele me disse: “... La Borde tem 19 hectares e um castelo construído que necessita de uma reforma”. Eu logo disse: “Não podemos pagar”, ele retrucou: “nesse caso, 15 milhões”. Não se tratava de milhões atuais, era o franco antigo e para 19 hectares não era caro. Essa é uma das razões pelas quais quando me dizem: “o senhor fundou La Borde”, digo: “não é verdade”. Encontramos La Borde. O que eu encontrei em particular e que foi um impacto para mim é que havia ali em La Borde um cedro que me lembrava um outro cedro, de que eu gostava muito, que ficava em frente à faculdade em Paris, em Jussieu. Eu vi o cedro lá e disse para mim mesmo: “vai ser aqui”. Então





durante 40 anos eu fiz o ambulatório em Blois, um ambulatório de meio período, para atender, digamos assim, a população lumpen, o lumpemproletariado, mais o I.M.P., tudo isso sozinho... Era muito trabalho!

entrei e o proprietário disse: “15 milhões”! Iriamos pagar isso em sete anos e, em contrapartida, se eu não pagasse nesse prazo ele me despejaria.

Em um ano nos demos conta de que havia no parque uma grande quantidade de árvores que não eram tratadas. Era necessário cortá-las para dar ventilação e isso nos rendeu seis milhões! Ao mesmo tempo eu estava sozinho na região do Loire, não havia hospital público, nenhuma outra clínica, com exceção de Sauméry. Mas eu estava só, para toda uma clientela do departamento, mais as consultas e o ambulatório uma vez por semana. Durante 40 anos eu fiz o ambulatório em Blois, um ambulatório de meio período, para atender, digamos assim, a população lumpen, o lumpemproletariado, mais o I.M.P. (Institutos Médico-Pedagógicos), tudo isso sozinho... Era muito trabalho!

7 *Il, Donc*, Paris, Union Générale d’Editions, 1978.

8 Terapia de choque de insulina ou terapia coma insulina foi uma forma de tratamento psiquiátrico, em que os pacientes eram repetidamente injetados com altas doses de insulina, com a finalidade de se produzir comas durante várias semanas. Foi introduzido em 1933, pelo psiquiatra austríaco Manfred Sakel e amplamente utilizado na década de 1940 e 1950, principalmente no tratamento da esquizofrenia, antes das drogas neurolépticas.

Oury afirma que, na época em que usava a cura pela insulina, isso era feito com muito cuidado e atenção. A preocupação de realizá-la numa atmosfera correta – em que se falava com os pacientes, se colocava uma música de fundo, onde havia correspondências – era muito importante para sua eficácia, e nesse sentido se necessitava de uma dose muito menor de insulina para provocar o coma (in D. Reggio; M. Novello, *An Interview with Dr. Jean Oury*, 2004).

PERCURSO O senhor tinha, ao mesmo tempo, um cargo público e La Borde?

OURY Sim, pode-se dizer que era um cargo público. É preciso lembrar que em Sauméry eu era muito mal pago e para ir ao ambulatório, que ficava a 15 km de distância, eu ia de bicicleta – faz bem andar de bicicleta! – e depois de moto. Eu era mal pago a tal ponto que um dia um amigo, George Daumezon, veio me visitar em Sauméry e me disse: “Você tem um trabalho imenso!”, eram sete dias sobre sete, dia e noite, e ele me disse: “Mas, o que você fez?”, ele queria dizer com isso que era um campo de concentração, ele queria dizer “Você cometeu algum crime para aceitar uma coisa dessas?”.

Quando saí de Saint-Alban seria para voltar um mês depois, eu estava completamente tomado por aquilo tudo e continuo até hoje, é terrível! Sempre me mantive ligado a Tosquelles, eu o via regularmente até a sua morte, em 1994. Ele ficou em Saint-Alban até 1960, 62 e depois ele esteve um pouco em Marselha, depois Melun, Agen, depois em Granges-sur-Lot, ele fazia muitas coisas. E depois, quando Franco finalmente morreu, em 1975, ele teve o direito de retomar seu trabalho em Réus, aliás, antes mesmo ele já ia a Réus fazer grupos. Ao longo de anos, nós íamos regularmente a Réus durante a Semana Santa. Esses encontros acabaram se tornando um congresso com seiscentas, mil pessoas, algo assim e isso continuou.

Digo frequentemente de uma maneira caricatural, “eu não gosto do campo, prefiro Paris”, então o que significa isso de me meter no campo assim? É terrível! Eu dizia para mim mesmo que iria partir de Saint-Alban, mas, em contrapartida, como Blois era perto de Paris, eu poderia ir ver Lacan, aquele que eu considerava o mais inteligente de toda essa turma. Impossível! A completa falta de dinheiro, distante para ir de bicicleta... Foi preciso esperar até que eu fosse embora de Sauméry e comesse La Borde e ainda assim foi apenas seis meses depois que pude, enfim, ir vê-lo. Estive em análise com Lacan uma vez por semana durante 27 anos, sou incurável!



Eu frequentava todos os seus cursos e seminários, conheço tudo de cor e considero muito importante, a tal ponto que costumo dizer que Lacan é como o Guia Michelin. Se a gente quer se orientar um pouco em Freud, na psiquiatria, é preciso ler Lacan, é o Guia Michelin! Mas no guia Michelin não encontramos tudo, apenas o essencial e é bem feito. Isso é Lacan e eu continuo lendo-o, o que não impede que existam muitas outras coisas como a Fenomenologia.

PERCURSO O Sr. poderia nos falar a respeito de sua relação com Lacan?

OURY A questão de Lacan é muito complicada. A gente se entendia muito bem. Quando houve a primeira cisão com a IPA, em 1953, no Discurso de Roma⁹, ele havia dito: “Conselho de psicanalista? Faça palavras cruzadas!”. É uma longa história que foi muito importante com a primeira Sociedade Francesa de Psicanálise, que tinha uma revista magnífica e, depois disso, lembrando a história de Espinoza, ele foi excomungado pela IPA, denunciado pelos seus próprios discípulos, Granoff e outros, e fundou, em junho de 1964, a Escola Freudiana. Nesse momento já havia, por motivos diversos, dificuldades com Lévis-Strauss. No entanto, quando lhe fizeram sair de Sainte Anne, foi Lévis-Strauss quem conseguiu que ele desse seus seminários na *École Normale Supérieure*, na rua d’Ulm. Então, e isso é muito parcial de minha parte, ele se deixou seduzir. Encontrou estudantes que tinham tempo para ler e que conheciam muita coisa, mas eram nulos em psiquiatria. Ele foi um pouco seduzido, coisas que acontecem – e por que não citar –, por Jacques Alain Miller e toda essa gente que tinha, no fim das contas, uma ingenuidade política perigosa. Eu costumo dizer que eles faziam a revolução num copo de água suja, desfilando pela rua d’Ulm. O que significava aquela salada? Mesmo Lacan percebeu isso.

Eu me lembro, por exemplo, no congresso de Roma, em novembro de 1974, havia muita gente, Françoise Dolto e companhia, e Lacan fez uma apresentação muitíssimo boa, não muito longa, seguida de um discurso de uma hora e

»
*costumo dizer que um psiquiatra
que não conhece psicanálise
é meio psiquiatra e um psicanalista
que não conhece um pouco
a psiquiatria é duvidoso...*

meia de Jacques Alain Miller. Eu estava ao lado de uma pessoa de quem gosto muito, Pierre Legendre, um jurista extraordinário, e ele me disse: “Sabe, isso que acabamos de escutar, Jacques Alain Miller, eu conheço a retórica, é um discurso funerário”. Nessa mesma noite encontrei Lacan na casa de Jacqueline Risset, uma francesa especialista em Dante que viveu muito tempo em Roma, aonde ele ia frequentemente se refugiar. Lacan chegou num estado extremamente depressivo, arrastava os pés e disse: “A psicanálise já era!”. Isso foi em novembro de 1974 e de início pensei que fosse por causa da sua depressão, mas era verdade.

Sempre achei artificial a separação entre pedagogia, psiquiatria e psicanálise. Costumo dizer que um psiquiatra que não conhece psicanálise é meio psiquiatra e um psicanalista que não conhece um pouco a psiquiatria é duvidoso...

Eu era da Escola Freudiana e estive, inclusive, no júri do passe durante quatro anos. Júri, isso me parecia um pouco bizarro, aliás. Em outubro de 1967, Lacan criou o que ele chamava de Passe e o Cartel. O Passe, idealmente, parecia interessante. Veja, alguém que vem para a análise para tornar-se psicanalista, isso é incurável, deve-se recusá-lo, não se vem à análise para ser psicanalista – mas se, durante a cura, a pessoa quer tornar-se analista, deve dizer isso ao seu analista e este lhe pede para esperar um pouco e é aí que entram os que chamamos passadores. Os candidatos a psicanalistas (passantes) vão ver





um doente, num determinado lugar, a quem alguém perguntou: “Você viu o psiquiatra?” e ele respondeu: “Não, porque ele faz psicoterapia institucional e não vê mais os doentes”.

os passadores, um grupo escolhido, e se pede que a pessoa vá ver cada um deles. Para regular isso é preciso que exista um júri, o que chamamos de júri de aprovação, que diga sim, ele pode ser psicanalista. Fui escolhido, o que não agradou algumas pessoas, para o júri de aprovação onde estavam Lacan, Serge Leclaire e Moustapha Safouan, entre outros. Nós nos encontrávamos uma vez por mês, recebíamos os passadores e me lembro que isso já me pareceu um pouco distorcido. Em determinada situação, vieram falar de passantes que eu conhecia muito bem e o discurso dos passadores era uma absoluta confabulação, a tal ponto, que eu lhes disse: “Estamos voltando à Idade Média com os testemunhos e coisas do gênero! Por que escutar tamanha quantidade de besteiras como essas a respeito de pessoas que eu conheço como a palma da minha mão? Por acaso isso é psicanálise? Pois bem, estou fora!”. Mas nada mudou, eles seguiram e isso se degradou.

9 No primeiro congresso da SFP, que se realizou em Roma em setembro de 1953, Lacan fez uma intervenção, “Função e campo da fala e da linguagem na psicanálise” (ou “Discurso de Roma”), na qual expôs os principais elementos de seu sistema de pensamento. O “Discurso de Roma” foi publicado no primeiro número de *La Psychanalyse*, revista da SFP.

10 Este conceito está publicado em Daumézon G., Koechen, P., *Psychothérapie française institutionnelle contemporaine*, nos Anais Portugueses de Psiquiatria, vol. IV, n. 4, p. 721-312, 1952.

11 A doutrina Jdanov era a linha oficial na estética e na ciência no período stalinista.

O mesmo em relação aos cartéis, que eram notáveis. Uma vez por mês, existem 4 + 1, eles se reúnem, junto a um presidente de sessão, e se perguntam sobre o que cada um leu, é muito estimulante. Mas os cartéis, segundo o que me disseram, também se degeneraram, tornaram-se células maoístas. Eu chego mesmo a me perguntar se não eram feitos resumos dos cartéis para Jacques Alain Miller.

PERCURSO Seria preciso fazer uma psicoterapia institucional na Escola... Poderíamos falar a respeito da psicoterapia institucional?

OURY Eu sempre digo que gostaria de suprimir o termo Psicoterapia Institucional, pois não aguento mais escutá-lo. Porém, me disseram que é tarde demais pois existem revistas, congressos e pessoas trabalhando nisso. Não fui eu nem Tosquelles quem inventou esse termo, e sim Georges Daumézon¹⁰, em 1952, nos Anais Portugueses em Lisboa. Ele é um profissional muito bom e, junto com seu assistente, disse: “O que tentamos modificar num hospital vamos chamar de terapêutico, vamos chamar de Psicoterapia Institucional”. Nós soubemos disso e dissemos sim, por que não? Mas eu me pergunto: a palavra institucional quer dizer o quê? Eu e Tosquelles pesquisamos. Na época havia sido reeditado um grande livro de sociologia de Georges Gurwitsch e encontramos cerca de trinta definições diferentes para a palavra institucional! Mas permanece um risco de se perder em interpretações. Eu me lembro, por exemplo, de um doente, num determinado lugar, a quem alguém perguntou: “Você viu o psiquiatra?” e ele respondeu: “Não, porque ele faz psicoterapia institucional e não vê mais os doentes”.

Enfim, lembro que, em setembro de 1948, eu continuava em Saint-Alban, e a situação ainda não era fácil. Stalin estava vivo, era a época, no plano cultural, do que chamávamos de Linha Jdanov¹¹, que era um absoluto imbecil e se, por exemplo, se falasse de genética ou de psicanálise perto dele, corria-se o risco de ir para um Gulag. Ele dizia que a psicanálise era uma ciência bur-



guesa degenerada. Era muito incômodo, porque existiam pessoas que eram do Partido Comunista na França e que eram exclusivamente psicanalistas (sem serem psiquiatras), como Lebovici, e o que ele poderia fazer? Teria que fazer psicanálise no porão para não ser visto?

Nessa época existia um jornal do PC que se chamava *Action*, dirigido por um cara horrível, Jean Kanapé. Eu me lembro de que em setembro de 1948, um amigo que era do PC e que eu conhecia muito bem, Bonnafé, pediu a Tosquelles que ele escrevesse no jornal *Action*. Quando eu soube disso fiquei furioso e disse a ele: “Você não vai escrever nesse jornal de quinta categoria, nessa porcaria, certo?”, e ele me respondeu: “Para de encrencar o tempo todo, eu não posso fazer diferente”, ou seja, ele queria fazer diferente. Prestem muita atenção, se ele fizesse a mínima coisa eles o reenviariam para a Espanha. Eu entendi isso lendo, há alguns meses, a história completa do POUM. Era horrível, eles estavam numa situação muito frágil ali e, portanto, precisavam dessa proteção e ele precisava escrever aquele artigo para não se indispor com as pessoas do PC. Nessa época já existiam os crimes de eliminação, isso já foi reconhecido, pessoas que matavam quem não seguia na mesma direção deles.

Então eu digo que existe uma dupla alienação. Existe a alienação social e não se pode simplesmente ler os marxólogos sem retomar, exatamente, o que dizia Marx, por exemplo, no Manuscrito de 44. Ao mesmo tempo, é preciso estar muito a par de todas as dimensões políticas.

Não é possível tratar, analisar o hospital se não temos posições como essa, por exemplo, no que diz respeito à hierarquia e à estrutura do estabelecimento, se continuarmos a ser um escritório burocratizado. O burocratismo é anterior a Napoleão, é o que podemos chamar de doença do hospital e está pior do que nunca! É o que Tosquelles já sublinhava como o enclausuramento hierárquico. Cada um fechado dentro de seu consultório e se acusando mutuamente de idiotia, é uma situação que gera conflitos... Foi o que, mais tarde, chamei de paranoia institucional.

»
*não é possível tratar,
analisar o hospital se não temos
posições como essa, por exemplo,
no que diz respeito à hierarquia
e à estrutura do estabelecimento*

Retomando, existe então uma dupla alienação. A alienação social é imensa e profundamente resistente e Tosquelles tinha razão quando dizia que é muito mais forte do que a resistência analítica, no sentido tradicional do termo. Depois existe a alienação transcendental, a alienação da doença mental, a alienação da esquizofrenia, a alienação da depressão que atravessa a geografia e a história, sempre existiram. Talvez não se chamassem esquizofrênicos, mas sempre existiram melancolias, depressões etc. e isso atravessa o tempo, é transcendental e, ao mesmo tempo, transcendental no plano fenomenológico.

PERCURSO Nesse sentido, o senhor poderia desenvolver um pouco a ideia da função Coletivo como máquina de tratamento da alienação?

OURY Escolhi o termo coletivo porque achei que estava sendo usado de forma inadequada. Por exemplo, Bonnafé usa o termo coletivo, mas se trata mais de coletividade. Encontramos isso também, muito detalhadamente, em Sartre, particularmente no livro *A crítica da razão dialética*, mas tampouco é nesse sentido. O Coletivo procura dar conta do que acontece, justamente, nessa dupla articulação entre a alienação social e a alienação transcendental. A dupla articulação é fundamental para mim, a linguagem é uma dupla articulação. Existe o nível dos fonemas e depois a realização fonemática; se não existe dupla articulação, não existe nada.





*o Clube é uma ferramenta,
um operador coletivo para
responsabilizar as pessoas, dar-lhes
iniciativas, promover a relação
com suas famílias, não é um simples
teatro, é simplesmente uma vida
de todo dia, do dia a dia, a vida*

No que diz respeito ao Coletivo, essa articulação se dá entre o que chamamos de Estabelecimento, ou seja, as relações com o Estado – elas existem obrigatoriamente em uma sociedade cada vez mais mercantil, o que inclui os contratos, a estrutura, a hierarquia, a necessidade dos diplomas – e o tecido institucional, que é o que propicia essa raridade chamada vida cotidiana.

Eu fiz um seminário durante um ano sobre a vida cotidiana baseado na fenomenologia, em Erwin Strauss, de quem gosto muito. Ele fala em axiomas da cotidianidade que é, justamente, o que está completamente quebrado na esquizofrenia quando o sujeito se pergunta: “Será que me levanto? Será que não me levanto? Será que visto uma calça? Será que coloco qualquer outra coisa?”

O Clube é uma ferramenta, um operador coletivo para responsabilizar as pessoas, dar-lhes iniciativas, promover a relação com suas famílias, não é um simples teatro, é simplesmente uma vida de todo dia, do dia a dia, a vida. Um hospital no qual não exista a preocupação com essa dupla articulação não chega a ser um hospital e sim uma espécie de clausura e as consequências são visíveis. Hoje em dia, na França e ainda mais na Inglaterra, não há mais reembolso para a psicanálise e nem para a fenomenologia, apenas para o comportamentalismo e para o cognitivismo. Se não existe mais vida cotidiana chegamos às celas, à contenção e às câmeras. Em contrapartida, nos lugares onde houve um pou-

co de Psicoterapia Institucional não existem celas, contenções, câmeras e é possível ver que na vida cotidiana existe certa liberdade de circulação, ou seja, a condição para que possam existir encontros, ao acaso, do contrário não é verdadeiro, não é *Tiquê*. Um verdadeiro encontro não pode ser programado. O caminho se faz ao caminhar, mas se o caminho já está traçado a gente sempre fica no mesmo lugar. O caminho se faz andando e é por acaso que pode haver um encontro, mas não é obrigatório. No fim das contas, a questão é de que não é possível organizar algo que não está previsto. Imprevisível, com a condição de que possamos ir e isso, em geral, não é compreendido. Por exemplo, quando os burocratas dizem que é preciso organizar a vida coletiva do estabelecimento, fazer um Clube, etc. nem vale a pena. Tudo estará previamente definido, não existirá acaso, não existirá surpresa e é isso que conta na existência, sobretudo em relação aos esquizofrênicos, que exista uma mínima retomada da surpresa.

PERCURSO Se pensamos nessa articulação, as coisas podem acontecer na instituição, mas também fora dela. Podemos pensar que a vida cotidiana é uma oportunidade de surpreender essa articulação transcendental/social. Isso porque no Brasil existem experiências na instituição, mas também na rua, na circulação das pessoas em tratamento. O Sr. considera possível pensar num tratamento fora da instituição, retomando essa articulação entre alienação transcendental e alienação social?

OURY Existe um problema na definição dos termos estabelecimento e instituição e isso depende do país. Jacques Cotte, um amigo e uma pessoa extraordinária que já morreu, dizia que na Bélgica era o contrário. Instituição é a relação com o Estado e estabelecimento é isso tudo. Na Itália, por exemplo, Basaglia dizia: “Morte à Instituição!”. Eu lhe disse: “Mas você se engana, é morte ao estabelecimento e não morte à instituição!”. Isso criou coisas terríveis. No Brasil deve ser igual.



PERCURSO O senhor poderia se estender um pouco mais sobre a diferenciação entre estabelecimento e instituição, que o Sr. ressalta em vários de seus textos e também quando fala sobre o Coletivo como função no tratamento das psicoses?

OURY Apesar de minhas reticências em relação a Deleuze e Foucault, quando li o pequeno livro de Deleuze intitulado *Foucault*, publicado em 1988, quatro anos após a morte de Foucault, encontrei ali um desenvolvimento de suas ideias retomadas por Deleuze, que explicava isso: a distinção entre a dialética das formas, das estruturas, e a dialética das forças. O que ele chama de diagramatismo das forças me serviu para projetar algo, digamos assim, nessas dimensões, dizendo: a ordem das formas é o que nós tínhamos chamado de estrutura do estabelecimento. Ao passo que a dialética das forças seria da ordem do institucional, da instituição. Me servi dessa ideia para fazer a distinção entre o estabelecimento e a instituição. Evidentemente isso é um pouco formal, mas parece aplicar-se razoavelmente bem, dado que devemos sempre fazer distinções no trabalho de psicoterapia institucional.

Essa distinção serve para entender que o trabalho de formar, construir uma verdadeira vida cotidiana, que seja eficaz, que não seja algo da ordem do regulamentado, não pode ser feito pelo Estado. O Estado faz um contrato com aquilo que chamamos de estabelecimento, sobretudo em nossa sociedade mercantil, seja com um hospital, uma clínica ou mesmo uma escola, dá na mesma, mas isso é da ordem dos estatutos, da hierarquia, com uma enormidade de coisas tais como o contrato econômico. No final das contas, somos obrigados a levar em consideração o estabelecimento e o Estado, mas o verdadeiro trabalho psicoterapêutico, de singularidade, do inesperado da vida cotidiana, do acaso, não pode ser feito pelo Estado, isso seria um absurdo, ainda que pretendam que seja assim. A lógica da administração está fundada no pensamento de que é possível organizar tudo a partir do Estado, ou de uma estrutura dessa ordem. Nossa posição é de que isso não é possível. Para que a vida cotidiana

»
*o que está em jogo, dentro
de uma dimensão psicoterapêutica,
tanto no plano coletivo quanto
no plano individual, mesmo
em uma simples análise,
é de se chegar a um momento
em que algo acontece ou não*

seja rica, é preciso que exista um campo aleatório e uma possibilidade do que chamamos de certa liberdade de circulação. Isso não é pouca coisa, não se trata de uma errância para a direita e para a esquerda ou ainda que as pessoas não sejam presas, ou trancadas em celas ou alas. A vida cotidiana, como todas as vidas um pouco normais, necessita da existência de encontros, pois é a partir deles que algo pode acontecer e não podemos programá-los, não são da ordem da psicoterapia e é difícil fazer com que os burocratas da lógica da administração compreendam isso. Eles pensam que é possível organizar tudo, inclusive os encontros e até mesmo o acaso.

Ora, o que está em jogo, dentro de uma dimensão psicoterapêutica, tanto no plano coletivo quanto no plano individual, mesmo em uma simples análise, é de se chegar a um momento em que algo acontece ou não; e, se acontece, é da ordem de um verdadeiro encontro. Nesse sentido Lacan, em um dos capítulos do seminário XI, nomeia um circuito, dito, *Authômathon* e *Tiquê*. A *Tiquê* é um termo de Aristóteles, um termo estoico, *Thukanon*, *Tiquê*, e que só pode se articular com o *Ekton* que faz com que exista um objeto possível de encontro. E *Thukanon* é o encontro. Em contrapartida, o que ele chama por *Autômathon* é uma espécie de grade de organização e não é a partir do *Autômathon* que nós vamos ter encontros. Por exemplo, numa análise os efeitos da transferência não podem ser encomendados, como quem diz: “Vamos fazer transferên-





segundo Foucault, para que possa haver uma estrutura, matemática e logicamente falando, é necessária uma superfície complexa e, ao mesmo tempo, a existência de um ponto absolutamente exterior

cia hoje!”. É algo que surge ao acaso. Podemos dizer que a interpretação, inclusive no sentido de Freud, é algo que surge ao acaso. Lacan disse no seminário “De um discurso que não seja do semblante”, de 1971, que a interpretação da transferência desencadeia algo da ordem da verdade, trata-se de um encontro, de um encontro lógico. A interpretação é um encontro lógico que desencadeia, nesse momento, a verdade e não a exatidão. E a verdade não se mede. As pessoas frequentemente confundem verdade e exatidão.

Um dos primeiros passos analíticos é distinguir bem essas duas coisas. Daí o paradoxo, pois, para que possa haver a possibilidade de interpretação – mesmo quando estamos lidando com pacientes psicóticos graves, esquizofrênicos – uma teoria se faz necessária. Necessitamos de uma teorização pessoal, uma caixa de ferramentas e, para adentrar nesse terreno, penso no que Tosquelles chamava de polifonia, investimentos multirreferenciais. É da ordem de uma transferência que é, em si, marcada pela dissociação.

Foi por isso que propus, em 1973, a noção de transferência dissociada. Dissociada no sentido da *spaltung*, para destacar a noção de Bleuler sobre a dissociação e também o que foi desenvolvido depois, particularmente, mas não só por Gisela Pankow. Trata-se de como poder trabalhar num campo aleatório no qual possa haver investimentos inesperados, multirreferenciais – como dizia Tosquelles – numa dimensão polifônica que não pode ser programada, mas que

pode indiretamente se manifestar, se não existirem estruturas que impeçam essa manifestação. O Estabelecimento não pode obter essa dimensão dialética. Nossa questão é como poder criar uma máquina coletiva, um clube – que é uma parte disso – que responsabilize a todos em todos os níveis permitindo que existam efeitos inesperados, efeitos de interpretação.

PERCURSO Poderíamos dizer efeitos de inscrição?
OURY Sim, justamente. Isso antecipa o que iria dizer logo em seguida. Tudo isso só se faz, unicamente, se existe inscrição. E o que significa inscrição? Teríamos que ir além e retomar uma outra lógica, que me parece ainda mais importante, sobre a qual Lacan não se apoiou, que é a lógica triádica de Charles Sanders Peirce, da semiótica. Tenho uma longa ligação com a semiótica, particularmente através do meu amigo Michel Balat, matemático, semiotista e psicanalista, que trabalhou com George Doledal, fundador da Escola de Perpignan. Charles Sanders Pierce morreu em 1914 e ainda não esgotamos tudo que ele escreveu. Retomando a lógica triádica, não vamos entrar muito nisso, mas o segundo fator dessa lógica é o que chamamos de inscrição, o que Michel Balat chama, de uma maneira mais imagética, de função escriba. O escriba sabe o que inscreve, mas não sabe o que já inscreveu e também não sabe o que virá e portanto é uma inscrição neutra. Em contrapartida, se tornará algo significativo unicamente se existir a tríade, isto é, se intervém o que chamamos por interpretante, no plano lógico. O interpretante permite que a inscrição se torne uma escritura ou uma fala. O nosso trabalho é ver, em um sistema onde exista o campo aleatório, o que Foucault chama de dialética das forças. Segundo Foucault, para que possa haver uma estrutura, matemática e logicamente falando – e a palavra estrutura é o mais importante, é necessária uma superfície complexa e, ao mesmo tempo, a existência de um ponto absolutamente exterior, o ponto neutro. Eu tomo frequentemente a imagem do ponto obscuro de Heráclito para pensar a superfície; vejamos, não se



trata ainda de uma estrutura, pois os matemáticos dizem que para que haja uma estrutura é necessário haver uma superfície e um ponto exterior absoluto, o ponto zero absoluto, e Lacan sempre marcou bem que o zero absoluto não é o zero relativo. Só assim existe a possibilidade, nesse momento, de que haja inscrição. A inscrição deve ser inscrita em algum lugar, portanto deve haver uma estrutura, uma Gestalt.

Podemos dizer que possivelmente a função escriba é distribuída entre todos. Há muitos anos chamei de convivência isso que aparece nesse meio, em que há uma coletividade com doentes psicóticos diversos e toda uma população em volta. A convivência não é um nível primordialmente transferencial, mas é a condição para que haja transferência.

Michel Balat diz que isso é a função escriba no plano coletivo. Quando algo acontece, é preciso que permaneça, não explicitamente, e vemos isso muito bem nos pequenos grupos no clube. Eles vivem mais ou menos juntos, muitos mal se conhecem, mas, se acontece algo grave... uma ameaça de suicídio, por exemplo... me lembro de um que faleceu de parada cardíaca no meio da noite e notamos que esse acontecimento desencadeia uma série de afinidades e interesses que não são da ordem da transferência, mas percebemos uma tela de fundo que permite a inscrição. Eu chamei essa tela de fundo de convivência. E por que a convivência? Porque... tem a ver com os gatos... No dicionário convivência é fechar os olhos como um gato, que fecha os olhos, mas vê tudo, faz de conta que dorme.

PERCURSO Será difícil traduzir esse termo, em português convivência tem um caráter de cumplicidade...

OURY É isso mesmo! Uso esse termo para descrever o que acontece ainda que não haja coesão de grupo, no sentido de grupo de terapia, talvez as pessoas nem se conheçam, mas algo está lá, talvez pelo simples fato de estarem no mesmo espaço, por existirem circulação, gestos e responsabilidades pairando no ar. Para mim, a convivência equivale à

e por que a convivência?

Porque... tem a ver com os gatos...

No dicionário convivência é fechar os olhos como um gato, que fecha os olhos, mas vê tudo, faz de conta que dorme

função escriba da semiótica e estou de acordo com Michel Balat quando ele diz que a função escriba no coletivo é o fato de que não é que não exista nada, existe algo que não é visível que faz uma tela, uma página sobre a qual poderão se realizar inscrições e sobre a qual poderão se inscrever relações transferenciais, ainda que mínimas, ou constelações, grupos etc. e, portanto, o fantasma.

Se não há isso, nada se inscreverá e nada poderá ser interpretado, e isso é um posicionamento. Por exemplo, um psicanalista que chegue a um estabelecimento psiquiátrico e que, em nome da neutralidade – o que é uma mitificação – não quer saber nada do que acontece ali e atenda, seja individualmente ou em grupo – é a mesma coisa para as psicoterapias de grupo – um doente ou um grupo de doentes, sem levar em conta a estrutura do estabelecimento, sem levar em conta se existem ou não celas de contenção, ateliês, circulação etc., no meu entender é um perigo que desencadeia reações frequentemente catastróficas, às vezes contra ele mesmo. Me lembro de uma situação de um psicanalista muito bom que foi atender um doente num hospital psiquiátrico perto de Paris durante um ou dois meses. Isso desencadeou uma desorganização do hospital, os enfermeiros entraram em greve para exigir que ele fosse embora, e não era uma resistência à análise! A ingenuidade é, sobretudo, um perigo de desestruturação. Nesse sentido, é preciso colocar tudo o que pudermos em funcionamento, por exemplo, os grupos de discussão que chama-





*quando alguém vem
para uma análise, vem com toda
a sua história, quer ele saiba disso
ou não; em geral ele não sabe
e não saberá jamais, mas o fato é
que ele tem ancestrais e é importante
dar destaque a isso*

mos de constelações onde todas as pessoas que estão ali participam, independentemente de seu estatuto pois, pelo fato de estarem ali, participam da convivência, seja um cozinheiro, jardineiro, enfermeiro, psiquiatra, inútil, esquizofrênico. Eles estão todos ali e, no final das contas, o fato de estarem ali os coloca num mesmo nível. Se não levarmos isso em conta e dissermos: “Pronto, vamos fazer uma reunião aqui para tratar de tal assunto” ou ainda recomendarmos aos colegas que façam isso ou aquilo, ao final de um ano, não aconteceu absolutamente nada, está pior do que nunca. E por quê? Porque se você coloca num mesmo grupo o diretor, um enfermeiro, uma faxineira, um doente, sem antes tratar o problema da hierarquia, dos estatutos etc. é evidente que o enfermeiro, por exemplo, não vai falar na frente de seu chefe, pois esse irá demiti-lo, caso ele diga besteiras. É necessário fazer uma psicoterapia institucional correlativamente a qualquer psicoterapia dentro de um estabelecimento.

Esse raciocínio, fico tentado a dizer, seria mais do que útil para as sociedades de psicanálise, quando vejo a degradação da *École Freudienne*. O próprio Lacan me dizia que não era nem um pouco apto para os grupos.

PERCURSO Há um momento, em seu livro *Coletivo*, que é muito bonito, em que Lacan o questiona, a respeito dos grupos: “mas há um sentido terapêutico nisso?” e o Sr. responde dizendo: “mas por quê? Por acaso análise a dois tem algum sentido?”

OURY Sim, pois temos uma vida um tanto restrita quando encontramos alguém, por exemplo, numa consulta e acreditamos que nos encontramos frente a um, exclusivamente. Por vezes eu digo de maneira um pouco imagética: “Mas, tendo acontecido tanta coisa com os pais, com os avós, não haverá cadeiras suficientes! Faça entrar todo mundo! Estão todos aqui! Vamos, falem!”. Eles estão mortos há 200 anos, o que não muda nada pois é isso que está em questão. Se negligenciamos isso, ele dirá: “Sim, estou chateado, perdi meu trabalho, minha mulher me trai” sendo que o problema é bem mais complicado. Com as psicoses é justamente isso e Freud o dizia bem, inclusive na neurose obsessiva. Eu reli ultimamente as notas de Freud sobre “O Homem dos Ratos” e são magníficas! Enquanto ele atendia o homem dos ratos, tomava notas que são suas reflexões e hesitações, e ele diz que não entendemos nada se não interrogamos as gerações precedentes, todos os mal entendidos que aconteceram no casamento, nas histórias financeiras, econômicas e não sei mais quais, entre o pai, a mãe, o avô. E mesmo Freud diz que, então, o pobre sujeito se vê obrigado a ir ao correio e não sabe por quê! Portanto, se nos limitamos a isso, não entendemos nada!

Essa é a noção filogenética de Freud, não se trata forçosamente da genética e sim da filogenética, o que compreende todas as histórias. Quando alguém vem para uma análise, vem com toda a sua história, quer ele saiba disso ou não; em geral ele não sabe e não saberá jamais, mas o fato é que ele tem ancestrais e é importante dar destaque a isso. Na psicose, isso é manifesto, toda a família está presente. Uma das primeiras intervenções que Gisela Pankow fazia nas análises das psicoses era convocar ou telefonar para a avó, o avô etc. Eu atendo esquizofrênicos todos os dias, aprendo muito, e frequentemente eu digo: “Vamos telefonar para a sua avó”, que tem 94 anos, “vamos telefonar para ela” e isso faz sentido. Não digo que é preciso fazer isso o tempo todo, mas não podemos ficar fechados, acreditando que a neutralidade exige que não saibamos nada do entorno. Costumo



dizer que a neutralidade analítica é um processo permanente, assim como o diagnóstico. O diagnóstico é uma atitude de boa educação. Quando encontramos alguém, não podemos nos enganar de pessoa. É uma idiotice termos a mesma atitude neutra quando encontramos um garoto de cinco anos e um sujeito de 50 anos! Neutralidade é fazer um diagnóstico preciso! Não se pode confundir uma neurose obsessiva com uma histeria, ou com uma paranoia, isso é uma questão de boa educação em relação à especificidade da existência do outro, caso contrário, chegamos a excessos de neutralidade... a neutralidade é uma doença.

PERCURSO O senhor fez uma interessante reflexão baseada num texto de Kohut¹² em que ele menciona o ensaio *Sobre o teatro de marionetes* de Kleist. Qual a importância desse texto para o seu trabalho?

OURY A história da marionete veio de um relato, um escrito de Heinz Kohut. Ele conta, num artigo publicado em 1978, por que se interessou pelo narcisismo originário. O que ele chama originário é o narcisismo primário. Kohut lembrou-se de que quando era pequeno lhe faziam recitar na escola, como na França se faz recitar as Fábulas de La Fontaine, os textos de Heinrich von Kleist. Ele foi um poeta fantástico do final do século XVIII e início do XIX, que trabalhou com Goethe, escreveu esse livro *Sobre o teatro de marionetes* e teve um final de vida trágico, suicidou-se. Então, faziam as crianças recitar este texto na sala de aula e a partir disso ele se interessou pelo narcisismo originário. Retomei *O teatro de marionetes* que eu já tinha lido há tempo, reli e me perguntei o que ele queria dizer.

Vou resumir *O teatro de marionetes*, que é um texto muito bem escrito. A história se passa numa grande cidade alemã e o personagem, von Kleist talvez, vai passear no parque onde existe um teatro de marionetes a fio. E então, perto do teatro de marionetes ele vê, diariamente, um homem que ele reconhece como sendo o maior bailarino, o astro da Ópera, que ali ficava, por horas e horas, apreciando o espetáculo. O personagem pergunta ao

»
eu não estou dizendo que o esquizofrênico é uma marionete, mas vejo, uma ou duas vezes por dia, esquizofrênicos que são muito ocupados e que vêm me ver para falar por cinco minutos, nada mais, e se isso não acontece lhes faz falta

bailarino por que ele observava tanto as marionetes e o dançarino responde: “É terrível porque, veja, no teatro de marionetes, essa pessoa, o tite-reiro, segura os fios entre seus dedos e manobra, com a mão, aquilo que se chama de centro de gravidade da marionete, ou a alma da marionete; ao passo que eu, meu centro de gravidade (apontando para o próprio corpo)... eu nunca terei essa habilidade, essa leveza, essa fragilidade, é perfeito... eu sou um pobre sujeito para realizar os esforços de dançarino estrela”. Alma, como a alma do violino. Eu falei sobre isso em Sainte Anne.

Eu não estou dizendo que o esquizofrênico é uma marionete, mas vejo, uma ou duas vezes por dia, esquizofrênicos que são muito ocupados e que vêm me ver para falar por cinco minutos, nada mais, e se isso não acontece lhes faz falta. Lembro-me de um esquizofrênico trágico, que abandonou toda a sua família, mas que trabalhava bastante e que via muitas pessoas me esperando no escritório. Quando eu abria a porta e nos víamos, ele dizia: “Isso me basta! Por hoje, está bom!”. Sessão curta! É verdade.

PERCURSO E qual seria a função do grupo no tratamento?

OURY Por exemplo, este paciente eu o encontro durante o dia, em um grupo ou em uma refeição, mas não é absolutamente a mesma coisa! É a questão da neutralidade! Não é o mesmo espaço. Dolto me fez uma reflexão dizendo que não é possível realizar uma psicoterapia num estabe-





*partindo do fato de
que uma pessoa é
o entrecruzamento de uma série
de pertencimentos, insisto
na importância de reunir, para um
doente, dez pessoas implicadas
na sua existência cotidiana*

lecimento, ao que eu respondo que depende se o estabelecimento está meio podre!

Um dia, Racamier, psiquiatra notável já falecido, fez uma apresentação em um Congresso de Zurique, em 1957, sobre a experiência de Chesnut Lodge, uma clínica perto de Washington, onde muitas pessoas interessantes trabalharam. Dois psicossociólogos, que estavam lá analisando o que se passava, perceberam que havia dois psicanalistas que se ocupavam do mesmo doente, mas que não se comunicavam. Quanto mais trabalhavam, mais o sujeito ia mal. Eles se perguntavam sobre o que acontecia, uma vez que faziam tudo que devia ser feito. Frente a esse fenômeno, Stanton e Schwartz sugeriram que os dois se encontrassem, não necessariamente para falar daquele paciente, mas para tomarem um café, para brigarem eventualmente, mas, sobretudo, para fazerem algo juntos. Eles se encontraram e algumas horas depois o quadro clínico mudou completamente, o sujeito saiu de seu estado confusional. Apoiado nessa experiência (que apelidei de lei Stanton e Schwartz), mas também em Tosquelles e no que ele chamava de constelações, e partindo do fato de que uma pessoa é o entrecruzamento de uma série de pertencimentos, insisto na importância de reunir, para um doente, dez pessoas implicadas na sua existência cotidiana. Mesmo aquele que parece mais isolado, mais desprovido de laços com

os outros... há sempre pessoas que contam para ele, mesmo que não saibam disso.

Retomando, eu me pergunto, qual seria a função do que Lacan chamava “a função menos um” nisso tudo? Lacan dizia que se não existe a função menos um o grupo se dispersa. O menos um não está no grupo. Poderíamos desenvolver muito mais a função mas temos essa posição com a condição de pensarmos bastante!

Há um caso que conto frequentemente de um doente que estava em um estado assustador de pseudoperversão, incapaz de falar, cheirava mal, desmontava os carros, já tinha passado por vários hospitais e resistia a todo e qualquer tratamento. Uma noite reunimos um grupo de pessoas heterogêneas (termo de Tosquelles): médicos, cozinheiros, psicólogos, enfermeiros, jardineiro, faxineira, pessoas que aceitaram o convite para conversar sobre ele. Com perguntas do tipo: “o que você acha desse sujeito, simpático?” Não havia muitos sim. Você viajaria com ele por uns quinze dias, de férias?”

Muitas caretas como resposta, mas havia uma moça, que acabara de chegar em La Borde, que respondeu que sim, poderia embarcar nessa viagem. Isso puxou outros, e a conversa continuou. No fundo falávamos qualquer coisa, mas estávamos trabalhando algo. No dia seguinte, transformação completa! E o que foi que aconteceu? Essa moça, em sua resposta, ultrapassou o preconceito que se tinha erguido em torno daquele sujeito de uma antipatia coletiva, bastante justificada, é verdade! E assim se reencontrou aquilo que o grupo tinha perdido em relação a ele, isso que eu chamo de convivência. Tudo isso para dizer que para relação analítica muito complexa para um psicótico como esse é preciso que exista uma função que não seja contaminada pelo colegiado da constelação. A função menos um é muito sutil, ela impede a contaminação.

PERCURSO No Brasil muitos dos ecos que recebemos da experiência de La Borde vieram através de Félix Guattari. Sabemos que a longa história de colaboração entre vocês é também marcada

¹² Trata-se do livro H. Kohut, *Reflexões acerca do narcisismo e da fúria narcísica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1971.



por muitas diferenças, no estilo e no pensamento. O Sr. poderia nos falar sobre a sua relação com Guattari?

OURY A gente o chamava de Félix. Eu o conheci, indiretamente, por intermédio do meu irmão Fernand, que era professor em La Garrenne, na periferia de Paris. Quando Félix tinha doze anos, em 1942, durante a guerra, estava na classe de Fernand. Assim que ela terminou, em 1945, houve a organização em pequenas coletividades, particularmente nas fábricas, de comitês de empresas que organizavam a distribuição da comida, que não era suficiente para todos, e que promoviam a boa saúde, organizando gratuitamente o que chamávamos de caravanas. Uma caravana era um grupo de cerca de trinta adolescentes que ia para a montanha por um mês durante o verão, nos Alpes, por exemplo, passar um tempo em vida coletiva.

Fernand organizava isso quando Félix partiu em caravana pela primeira vez. Ele tinha quinze anos e na volta Fernand me disse: “Tinha um sujeito muito curioso, ele usava uma meia vermelha e outra azul e um pulôver em pleno verão, mas era muito inteligente, podemos deixá-lo vir?” Então ele veio e eu o conheci, em 1946, com quinze anos, eu era seis anos mais velho. A gente se via todo domingo para conversar. Ele era versado, sobretudo, em política, recebíamos muitas mensagens, particularmente da Quarta Internacional Trotskista, onde ele era muito forte. Eu tinha muito pouco tempo livre e pensei em aproveitar o conhecimento dele para obter informações importantes para o nosso trabalho.

Félix não queria de forma alguma seguir os estudos, não era seu destino, era sua família que exigia que ele fizesse a Faculdade de Farmácia porque eram fabricantes de chocolate – um negócio enorme que existe até hoje em Montparnasse – e para fazer chocolate é preciso fazer farmácia, talvez para aprender a dosar...

Um dia, eu já estava em Sauméry e Fernand me telefonou perguntando se eu poderia atender Félix, se ele poderia vir à clínica para conversar comigo, porque a sua recusa em fazer Farmácia



*etnólogos de altíssimo nível,
Pierre Clastres, o dos índios,
discípulo de Lévis-Strauss, Michel
Sébag e ainda matemáticos,
filósofos, outros etnólogos, arquitetos
que vinham e trabalhavam em La
Borde! Eles lavavam a louça,
se ocupavam de grupos...*

estava criando uma situação terrível com sua família. Por conta disso, ele passou a vir toda semana e passávamos noites discutindo, mas eu dizia a ele que para discutir era preciso, ao menos, ler um pouco. Preenchi duas páginas com livros para ele ler. Expliquei que era preciso conhecer Lacan, Merleau-Ponty e muitos outros e rapidamente ele leu tudo.

Ao mesmo tempo, eu tinha um trabalho gigantesco de psiquiatria e medicina e então lhe disse – e aí está o contrato perverso: “Eu não tenho tempo suficiente e é importante no trabalho psiquiátrico estar em dia com tudo o que se passa do ponto de vista político, não somente nos detalhes, mas do ponto de vista geral, então, você vai se informar nos grupos e depois você volta com sua cesta de provisões, os acontecimentos políticos e a gente conversa”, e ele fez isso muito bem. Dois anos depois da fundação de La Borde, eu disse a ele que poderia ficar, pois assim seria mais fácil. Félix começou a trabalhar e, ao mesmo tempo, convidava uma quantidade de pessoas fantásticas, excelentes! Etnólogos de altíssimo nível, Pierre Clastres, o dos índios, discípulo de Lévis-Strauss, Michel Sébag e ainda matemáticos, filósofos, outros etnólogos, arquitetos que vinham e trabalhavam em La Borde! Eles lavavam a louça, se ocupavam de grupos, mas, no final, concomitantemente à Guerra da Argélia, passamos a ter refugiados. Frantz Fanon¹³ queria trabalhar conosco, mas julgamos que isso nos traria problemas com a polícia. Porém aceitamos cuidar de





*o poder erótico era qualquer coisa.
Por exemplo, era proibido se apaixonar.
Se você se apaixonasse por uma moça
e ao final de oito dias isso continuasse,
eles enviavam o que eu chamei
de um kamikaze erótico para seduzir
um ou outro e terminar com aquilo,
porque era capitalístico*

Mireille Fanon, uma de suas filhas, dos oito aos vinte anos.

Nesse pano de fundo, eu apresentei Félix a Tosquelles, ele foi a Saint-Alban, eu fingi que ele estava doente para evitar que ele partisse para o exército. Depois eu o fiz entrar no que chamávamos GTPSI (Groupe de Travail de Psychotherapie et Sociotherapie Institutionnelles), um grupo que formamos de 1960 até 1966 com Tosquelles e cerca de trinta psiquiatras. Temos todas as discussões do GTPSI ao longo de seis anos! Um trabalho imenso, onde podemos ver as discussões entre Tosquelles e Félix. Além disso, num dado momento eu não tinha nem mesmo tempo para ir assistir ao seminário de Lacan, até 1956, 1957, e eu enviava Félix.

E então, por volta de 1966, houve uma virada, por diversas razões. A virada aconteceu quando ele começou a falar do que chamava de subjetividade de grupo, desejo do grupo e, para mim, isso cheirava a Jung. Não era o inconsciente coletivo, mas quase. O desejo do grupo era também um esmagamento de tudo o que Lacan trazia. O desejo era qualquer coisa! Ao passo que o desejo, eu sempre repito isso, seja em Freud ou em Lacan, o desejo é inacessível diretamente. É acessível pela transferência e olhe lá! O de-

13 Frantz Fanon (1925-1961), psiquiatra, escritor e ensaísta de ascendência africana. Pensou os temas da descolonização e a psicopatologia da colonização. Suas obras foram inspiradas nos movimentos de libertação anticoloniais por mais de quatro décadas. Trabalhou na Argélia como médico psiquiatra. Sua obra mais conhecida é *Os condenados da terra*.

sejo não é a demanda, não se pega pelo rabo! E ele esmagou isso tudo. Era o poder erótico e isso tomou proporções enormes em 1968, ele se divertiu bastante. Ele estava na linha de frente com todo o bando de 1968 e depois, pouco a pouco, isso se degradou e ele se cercou de um bando de gente que só fazia dizer: “O desejo! abaixo Lacan! abaixo Freud!”. Eu o acusei, inclusive, de ter traído Marx, de retroceder cem anos para trás, de ser marginalista. Quando as grandes lojas, as grandes superfícies foram criadas, existiam escolas disso, o desejo era o nervo central do comércio, uma regressão grave! E nessa linha ele escreveu o *Anti-Édipo* e eu não consegui nem ler, parei depois de três páginas me dizendo: “Não é possível! Um escândalo!” Houve uma série de coisas como essa e com a adesão de uma enormidade de sujeitos nulos!

Eu me lembro, por exemplo, de um episódio em junho de 1968, época em que aconteceram muitas coisas que se originaram do movimento de maio de 1968, e La Borde estava na linha de frente. Pois bem, recebemos em La Borde cerca de 30 estudantes e nos propusemos a falar de Foucault. Eu gostava de Foucault nessa época e eu disse que seria preciso falar, por exemplo, de um dos seus últimos livros, *As palavras e as coisas*. Mas eles falavam de Foucault e ninguém tinha lido nada dele! E eu disse que assim não era possível! Era tudo uma mentira! E eles nem sabiam quem era Lacan! A gente escutava todo mundo dizer: “O Outro! O safado!” E tudo isso orquestrado por Félix, foi muito grave.

O poder erótico era qualquer coisa. Por exemplo, era proibido se apaixonar. Se você se apaixonasse por uma moça e ao final de oito dias isso continuasse, eles enviavam o que eu chamei de um kamikaze erótico para seduzir um ou outro e terminar com aquilo, porque era capitalístico. Este era o termo, era a traição de sei lá o que e isso tomava grandes proporções e continua até hoje! La Borde foi perturbada durante mais de vinte anos!

Nessa época tínhamos 60 estagiários por mês e então eu cortei tudo isso e foi uma revolução



quando eu disse: “Não mais do que quinze!”. Em seguida, é complicado, havia a história com Deleuze, que era super inteligente apesar de ingênuo e, além disso, com uma incapacidade respiratória. Existem textos extraordinários de Deleuze, mas quando ele começou a escrever com Félix era insuportável! Não vou entrar em detalhes mas, entre 1968 e 1978, Tosquelles não podia mais ver Félix. Mais tarde as coisas se restabeleceram e tentamos rever Félix em grupo pequeno. Ao longo de dez anos, toda semana, durante duas horas, com um amigo, um pequeno grupo de quatro se encontrava com Félix. E além disso ele sequer vinha aos meus seminários, jamais! Porque era trair sei lá qual besteira. Eu fazia um seminário em La Borde desde 1971 e escutava, em 1975, todo um grupo em torno dele que dizia: “Você não vai escutar esse velho idiota sábado à noite! Ele faz sua missa!”.

Em 1992, Félix e Deleuze lançaram um livro que se chama *O que é a Filosofia* e ele precisava apresentá-lo em Blois, no anfiteatro, onde havia filósofos, professores de filosofia, e ele me disse: “Então, é você quem vai apresentar o livro”, e eu respondi: “Mas não fui eu que escrevi!”. Ele não quis falar em público e eu falei sobre outras coi-

*havia a história com Deleuze,
que era super inteligente apesar
de ingênuo e, além disso, com uma
incapacidade respiratória. Existem textos
extraordinários de Deleuze,
mas quando ele começou a escrever
com Félix era insuportável!*

sas. Mas, foi engraçado, era abril de 1992, estava havendo uma mudança e ele vinha há alguns meses ao seminário de La Borde semanalmente. A gente inclusive gravou o seminário de 1º de agosto de 1992 que saiu na revista *Chimères* e é notável! As intervenções que ele fez são extraordinárias, muito bem humoradas. E então ele morreu em 29 de agosto, no exato momento em que as coisas se restabeleciam e que podíamos discutir. Foi trágico.

PERCURSO agradecemos muito a sua disponibilidade em conversar conosco.



Cláudio Laks Eizirik
Maria Laurinda Ribeiro de Souza
Marcelo Vinãr Munichor

Psicanálise: entre o mal-estar e o bem-estar

Cláudio Laks Eizirik é psicanalista, professor associado do Departamento de Psiquiatria da UFRGS, membro efetivo da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre e ex-presidente da IPA.

Maria Laurinda Ribeiro de Souza é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e professora do Curso de Psicanálise desse Instituto. Autora, entre outros, dos livros *Mais além do sonhar* (com Ada Morgenstern, Marco Zero, 2003) e *Violência* (Casa do Psicólogo, 2005).

Marcelo Vinãr Munichor é médico, psicanalista, membro efetivo, didata e ex-presidente da Sociedade Psicanalítica do Uruguai, presidente da Fepal e representante da Junta Diretiva da IPA. É autor de vários livros, entre eles *Psicoanalizar hoy – Problemas de articulación teórico clínica* (Montevideo, Trilce, 2002).

Realização Gisela Haddad e Vera Zimmermann

Tornou-se lugar comum apontar as mudanças em todos os setores da cultura na contemporaneidade, o que nos levar a pensar que o espetáculo da vida humana, assim como seus dramas, não para nem se cristaliza em falas e cenografias imutáveis. Cada época histórica apresenta uma forma singular de os indivíduos pensarem, agirem e interpretarem o mundo. Também há um consenso acerca do caráter revolucionário do pensamento freudiano, que provocou um rombo na lógica linear da concepção dualista e determinista do conhecimento científico moderno ao inaugurar um novo modo de cada indivíduo em particular interpretar e enunciar a sua experiência da vida cotidiana. Em cem anos, a psicanálise constituiu-se como um saber a ser explorado e compreendido sob diferentes ângulos por vários setores da cultura, e é possível que seu vigor se mantenha graças a sua descoberta principal, verdadeiro paradoxo da existência humana: a ideia de que o que falamos, fazemos ou lembramos pode ter significados ocultos que fogem à esfera da razão, ou seja, de que em grande parte somos governados por impulsos e inibições cuja força e sentido ultrapassam em muito nossa consciência. Nascida em uma época caracterizada por uma relação verticalizada, sustentada pela hierarquia e obediência, o recalque, o interdito e a lei seriam as condições privilegiadas da constituição do psiquismo e da cultura, e o binômio autoridade/repressão impregnava a subjetividade, funcionando como fonte das principais formas de estruturação e defesas do psíquico. Ao longo deste último século, ao ser questionada, a repressão deixou de ser exigida como disciplina moral e social dos sujeitos, fazendo com que a cultura adquirisse tons mais permissivos. Radicalizou-se a aposta na ca-

173

PERCURSO 44 : p. 173-178 : junho de 2010



pacidade de cada indivíduo em construir soluções e sentidos próprios para a sua existência na expectativa de constituição de um alargamento das experiências humanas, o que acentuou seu desamparo e sua impotência. De uma compreensão do funcionamento psíquico e seus percalços que privilegiava a reconciliação entre o ser e o dever ser passou-se a incluir a criação de algo entre o ser e o poder ser. Mergulhados em um conjunto nem sempre coeso de teorias e práticas clínicas, os psicanalistas vindos de diferentes escolas veem-se convidados a pensar sobre seu lugar na era atual, uma tarefa que pode tomar proporções imensas ao requerer, para além do atendimento clínico aos seus pacientes, reflexões sobre ele, leituras assíduas e atualizadas sobre as produções teóricas da área, análise pessoal sempre renovável, participação em eventos que possam confrontar suas ideias com a de seus pares e principalmente um tempo em que seja possível processar este arsenal, gerando novas perspectivas do pensar e fazer psicanalítico. Ainda que o contato privilegiado – via inconsciente – que cada psicanalista pode obter de sua experiência tanto com as singularidades dos sujeitos quanto com sua inserção na cultura possa ajudá-lo, o exercício desta leitura diferenciada das práticas, discursos, ideologias, sexualidade, ideais, desejos e proibições exige um confronto com suas crenças teóricas e sua percepção de verdade e sentido sobre suas escolhas. Sair da zona desse conforto é passar a habitar um território antes não habitado, ou enfrentar continuamente a inquietação e o estranhamento do novo.

A sessão Debate da Revista Percurso reservou um espaço para que alguns colegas pudessem escrever livremente sobre o tema.

CLÁUDIO LAKS EIZIRIK O texto que coloca a psicanálise entre o bem-estar e mal-estar capta uma dicotomia ou conflito dialético entre duas posições, que marca a psicanálise desde sua criação: entre a pretensão freudiana de que se tornasse uma ciência “séria”, aceitável pela comunidade científica, e sua irrecusável vocação subversiva, entre uma posição relativamente bem-comporta-

com a introdução
de uma nova lógica,
que subverte a conhecida,
a psicanálise coloca a presença
do inconsciente em todas
as manifestações humanas



da e uma inevitável tendência a proclamar que o rei está nu. Com a introdução de uma nova lógica, que subverte a conhecida, a psicanálise coloca a presença do inconsciente em todas as manifestações humanas, mas o texto também destaca a necessidade de os conceitos e compreensões do mundo evoluírem, e enfatiza que os insights freudianos tiveram de ser progressivamente revisados, em princípio pelo próprio criador e, a seguir, até os dias de hoje, pelos sucessivos pensadores psicanalíticos que continuam fazendo dessa disciplina uma obra em construção. Parece muito bem colocada a dicotomia entre o ser e dever ser, e o ser e poder ser. Ao longo das décadas do século passado e na primeira deste século, a cultura contemporânea deslocou-se para diversas formas de expressão em que se destacam as imagens, a falta de limites, uma certa liberação desenfreada da sexualidade, a velocidade e a globalização e rapidez nas comunicações. A repressão não dá mais conta para entender esses novos cenários, e surgem a ênfase na desmentida, e nas diversas expressões pulsionais em que o narcisismo, a perversão e as condições psicossomáticas tomam posição relevante, bem como uma certa sensação de vazio que domina muitas mentes dos novos pacientes que procuram análise em nossos dias.





*muitas das queixas persistentes
no cotidiano de nosso trabalho clínico
presentificam a intensidade
do trabalho psíquico necessário
para se fazer frente à luta incessante
entre a convocação narcísica
da onipotência e o corte infligido
pelas figurações da castração
e pelo temor da solidão.*

Na medida em que a cultura se transforma, também a psicanálise acompanha esses novos desdobramentos, e a clínica de hoje exige do analista uma postura mais aberta, receptiva, não preconceituosa, que lhe permita, em cada campo analítico – como bem o definiu o casal Baranger¹ – criar com seus pacientes formas renovadas de escuta, entendimento e diálogo específico. Dessa forma, a cultura contemporânea coloca em cena novos desafios, tanto na clínica, como na teoria, como ainda na forma de procurar entendê-la. O mal-estar na cultura, portanto, hoje é outro, e nosso desafio diário é ter uma escuta analítica que receba essas novas expressões com um ouvido atento, que permita ao analista não repetir fórmulas, mas se munir da atitude drummondiana : “Oh, vida futura, nós te criaremos”.

MARIA LAURINDA RIBEIRO DE SOUZA O texto proposto suscitou-me, de imediato, duas cenas. Uma em que poderíamos imaginar o mundo contemporâneo como uma grande loja de brinquedos cheia de crianças. Excesso de ofertas, ânsia de apropriação do máximo de objetos possíveis, ilu-

são de que isso seria viável, desejo de eliminar os que concorressem à mesma posse, perder-se num corre-corre ininterrupto, já que o tempo de permanência é limitado. Ao final, insatisfação, cansaço e um olhar nostálgico para o que não pode ser usufruído.

Muitas das queixas persistentes no cotidiano de nosso trabalho clínico (depressões, fadigas, desânimos, impotências, apatias, compulsões) presentificam a intensidade do trabalho psíquico necessário para se fazer frente à luta incessante entre a convocação narcísica da onipotência, do pensamento mágico, das promessas de invencibilidade, e a limitação e o corte infligido pelas figurações da castração e pelo temor da solidão.

A segunda cena surgiu quase como uma oposição a esse mundo frenético. Trata-se da lembrança de um encontro recente com um homem de meia idade, artista extremamente criativo que no decorrer da vida criou um mundo a que poucos têm acesso permitido. Ele cria objetos a partir de materiais de sucata, mas não os comercializa, não os expõe; são seu refúgio secreto, fazem parte de seu corpo. Ele também compõe; é um músico sensível e tem um parceiro a quem admira e, então, em sua companhia, faz algumas aparições públicas. Não fosse pela abertura, convocada por essa parceria, pouco se saberia a seu respeito.

Sua fonte criativa – objetos construídos a partir de materiais descartáveis – introduz uma positividade no efeito nefasto da compulsão canibalista da primeira cena. Seu ocultamento pode ser pensado como uma resistência a ser consumido, a ser transformado em apenas mais um produto. Permanece na contramão da consigna que garante a existência do sujeito contemporâneo: dar-se a ver, aparecer. É por essa recusa a fazer parte dessa mesmidade que ele se reconhece como sujeito. Mas, se tal recolhimento se organizou, para ele, como uma forma protetora de sobrevivência, não o deixou imune ao surgimento da angústia e do fantasma do desamparo.

Essas duas cenas revelam também a multiplicidade de questões escamoteadas no diagnóstico tão ligeiro e tão banalizado dos ditos

¹ W. Baranger; M. Baranger, “La situación analítica como campo dinámico”, in: *Problemas del campo psicoanalítico*. Buenos Aires: Kargieman, 1969.



transtornos bipolares: em nosso tempo ou se está em mania – inserido no registro onde tudo é possível, ou se está em depressão – afastado do mundo, ensimesmado. Nada que uma boa medicação não possa resolver.

Ora, os lugares subjetivos não são dicotômicos; são múltiplos, singulares, têm uma historicidade. Não há espaços permanentes de conforto. O grande desafio é poder constituir-se como um ser de passagem, manter sua moradia aberta à hospitalidade de quem chega e habitar diferentes lugares com disponibilidade para apreender novas maneiras de ser. Mais do que ficar é poder ir e vir, mostrar-se e recolher-se e, se possível, fazer boas parcerias – como a descrita na segunda cena – que possibilitem a saída dos momentos de fechamento narcísico e convoquem para os encontros criativos; para a amizade.

É por essa abertura à hospitalidade sem convite, àquela que Derrida nomeia de hospitalidade pura ou de visita, radicalmente utópica, que o espaço analítico ainda se constitui como um espaço possível para esses encontros. Paradoxalmente, ele nos diz: “Talvez apenas aquele que suporta a experiência da privação da casa possa oferecer hospitalidade”². As instituições de formação deveriam constituir-se como lugares de passagem, lugares de ir e vir, de experiências de liberdade (mesmo que sempre relativa) e não como lugares soberanos de um saber constituído, demandantes da servidão dessubjetivante (sempre à espreita). Essa é uma tarefa interminável, própria para um ofício dito impossível.

MARCELO VINÃR MUNICHOR *Como nos muda um mundo que muda?*

Que efeitos têm as mudanças da cultura nas sensibilidades e a erupção de novos dispositivos tecnológicos na organização de nossa mente e no laço social contemporâneo?

De forma resumida assinalaremos alguns fatos que nos parecem relevantes dos tempos em que vivemos, com mudanças a um ritmo vertiginoso e jamais visto na história humana. A velocidade exponencial das mudanças ao longo do

*a emancipação da mulher
é a mudança mais relevante
do século xx, rompendo milênios
de tradição. E quando um
dos pilares de uma estrutura
é modificado, todo o sistema
precisa ser reformulado*

século xx tem como efeito o que cremos apreender no momento presente, mas a lógica e os desafios da realidade são outros. Minha impressão é que às vezes caminhamos aturdidos em uma direção desconhecida, em um mundo consumista devorador dos recursos do planeta que não são, como se acreditou, inesgotáveis. Tudo isso sob a guarita de um eufemismo: a economia sustentável, que tenta aplacar as necessidades e as luxúrias de uma demografia incontrolável.

Qual o efeito e as consequências do que anuncia o texto precedente para a prática e a reflexão psicanalítica?

Concordo com a afirmação de muitos pensadores contemporâneos para os quais – ao menos no Ocidente – a emancipação da mulher é a mudança mais relevante do século xx, rompendo milênios de tradição. E quando um dos pilares de uma estrutura é modificado, todo o sistema precisa ser reformulado. Fala-se muito sobre a queda da autoridade patriarcal, sobre as alterações das normas e funções familiares e suas consequências nas filiações e seus destinos. De um sujeito assujeitado à ordem da tradição, às referências religiosas e ao Estado, resta “uma construção identitária”, supostamente autoengendradora e autárquica, em que cada um pode





*nada contra os movimentos
de vanguarda e de emancipação,
desde que assumam seu desafio de
criatividade inovadora em vez
de usarem sua novidade
como fetiche para ocultar
seu desassossego identitário*

se propor a “ser o que queira”, como disse José Pedro Barrán.

Como ocorre sempre nos processos históricos (de origem humana), brotam junto as flores, as ervas daninhas e as urtigas, ou seja, no interior deste ímpeto emancipatório e de progresso, produzem-se identidades vicariantes, que, em nome de modernismos vanguardistas, formam particularismos identitários intolerantes à diversidade. As tribos, as religiões sincréticas são efeitos laterais da queda dos grandes relatos que cumpriam a função do Outro das referências, aqueles que, mediante a coerção religiosa e do Estado, legislavam sobre a ordem e a transgressão, sobre a moral permitida e o imoral castigável. Esta ordem da modernidade está em decadência e o Outro do código, outrora poderoso, está hoje fragmentado e vacilante, assim como as leis locais das tribos se erguem contra qualquer ordem instituída.

Nada contra os movimentos de vanguarda e de emancipação, desde que assumam seu desafio de criatividade inovadora em vez de usarem sua novidade como fetiche para ocultar seu desassossego identitário (Derrida), próprio da condição humana, na tentativa de uma completude inal-

cançável como máscara arrogante a ocultar sua fragilidade. A autolegitimação de uma identidade exaltada e o pertencimento mais ou menos intolerante “dos que não sejam como ele” são características por excelência das tribos, que, em sua pretensão vanguardista, caem na lógica dos fundamentalistas mais atávicos, intolerantes com o diferente, subvertendo o traço mais humano do humano, seu pluralismo e diversidade.

Por que a história deixa de ser narrada em sua forma verbal para ser desenhada ou escrita nas peles pelas tatuagens e *piercings* ou pela simbiose com a máquina (os Otakus do Japão, viciados em computador), que por meio da comunicação permanente parece tentar abolir as distâncias de tempo e espaço ou suprimir as alternâncias entre ausências e presenças, tão necessárias para a produção de vida intelectual e erótica?

As grandes cidades, a velocidade dos transportes, a instantaneidade da informação, a descoberta da informática e suas máquinas emblemáticas (computador, televisão e telefone celular) mudam nosso cotidiano e os ritmos de nosso tempo existencial. Os encontros são mais numerosos, mas mais efêmeros. Progresso ou retrocesso na cultura?

A influência do tecnológico na vida moderna assume uma hierarquia e uma relevância jamais vista. Mas, antes de celebrar ou condenar, avaliar como um progresso ou um desastre, importa não se comportar como a avestruz, e sim tratar de pensar o inédito aí implicado, ao investigar os bem-estares e os mal-estares que necessariamente serão produzidos. A aceleração do tempo social induz a interiorização de um tempo existencial também acelerado. Tempo social e temporalidade interna se articulam e devem produzir efeitos diversos e intensos na configuração das subjetividades atuais (Norah nos fala de um presente “superexcitado” e M. Castells de um *timeless time*). Seguir a rapidez de tantas mudanças é trabalhoso, motivo pelo qual preferimos celebrá-las ou condená-las antes de compreendê-las. Uma tarefa para um etnólogo ou um semiólogo para esclarecer os códigos e as chaves do conhe-



cimento psicanalítico. Não para utilizar a descoberta freudiana como escora ou porto seguro, mas para identificar-se com o espírito explorador e estilista de seu fundador que não se furtou em se aproximar de terras incógnitas; não somente dessa organização misteriosa que chamamos inconsciente, mas de desafios antes impensáveis que nos lançam nesses novos tempos.

A condição de seres pensantes em transformações civilizatórias está longe de abarcar toda a humanidade. Muito próximos de nós estão os párias e excluídos do sistema que sobrevivem ao presente com o desafio diário e permanente de buscar o que comer, o que fazer, como habitar um tempo vazio, deserto e sem vínculos. Os modos contemporâneos de produção material e produção simbólica (vide *Vidas Desperdiçadas*, de Zygmunt Bauman) fazem com que aumente de forma excessiva o número de seres sem destino, e

o desenlace desta progressão será violento. Ou já é, se tomarmos a complexidade e a precariedade das favelas. No século XIX, os pobres e excedentes europeus povoaram esta terra americana que hoje chamamos de nossa. Não há mais continentes a povoar e a demografia em expansão ameaça as reservas planetárias de produtos essenciais. As guerras do terceiro milênio serão por água e petróleo, diz o Pentágono. No “impensável” da velocidade consumista, vejo o mal-estar da civilização do século XXI na vertigem de um fazer sem um descanso reflexivo, na saturação de um acontecer superabundante, que expulsa do psíquico o conflito, a angústia e o sintoma, e coloca no corpo ou na atuação auto ou heterodestrutiva.

Ser freudiano hoje, como sempre é restituir o sintoma ao espaço da palavra e devolver sua espessura ao foro interior do psiquismo, que se esvazia em nossa vida acelerada.

Percurso 43 ERRATA

Apesar do nosso empenho no sentido de os evitar, alguns erros acabam se infiltrando nas páginas de Percurso. No número 43, foram detectados os seguintes, pelos quais pedimos desculpas às pessoas em questão:

- o endereço correto de Lourdes Caleiro Costa é: av. Paulista, 509, cj. 5, CEP 013100-000, São Paulo SP.
- o nome da tradutora da entrevista com Marta Ambertim é Stella Maris Chebli.
- Adela Stoppel de Gueller, coautora do artigo “Quando não se pode mais esquecer”, não é membro do Departamento de Psicanálise, e sim do Departamento de Psicanálise da Criança do Instituto Sedes Sapientiae.



A vivacidade da adolescência

Renata Udler Cromberg

Resenha de Tiago Corbisier Matheus,
Adolescência: história e política do conceito na psicanálise, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2007, 356 p.

O discurso adolescente se apresenta como lugar de inquietação, a partir do qual é possível manter vivo o sujeito, que depende de alguma irreverência para encontrar o jogo da sua palavra (p. 47).
[Tiago Corbisier Matheus]

A mente inquieta de Tiago Corbisier Matheus não o levou a escrever mais um livro sobre a adolescência, e sim a utilizar a *adolescência* como analisador da ideologia do indivíduo emergente na modernidade e na contemporaneidade. Faz-nos, com ele, seguir a posituação, ao máximo, da inconformidade do discurso adolescente frente ao estabelecido, para apresentar toda a tensão que os discursos sobre o adolescente trazem, seja na história, na política ou na psicanálise. Lúcida inconformidade do autor, em teimar em não excluir as relações entre psicanálise e história e psicanálise e política, convocando uma gama enorme de autores dos séculos xx e xxi, para este trabalho de tecitura do campo de saberes envolvidos. Convoca o leitor para conservar algo do adolescente sempre vivo, em sua curiosidade tensa e isenta em relação ao mundo e a si mesmo. É aí que inova.

Renata Udler Cromberg é membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e doutora pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Autora dos livros *Paranoia* e *Cena incestuosa* e de vários ensaios, artigos e resenhas.

A posição de compromisso do autor com o discurso adolescente fica claramente enunciada quando ele problematiza o temor que paira sobre cada adolescente, ao buscar realizar “um gesto ou sinal heroico, como algo único que o singulariza e lhe confere, contraditoriamente, o estatuto de semelhante” (p. 295). Se não seria a própria ambivalência da expectativa um dos componentes da esperada crise adolescente. Mantendo, em princípio, seu compromisso com a escuta da singularidade do sujeito, a psicanálise, nesta situação, ainda teria que se haver com a dimensão política ou dar-se conta de um *risco*, o “do preço a ser pago pela defesa da ética do desejo, quando esta é descolada da dimensão política da escuta psicanalítica: distanciamento e suspeita frente ao que diz respeito ao coletivo e ao que lhe diz respeito” (p. 295). Por outro lado, não lhe caberia restringir o campo da política à facticidade do momento adolescente, necessário para a enunciação do sujeito enquanto tal, o que a faria situar-se numa posição questionável, a tornar-se “cúmplice do silêncio frente ao coletivo e ao domínio público” (p. 295).

Logo na introdução, aparecem as perguntas que guiarão o autor: quais as várias posições dos saberes sobre a adolescência e quais os usos desses saberes.

A questão política parece ser o recorte capaz de pôr em foco os vários campos de força que de algum modo se entrecruzam: primeiro, ao manter pulsante a tensão entre o instituído e o discurso adolescente. Segundo, porque as próprias teorias são fruto de diferentes embates teórico-clínicos e, em terceiro lugar, porque a política parece ser o recorte de uma dimensão abafada que incide sobre o próprio objeto privilegiado da psicanálise, o corpo em sua dimensão sexual. Corpo que se mantém como enigma quando se pensa a adolescência em sua relação incerta com o advento da puberdade. Corpo que vive os efeitos das marcas que sobre ele se inscrevem, o universo simbólico e suas imagens marcando os corpos que a ele se oferecem. “A política, então, está lá, registrada nos próprios corpos e com eles se mantém pulsante” (p. 16).



Matheus propõe-se então uma verdadeira passagem adolescente, “um caminho empreendido a fim de estabelecer um campo de diálogo entre o discurso psicanalítico e outras áreas afins, lembrando que a psicanálise é um saber que colabora significativamente com a questão adolescente” (p. 16). Mas entende que isto não basta e que é preciso que a psicanálise se mantenha “disponível à escuta daquilo que vem de outras margens, de algo que nela pode ser silenciado, mantendo viva a interrogação do que pode parecer consolidado” (p. 16).

Assim, fiel aos seus propósitos, o autor vai nos contar, à guisa de introdução ainda, sobre o uso do termo adolescente desde a idade Antiga até a idade contemporânea: do *efebo* da Grécia antiga, objeto da Paideia, que visava à formação e ao aprimoramento do comportamento global de cada jovem a fim de cultivar valores praticados pelas dimensões inseparáveis entre si do individual e do coletivo, passando pela *adulescentia* de Roma, etapa marcada pela submissão a uma rígida hierarquia familiar e social, depois a *juventude* da Idade Média, uma experiência ambivalente, de recriminação, mas também de festividade. Somos conduzidos ao nascimento do estado moderno, onde adolescência e juventude ganham um status mais discriminado, e lembrados de que, a partir de Rousseau, a adolescência é considerada especificamente um momento de *crise* decisiva na constituição do *indivíduo*.

Matheus recupera trabalhos clássicos como de Stanley Hall, Philippe Ariès e o famoso livro de Maria Alice Foracchi, *A juventude na sociedade moderna*, para mostrar de que modo a noção de *crise* vai ganhando um lugar central: crise subjetiva, crise do sistema, crise de socialização, descontinuidade entre o sistema educacional e o mercado de trabalho. Em todas essas formulações, havia um esforço para articular o contexto histórico e social com a experimentação juvenil. É assim que esta obra também se inscreve no compromisso entre a realidade e a reflexão e pretende compreender a formação da chamada crise da adolescência, que se consolidou no século

xx, e problematizar o conceito tal como foi e tem sido abordado pela psicanálise. É a partir de um resgate historiográfico que o autor tem por objetivo pensar a adolescência tal como se configura na contemporaneidade, como experiência individualizada, “na qual cada um se vê frente à demanda de estabelecer um caminho próprio diante dos impasses que neste momento de passagem surgem para o sujeito aí implicado, em função do modo de organização social que se estruturou na modernidade” (p. 44). Para isto, ele utiliza como instrumental fundamental o conceito de ideologia de Zizek, que lhe permite manter vivo o espírito crítico e analítico. Ideologia não como falsa consciência, mas que, coerente com o referencial conceitual, mostra-nos que nenhuma posição é isenta de ideologia. Possibilita-nos pensar nos diferentes momentos de constituição da ideologia, “quando a naturalização dos conceitos e a institucionalização de práticas e discursos se entrelaçam produzindo realidades que, como tais, são vividas como algo dado e inevitável” (p. 45). É assim que Matheus cria seu ponto de âncora, semelhante ao ponto de sustentação que encontra na realidade social: “a ideologia do indivíduo, que é o fundamento dos diferentes campos simbólicos que se constituem a partir da modernidade, encontra na noção e advento da crise adolescente – subjetiva, individual e necessária – um suporte indispensável para sua efetivação” (p. 46).

O autor pode então traçar o roteiro de sua passagem pelos mares da adolescência. A primeira região de pesquisa é em torno da âncora: os fundamentos da crise da adolescência a partir da discussão sobre a ideologia do indivíduo. A segunda região pesquisa as concepções da adolescência nas principais vertentes da psicanálise de modo a confrontá-las, destacando as suas diferenças e as implicações resultantes. E, finalmente, a terceira região reúne as pesquisas anteriores para refletir, a partir do tema da adolescência, sobre os dois pontos de tensão que se mantêm pulsantes entre a psicanálise e as outras áreas de ciências humanas, em especial as perspectivas histórica e política.





Fundamentos da crise da adolescência e ideologia do indivíduo

Se a adolescência é o momento em que o tempo faz uma reviravolta e se abre e a noção do que é realidade se transtorna, o texto, nesta parte, faz o mesmo com o leitor que segue seu movimento. Se Freud fez emergir a noção de realidade psíquica diferente da realidade material, Lacan fez emergir a noção de Real, diferente de realidade material e simbólica. Se Lacan entra como leitor de Freud diferenciando-se deste, Žizek entra aqui seguindo as pegadas de Lacan, mas dele se diferenciando por afirmar a perspectiva política de seu próprio trabalho, construindo um diálogo entre psicanálise e marxismo para pensar “a tensão que subsiste entre o sujeito psíquico em sua perspectiva singular e inconsciente e a realidade social à qual se reporta, tal como esta veio a se configurar na modernidade, a partir do advento do capitalismo” (p. 56).

Žizek, leitor de Lacan – que resgata a análise da fantasia, do lado da psicanálise, e do fetichismo da mercadoria, do lado do marxismo – reafirma a desconstrução das dicotomias entre realidade e representação, mundo externo e subjetividade, individual e coletivo. Pois há sempre uma realidade socialmente estabelecida a partir da alienação necessária ao funcionamento do sistema capitalista. Ideologia é para ele não uma falsa consciência, mas a fantasia compartilhada da qual depende a realidade social, realidade compartilhada que estrutura as relações sociais reais e efetivas, para mascarar um insuportável núcleo real impossível, que não pode conquistar inscrição simbólica. Matheus toma a ideologia como seu eixo crítico, tal como Žizek, e o traz para a questão da adolescência, apontando que tanto o conceito como a experiência subjetiva são momentos específicos da ocorrência de uma mesma realidade: “Nas diferentes produções teóricas que tentam elucidar o estranhamento vivido pelos sujeitos adolescentes, ecoa o silêncio do antagonismo insuportável, negação ou renegação da inscrição política que fundamenta o descentramento do sujeito psíquico” (p. 76).

Para além deste velamento inevitável que a ideologia constitui, a alienação ganha outras proporções quando o simbólico é aprisionado em um todo fechado, impedindo que o real pulsante possa fecundar o simbólico a partir de sua indeterminação radical.

É ao sair do longo mergulho no pensamento de Žizek que o autor afirma sua posição. Para ele, é “em favor das possibilidades que representam o real, que se anuncia com a adolescência, que se mostra necessário o exercício crítico do discurso sobre a adolescência, sempre no intuito de manter em aberto o campo simbólico que em torno desta se estabelece” (p. 76). Assim, a crise adolescente, em diferentes versões teóricas, apesar da propriedade de seu conteúdo específico, teria passado por uma naturalização da ordem simbólica, servindo como instrumento de poder. Para o autor, “a crise adolescente ocupa um lugar específico na ideologia que estrutura a organização social na modernidade: é um derivado necessário de seu fundamento primeiro, a saber, a noção de indivíduo” (p. 78).

Num segundo longo mergulho em obras de vários autores ligados à política, à sociologia e à filosofia política, o autor vai em busca da constituição do indivíduo como significante primeiro na modernidade. Matheus emerge com uma reflexão simultânea a respeito da crise subjetiva que vive o adolescente e do conceito de crise da adolescência. O trajeto que se anuncia para o sujeito adolescente prevê uma crise subjetiva, como exercício de uma interioridade própria, expressão do desamparo que sua condição (imaginária) de autonomia exige, como condição para a conquista do status de indivíduo, pois esta é a referência do mundo adulto a que almeja pertencer, tal como o ideário da modernidade que preconiza a liberdade e autodeterminação prevê.

A ideia de crise da adolescência encontra-se diretamente atrelada à ideologia do indivíduo, como condição mesma de sua realização. Ela traduz um traço relevante da organização social que se difundiu na modernidade, em função da estrutura capitalista de produção e consumo





globalizada. O conceito de crise da adolescência é produto de uma história e de uma política que nele se inscrevem e silenciam, mas que estão presentes e ultrapassam o universo psíquico na individualização de processos. Torna-se instrumento político, dependendo do sentido que lhe é atribuído e do uso que dele é feito, nas diferentes práticas institucionais, sejam elas médicas, pedagógicas ou mesmo clínicas. A crise é um sintoma para aquilo que resta, para cada um, da desmedida que sustenta a lógica mercantil e da ausência de sentido da lei que fundamenta a ordem social vigente. Num último mergulho histórico, que finaliza esta fundamental primeira parte do livro, Matheus traça o trajeto da emergência da adolescência em crise no século xx.

Psicanálise, puberdade e adolescência

Na psicanálise, é predominante a referência à adolescência como crise necessária, a ser vivida, elaborada ou superada, nos mais variados entendimentos da natureza e determinação desta crise, que os autores de diferentes nacionalidades e escolas propõem. Matheus começa fazendo um longo percurso pela referência freudiana. Em 1905, nos *Três ensaios para uma teoria sexual*, a puberdade é apresentada como o momento de definição da vida sexual, caracterizado pelo primado das zonas genitais, pela efetivação da escolha objetual a partir da reedição das marcas infantis. Ela é caracterizada como o momento de definição entre uma conformação normal ou patológica da vida sexual de acordo com a complexa equação dos fatores responsáveis pela constituição definitiva do aparelho psíquico. Com a desistência das fantasias incestuosas, ocorre o desligamento da autoridade dos pais, uma das conquistas psíquicas das mais importantes e dolorosas do período da puberdade. Depois de fazer uma profunda e didática reflexão sobre o conceito de pulsão, o autor aponta o modo pelo qual Freud inscreve a metamorfose da puberdade numa encruzilhada:

“é tanto o momento em que o impulso orgânico volta a marcar presença, pela maturação previamente determinada, quanto o momento segundo da experiência sexual, que não se prende ao biológico, tendo em vista a capacidade de o anímico interferir também nas funções orgânicas e se impor como determinante” (p. 143).

Um dos pontos culminantes dessa trajetória realizada pelo autor é atingido quando, após ter destacado o *a posteriori*, tempo de configuração do psiquismo e da sexualidade em dois momentos, ele aponta um segundo momento da sexualidade distinto daquele em que predomina a lógica fálica, a partir dos textos de Freud sobre a sexualidade feminina. Aponta o período da puberdade como a possibilidade de emergência de uma outra sexualidade, em função da descoberta de um órgão que se apresenta como cavidade, sugerindo a presença de uma interioridade que anuncia a dimensão enigmática da sexualidade humana. A partir daí, o leitor é posto diante de uma conclusão da mais alta importância: “A própria condição enigmática da sexualidade feminina seria, portanto, a descoberta a ser feita no segundo momento da vida sexual dos seres humanos, quando a ilusão da lógica fálica mostra sua fragilidade e fica entreaberta a porta para o caminhar múltiplo e indeterminado que fundamenta a condição humana” (p. 154).

Finalizando o percurso freudiano, o autor destaca que, se no princípio a questão da puberdade estava marcada por um determinismo endógeno finalista, a exposição do complexo de Édipo, a partir do jogo identificatório e da questão da castração privilegiarão a perspectiva simbólica. Fatores corporais e experiências traumáticas se complementam com base no entendimento freudiano das séries complementares que compõem a predisposição e o accidental. No entanto, a partir da formulação final de Freud em torno do desamparo, que permeia a missão de cada um de se desprender do universo familiar, o segundo momento da sexualidade “é pautado por esse movimento paradoxal, de resignificação da singularidade do sujeito, mas também amar-



ração do tecido social; configuração da diferença, produção da série que compõe um conjunto; promoção de um ideário que ilude e impulsiona, mas que opera no vácuo do desamparo inevitável e no velamento das hostilidades que permanecem pulsantes nos laços sociais” (p. 164).

Ainda nesta segunda parte, acompanhamos mais um longo trajeto, este, através da concepção dos mais variados pensamentos psicanalíticos sobre a adolescência e sua crise. Na década de cinquenta do século xx, Anna Freud comparece com a ideia de uma adolescência normalmente patológica e Erikson traz a ideia da adolescência como crise de identidade. Aberastury e Knobel, herdeiros da corrente inglesa, falam da síndrome normal da adolescência. Os representantes da *Self Psychology* trazem uma concepção adaptativa e organicista da adolescência, voltada à busca de uma síntese e coesão. Já Lacan, ao contrário, traz a impossível síntese da psicanálise da adolescência, rompendo com a perspectiva desenvolvimentista e organicista que formava o consenso em torno da questão da adolescência. Num breve mas inspirado estudo de sua obra, o autor mostra como a entrada em cena de Lacan traz para a adolescência a divergência e a discussão das concepções prevaletentes em psicanálise sobre o assunto. Para ele, “a adolescência, na modernidade, representa a experiência de um sacrifício a ser teatralmente vivido pelo indivíduo, no silêncio de sua singularidade, frente aos espectadores que o assistem, quando depara com as injunções de poder (saber desigual) que fundamentam a lei injusta e sem sentido da ordem social” (p. 214). Já os lacanianos Rassial, Melman, Lesourd, Rufino e outros são trazidos na esteira de Lacan numa concepção da adolescência como o trabalho psíquico exigido por este golpe, supondo a operação simbólica de reinscrever o Nome do Pai (a interdição da função paterna) no psiquismo e, a seguir, inventar novos Nomes do Pai. Há a ênfase, também para além da função paterna, no encontro com o feminino que vem romper o modelo infantil fálico, já que a puberdade é a irrupção do Real da carne, por meio da irrupção do

sexual genital. Aponta-se o luto a ser vivido neste momento, que deixaria um traço melancólico no percurso adolescente e sua crise narcísica, de identidade e de valores.

Psicanálise, história e política

Tal como o adolescente que se tensiona entre as transformações psíquicas de que tem que dar conta e o conhecimento do mundo em que será levado a tomar uma posição, o autor retorna então ao campo, também tenso, que existe entre a psicanálise, que defende a importância da singularidade psíquica, e os outros saberes das ciências humanas, que falam do homem privilegiando a perspectiva coletiva. Após explorar ao máximo essa tensão, sobretudo em Freud e Lacan, Matheus traz o importante pensamento de Leon Rozitchner que se apoia na referência marxista para resgatar a perspectiva histórica e propor a autocrítica da psicanálise: haveria uma articulação necessária entre o psíquico e a estrutura social, conforme a crescente complexidade dos processos de dominação. Algumas vertentes da psicanálise promoveriam uma atomização do indivíduo em função do ocultamento da história dos processos de dominação. Matheus amplia esta colocação: esta atomização é fruto da *ideologia do indivíduo*. Põe em destaque sua ideia de que a questão adolescente traz de maneira especial a tensão entre psicanálise e história. Analisa o mito do ritual de passagem nas sociedades primitivas e o seu enfraquecimento, ou perversão, na passagem adolescente nas sociedades contemporâneas. Termina seu instigante livro, dissertando, com brilho, sobre as relações entre política, psicanálise e adolescência, retomando as seis principais vertentes psicanalíticas que havia apontado. Conclui, de maneira contundente, sem se furtar a um posicionamento crítico. Para ele, a escuta psicanalítica prática, inevitavelmente, uma política, de acordo com os recursos de que dispõe e nos quais se fundamenta. Quando ela reduz a crise do sujeito à adolescência, enquanto momento de passagem por ser superado, silencia a crise



que acompanha o sujeito humano na modernidade, denega a condição política que marca, do princípio, a constituição do sujeito.

A clínica da adolescência é um dos momentos em que a problemática da travessia da angústia que marca a invasão por um real insuportável se faz presente, “seja pela abertura que oferece como momento decisivo no modo como a estrutura psíquica se estabelece, seja pela convergência de preocupações que ocorre atualmente em torno das imagens adolescentes” (p. 316).

À maneira de um adendo, o autor introduz casos clínicos na parte que ele, sugestivamente, chamou de “Para não dizer que não falei da clínica”, alusão à famosa canção de protesto de 1968, de Geraldo Vandré, “Para não dizer que não falei das flores”, cujo refrão é

“Vem, vamos embora que esperar não é saber, quem sabe faz a hora não espera acontecer”.

Que, com a leitura deste livro, o leitor possa aprender e, antes de mais nada, ressignificar sua própria adolescência.



Para além dos consultórios

Flávio Carvalho Ferraz

Resenha de Bernardo Tanis & Magda Guimarães Khouri (orgs.), *A psicanálise na trama das cidades*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2009, 447 p.

O livro organizado por Bernardo Tanis e Magda Guimarães Khouri é o resultado de um trabalho desenvolvido por dois anos, sob a iniciativa conjunta da Diretoria de Comunidade e Cultura da Federação de Psicanálise Latino-Americana (FEPAL) e da Diretoria de Cultura e Comunidade da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. Os textos selecionados para a coletânea provêm de um simpósio latino-americano realizado em São Paulo em 2008, do qual participaram analistas do Brasil, da Argentina, do Peru e do México. Outra fonte de textos foram quatro encontros denominados “Café Cultural”, promovidos pela Comissão de Eventos Culturais da SBPSP, que reuniu pensadores situados fora do campo estritamente psicanalítico.

A partir dos textos originados desses eventos, os organizadores produziram um livro mesclado pelas contribuições de analistas e de não analistas, brasileiros e de outros países latino-americanos, cujo foco converge, *grosso modo*, para o exame das relações possíveis entre a psicanálise e a cidade, mais precisamente, sobre as metrópoles latino-americanas da atualidade.

Flávio Carvalho Ferraz é membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e livre-docente pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Aberto então este leque de abordagens tão distintas, o que resulta para o leitor é um livro que pode ser percebido como um rico diálogo heterodoxo. Não só existem pontos de vista que se diferenciam pelo lugar de onde cada autor escreve – o jornalismo, a crítica de arte, o cinema, a arquitetura, o urbanismo, a história das cidades – como também coexistem leituras psicanalíticas bastante diferentes. E que se diferenciam não só pelo tipo de abordagem do problema das relações entre psiquismo e cidade, mas também pelo posicionamento político-ideológico que sutilmente sustenta o discurso psicanalítico de cada um dos autores psicanalistas. Alguns, naturalmente, mais avançados que outros, o que não deixa de ser natural.

Alguns dos capítulos são trabalhos de cunho teórico, que buscam fazer um diálogo entre a psicanálise e as teorias contemporâneas do sujeito imerso na metrópole, com todas as consequências psíquicas que podem advir de tal condição. São textos, pode-se dizer, preocupados com a subjetividade contemporânea, que enfatizam as dificuldades e restrições impostas pelo espaço urbano, mas que falam também da criatividade, das iniciativas e das transformações de cunho psíquico que se processam em um ser humano constantemente em adaptação.

Outros capítulos se ligam mais diretamente à clínica social. Neles encontramos reflexões e relatos acerca da incidência da metrópole sobre o psiquismo, a partir do que os autores procuram deduzir dispositivos clínicos mais adequados. São trabalhos que vêm sendo desenvolvidos em instituições e grupos sociais, voltados ao sujeito urbano contemporâneo. Tais trabalhos constituem uma verdadeira saída da psicanálise do consultório para ir ao encontro de demandas sociais que, de outro modo, estariam excluídas dos benefícios que ela poderia lhes oferecer.

Ainda um terceiro grupo de trabalhos seria aquele composto por artigos de autores não psicanalistas, que, ao que se depreende, foram convidados a fornecer aos analistas subsídios de outros campos do saber que pudessem acrescentar, para o analista, informações e reflexões que lhe



permitam ampliar seu horizonte sobre a complexa problemática das grandes cidades hoje em dia. Nesse conjunto encontramos verdadeiras aulas para aquele que dispõe primordialmente da ciência psicanalítica. A visão urbanística do homem na cidade atual, os imperativos ideológicos que se escondem por trás das formas como as cidades foram se construindo através dos tempos, a concepção de relação entre as pessoas que subjaz a cada projeto urbanístico etc. têm muito a acrescentar à visão psicanalítica. Sem tais subsídios, o analista poderia arriscar-se a deduzir, com o seu instrumento, fenômenos cujos determinantes fundamentais se desvelam prioritariamente a partir de dados outros que não aqueles provenientes da escuta estrita da subjetividade.

Vale ressaltar, a respeito da coletânea, aquilo que subjaz a uma iniciativa como tal. O livro é o testemunho de nova e bem-vinda postura que viceja entre certo segmento dos psicanalistas contemporâneos, que implica a tarefa de buscar um esteio epistemológico sólido, que se traduz pela busca de subsídios extra-analíticos com vista a retirar a psicanálise do “ensimesmamento” que grassou no campo por tanto tempo. O saber psicanalítico não é estanque, devendo alimentar-se também de dados advindos de sua circunvizinhança. O exemplo mais patético do fechamento se dá quando assistimos, por exemplo, a tentativas de explicação de fenômenos sociais, culturais, políticos etc. que se limitam ao referencial teórico da psicanálise. Os que assim fazem julgam ser a psicanálise uma espécie de “ciências das ciências”, isto é, o discurso que tudo desvenda e, portanto, pode ter a última palavra. O tom de fundo do livro, é claro, não segue por este caminho; ao contrário, faz-lhe um salutar contraponto.

O princípio de fundo que, pode-se dizer, confere organicidade ao livro, é enunciado por

Bernardo Tanis no belo texto inicial – “Cidade e subjetividade” – que traz, digamos, um “programa” a ser cumprido. Trata-se da enunciação da necessidade de os psicanalistas participarem do debate sobre a “configuração espaço-temporal que habitamos e nos habita”, como propõem os organizadores. Tanis recorre a uma citação de Renato Mezan que bem sintetiza a posição intelectual que sustenta a empreitada: os fatores que engendram um certo modo de organização psíquica são de natureza extraindividuais.

Trazendo esta constatação, com suas devidas consequências, para o domínio do psicanalista, Tanis assim sintetiza o propósito da tarefa: “Como psicanalistas, sabemos que nossa práxis envolve o campo da pulsão e da representação. Somente a partir de uma linguagem encarnada, que ao mesmo tempo mascara e revela, encontramos as condições que possibilitam a criação de novos sentidos, da transformação das posições subjetivas cristalizadas oferecendo condições de simbolização e de sublimação. Somos corpo que fala e somos falados. Esse é o modo pelo qual nossa inscrição na cultura se manifesta” (p. 21).

Estabelecido este programa, parte-se, então, para uma viagem no recorte da metrópole latino-americana, que é, por excelência, o espaço que nos toca: violência, trânsito, consequências do intenso fluxo migratório sobre as identidades, ritmos incompatíveis com a metabolização da experiência etc., tudo isso examinado no transcorrer do trabalho com a necessária abertura epistemológica. Não deixa de ser algo alvissareiro apreciar um conjunto de trabalhos sobre o mundo urbano que vai se diferenciando de uma teoria geral da cidade rumo a um recorte sobre a realidade da *nossa* metrópole, numa América Latina tão sofrida quanto criativa.



A justiça como *solução* da desconstrução

Glaucia Peixoto Dunley

Resenha de Jacques Derrida, *Força de lei*;
O prenome de Benjamin; São Paulo,
Martins Fontes, 2007, 147 p.

Em tempos de declínio do simbólico, e de sua autoridade em todos os níveis, é muito bem-vinda a leitura de *Força de lei*, livro de Jacques Derrida, escrito em 1994, e traduzido para o português em 2007¹. Trata-se de um livro *político*, no sentido de dar valor a *polis*, à vida em comum, à aplicação das leis a partir de um “direito justo”, procurando tornar possível a vida social, onde a convivência sempre problemática entre seres humanos é exacerbada pelas não menos problemáticas relações entre o direito e a justiça.

É também um livro ético, pois nos mostra, a partir da grande interlocução entre Derrida e Lévinas, que a justiça é devida ao outro antes de qualquer contrato – ela lhe é devida como experiência da alteridade absoluta, e, sendo assim,

não privilegia o conceito de homem, mas o de *outrem*, sempre desconhecido, o que nos coloca numa busca sempre infinita de justiça.

É ainda um livro que nos apresenta uma estética da relação entre direito e justiça, remetendo-nos à estranheza de perceber a justiça como uma experiência impossível, incalculável. Entretanto, em lugar de nos paralisar, este saber diferencial apontado por Derrida nos impele a desejar participar da dimensão criativa da justiça, propiciando as condições para que o universal da lei possa se particularizar, e mesmo se singularizar num determinado caso – sempre único –, no exercício de um direito em transformação – em desconstrução.

Dois ensaios compõem este livro precioso: o primeiro, “Do direito à justiça”, e o segundo, “Prenome de Benjamin”. No caso, o prenome, ou primeiro nome, é *Walter*. Nome que Derrida faz deslizar numa cadeia significativa onde se encontram *waltende* e *Gewalt* – o que tornou bastante laboriosa e sempre indecível nossa interpretação arriscada no final da resenha.

O primeiro ensaio foi apresentado num colóquio em 1989, na Cardozo Law School, organizado por Drucilla Cornell, reunindo filósofos, literatos e juristas, empenhados no movimento norte-americano do *Critical Legal Studies*, tendo como título “A desconstrução e a possibilidade de justiça”. O segundo foi apresentado na Universidade da Califórnia, no ano seguinte, num colóquio organizado por Saul Friedlander, tendo como título “Nazismo e a *solução final*”.

No primeiro ensaio, Derrida atualiza a desconstrução, comprometendo-a explicitamente com a justiça e com os instrumentos que nos permitem caminhar em sua direção – o que é diferente de alcançá-la. O principal deles é o direito, que é desconstruído por Derrida nas suas articulações problemáticas com a justiça. Temos então, neste livro, acesso a descolamentos e a deslocamentos essenciais que nos permitem chegar ao objetivo principal do primeiro ensaio: mostrar a pertinência de se transformar o direito num direito *justo*, no qual exista *força de lei* para a lei².

Glaucia Peixoto Dunley é psicanalista, formada em medicina (UFRJ), especialista em Biofísica (Inst. Biofísic /UFRJ), mestre em Teoria Psicanalítica (UFRJ), doutora em Comunicação e Cultura (UFRJ), com pós-doutorado em Comunicação e Cultura (ECO/UFRJ) e pela Escola de Serviço Social (UFRJ), autora dos livros *O silêncio da Acrópole – Freud e o trágico – Uma ficção psicanalítica* (Forense Universitária/Ed. Fiocruz, 2001), *A festa tecnológica – O trágico e a crítica da cultura informacional* (Escuta/Ed. Fiocruz, 2005), e organizadora de *Sexualidade e educação: um diálogo possível?* (Gryphus/Forense Universitária, 1999).

1 J. Derrida. *Força de lei – o “fundamento místico da autoridade”*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Trad. Leyla Perrone-Moysés.

2 E não para decretos, atos institucionais, emendas, ações da polícia que acabam ocupando/usurpando o lugar da lei.



Esta força é uma força autorizada, legítima, que busca sua autoridade no “fundamento místico da autoridade” (Montaigne), que por sua vez se baseia em “ficções legítimas” que dão a *verdade* de sua justiça. Estas ficções, carregadas de intensidades, insuflam força simbólica às leis, o que granjeia crédito social e condição de aplicabilidade a estas últimas. Veremos, mais adiante, o quanto este encaminhamento se aproxima do que Freud constrói em “Totem e Tabu”, como origem mítica da sociedade humana, ou de um direito que poderíamos chamar de civilizatório ou originário.

É interessante ver como Derrida trabalha o principal descolamento deste ensaio, distinguindo e separando direito e justiça, dando ao primeiro um caráter ordinário, calculável, e, à segunda, um caráter extraordinário, incalculável, ficcional, de onde ela extrai paradoxalmente sua verdade.

Força de lei é um livro forte, ético, esclarecedor, e também assustador, se nos lembrarmos especialmente do segundo ensaio. Explicitamente no primeiro, Derrida responsabiliza-se, mais uma vez, pela repercussão do saber filosófico crítico no mundo contemporâneo, por seus caminhos em nosso tempo. Havendo sido muitas vezes interpelado a respeito de uma *desconstrução* que parecia passar ao largo da questão da justiça, da ética, do direito, resumindo-se em existir como uma forma de pensamento crítico, de inspiração filosófico-literária que teria como objetivo dissolver ou estremecer algumas oposições binárias da metafísica, Derrida toma esta questão inteiramente em suas mãos em *Força de lei*, e diz:

O que se chama correntemente de *desconstrução* corresponde a um duplo movimento: a uma responsabilidade sem limites, excessiva, incalculável, diante da memória, da memória do que nos foi legado sob o nome de *justiça*. E, por isso, temos a tarefa de lembrar a história, a origem, o sentido, isto é, os limites dos conceitos de justiça, de lei e de direito, dos valores, normas, prescrições que se impuseram desde um *começo*, se sedimentaram, permanecendo desde então mais ou menos legíveis [desconstruíveis]. Donde, a *desconstrução* é a *responsabilidade* diante de uma herança, e o empenha com essa exigência de

justiça infinita, embora ela só se faça ou realize sob a forma de um apelo... É preciso ser justo com a justiça, e a primeira justiça a lhe ser feita é ouvi-la, tentar compreender de onde ela vem, o que ela quer de nós, sabendo que ela o faz através de idiomas diferentes – *Dike, Jus, Justitia, justice, justice...* (Derrida, 2007, p. 37).

Diz mais, esclarecendo-nos de forma crucial quanto ao descolamento entre direito e justiça, já referido anteriormente:

O direito não é a justiça. O direito é o elemento do cálculo, enquanto a justiça é incalculável, ela exige de nós que se calcule o incalculável: o que seria justo – a decisão justa a partir de uma experiência aporética que é indecível por princípio –, momento este de extrema angústia pois que a decisão justa nunca será garantida por uma regra, por uma lei. (Derrida, 2007, p. 30).

Então... “Como conciliar o ato de justiça, singular, com a regra, a norma, a lei que tem necessariamente uma forma geral? Eu poderia agir *conforme* o direito objetivo, mas não seria justo” (Derrida, 2007, p. 31). Não teria agido por amor à *Lei* – no caso, à *Justiça* –, poderia dizer um Derrida fiel a Kant.

Neste momento do livro, Derrida ilumina o texto com uma frase-tocha: “Pois quem pretenderá ser justo poupando-se da angústia?” (Derrida, p. 39). Ele abre assim um momento de suspensão angustiante para que se possa pensar – e talvez colocar em ato – uma desconstrução transformadora do direito, revolucionária, onde se exige um aumento ou suplemento de justiça no exercício do direito. Intensamente, ele nos deixa ver nesta estranha experiência de inadequação, ou de uma incalculável desproporção entre o direito e a justiça, entre o universal da lei e o singular de uma decisão uma ponte para que a *desconstrução do direito se dê ou se faça como possibilidade de justiça*.

Mais uma vez nos vemos diante de uma estética dessas relações complexas, e talvez possamos dizer que uma estética do sublime se faz presente na relação dilacerada entre justiça e direito quando ela se mantém como uma relação





viva entre esses termos, fazendo-nos então perguntar: *Quem tentará ser justo sem se expor ao sublime?* Mais ainda, fazendo-nos pensar se a experiência impossível da justiça não se tornaria possível pela experiência do sublime diante do indecível e da desproporção entre direito e justiça presente em cada decisão jurídica, diante de cada sujeito singular que, inclusive, não fala a língua do seu próprio processo.

Essas questões de fundo postas por Derrida também nos permitem uma aproximação com a problemática da *Lei* e das *leis*. Das *Leis não escritas* – sejam as primeiras representadas pela lei da castração, isto é, a lei do interdito do incesto e do parricídio, que nos obriga à dívida com a linguagem que nos fez humanos, sejam as leis divinas das quais fala Antígona –, e da sua tensão com as *leis* particulares do direito, sempre insuficientes e por isso mesmo transformáveis (porque desconstruíveis, reinterpretáveis). Mais adiante, esta tensão entre a *Lei* e as *leis* surgirá em toda sua nudez na tragédia de Antígona, de Sófocles. Esta tragédia – tão trabalhada por Lacan no Seminário da Ética – é a *tragédia da justiça como experiência impossível*, uma vez que na experiência da aporia encarnada por Antígona e Creonte, através do embate entre as *Leis não escritas* defendidas por Antígona e as *leis da cidade* sustentadas por Creonte, inaugurando o direito da *pólis* grega, pratica-se o *indecível* entre duas posições. Neste indecível mora apenas o apelo infinito por justiça. E não a justiça.

Diz ainda Derrida:

Não obedecemos às leis porque elas são justas mas porque elas têm autoridade. Elas têm autoridade porque lhes damos crédito... Este crédito repousaria [segundo ainda Pascal e Montaigne], no *fundamento místico da autoridade*... em *ficções legítimas* sobre as quais nosso direito funda a verdade de sua justiça. Este momento

fundador, de inaugurar o direito, aplicar a lei, consiste num golpe de força, numa violência performativa e interpretativa que nela mesma não é justa nem injusta (Derrida, 2007, p. 21).

Ressonâncias explícitas com as origens míticas de nossa civilização pensadas por Freud em sua *ficção legítima* que é “Totem e Tabu”, tecida em torno do crime de parricídio de um pai tirânico, *efetuado* pela coalizão de irmãos – violência fundadora a partir da qual são criadas as condições para a civilização³.

Ressonâncias também, como foi visto anteriormente, com um direito nascente que, tragicamente, na sua origem no século V a.C., expõe o indecível de um julgamento, que termina pela proclamação do sacrifício de Antígona. Esta proclamação funda o direito da *polis* grega em detrimento das leis divinas, marcando os limites, as fronteiras entre o divino e o humano, e, mais do que isso, levando o homem trágico de Sófocles a escolher viver neste mundo com suas leis humanas. Nesta escolha, como já foi dito anteriormente, mora o *indecível*, que deve manter acesa a tensão entre dois termos, tornando muito complexa uma decisão, e mesmo impossível, quando se deseja caminhar na direção da justiça e não apenas exercer (o poder) do direito com sua indissociável violência – a *Gewalt* conservadora do próprio direito.

Segundo Derrida (*Força de lei*, p. 46-47),

a temática do indecível está frequentemente associada à desconstrução..., sendo que o indecível não é apenas a oscilação ou a tensão entre duas decisões. É também a experiência daquilo que, estranho, heterogêneo à ordem do calculável e da regra, *deve* entregar-se à decisão impossível, levando em conta o direito e a regra. Uma decisão que não enfrentasse a prova do indecível não seria uma decisão livre, seria apenas a aplicação programável ou o desenvolvimento contínuo de um processo calculável. Ela seria legal, talvez, mas não seria justa... um sujeito nunca pode decidir nada: ele é mesmo aquilo a que uma decisão só pode acontecer como um acidente periférico, que não afeta a identidade essencial

3 Neste ensaio extraordinário, Freud *cria*, em consonância com o exposto por Derrida, o fundamento místico da autoridade do superego, tanto o da lei normativa (baseada na “obediência retrospectiva dos irmãos ao pai morto”), quanto o da vertente feroz da lei (baseada no pai da horda e que dá origem às injunções ou imperativos superegoicos).





nem a presença substancial que fazem de um sujeito um sujeito... a memória da indecidibilidade deve conservar um rastro vivo [numa decisão], marcando para sempre um decisão como tal [a que é digna desse nome por ter atravessado a prova da indecidibilidade].

No segundo ensaio do livro, “Prenome de Benjamin”, apresentado na abertura do Colóquio “Nazismo e a *solução final*”, na Universidade da Califórnia, em 1990, Derrida inicia sua conferência interrogando o texto de Walter Benjamin “Por uma crítica da violência”⁴—, escrito em 1921. Segundo ele, este “estranho” texto é destinado a trabalhar e a traduzir a difícil noção de *Gewalt* — que é violência e também força legítima, violência autorizada, poder legal. Derrida o considera um texto enigmático, assombrado por uma violência exterminadora, aniquiladora de toda forma do direito, e até da justiça, carreando nele a lei do fantasma ou do *espectro*.

Este espectro, segundo a leitura de Derrida, assombra a linguagem como o mal *da e na* representação, e a faz decair para uma dimensão técnica, utilitária, informativa, comunicativa (e não expressiva), colocando-a longe de sua destinação originária que seria (conseguir) o apelo da *presença* no nome, diferindo assim da ausência que rege a lógica da representação por meio dos signos. Este *espectro* teria consumado seu reino do mal, do horror, na linguagem da propaganda nazista, incitando friamente ao extermínio de milhões através de uma morte sem sangue.

Entretanto, segundo ainda Derrida, o artigo de Benjamin não se limitaria apenas a fazer uma crítica da representação sob este aspecto, mas também se propõe a fazer uma crítica da representação como sistema político e parlamentar, sistema este que, para Benjamin, não mais reconhece em si a violência revolucionária que o fundou, tornando-se, com isso, decadente, permissivo, transformando-se num reino de soluções de compromisso que se fazem sem o reconhecimento das forças antagônicas presentes ou latentes, constituindo uma mera burocracia da burguesia⁵.

O contexto do ensaio de Benjamin é o da crise europeia das instituições, após a Primeira Guerra⁶, exacerbada na Alemanha com sua derrota. Ela vem acompanhada da crise do direito, inseparável do poder de Estado (Estado de direito). Torna-se então necessário, segundo Benjamin, fazer uma crítica da violência *em si*, uma violência não mais subsumida às necessidades e premissas do direito (natural e/ou positivo) que se orienta por meios e fins, e onde a violência estaria a serviço e sendo monopolizada pelo poder, protegendo-o e perpetuando-o. Benjamin toma esta tarefa para si em seu ensaio “Por uma crítica da violência”, tornando-se ele próprio, e sua crítica, alvo dos comentários de Derrida em “O prenome de Benjamin” mais de 70 anos depois. O texto de Derrida ora recebe Benjamin e ensaio de forma incondicional, ora os deixam como os *estranhos portadores da violência pura ou divina*, “*que assina o texto... pois Deus é o nome dessa violência pura, e foi ele quem deu todos os nomes*” (Derrida, 2007, p. 132), fazendo-nos experimentar a mais dolorosa e misteriosa ambiguidade.

Derrida pergunta-se sobre o que diria Benjamin sobre a “solução final”, se não tivesse se suicidado em 1940. Em sua interpretação, Derrida afirma que Benjamin não pensou sobre outra coisa desde a escrita de seu ensaio de 1921. De-sejando antecipar o que o autor teria pensado ou dito, Derrida sugere que a “solução final” te-

4 No original alemão, *Zur Kritik der Gewalt*; tradução francesa “Pour une critique de la violence” in Walter Benjamin, *Mythe et violence*. Paris: Denoël, 1971.

5 Derrida discorda desta posição de Benjamin e diz que “*Zur Kritik der Gewalt*” pertence “à grande vaga antiparlamentar e anti*Aufklärung*” que floresceu na Alemanha nos anos 1920 e no começo dos anos 1930; e que inclusive o ensaio valeu a Benjamin uma carta de felicitações do jurista conservador católico Carl Schmitt. Naquela época, Schmitt era constitucionista, mas é conhecida sua conversão ao nazismo em 1933, assim como a estranha correspondência que manteve com Benjamin, Leo Strauss e Heidegger, entre outros”. Derrida, *Prenome de Benjamin*, p. 56.

6 Lembro que, nesta mesma época, Freud elabora e publica seu conceito sobre a pulsão de morte em “Para além do princípio de prazer”, sendo um dos grandes pensadores das primeiras décadas do século XX a pensar sobre esta *Destruktionstrieb*, de várias faces (entre elas a da violência, do poder, da guerra), dando seguimento explícito a esta temática em sua correspondência com Einstein em “Por que a guerra?”, e em “Atualidades sobre a vida e a morte”.





ria desafiado a lógica da representação a tal ponto que, a partir de seu acontecimento indizível e irrepresentável, a literatura, a poesia, o discurso seriam ditados mais originariamente e mais escatologicamente⁷ do que nunca pelo reencontro com uma poética feita numa língua dos nomes ou palavras que fazem apelo à presença, em oposição a uma língua dos signos (da representação descritiva, informativa ou comunicativa).

Pois bem, Benjamin inicia seu ensaio de 1921 dizendo que:

a tarefa de uma crítica da violência (*Gewalt*) pode ser definida como a apresentação de suas relações com o direito e a justiça. Pois qualquer que seja o efeito de uma determinada causa, ela só se transforma em violência, no sentido forte da palavra, quando interfere em relações éticas. A esfera de tais relações éticas sendo designada pelos conceitos de direito e justiça⁸.

Benjamin prossegue, levantando um dos principais argumentos para sua crítica e que diz respeito ao conceito de violência proveniente do *direito natural* (jusnaturalista) que omitiu ou excluiu a crítica da *violência em si mesma*, atendo-se apenas a analisar de forma tradicional a violência aplicada, ou seja, onde ela estaria a serviço dos meios (justos e injustos) e dos fins (justos). Para o direito natural a violência (*Gewalt*) é natural. Embora a tradição do *direito positivo* esteja mais atenta à historicidade do direito, e seja capaz de fazer uma crítica aos meios, ela também fica aquém do questionamento crítico proposto por Benjamin, além de compartilhar com o jusnaturalismo o mesmo dogma: o de que é possível atingir fins justos por meios injustos.

7 Escatologicamente aqui deve ser compreendido no sentido heideggeriano do grego *skaton* – último, final –, estabelecendo assim uma tensão entre este “fim dos tempos” e um tempo originário, grego, onde o nome era presença.

8 Walter Benjamin, “Zur Kritik der Gewalt”, in: G. S. II, p. 179-203. Trad. Willi Bolle. Os trechos aqui transcritos fazem parte do capítulo “Crítica da Violência – crítica do poder”, da obra de Walter Benjamin *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos*, seleção e apresentação de Willi Bolle, tradução de Celeste H. M. Ribeiro de Souza et al., São Paulo, Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

Contra essa violência instrumental, digamos, incide justamente a crítica de Benjamin, rompendo audaciosamente com qualquer compromisso em fazer uma crítica dentro da esfera do direito. Com seu pensar *soberano* (*walten*), realiza sua crítica e com ela inaugura uma *filosofia da história* (do direito), fazendo ver que a exclusão de uma crítica da violência *em si* não se deu por acaso, mas que foi a estratégia pela qual o direito institucionalizado como direito moderno europeu impediu a análise de uma violência que ele chamará mais tarde de *pura* ou divina, ou ainda *soberana*. Esta violência não pertence à ordem simbólica do direito, *de início*, constituindo com isso uma ameaça extrínseca ao direito, ao poder de Estado sempre atrelado ao direito, que já por si monopoliza e autoriza sua própria violência fundadora e conservadora (sua *Gewalt*), como meio de assegurar sua sobrevivência, evitando com isso a fundação de outro Estado, ou seja, de um novo direito. Intrinsecamente, a ameaça ao direito vem do próprio direito, do *direito a ter direito* (como o direito de greve e de greve geral que poderia desencadear uma violência revolucionária e seu deslizamento consecutivo para uma violência fundadora de um novo direito).

Derrida afirma, na esteira das articulações de Benjamin, que esta violência fundadora não é externa ao direito, mas ela é aquilo que, no direito, suspende o direito, constituindo um estado ou instância de não direito (Derrida, 2007, p. 84), que permanece como um acontecimento indecifrável que ele chama de “o místico”. Ela pertence à ordem simbólica do direito, pois depende *a posteriori* de toda uma ordem hermenêutica que vem lhe dar sentido e legitimá-la.

Derrida cita Benjamin quando este fala do grande fascínio despertado no povo pela figura do grande criminoso, e diz que isto se deve ao fato de que esta figura desafia a lei expondo a violência da própria ordem jurídica que se manifesta então da sua forma mais absoluta que é a pena de morte, confirmando que existe “algo de podre no âmago do direito” (Derrida, 2007, p. 97).





Na sua crítica da violência, Benjamin lança mão de algumas distinções que poderão inclusive servir de subsídios para inaugurar a sua “filosofia do direito”. Derrida cita três distinções fundamentais:

- (1) a violência fundadora, a que institui e posiciona o direito, e a violência conservadora, a que mantém, confirma, assegura a permanência e a aplicabilidade do direito;
- (2) a violência mítica (grega) corresponderia à violência fundadora do direito e a violência divina (judaica), ou violência destrutiva, aniquiladora inclusive do próprio direito;
- (3) a distinção entre a justiça como princípio de toda e qualquer posição divina de fins e o poder como princípio de toda e qualquer posição mítica do direito.

É neste momento (Derrida, 2007, p. 120) que o texto torna-se mais ambíguo, dolorosamente ambíguo, pois Derrida invoca, com Benjamin, as categorias mais milenares e misteriosas da história do homem: Deus e o destino, para implicá-los nesta violência *fora* do direito, violência pura ou divina, ou ainda soberana, ou seja, a violência que simplesmente age e se manifesta. Pois a lei age sob a forma do destino, sendo sua aplicação imprevisível, tal como ele, residindo neste aspecto o caráter ameaçador da lei.

Benjamin é ainda obscuro quando diz que a justiça é o princípio de toda instituição divina de fins, e que o poder (*Macht*) é o princípio de toda institucionalização mítica do direito. Deste modo, apenas o poder mítico será identificado com a violência, e não o poder divino, a não ser por meio de efeitos incomensuráveis, já que o poder que absolve da culpa é inacessível ao homem...

Benjamin termina seu texto dizendo: “O poder divino, que é insígnia e chancela, jamais um meio de execução sagrada, pode ser chamado de um poder de que Deus dispõe (*waltende Gewalt*)”... No texto de Derrida, em vez de *poder* surge *violência*: “A violência divina, que é insígnia e selo, jamais meio de execução sagrada, pode ser

chamada de soberana” (a que puramente age e se manifesta). (Derrida, 2007, p. 69).

Estas diferenças nos remetem novamente ao enigma da trama significativa assinalada por Derrida *Walter-walten-Gewalt*, fazendo-nos pensar se, na questão de Derrida, sobre quem assina o texto – se Deus, se Walter, os dois? Onde ambos seriam soberanos no exercício da violência. Ou ainda, *Walter*, aquele sobre o qual a violência divina age e se manifesta de forma pura, sendo sua assinatura um espectro da violência *divina*.

Respeitando os mistérios, mas igualmente querendo dar outros sentidos às obscuridades do texto de Derrida e de Benjamin, apelamos para uma outra interpretação do mesmo texto, a de Agamben, em *Estado de exceção*⁹. Segundo este autor, em plena atividade, o que Benjamin transmite em seu texto é que, para realizar uma crítica da violência nela mesma, é necessário garantir a possibilidade de uma violência absolutamente “fora” (*ausserhalb*) e “além” (*jenseits*) do direito e que, como tal, poderia quebrar a dialética entre a violência que funda o direito e a violência que o conserva (*rechtsetzende und rechtserhaltende Gewalt*). Esta última pode ser qualificada como violência “pura” ou “divina”, e no âmbito dos negócios humanos como “revolucionária”. O que não minimizaria o que para o direito constitui de fato uma ameaça: a existência de uma violência “fora” do seu sistema normativo, ou ainda, da sua existência fora do direito... O que o direito não pode tolerar de modo algum, o que sente como uma ameaça contra a qual é impossível transigir, é a existência de uma violência fora do direito; não porque os fins de tal violência sejam incompatíveis com o direito, mas “*pelo simples fato de sua existência se dar fora do direito*” (Agamben, 2003, p. 84-85).

Isto quer dizer que o propósito de Benjamin seria provar a realidade (enunciada e também como existência) de tal violência. Se à violência for garantida uma realidade também para além do direito, como violência puramente imediata,

9 G. Agamben. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2003.





ficará igualmente demonstrada a possibilidade da violência revolucionária que é o nome a ser dado à suprema manifestação da violência pura por parte do homem.

Deste modo, a estratégia da crítica de Benjamin busca garantir a existência (a realidade) de uma violência pura e anômica¹⁰. Enquanto a violência como meio fundador do direito nunca depõe sua relação com ele e estabelece assim o direito como poder (*Macht*), que permanece “intimamente e necessariamente ligado a ela”, a violência pura expõe e corta o elo entre direito e violência e pode, assim, aparecer ao final não como violência que governa ou executa (*die schaltende*), mas como violência que simplesmente age e se manifesta (*die waltende*).

O caráter temerário de nossa interpretação referida anteriormente, relativa à contiguidade relacional que Derrida pinça no texto “Por uma

crítica da violência” e em sua assinatura, entre os significantes *Walten Gewalt Walter*, tenta apreender, ou pelo menos indicar, o mistério desse texto assombroso. É, portanto, tarefa de grande responsabilidade, da qual não nos esquivamos, mas diante da qual nos angustiamos. Desse modo, sem que nos sintamos obrigados a realizar uma leitura laica do texto de Benjamin, o que para nós seria eclipsar o seu mistério, deixamos como uma questão (que interpreta) se essa violência pura, irreduzível a qualquer instituição, que *Walter* chama de divina ou demoníaca, pura ou soberana, pode se aproximar daquela com a qual Freud mostrou estar impregnado o nosso psiquismo. Em outras palavras, perguntar, com Derrida, se este *Todo Outro* que assina o texto com *Walter Benjamin*, não poderia ser o *instinto de morte*¹¹ do qual a pulsão de morte e a *Gewalt* são máscaras.

10 Este momento de suspensão do direito é discutido por Giorgio Agamben em *Estado de exceção* com o objetivo de demonstrar, a partir do estado de exceção como caso exemplar extraído do debate Schmitt-Benjamin, a estratégia acionada pelo direito para salvaguardar (ou garantir) a ordem jurídica. Para levar a bom termo essa estratégia, o direito conta com um recurso: a “força de lei”, que, enquanto termo técnico do direito, permite operar uma separação (segundo Agamben) entre a aplicação da norma e o que é formalizado em “sua essência”, motivo pelo qual “decretos, disposições e medidas, que não são formalmente leis, adquirem, entretanto, sua ‘força’” (p. 244). É por isto que Agamben, se interrogando mais adiante sobre o sintagma “força de lei”, vai poder afirmar que o estado de exceção é uma força de lei desprovida de lei. O estado de exceção define um “estado de lei” em que, de um lado, a norma está em vigor, mas não se aplica (não tem “força”) e, por outro lado, atos que não têm valor de lei adquirem sua “força”. Neste caso extremo, a “força de lei” flutua como um elemento indeterminado, que pode ser reivindicado tanto pela autoridade estatal (agindo como ditadura comissária) quanto por uma organização revolucionária (agindo como ditadura soberana). O estado de exceção é um espaço anômico onde o que está em jogo é uma força de lei sem lei... algo como um elemento místico, ou melhor, uma *ficção* por meio da qual o direito busca se atribuir sua própria anomia (p. 249).

11 Lacaniano (*Seminário 7 – A ética da psicanálise*) e deleuziano (*Diferença e Repetição*).





Psicopatologia psicanalítica: entre a grande angular e o retrato fechado de um rosto

Nelson Ernesto Coelho Junior

Resenha de Marion Minerbo, *Neurose e não neurose*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2009, 470 p. Coleção Clínica Psicanalítica.

194

PERCURSO 44 : junho de 2010

O desafio a que se propõe Marion Minerbo no livro *Neurose e Não neurose* é de grandes dimensões. Trata-se de um estudo que tem como foco a psicopatologia psicanalítica, mas que, para torná-lo nítido, recorre largamente à metapsicologia e à clínica psicanalíticas. O livro, de fato, tem como maior virtude um equilíbrio dinâmico entre a grande angular das construções teóricas e dos quadros psicopatológicos e o foco preciso do retrato fechado de um rosto, o “retrato psíquico”, como afirma a autora (p. 38). Apresenta, simultaneamente, os enquadres gerais e, por assim dizer, universais que organizam o pensamento psicanalítico e os detalhes singulares de várias situações clínicas que marcam o cotidiano de um analista. Com isso, procura revalorizar a ideia de estruturas psíquicas, mas sem perder de vista a importância dos modos singulares de funcionamento psíquico. Não há o retorno à ideia de estruturas fechadas, comum tanto na rígida nosologia psiquiátrica quanto em algumas abordagens psicanalíticas, mas sim a necessária valorização das organizações psicopatológicas e das regularidades reencontradas em diferentes casos clínicos. Mais do que isso, reconhecendo a importância dos autores em psicanálise que souberam valorizar o caráter processual do psiquismo, Minerbo

afirma que as duas diferentes estruturas propostas, *neurose* e *não neurose*, podem conviver como núcleos específicos em um mesmo sujeito.

O livro tem um claro compromisso com a clínica, ou, como a autora sugere, “foi inteiramente escrito a partir da clínica” (p. 17). Não se trata de mais um trabalho que procura organizar a psicopatologia por meio de uma compreensão psicanalítica. É um estudo teórico minucioso que nasceu de exigências da clínica e que para a clínica retorna, por meio de sua contribuição para um melhor entendimento do trabalho psicanalítico cotidiano. E esse é um ponto importante, já que o olhar que procura organizar através de estruturas a compreensão psicopatológica e sua relação com as teorias em momento algum perde seu ponto de partida, ou seja, o sofrimento singular que está na origem de cada um dos momentos do trabalho clínico.

O leitor se verá diante de um projeto ousado. Sob um ângulo, Marion Minerbo procura organizar as distinções entre neurose e não neurose, a partir de um conjunto amplo de teorizações psicanalíticas e, mais detidamente, procura desvendar as marcas das não neuroses. Sob outro ângulo, o que vemos aparecer é uma concepção rigorosa e elaborada da transmissão tanto do conhecimento teórico quanto do conhecimento que tem origem na experiência clínica. A autora, em seu trabalho de formação de psicanalistas, reconheceu que, por si só, o estudo dos grandes autores da história da psicanálise, ao lado do desenvolvimento do trabalho clínico, não garantia a desejável integração entre a diversidade de ideias teóricas e a variedade de formas de sofrimento psíquico presentes na prática clínica. Foi o reconhecimento da falta de um elemento, a psicopatologia, que motivou a proposição do curso “Psicopatologia Psicanalítica” na grade de formação da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, curso que está na origem da elaboração da obra publicada. Assim, cabe afirmar que o núcleo do livro é mesmo uma visão psicanalí-

Nelson Ernesto Coelho Junior é psicanalista, doutor em psicologia clínica (PUC-SP), professor e pesquisador no Instituto de Psicologia da USP.





tica da psicopatologia, mas mais do que isso, a psicopatologia é central na medida em que faz “a necessária mediação entre a clínica e a metapsicologia” (p. 14). Esta ideia precisa ser valorizada. Há aqui o reconhecimento de que é necessário um elemento mediador entre o que há de singular nas experiências clínicas e o que há de universal nas elaborações metapsicológicas. Com isso, Minerbo sugere que a compreensão psicopatológica deve trazer em si um pouco do desejo generalizante da grande angular metapsicológica, ao lado do reconhecimento da singularidade do retrato psíquico de um sujeito: “A teoria psicopatológica tem duas faces: uma voltada para a clínica, isto é, para a apreensão do universo subjetivo do analisando; outra, voltada para a metapsicologia, o que nos permite compreender como seu psiquismo cria aquele universo subjetivo singular em que ele se move” (p. 39).

Apoiada em uma sólida apresentação da metapsicologia freudiana, Marion Minerbo articula uma visão bastante atual do cenário teórico da psicanálise e dos avanços da clínica. Na apresentação do trabalho de diversos autores da psicanálise emerge uma outra grande virtude deste livro: a clareza com que a autora expõe os mais complexos aspectos teóricos e da clínica psicanalítica sem, no entanto, desrespeitar as exigências próprias da rede conceitual na qual se apoia. Não há simplificações apressadas, mas também não encontramos o árido campo dos textos fechados e ilegíveis em que predominam jargões em vez de ideias, infelizmente tão comuns no cenário psicanalítico atual. Contrastando os aspectos constitutivos e funcionais do psiquismo nas neuroses e nas não neuroses, Marion Minerbo elabora uma apresentação dos diferentes planos por onde transitam as construções e interrogações propriamente psicanalíticas do mundo psíquico.

De forma harmônica e muito elucidativa são intercalados exemplos clínicos e apresentações teóricas nas três partes que compõem o livro. A primeira parte, com cinco capítulos, é voltada para a elucidação clínica e conceitual das neuro-

ses e das não neuroses. As estruturas *neuróticas* e *não neuróticas* são definidas como as duas grandes formas de subjetividade e de sofrimento psíquico estudadas pela psicanálise. A autora acompanha, assim, a classificação sugerida por André Green. O psicanalista francês reúne sob o título de *não neuroses* várias formas de adoecimento psíquico marcadas por um elemento comum, ou seja, as falhas presentes na constituição do *Eu*. Para Green, são considerados quadros não neuróticos os estados-limite, as psicoses brancas, as patologias do vazio e os distúrbios narcísico-identitários, entre outros. É uma tentativa de incluir, em um só grupo, diferentes manifestações clínicas, que vão dos quadros depressivos às compulsões e adições. Para ele, há uma clara insuficiência no pensamento freudiano quanto à metapsicologia e à clínica das estruturas não neuróticas. As teorizações que se seguiram à de Freud não produziram unanimidade no campo. Trata-se, portanto, de construir uma nova teoria a partir da experiência clínica imposta pelos novos quadros psicopatológicos. Green procurou elaborar uma proposta teórica (uma *metapsicologia dos limites*) que pudesse fornecer a base para o trabalho com *pacientes* ditos não neuróticos. De início, sugere a complementação da teoria pulsional freudiana pela teoria de relações de objeto, principalmente a partir do legado Winnicottiano. Tratava-se de afirmar a inseparabilidade do par pulsão-objeto para compreender a constituição e o funcionamento psíquicos. No entanto, mais recentemente, Green propôs a “teoria dos gradientes”. Sem abandonar a pulsão e o objeto como par inseparável, Green passa a reconhecer um limite na aproximação entre as teorias que enfatizam o “polo subjetal” e as que enfatizam o “polo objetal”, considerando a utilização dessas teorias de modo alternado sem a obrigatoriedade de uma articulação. Com a teoria dos gradientes Green procura preservar as incongruências entre as teorias, propondo que cada uma pode ser útil para explicar certos fenômenos, ainda que haja entre elas diferenças incontornáveis. Green caminha, assim, de uma busca de complementaridade





para a aceitação de que é mais produtivo trabalhar com a suplementação de polos, aspecto que parece também marcar as formulações de Marion Minerbo.

Para desenvolver as proposições da primeira parte do livro, a autora se beneficia da leitura e da discussão de dois manuais de psicopatologia psicanalítica publicados na última década, o de P. Juignet (*Manuel de psychopathologie psychanalytique*, 2001) e o de R. Roussillon (*Manuel de psychologie e de psychopathologie clinique générale*, 2007). Uma das marcas centrais do trabalho desses dois autores é a liberdade frente à pluralidade e complexidade das diferentes escolas psicanalíticas, o que faz com que possam ser considerados psicanalistas da era pós-escolas. Minerbo compartilha dessa característica, ou seja, busca transitar entre os mais diversos autores do cenário psicanalítico, sem sectarismos. Isso não implica qualquer forma de ecletismo, ao contrário. A partir do legado freudiano, a autora busca viabilizar um diálogo que respeite as diferentes concepções, sem simplificações ou formas apressadas de síntese teórica. Essa primeira parte do livro termina com o belo ensaio “Neurose e não neurose: da clínica à teoria”, em que o material clínico é fornecido por duas personagens do filme de Eric Zonka, “A vida sonhada dos anjos”. O recurso a “pacientes” ficcionais, várias vezes utilizado no livro, traz muitos benefícios à discussão e transmissão das figuras da psicopatologia psicanalítica. São “pacientes” singulares, mas que ao mesmo tempo trazem em si algo de universal. Além disso, há o modo de compartilhamento mais direto com o leitor (que pode ver e rever filmes, por exemplo, acompanhando as proposições teóricas da autora), trazendo claras vantagens didáticas e éticas.

A segunda parte, “Não neurose: prospecções”, também com cinco capítulos, dirige-se exclusivamente ao estudo das não neuroses em suas diferentes dimensões. O ponto de partida é novamente o cinema, agora com dois personagens *não neuróticos*, um do filme “O império dos sentidos” e outro do filme “Flores partidas”. Em ambos, a

autora procura rastrear os destinos do encontro com o objeto em “pacientes” com grande fragilização na constituição do Eu. Ainda nessa segunda parte surgem novas incursões pelo cinema, na busca por explicitar formas de ódio e raiva predominantes na experiência de *pacientes* não neuróticos. Reencontramos várias figuras de nosso cotidiano clínico por meio das delicadas exposições de Marion Minerbo. Mais uma vez, nesses capítulos, podemos nos beneficiar da força de transmissão que marca a escrita psicanalítica da autora.

A terceira e última parte, com três capítulos, articula a experiência da não neurose com elementos da cultura contemporânea. É em torno da constatação da fragilidade do símbolo no mundo contemporâneo que esta última parte se desenvolve. Alguns fenômenos sociais, entre eles o *sexo virtual* e os *reality shows*, são analisados a partir do referencial teórico e clínico apresentado nas duas primeiras partes. O leitor deparará com uma singular investigação das tênues fronteiras que ligam e separam representação e realidade no mundo contemporâneo.

Marion Minerbo defende uma posição clara no que diz respeito à articulação da psicanálise com a cultura. Critica as posições que concebem a psicanálise em sua dimensão estritamente clínica que, em última instância, acabam por supor um inconsciente que possui apenas o limite da individualidade do sujeito. Critica também uma psicanálise que recorre a uma aliança extrema com a sociologia, para explicar como um comportamento culturalmente determinado pode se transformar em sintoma. A partir dessas críticas, afirma que “precisamos de uma psicanálise que veja a psique como matriz simbólica e, nesse sentido, como parte integrante da ordem simbólica de determinada época e lugar” (p. 294).

Mais uma vez, nessa articulação entre psicanálise e cultura, vemos operar o modo predominante de análise da autora: suspeitar dos dualismos simplistas, que opõem formas teóricas no interior da psicanálise e apostar na complexidade e riqueza das proposições de uma era pós-escolas. Que o leitor aproveite!



...E foram felizes para sempre

Darcy Haddad Daccache

Resenha de Gisela Haddad, *Amor e fidelidade*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2009, 187 p.

Desde que o mundo é mundo, o ser humano ama, deseja, sofre.

No livro de gênese, Jacob serviu Labão, pai de Raquel, por sete anos, mas este lhe deu Lia. Ao ver Raquel, filha de Labão, irmão de sua mãe, e as ovelhas de Labão... Jacó serviu mais sete anos que lhe pareceram dias.

Inspirado por essa passagem bíblica, Camões escreve o soneto imortal:

Sete anos de pastor Jacob servia
Labão pai de Raquel serrana bela;
Mas não servia ao pai servia a ela,
Que a ela só de prêmio pretendia...

Porém, como o pai lhe dera Lia, Jacó serviu por Raquel mais sete anos.

O que mudou desde então?

É o que Gisela Haddad pesquisa em seu livro sobre o amor e a fidelidade. Este tema articula a história do amor romântico – que produziu a junção do amor e do sexo regulando a formação

dos laços culturais modernos – com o pensamento psicanalítico, que algumas vezes foi crítico – e outras coadjuvante – desses fenômenos.

Seu livro analisa as coordenadas históricas e culturais desse assunto, utilizando-se principalmente do texto de Jurandir Freire Costa *Sem fraude nem favor*, das teorizações freudianas sobre o campo amoroso e sexual e do filme “Closer”, cujo tema principal são os amores contemporâneos.

Segundo a autora, as enormes expectativas e idealizações do que se pode esperar desse vínculo propiciam muitas vezes grande frustração. Tal qual as expectativas baseadas no ego ideal, impossíveis de realizar, o desejo de um par perfeito é terreno fértil para a decepção.

O ego ideal é como a cenoura do burro ou a terra prometida, que se situam em um horizonte em direção ao qual avançamos, mas nunca chegamos a habitar, como já escreveu Marcelo Viñar¹.

No início de seu livro, Haddad diz que “falar sobre a permanência do ideal do amor romântico nas uniões amorosas e sexuais como condição importante de felicidade para indivíduos na atualidade pode parecer anacrônico”, porém, o que a instiga a pesquisar é a permanência desse mito romântico em uma era plena do mais radical individualismo.

Com Freire Costa, a autora demonstra a trajetória histórica e cultural do amor e da sexualidade humana. Põe em relevo uma pesquisa da qual ele parte sobre a opinião de adolescentes, entre 13 e 16 anos, adultos jovens e universitários, das zonas sul e norte do Rio de Janeiro, sobre o avanço e a supersaturação da temática sexual. Nesse contexto, segundo Costa, o grande dilema das relações amorosas é o próprio amor.

O imaginário popular continua alimentando um ideário de amor, reforçado pela cultura das novelas, filmes e canções, mas Costa acredita que a possibilidade de alguém ser o único objeto de amor, sexo e gratidão de outro é impensável. A literatura, porém, mesmo no século xx ainda encanta muitos leitores com histórias como *O amor nos tempos do cólera*², em que Florentino Ariza espera por sua amada Fermina Daza

Darcy Haddad Daccache é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

¹ M. Viñar, *Humano inumano*. Texto inédito, p. 2.

² G. Garcia Marquez, *O amor nos tempos do cólera*.



por exatos cinquenta anos, nove meses e quatro dias, para com ela fruir um amor que os tornaria plenos. Ele acredita que nunca traiu sua amada, pois todas as relações que teve antes dela foram desprovidas de amor.

“A junção de amor e sexo dirigida a um único ser só foi possível no contexto histórico do século burguês. A partir do Século 18, a sociedade ocidental tomará como norma o culto ao amor romântico por ser organizada a partir da valorização da individualidade. O amor romântico funcionava tanto como um regulador da vida familiar como uma promessa de felicidade amorosa e conjugal”.

Essas construções se estendem pelos séculos seguintes. São muitas as manifestações em que continuamos a ver o amor romântico ser cantado em prosa e verso como apologia da felicidade ou do maior sofrimento. Um exemplo disso é a poesia de Menotti del Picchia em que ele descreve o amor impossível de Juca Mulato pela filha da patroa:

Juca Mulato! Esquece o olhar inatingível!
Não há cura, ai de ti! Para o amor impossível.
Arranco a lepra ao corpo; extirpo da alma o tédio;
Só para o mal de amor nunca encontrei remédio...³

As promessas de felicidade estão também contidas neste texto de del Picchia:

Antes de amar eu dizia:
Para cortar na raiz
esta agonia,
preciso amar algum dia,
amando serei feliz!⁴

Gisela Haddad promove, com seu texto, um diálogo entre Freud e Costa extremamente enriquecedor, pois evidencia as dificuldades de cada época para conseguir a tão buscada satisfação plena no amor.

Freire Costa acredita que a conquista da liberdade possibilitou a homens e mulheres maior crítica com relação ao amor romântico.

Enquanto Freud aponta a repressão sexual da era burguesa como geradora de um empobrecimento da experiência erótica dos sujeitos de sua época, Costa mostra a incompatibilidade entre aspiração amorosa romântica e as novas condições culturais de constituição dos pares conjugais. Ambos compartilham da busca de opções mais satisfatórias para a vida amorosa de seu tempo e da preocupação com as condições que a cultura oferece para essa satisfação.

Haddad discorda da opinião de Costa quando ele tenta desmistificar os resquícios do amor romântico e apontar as incogruências da manutenção de sua aura transcendente. Ela diz que não há como negar que o amor romântico possui data de “fabricação”, mas que mesmo assim ele ainda hoje produz efeitos de real e portanto não parece uma ilusão datada.

A passagem de um imperativo cultural de repressão para o extremo oposto – gozar – é apreciada no livro de Haddad a fim de pensar o lugar da fidelidade sexual nos pares conjugais. “O dilema do casal igualitário moderno seria a preservação do senso de individualidade”⁵. No entanto, não posso deixar de citar a ironia de Barjavel quando nos lembra que o homem gosta de pensar que é um ser total, independente, que sabe o que faz e o que quer. Sua existência individual é apenas uma ilusão destinada a dar-lhe o prazer da vida para conservar e transmitir a espécie. Nos anos 1960, o aparecimento da pílula anticoncepcional possibilitou outras discussões em torno da sexualidade humana. Esse acontecimento trouxe à tona mais uma vez as questões em torno das injunções do amor, do sexo e da liberdade. Não obstante, o medo de amar tem sido sempre uma questão perturbadora no coração de homens e mulheres.

A autora ressalta que Freud foi ao cerne do dilema amoroso. O sofrimento psíquico, diz ele, diante da impossibilidade de o amor sexual conseguir uma completa satisfação, deixa as pessoas

3 M. Del Picchia. Menotti, *Juca Mulato*, Belo Horizonte: Itatiaia, 2001, p. 50.

4 M. Del Picchia, *op.cit.*, p. 47.

5 G. Haddad, *Amor e fidelidade*, p. 55.





expostas a dores extremas ao serem rejeitadas, traídas ou abandonadas.

Quando amamos, ficamos desprotegidos contra o sofrimento, mais à mercê do outro e vulneráveis aos infortúnios e às dificuldades da vida. A ruptura de um laço amoroso é sempre muito dolorosa. Nada parece mais gratificante do que a ilusão de possuir a fonte do amor incondicional, assim como nada parece mais terrível do que perdê-la⁶.

Haddad lança mão de diversos autores para cotejar psicanálise e romantismo, estendendo-se

às áreas políticas, culturais, filosóficas, religiosas e literárias. Assim, seu livro é de amplo espectro, pois analisa os fundamentos de como hoje vivemos os vínculos amorosos. Mostra-nos como concebemos as relações entre amor e laço conjugal revelando suas raízes românticas. Confronta-nos com as consequências teóricas e clínicas da herança inconsciente dessa versão do Discurso do Outro. Com pesquisa elaborada, escreve um livro que merece ser levado em consideração por todos aqueles que acreditam serem muitas as formas de amar.

6 G. Haddad, *Amor e fidelidade*, p. 129.





Uma leitura de Freud – a psicanálise e suas interfaces

Adriana Victorio Morettin

Resenha de Edson Sousa e Paulo Endo,
Sigmund Freud: ciência, arte e política,
Porto Alegre: L&PM, 2009, 128 p.

200

PERCURSO 44 : junho de 2010

O livro *Sigmund Freud: ciência, arte e política* é uma edição de bolso destinada àqueles que desejam se aproximar da psicanálise, o que impõe uma difícil tarefa a seus autores, Edson Souza e Paulo Endo: a de tratar um tema tão complexo e amplo como o da psicanálise freudiana sem correr o risco de simplificação. Não só conseguem tal feito, como também produzem um texto que mantém em sua estrutura uma abertura, própria do pensamento psicanalítico. Em narrativa fluente, o ensaio trata de pontos centrais da psicanálise, norteados pela ideia de que a descoberta do inconsciente foi um saber inédito, saber estrangeiro por excelência: “este ensaio biográfico se insere, então, numa vocação pelo incompleto e pelo interminável, uma vez que, como nos ensina a psicanálise, é só na incompletude que se exerce o desejo, que, como tal, persiste fascinando-se e decepcionando-se com seus objetos” (p. 109).

Somos conduzidos, em muitos momentos, a conhecer a intimidade e as reflexões de Freud por meio de sua correspondência, que ocupa lugar privilegiado em toda a extensão do ensaio. Tal escolha deve-se à intenção de transmitir no bojo do próprio texto uma alteridade: movidos pelo tempo ágil da correspondência eletrônica, tempo sem espera, somos introduzidos neste ou-

tro tipo de narrativa que não tem mais lugar na atualidade, deslocando-nos para outro tempo. A troca de cartas, como tematizam os autores, é “um exercício de paciência, uma experiência temporal” (p. 18). É por esta via que fazem alusão a outro tipo de experiência temporal – a experiência de análise.

A correspondência de Freud, ainda de acordo com os autores, apresenta também a importante função de produzir conhecimento por meio do diálogo. O mesmo processo, de certo modo, se dá na construção deste livro, que não deixa de ser fruto da “troca de cartas” realizadas entre dois psicanalistas, Edson, gaúcho, e Paulo, paulistano. Interlocução que tem em comum o engajamento de ambos em pensar a psicanálise num permanente diálogo com outras áreas do saber – principalmente com o campo da política e da arte.

O primeiro capítulo é destinado a problematizar, a partir de recortes da vida de Freud, como a descoberta do inconsciente se relaciona com uma determinada posição de estrangeiro ocupada por ele. “Homem múltiplo”, Freud foi ao mesmo tempo enraizado em seu tempo (“homem-terra”) e capaz de se lançar na experiência com seu próprio inconsciente (“homem-céu”). Alguns pontos do relato da vida privada, extraídos do livro do filho de Freud (Martin) e de declarações de sua governanta Paula Fichtl, comparecem juntamente com recortes da correspondência de Freud para descrever sua vida cotidiana, sua vida amorosa, sua rede de relações e reflexões, cumprindo a função de ao mesmo tempo construir um retrato não mitificado de Freud e fazer um apanhado abrangente de sua trajetória.

Em tempos em que se assiste ao avanço de um discurso dessubjetivizante e biologizante, a psicanálise torna-se um lugar de resistência no qual o sujeito pode ser escutado. Tendo em vista

Adriana Victorio Morettin é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, onde é professora do curso Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea, integrante do Grupo de Transmissão e Estudos de Psicanálise (GTEP) e do Grupo de Trabalho e Pesquisa em Psicanálise e Contemporaneidade.





o contexto atual, Endo e Sousa são muito pertinentes ao tematizarem, no segundo capítulo, o lugar da psicanálise no campo da ciência. Aparentam, por um lado, sua distância do discurso médico e, por outro, sua vizinhança com a literatura que, assim como a psicanálise, é uma produção singular e única. Tal singularidade apresenta-se no método psicanalítico, que para se efetivar requer a implicação do analista em seu próprio processo de análise: “o método proposto pela ciência psicanalítica tem sua origem na escuta pelo cientista (psicanalista) ao sujeito que sofre, mas também, e ao mesmo tempo, é imprescindível que essa escuta feita pelo analista se desdobre numa escuta de si” (p. 45). Ao percorrerem o trajeto do nascimento da psicanálise – do método catártico à psicanálise – enfatizam a questão da autoanálise de Freud, isto é, a questão de como foi possível para ele criar a psicanálise contando apenas com sua autoanálise. Respondem com a conhecida leitura de que Freud teve Fliess como seu outro: “a crença imodesta na autoinvestigação solipsista não esteve na gênese da psicanálise. Freud precisou também de um ‘analista’ quando a psicanálise ainda não existia e, como todo pioneiro, improvisou o seu.” (p. 51). Parece-me importante a ênfase dada a esta questão porque não é tão evidente assim a ideia de que a psicanálise não é um puro conhecimento que se aprende por meio dos livros. Além disso, Endo e Sousa evidenciam outro aspecto importante do ofício do analista ao examinarem como Freud, para fazer suas reflexões teóricas e pensar sua clínica, se nutriu tanto de uma rede de interlocução de amplo espectro (com intelectuais, amigos, discípulos e dissidentes, como Jung e Adler – discutidos pelos autores) como de seu diálogo com outros saberes, como a literatura.

O capítulo seguinte, o terceiro, destina-se a discutir a relação entre psicanálise e arte, trazendo uma importante reflexão sobre a lógica da rasura. Por meio dos principais textos freudianos sobre o assunto, os autores ressaltam como Freud foi um admirador da arte e mais ainda foi instigado por seus enigmas. Prova disso, como analisam Endo e

Sousa, são as várias produções teóricas dedicadas a pensar a respeito da importância do humor, da proximidade entre o brincar e o ato criativo, do lugar dos artistas e das obras de arte. A discussão central é a de que ambas, arte e psicanálise, estão comprometidas com a revelação da verdade (desejo inconsciente), opondo-se à ignorância. A lógica da rasura, como nos esclarece os autores, se faz presente nesta tensão produzida entre o que se vela e o que se desvela nessas produções – a artística e a do inconsciente. Tensão entre o “*querer e não querer ver*” que é ilustrada por Endo e Sousa a partir da análise do conhecido sonho relatado por Freud sobre o pai que acorda para ver o filho morto em chamas: “por um lado, sonhamos para nos proteger; Freud insiste que o pai prolonga seu sono porque assim mantém seu filho vivo por um pouco mais de tempo e também adia o reencontro com a morte. Por outro lado, é esse mesmo sonho que o desperta e o convoca à responsabilidade de pai de zelar pelo filho” (p. 63). A leitura de Freud sobre o ato criativo nos leva a pensá-lo como um ato utópico, como apresentam os autores, na medida em que em todo ato criativo há uma crítica aos lugares instituídos e a busca por um novo olhar sobre o mundo, que questiona as convenções da consciência. Mas este diálogo por vezes se fecha, indicam os autores, quando os psicanalistas reduzem a expressão artística a enquadres psicopatológicos. Vê-se assim que é pela via da arte que Endo e Sousa retomam neste capítulo a questão da insuficiência e do não domínio da consciência.

A relação entre psicanálise e política é tensa e polêmica, como afirmam os autores, devido ao posicionamento de uma grande parte de psicanalistas pós-freudianos que acreditam que estes são campos incompatíveis. Não era assim para Freud, que ao contrário estabeleceu um fértil diálogo com a política, como nos é mostrado no último capítulo. Freud foi estimulado a iniciar essa interlocução a partir do contexto da Primeira Guerra Mundial – interlocução que se intensifica com a Segunda Guerra –, cujos efeitos foram sentidos em sua vida pessoal e no movimento





psicanalítico, como narram os autores. Desde então o tema do traumático tornou-se relevante em sua produção teórica: “no conjunto, os textos de Freud sobre a guerra são exemplos importantes da reflexão psicanalítica em torno da política e revelam o alcance da psicanálise na elucidação de fenômenos catastróficos, limitantes e traumáticos que vêm marcando a dinâmica política e social em todo mundo” (p. 94). Endo e Sousa trabalham a partir de vários textos freudianos concepções fundamentais, tais como: a constituição

psíquica em sua interdependência com a dinâmica social; a gênese do processo civilizatório e os processos destrutivos aí situados; o mal-estar na cultura. Enfim, Freud não só se ateve a pensar e formular a constituição do funcionamento psíquico, mas também pensou sua articulação com o funcionamento social.

Terminado o percurso desta introdução à psicanálise e movido pela prazerosa leitura do livro, o leitor certamente aceitará o convite para se aventurar e se aprofundar na obra freudiana.



Movimentos do acontecer psicanalítico

Camila Salles Gonçalves

Resenha de Sonia Curvo de Azambuja, *Presenças e ausências, parceiras na simbolização*. São Paulo: HePsyckhe, 2006, 216 p.

Há décadas, Sonia Azambuja pensa a respeito da teoria e da prática psicanalíticas, escreve sobre a mesma coisa, mas não a mesma coisa. Experiências da psicanalista, desde as primeiras supervisões de casos comunicados no início de sua formação, transformações, o desenvolvimento do pensamento informado que as acompanha são revelados por esta obra. Composta por escritos multifacetados, estende-se como uma história, nada linear, de seu prazer de pensar e como narrativa impressionista de seu processo de tornar-se analista. Acompanhamos inquietações, descobertas e escolhas de rumo. Em 2006, em texto do ano da publicação, ela afirma: “muitos dos escritos que produzi foram feitos dialogando com outros escritos de colegas ou mesmo com interlocutores ausentes, mas que se fizeram presentes em minhas reflexões” (p. 189). Sua produção nos é dada a conhecer a partir do artigo de 1978, cujo título foi tomado para nomear todo o livro.

No seu primeiro registro publicado sobre o simbolizar em psicanálise, palavras simples, claras, bem fundamentadas, uma aula. Utiliza a

concepção de *Gestalt*, conhecida por aqueles que tiveram a bem construída formação em psicologia e filosofia, já nos cursos de graduação. Estudantes de agora e estudiosos de sempre podem tirar proveito da maneira pela qual, a partir de um exemplo simples, introduz questões complexas a respeito da simbolização, de perspectivas que devem ser consideradas pela psicanálise. Um *moto* facilita reconhecermos que “em todas as dimensões da vida mental – objeto da psicanálise – encontramos a simbolização à espreita” (p. 16). O primeiro exemplo é o mais empírico e claro possível, o da representação, por meio do desenho, de um cão ou de um cavalo. Para realizá-la, é necessário haver o que possibilita o surgimento da figura, a apreensão da forma, isto é, da *Gestalt*, e sua expressão. Assim, a autora pode ensinar: “Essa apreensão total e expressiva do cachorro ou do cavalo é função do simbolizar e, como tal, anterior a todo pensamento conceitual, ao mesmo tempo em que o abraça” (p. 16).

A partir deste esclarecimento, vemos por que “os vários temas da psicanálise”, que abrangem afetos, representações, mitos, sonhos, imaginário, relações objetais, jogos das crianças, impulsos “configuram-se de forma expressiva na simbolização” (p. 16). Como convém a nós, leitores, explicações, que esclarecem o sentido dos termos utilizados, são seguidas por indagações da psicanalista e seu confronto com questões da clínica, sobretudo de interpretação. A pergunta sobre como é gerada a interpretação na mente humana, e sobre como ela se exprime, começa a ser respondida quando a autora aponta o que chama de *primeira matriz*, o senso de necessidade. Este deverá transformar-se “num esboço inicial de desejos e de uma consciência expectante” (p. 16).

O primeiro *esboço* mental formar-se-ia em torno de desejos que buscam satisfação. O senso de necessidade transformar-se-ia então num *esboço de desejos*. Ela prossegue: “Em torno desse primeiro esboço surge a necessidade da presença de objetos para a mente. Ser deixado é o próprio terror, é a angústia básica” (p. 16). Já nestas linhas, a autora transmite pressupostos kleinianos

Camila Salles Gonçalves é professora de filosofia, doutora pela FFLCH da USP, psicóloga pela PUC-SP, psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, do Conselho Editorial de Resenhas de *Percurso* – Revista de Psicanálise, autora, dentre outros, de *Desilusão e história na psicanálise de Jean-Paul Sartre*.



e bionianos, de um modo que enseja uma teorização inteligível e uma abordagem proveitosa no âmbito da clínica. Após colocar uma concepção da *angústia básica*, pergunta: “Como lida a mente com ela?” (p. 16).

Passamos para o tema “Catástrofe e solidão”, e encontramos uma jovem paciente que se sentia muito culpada em relação a uma reprovação escolar. O relato da sua condição e os recursos teóricos levam-nos a um momento conclusivo sobre a menina: “sentindo que houve uma catástrofe em sua vida, promove catástrofes, para não refletir sobre a mesma. A catástrofe é o não suportar estar só, a separação, a ausência do objeto” (p. 18). Da formulação da situação clínica, para as investigações de Freud, o movimento associativo do texto revisita “Inibição, sintoma e angústia”. Destaca a ideia de que o desencadeamento da angústia já não equivale a uma pura descarga de impulsos: ao ver no ego a sede da angústia, Freud já estaria relacionando as situações de perigo associadas à ausência do objeto com o pressuposto de condições de elaboração e de encaminhamento para o *simbólico*, “como sinalização de perigo” (p. 18).

Se o leitor não achou suficiente esta sucinta paráfrase de ideias da autora, peço que me siga no exemplo que ela dá a seguir, o de Hulk. A personagem que, em uma das histórias em quadrinhos, *está só no deserto*, por um lado, “é a própria matriz de cargas e descargas” (p. 19), por outro, é levada à alucinação por sua necessidade de *presença*, ou seja, este é o único recurso que tem para lidar com a solidão. Sonia Azambuja nos lembra: “é uma história em quadrinhos, é uma linguagem de sonhos. A metáfora e o sonho estão na origem da simbolização, mas faz-se necessário um trabalho de vigília para que as ideias, sendo ‘publicadas’, sofram um confronto e o sonho ganhe significado” (p. 19). Hulk e a jovem paciente, às voltas com frustrações e tomados pela solidão, têm suas explosões e descargas musculares. Após a catástrofe e exilados no deserto, ambos provocariam novas catástrofes. Mas, aponta a autora, cada nova catástrofe não resulta da separação, da solidão ou da rejeição, e sim “da não articulação

simbólica instrumentada em outros níveis. Hulk chega só até o mito ao lidar com a solidão; ele somente alucina” (p. 19).

Tudo se passa como se a escrita expressiva de Sonia Azambuja nos permitisse acompanhar suas reflexões associativas, entrar em sua clínica, imaginarmos-nos nas cenas sugeridas, sem ter que deixar de lado suas reflexões, em diálogo com autores como Suzanne Langer, Umberto Eco, Merleau-Ponty e Pierre Fédida, dentre outros. Em artigo de 1988, sobre interpretação, ela nos diz: “No meu trabalho, o que me chama a atenção, quando interpreto, é o tom com que falo, o uso de metáforas que faço. Quando isso ocorre de uma maneira colorida e viva, o campo analítico no qual estou trabalhando me parece próximo à estrutura de uma pintura impressionista” (p. 85). Ela cita frase de Umberto Eco, para quem este tipo de pintura “retrata o próprio movimento do acontecer” (p. 85). Sem dúvida, há algo que se abre em momentos do texto como este. A história de Z e de seu sonho traz uma boa oportunidade de nos aproximarmos das vibrações deste estilo psicanalítico.

A autora nos fala do sonho de Z, que *flutua* até ela. Sua paciente, depois de beber numa taça, começa a comê-la. Ao fazê-lo, “os pedaços de vidro entravam entre os dentes e ela os catava todos, tornava a pô-los na língua e os engolia. Alguém disse: Não faça isso; é perigoso, é de *indiovidro*” (p. 87). Primeiro a analista repete esse nome, em tom de interrogação: – *Indiovidro?*. A paciente confirma, diz que esse era o nome do material. A analista diz, então, que, no sonho, Z a comia.

Reflexões que se seguem a esta interpretação são compartilhadas conosco. Algumas, a respeito de sua própria formação, em meio às quais Sonia Azambuja reconhece o referencial kleiniano, no qual se formou, agindo “quase como se fosse uma língua materna”, indissociável da concepção segundo a qual o originário seria o sadismo, assim como, para Freud, a sexualidade. A autora nos diz que, se o sadismo é fundamental nos primeiros meses de vida, é ele “que nos traça a estrada régia do conhecimento, que um dia será trilhada





também pela libido” (p. 87). Pensava, junto à paciente, que o devorá-la correspondia à experiência com ela vivida há anos e, ao mesmo tempo, considerava as circunstâncias daquela sessão e da ocasião em que a analisanda a procurara pela primeira vez, em meio a um processo de separação do marido. Z vivera esta situação como ameaça de morte.

Apesar de a análise ter-lhe propiciado condições de viver, criar a filha, da qual estava grávida no início, e de conseguir trabalhar, permanecia nela “um núcleo invariável, cristalizado no tempo e que retornava sempre” (p. 88). De vez em quando, o estado mental que parecia “invariável no tempo” (p. 88) e que se caracterizava pela impossibilidade de sentir prazer dava à analista a impressão de que a paciente caía num *mangue*, forçando-a a entrar nele. O desejo de que a analista fizesse parte de sua vida surgira várias vezes, ao longo de oito anos. O *núcleo invariável* seria o que determinava a vivência permeada por identificações projetivas, a ausência de autonomia para ambas. O sofrimento de Z, suas queixas quando *imersa*, levaram a analista a realmente se perguntar sobre o efeito de tal sofrimento e suas consequências e a admitir que não ocorriam sequer indícios de condições de surgir algum outro ponto de vista. Assim, optara por propor a interrupção.

A sessão em que o sonho narrado ocorre é uma das primeiras depois de uma interrupção de dois anos. A analista tem suas indagações e dúvidas a respeito das possibilidades desta volta à análise, pergunta-se se só restaria à paciente, diante da *dor mental*, permanecer imersa em *fascinações imaginárias*. O texto expressa o clima vivido pela autora e as interpretações que lhe ocorrem:

Eu, taça de bebida comida por ela, na minha essência e na minha matéria. Penso também no nome ‘*indiovidro*’, e lhe proponho: o índio é a taça analista que te acolhe; o vidro é o corte ao qual sente que a submeti, ao interromper sua análise” (p. 88-89).

A analisanda concorda e nada acrescenta. Este momento, um dos mais generosos da escrita

sobre a clínica que este livro nos oferece, não para aí. Prossegue com indicações sobre os referenciais kleiniano, bioniano, winnicottiano, freudiano e de franceses contemporâneos, que podemos vislumbrar no texto. Não é possível determo-nos aqui em todas essas elaborações, mas vale, pelo menos, determo-nos naquilo que a autora nos diz de quando propôs a interrupção da análise, que “não observava o evoluir que, no interpretar analítico com condições de promover *insight*, surpreende o paciente, dando-lhe um novo ponto de vista” (p. 88). Comentando o prosseguimento da análise retomada, ela pode apreender uma *Gestalt* do vínculo entre ela e a paciente, e visualizar o sonho como expressão da luta de Z por alcançar a *individuação*.

Em seu prefácio, Fabio Herrmann comentou, depois de observar o modo pelo qual a analista e sua paciente Z vão de *indiovidro* a *indivíduo*, que esta interpretação psicanalítica de modo algum equivale a uma tradução: “ao contrário, na psicanálise, interpretação é o florescimento da palavra, dimensão estética, sendo portanto de *indiovidro* o próprio material (clínico) apresentado nesse capítulo” (p. 12).

A arte da interpretação, que presenciamos neste livro, não se apresenta como um dispositivo acabado de desvendamento. Com sua sensibilidade impressionista, afinada por reflexões no campo da estética, a autora vai caminhando. Percebe, aqui e ali, que a luz mudou, descobre cores e nuances, ao mobilizar suas referências conceituais. Os ensaios sobre o feminino e outros, em que encontramos diálogos com a filosofia, com a arte, com a antropologia, além do prazer de texto que proporcionam, sugerem os múltiplos recursos da autora, para passar ao largo da submissão ao pensamento *escolástico* em psicanálise. Ela nos lembra uma passagem de Nietzsche, que se refere à distância que nos separa das galáxias, que nos levaria “a imobilizá-las em formas nas quais seu movimento se perde” (p. 19), e associa esta tendência com outra: “também ao tentarmos traduzir a vida pela linguagem, há o perigo de se introduzir o ídolo, que é o conhecimento mumificado dos conceitos” (p. 19).





As associações de Sonia Azambuja e seu modo, personalíssimo, de explorar seu alcance em leituras de Freud, surpreendem. Sigamos esta: “Para falar do lado móvel da escrita freudiana, há um ano, pensei no deus Hermes-Mercúrio, deus da comunicação. Mas podemos lembrar também que Mercúrio é um material com o qual

as crianças adoram brincar. Ele desliza como a metonímia e se adensa como a metáfora. Figuras de linguagem, sintaxe nos sonhos” (p. 148). Impossível não sorrir diante desta passagem. Difícil deixar de lado esta provocação criativa para a exploração de sentidos e de possibilidades da prática psicanalítica.



Ações interdisciplinares no Judiciário

aprimoramento em prol da
família, da infância e da juventude

Maria Antonieta Pisano Motta

Resenha de Abigail Aparecida de Paiva Franco e Magda Jorge Ribeiro Melão (orgs. tec.), *Diálogos interdisciplinares: a psicologia e o serviço social nas práticas judiciais*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2007, 280 p.

Diálogos interdisciplinares é uma coletânea de trabalhos selecionados dentre os concorrentes ao 1º Prêmio Serviço Social e Psicologia – Perspectiva Interdisciplinar, promovido pela Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

É um livro que sistematiza experiências profissionais desenvolvidas no contexto do Judiciário e que tem o mérito de gerar conhecimento de amplo valor e de aplicabilidade cotidiana para todos os que, de algum modo, vislumbram na prática da interdisciplinaridade um caminho para a solução de problemas que atingem a infância e/ou as famílias às quais prestamos atendimento.

Seus capítulos compõem uma colcha de retalhos que tem a uni-los uma costura bem feita, firmada pelo nó que une todas as temáticas abordadas: a busca de boas práticas. Ganham com o livro os beneficiários dos serviços, bem como os próprios servidores, que, na busca do aprimoramento, produziram conhecimentos que se refletem em suas práticas e na daqueles que possam

Maria Antonieta Pisano Motta é psicanalista, psicóloga clínica e jurí-dica, coordenadora do GAASP – Grupo de Apoio à Adoção de São Paulo. É autora do livro *Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção* (Cortez, 2005).

vir a compartilhar, por meio desta obra, do relato dessas experiências.

As intervenções, tão bem desenhadas em cada retalho desta colcha interdisciplinar de temática variada, mostram o esforço na busca do melhor desempenho profissional em temas de difícil manejo.

Os três primeiros capítulos versam sobre a adoção e, mais especificamente, sobre o trabalho de preparação para a adoção e os entraves encontrados para a realização das chamadas “adoções difíceis”. Práticas necessárias e sempre tão bem-vindas por todos que se preocupam pela infância abandonada em nossas instituições de abrigo.

O interesse em conhecer ações que preparem os pais para a adoção de crianças maiores, grupos de irmãos ou crianças com necessidades especiais tem uma origem que fica clara quando vislumbramos as estatísticas.

Nos abrigos brasileiros temos a trágica soma de cerca de 80.000 crianças internadas. No Cadastro Nacional de adoção, recém-criado, temos por volta de 22.500 pretendentes à adoção. Paradoxo de difícil compreensão e de tristes consequências.

A cultura brasileira de adoção, carregada de mitos, falsas impressões, medos e distorções do real sentido e significado desta prática, contribui para a recusa de muitas famílias potencialmente capazes de concretizá-la. Repensar a questão do abandono e da adoção de crianças e adolescentes hoje significa dar passos no sentido de ressignificar valores, desmistificar crenças limitantes e reconsiderar, acima de tudo, o interesse da criança e do adolescente que, conforme prescreve o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (Cap. III, Art. 19), “tem o direito de ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta”.

Uma mudança na atual cultura de adoção tornará possível a realização de inúmeros ideais, presentes tanto no imaginário das crianças e adolescentes como no dos adultos candidatos à adoção. Nesse sentido, as autoras do Capítulo 1 – “Abordagem Grupal Interdisciplinar: a Adoção



nas varas de infância e juventude” apresentam uma alternativa enriquecedora para o trabalho com pretendentes, atuando interdisciplinarmente e sofisticando seu instrumental para, entre outros objetivos, aproximar as expectativas dos pretendentes à adoção às características das crianças e adolescentes disponíveis. O acolhimento, sugerido como iniciativa anterior às próprias entrevistas avaliativas, tem o poder de tranquilizar os participantes e torná-los mais espontâneos na expressão de seus desejos e conflitos, de suas dúvidas e ansiedades. Desse modo, contrariando as expectativas geradas no início do capítulo, as autoras revelam uma tentativa de abordagem da complexa problemática psicológica que envolve as questões relativas ao processo adotivo.

No capítulo II – “Grupo de orientação à adoção: uma experiência interdisciplinar”, é abordado outro ponto nevrálgico da adoção: o despreparo das famílias que buscam, por este meio, sanar carências e conflitos pessoais e interpessoais, resultando em sérios problemas na condução da criação do filho e culminando, muitas vezes, na cruel repetição do abandono, na devolução das crianças que seriam adotadas. Criando um espaço de discussão e orientação referentes aos questionamentos e temores que envolvem a adoção, as autoras pretendiam lidar com o despreparo frequentemente presente nos pretendentes ou naqueles que já haviam concretizado suas adoções. Este trabalho incluiu a tratativa de aspectos importantes, tais como as motivações dos pais, as necessidades dos filhos, características das diferentes fases do desenvolvimento da criança e do adolescente, preconceitos e situações do cotidiano, valendo-se sempre de depoimentos enriquecedores do processo. O capítulo apresenta interessante descrição das fases do trabalho desenvolvido, o que permite que seja replicado. Ademais, as autoras ampliam sua colaboração com aportes teóricos e teórico-práticos para que se compreenda a importância do preparo dos pretendentes à adoção, bem como dos pais adotivos. O desenvolvimento do trabalho envolve desde a aplicação de questionário até a dramatização de papéis. Fica despertada no leitor a

vontade de conhecer o questionário, que não está incluído no capítulo, e de discutir algumas posturas sobre qual verdade deve ser revelada ao filho adotivo. A questão é polêmica e parece não haver ainda resposta unívoca para ela: o filho tem direito de saber tudo sobre a adoção? O que deve ser revelado? De qualquer modo, acertadamente, as autoras apontam para os efeitos deletérios sobre a vinculação e o estabelecimento de uma relação sadia e permeada pela confiança entre pais e filhos, se segredos tão importantes quanto o da filiação adotiva estiverem presentes.

Muitas são as polêmicas quando o tema é adoção. No atendimento aos pretendentes, há uma que deixamos para reflexão: serão as equipes do Judiciário as mais indicadas para esse atendimento, considerando que são as mesmas equipes que irão avaliar os pretendentes e definir sua aptidão para a adoção? Certamente o Judiciário tem importantes tarefas a cumprir. No entanto, a aproximação e o intercâmbio entre o Judiciário e os Grupos de Apoio à Adoção (GAAS) são necessários e não podem ser delegados a um segundo plano, uma vez que são atividades complementares. As atividades dos GAAS são também desenvolvidas por pessoas especializadas e livres do rótulo de avaliadores, o que as coloca em posição mais confortável, bem como àqueles que necessitam de ajuda neste processo.

No capítulo III – “Apresentação de um caso de adoção: como trabalhar com as várias descrições”, as autoras propõem uma ousada mudança no Judiciário, por meio da criação de equipes interdisciplinares no trabalho dos temas, visando à melhoria no atendimento ao usuário, bem como à redução do estresse dos profissionais, que quase sempre precisam desdobrar-se para atender a demandas extensas e variadas.

As autoras descrevem seu trabalho rotineiro com o processo adotivo nos Fóruns, incluindo aquele ligado à criação de Grupos de Acolhimento, além de iniciarem algumas ações alternativas para a adoção como o Apadrinhamento Afetivo.

Como pano de fundo, abandonam o paradigma cartesiano e adotam o pensamento pós-





-moderno, identificando uma interdependência entre o sujeito que conhece e o objeto de seu conhecimento. Enfatizam a interdisciplinaridade como a oportunidade para o enriquecimento mútuo e a horizontalização das relações, especialmente por uma recombinação dos elementos e não por uma simples adição.

É com esta perspectiva que as autoras nararam um interessante caso de preparação para a adoção de um grupo de cinco irmãos, que bem ilustra a forma como a equipe desenvolve seu trabalho. A adoção é internacional, pois não foram encontrados pretendentes para estas crianças em nosso país.

O grande problema que o Juizado da Infância e Juventude enfrenta atualmente é que o perfil das crianças e adolescentes disponíveis para adoção é diametralmente oposto ao perfil da criança desejada pela grande maioria dos casais ou pessoas interessados em adoção. Isso torna muito difícil a tarefa de colocar essas crianças/adolescentes em famílias substitutas.

Por outro lado, a falta de investimento na reintegração familiar de crianças e adolescentes fica evidente ao se observar que 77% deles, mesmo possuindo vínculos com a família de origem, permanecem abrigados. O período de permanência no abrigo é longo: 42% das crianças e dos adolescentes ficam em abrigos por um período de 2 a 5 anos.

O capítulo IV, por sua vez, trata da aproximação entre as Varas da Infância e Juventude (VIJS) e Conselhos Tutelares, propondo-se especialmente a intervenção junto às famílias com filhos em situação de risco ou de abandono. Trata-se de mais uma iniciativa relevante, pois tem um cunho profilático e abarca uma intervenção que pretende atingir a origem do problema: o trabalho com as famílias. Além disso, a intervenção junto aos Conselhos Tutelares é um bom começo para a agilização das ações e sua efetividade, além de fortalecer um órgão muito próximo à comunidade. Mostram os autores uma preocupação em construir conhecimento, uma vez que propõem um maior aprofundamento teórico a

partir de suas práticas, com o objetivo de fazer frente à diversidade das composições familiares encontradas. Iniciativa importante e necessária, uma vez que o arranjo familiar tradicional não é mais característico da realidade brasileira, especialmente em determinadas classes sociais menos favorecidas.

Já no capítulo V, trazem os autores suas reflexões sobre as teorias e perspectivas que tratam do estabelecimento e da ruptura de vínculos, decorrentes de estudos realizados pela equipe interdisciplinar das Varas.

Seu foco se mantém sobre os efeitos das rupturas de vínculos no contexto da institucionalização de crianças e adolescentes. Transitam entre autores cujas concepções são mais deterministas, vislumbrando consequências danosas e permanentes sobre aqueles que sofreram rupturas em vínculos importantes, e outros autores que asseveram haver caminhos e possibilidades de recuperação. Apoiando-se na linha mais organicista ou mais contextualista, a preocupação dos autores deste capítulo se firma nas crianças que vivenciaram, de algum modo, a ruptura de seus vínculos.

É interessante a discussão sobre quais influências os deterministas estariam sofrendo e se estariam sendo influenciados por mitos acerca da maternidade, da filiação biológica e da composição familiar. Discussão importante e necessária se desejamos evoluir neste campo, onde os mitos e preconceitos grassam e são determinantes da impossibilidade de muitas crianças verem atendido seu direito de viver em família. O grande mérito deste capítulo está não apenas na postura adotada pelos autores, que deixam a visão fatalista para trás e abraçam os referenciais mais próximos de uma visão sistêmica, circular e não linear, de causa e efeitos imutáveis. Maior mérito reside na preocupação em desenvolver procedimentos que garantam formas de adaptação e bem-estar, seja no abrigo, seja em família substituta, à criança que viveu rupturas. A postura adotada tem caráter profilático, o que vai ao encontro da defesa do maior interesse das crianças. Nesta mesma linha, apontam para a





necessidade de reestruturação dos abrigos segundo o professado pelo ECA e elencam uma série de recursos paralelos que podem ser mobilizados no atendimento às crianças, às famílias e às instituições de atendimento. A manutenção dos vínculos originais familiares é valorizada, bem como a importância do trabalho em rede para que as intervenções sejam ágeis e efetivas. Não se excluem da necessidade de revisão pessoal no que se refere a mitos e preconceitos, que, se não abordados e devidamente elaborados, podem conduzir à paralisia de ações tão necessárias.

O capítulo VI, por sua vez, trata de tema polêmico e atual – o rebaixamento da idade penal. Entendem os autores que a subsidiar tal postura está a lógica da retaliação, a qual não apresenta solução real para as situações de violências praticadas por adolescentes. Defendem, acertadamente, que as sanções bem aplicadas estão na base da educação e da vida social e apontam a existência de graves hiatos normativos. Entendem corretamente que a função da sanção seria de preservar a ordem pública e não de “fazer justiça”, o que se daria por meio de um sistema ressocializante eficiente. Interessante e já tradicional entre os estudiosos da intersecção entre o Direito e a Psicologia é incursão destinada a tentar articular a função da Lei Jurídica com a formação da Lei Psíquica, constitutiva do homem “civilizado”.

Apresentam os autores uma instituição que denominam “ilha de sanidade”, na qual membros de uma equipe multidisciplinar enfrentam o desafio de criar um sistema socioeducativo cuja proposta está apoiada na oferta de oportunidades de desenvolvimento pessoal dos internos. Nessa experiência as iniciativas humanistas ressocializantes são tão necessárias quanto possíveis.

Somos conduzidos neste capítulo ao seguinte questionamento: se a lei psíquica se instaura pelo temor ao pai, se da sanção advém a castração e o limite, se não houver sanção o que impedirá as ações antissociais? O percurso da humanização, a libidinização seguida da castração civilizatória parece ser o percurso a ser seguido com resultados a longo prazo. Os autores propõem um re-

ordenamento do modelo vigente de atendimento, que apresentará resultados nada imediatos. Resta saber o que fazer com o aqui e o agora.

O capítulo VII trata do enfrentamento à violência doméstica. Como romper o ciclo de violência contra crianças e adolescentes foi o desafio que os profissionais da Equipe Técnica do Judiciário de Orlândia se colocaram. Os autores percorrem o caminho histórico da violência contra a criança, chegando até a violência doméstica presente em nosso cotidiano, e defendem sua divulgação para que se rompa seu ciclo e ela possa ser combatida. Ao chegar ao Judiciário, mais uma vez mostra-se necessária a aplicação do trabalho interdisciplinar em função da variedade da prática da violência, bem como da multiplicidade de seus indicadores. A violência física é tida como a mais facilmente identificável e a mais comum e pertence ao nosso imaginário. A violência sexual é a que mais aversão causa, por atacar tabus e interdições fundantes de nosso psiquismo. A psicológica é a mais dificilmente identificável, pois suas consequências se dão no nível do emocional, do impalpável.

Os questionamentos apresentados pelos autores são os de praxe, e são unânimes em apontar a necessidade de proteção à criança vítima de violência. Resta buscar respostas sobre como romper o ciclo violento, que medidas tomar em relação ao agressor e outras ainda que dependem de que a nossa sociedade alcance medidas, quer legislativas, quer terapêuticas, capazes de mudar efetivamente as situações de violência no âmbito familiar. Urge buscar aquelas de caráter profilático, preventivo. Os autores fazem sua proposta: a de uma intervenção interdisciplinar acompanhada de uma outra, de ordem pluri-institucional, na qual as instituições envolvidas na defesa aos Direitos da Infância e Juventude ajam conjuntamente.

No capítulo VIII, os autores se impõem a tarefa de refletir sobre a possibilidade de trabalho interdisciplinar numa situação típica vivida pelos técnicos do Tribunal de Justiça, que é a da sobrecarga de trabalho, aliada à redução do quadro de profissionais e aos problemas trazidos pela clientela. Diante do dilema paralisar-se ou dar um sal-





to qualitativo, optaram pela segunda alternativa, baseada novamente na troca interdisciplinar que caracteriza os atendimentos na VIJ de Campinas e que lá encontra aplicabilidade maior no Setor de Adoção, especificamente na avaliação dos pretendentes à adoção. Um dos grandes méritos deste capítulo é a demonstração da possibilidade de atuação interdisciplinar generalizada dos técnicos do TJ do Estado de São Paulo. Os autores propõem-se uma análise do contexto sócio-político-cultural dos usuários do serviço. Criticam o pensamento e o método cartesiano como forma de atingir o conhecimento e apresentam as chamadas Ciências Sociais como as novas formas de pensar o homem, que desembocam na Psicologia e Serviço Social. Apresentam a evolução do pensamento, passando pelo Positivismo e pela Psicanálise, que criaram novas formas de buscar o conhecimento, especialmente a última, ao introduzir a noção de Inconsciente, fazendo com que a Razão fosse deslocada do lugar central que ocupava até então. Impõe-se a partir daí a necessidade de uma redefinição do modo de atuação das diferentes disciplinas, surgindo a perspectiva interdisciplinar como forma de enfrentamento dos dilemas que o homem moderno vive na sociedade urbana industrial. Neste quadro, a Psicologia e o Serviço Social são saberes a serem compartilhados para que surjam novas formas de ação e intervenção nas microsociedades tal como é a família. Finalmente, tomam a interdisciplinaridade como propiciadora de uma maneira especial e nova de intervir nas questões postas pela sociedade.

É verdade que a construção de uma nova teoria geral a partir da contribuição de diferentes disciplinas se caracterizaria como um passo além da interdisciplinaridade, que já não é tão nova nem tão fora de nossas práticas cotidianas. Caracterizar-se-ia como uma forma de intervenção verdadeiramente nova, a transdisciplinaridade. É certo, porém, que a proposta vai além da simples multidisciplinaridade na qual os saberes se justapõem. O capítulo pressupõe, em seu lugar, uma reciprocidade, um regime de copropriedade que possibilita o diálogo equilibrado. Com esta

postura “filosófica” lança um projeto de avaliação interdisciplinar dos pretendentes à adoção.

É uma proposta que tem suas limitações, já que pretende ser mais informativa que formativa. Embora superficial em termos de uma conscientização mais aprofundada dos pretendentes em relação ao ato de adotar, ela tem seu mérito: o de propor uma ação que vai além do caráter avaliativo característico das intervenções das VIJ neste tema.

Qualquer intervenção que faça com que os pretendentes possam ir além do “instante de olhar” e chegar ao “tempo de compreender” fará com que o “momento de concluir” se concretize em ações mais integradas e elaboradas por parte dos pretendentes, levando à adoção (quando for este o caso) cujo sucesso terá maiores garantias.

Com este objetivo, o método passa a ser mero detalhe.

Apresentar um trabalho que aborda a técnica de entrevista como meio de atuação nos casos atendidos nas Varas Cíveis é a meta do Capítulo IX, sendo esta especialmente voltada para a entrevista conjunta dos ex-cônjuges. Novamente, a proposta do atendimento conjunto de psicólogo e assistente social se apresenta neste capítulo, desta vez para a avaliação pericial de casos de disputa de guarda ou regulamentação de visitas. Essa ideia se funda na observação de que o casal litigante ouvido em separado tem uma “intensificação das fantasias inconscientes associadas a ansiedades e defesas decorrentes de um relacionamento conjugal conturbado”.

A compreensão da dinâmica relacional alcançada por este método certamente restará melhorada. Restam entretanto as idiossincrasias pessoais, aquelas características que, quando identificadas, dizem ao perito qual dos dois genitores é o mais capaz de exercer a guarda naquele momento. A relação transferencial do casal permite, a meu ver, o acesso a um certo tipo de conhecimento que, no entanto, não se confunde com aquele que só é passível de ser apreendido pelo contato individual e aprofundado, no qual a transferência e a contratransferência, o *setting* e as transgressões ao





mesmo nos darão indicações valiosas para a compreensão de cada indivíduo examinado.

Ao apontarem o trabalho em equipe dentro de uma instituição, os autores alertam para as dificuldades em sua concretização, quase sempre da ordem das emoções e dos sentimentos dos membros componentes da equipe. As entrevistas conjuntas são apresentadas não apenas como método de avaliação das situações e das pessoas, mas também contribuindo para um repensar sobre as relações interpessoais, o que pode conduzir a desfechos mais favoráveis do processo judicial. Para tanto, o processo avaliativo é complementado por situações terapêuticas que tendem, essas sim, a descontinuar o ciclo de perpetuação de conflitos.

Temos no capítulo x, como meta condutora, a atuação conjunta dos profissionais que trabalham no Tribunal de Justiça. Refere à importância dos Grupos de Estudos para estes profissionais, tanto na construção do conhecimento conjunto como da prática cotidiana. Apontam os autores o efeito terapêutico desses grupos como reguladores da ansiedade profissional, favorecendo a busca das melhores práticas. Questionam eles a operatividade desses grupos e concluem que ela se dá num esquema de trabalho interdisciplinar e que tem como objetivo primeiro a capacitação e qualificação dos profissionais, objetivando o aperfeiçoamento da prática. Por envolver diferentes comarcas do Estado, o texto propicia ainda um conhecimento das diferentes formas de atuação com o enriquecimento de todos os participantes. Concluem os autores no sentido de que, aliado ao objetivo didático desses grupos de estudo, surge sua operatividade na medida em que possibilitam a cada profissional elaborar e traduzir sistemas de conflito difíceis de serem trabalhados em outro contexto.

Partindo dos usuários do Judiciário, chega-se no capítulo xi ao trabalho que tem por sujeitos os operadores do Direito. Aborda-se a atuação do assistente social e do psicólogo judiciários no Serviço Psicossocial Vocacional do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a partir da ótica de seus autores.

Criado em 1998, é onde atualmente se realiza a avaliação psicossocial dos candidatos à Magistratura e Delegação dos Cartórios Extrajudiciais e dos juízes vitaliciandos em estágio probatório. Propõe-se também a orientação vocacional dos filhos e netos dos servidores do TJSP.

Este pretende ser um trabalho com metas profiláticas, uma vez que, por meio da abordagem interdisciplinar, pretende-se alcançar uma compreensão mais aprofundada dos usuários do serviço e possibilitar a identificação de implicações sociais e psicológicas presentes na escolha profissional, com a finalidade de prevenir adaptações no desempenho da carreira.

É um serviço que permite o trabalho da escolha profissional em três momentos da vida: na adolescência, quando se escolhe o curso superior; na escolha de um caminho mais especializado, quando do concurso para a Magistratura e, finalmente, após a escolha profissional, quando se assume a carreira judicante.

Os autores apresentam uma conceituação abrangente do que seja “vocação”, relacionando-a a fatores emocionais, sociais, econômicos, culturais e ideológicos. Ao seguir o modelo bohoslavkyano, fazem o sujeito organizar suas escolhas fundado na compreensão de si mesmo e não meramente no resultado de testes. Para a compreensão de tal complexidade, lançam mão da abordagem interdisciplinar, com resultados benéficos que favorecem desenvolvimento do indivíduo em termos globais, tanto em seus aspectos profissionais como nos pessoais. A contribuição social de tal prática é evidente na medida em que bons profissionais trabalham bem com suas equipes e atendem melhor sua clientela.

Diálogos interdisciplinares é um livro que – ao propor novas práticas, novas conceituações, novos saberes – pretende construir o futuro. São práticas a serem experimentadas, testadas, eventualmente modificadas e aprimoradas.

Afinal, como dizia o poeta, “Caminhante, tuas pegadas são o caminho, nada mais. Caminhante, não há caminhos, faz-se o caminho ao andar”.



Freud e Sauerwald, a fuga de Viena

Sérgio Telles

Resenha de David Cohen, *The escape of Sigmund Freud*, London, JR Books, 2009, 242 p.

Atualmente, ao se falar sobre estudos biográficos de Freud se esbarra em duas evidências. Por um lado, o material pareceria esgotado, tantas e tão variadas são as biografias sobre ele já escritas. Por outro, permanece a espinhosa questão dos Arquivos Freud, que mantêm – com a alegação de confidencialidade – uma parcela razoável de dados sob a guarda da Biblioteca do Congresso norte-americano, aos quais só dará acesso em distantes datas futuras, que chegam até o ano de 2057. Esta decisão tem provocado críticas e polêmicas, como a desencadeada por Jeffrey M. Masson. Por isso mesmo, suscita curiosidade quando aparece novo material biográfico, como é o caso do livro de David Cohen, *The escape of Sigmund Freud*.

Ao pesquisar sobre os parentes de Freud que imigraram para a Inglaterra e se estabeleceram em Manchester, num golpe de sorte, Cohen encontrou na biblioteca daquela cidade as intocadas anotações do psicanalista norte-americano Leslie Adams que, em 1952, planejara escrever uma biografia do criador da psicanálise, projeto

a que por algum motivo não deu continuidade. Além do mais, Cohen ali pôde examinar com vagar as 258 cartas de Freud para o sobrinho Sam, filho de seu irmão Emanuel.

Por essa via, Cohen encontrou pistas sobre o episódio envolvendo o oficial nazista Anton Sauerwald, que foi de importância capital para Freud escapar de Viena para Londres.

Os nazistas tomaram a Áustria em doze de março de 1938. Um mês depois, todos os negócios de propriedade de judeus passaram a ser geridos por um “komissar” indicado pelas autoridades. No caso de Freud, o oficial encarregado foi Anton Sauerwald, um químico de 35 anos, que apreendeu livros e documentos encontrados em sua casa. Entre estes papéis estavam provas das contas secretas de Freud em bancos suíços e das dívidas da editora gerida por Martin Freud, “crimes” que impediriam Freud sair da Áustria. Entretanto, Sauerwald não entregou a seus superiores tais documentos, retendo-os consigo.

O episódio – que não era de todo desconhecido, pois, apesar de ignorado por Peter Gay, foi mencionado por Max Schur – é mostrado pelo autor com mais amplitude e profundidade. Tomamos conhecimento dos equívocos de Harry Freud, o sobrinho de Sigmund responsável direto pela perseguição e prisão de Sauerwald, por pensar que ele usurpara o patrimônio familiar. A dívida não só simbólica da família Freud para com Sauerwald foi paga quando Anna testemunhou a seu favor nos tribunais do pós-guerra, o que foi decisivo para sua libertação.

Embora seja esta sua peça de resistência, o livro de Cohen traz detalhes das circunstâncias inusualmente adversas trazidas pelo nazismo, quando Freud, já atacado pelo câncer, teve de se preocupar não só com sua segurança pessoal e de sua família, como foi forçado a entabular complicadas negociações políticas na tentativa de salvaguardar a instituição psicanalítica. Acrescentando a tudo isso os transtornos decorrentes da mudança de cidade e país, é surpreendente que Freud em nenhum momento tenha interrompido suas atividades, mantendo o atendimento a seus pacientes – como a

Sérgio Telles é psicanalista e escritor, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, autor de *O psicanalista vai ao cinema* (Casa do Psicólogo/Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2004) e *Visita às casas de Freud e outras viagens* (Casa do Psicólogo, 2006), entre outros.

poeta Hilda Doolittle, que deixou um interessante registro de suas sessões – e a produção de textos teóricos. São desta época “Análise terminável e interminável”, “Moisés e o monoteísmo” (que – como o próprio Freud antevia – teve recepção controvertida), “Woodrow Wilson” (em coautoria com o embaixador norte-americano William Bullitt) e “Esboço de Psicanálise”.

Cohen apresenta ainda muitos dados de outras épocas da vida de Freud e de seus familiares. Mostra a luta contra a pobreza, as vergonhas (quando Freud tinha dez anos seu tio paterno, Joseph, foi preso por fazer parte de uma quadrilha que lidava com moeda falsa, atividade na qual estavam envolvidos seus meios-irmãos residentes na Inglaterra, Emanuel e Phillip; o pai de Martha também passou uma temporada na cadeia após uma falência), o suicídio de três sobrinhos e um primo.

Além da bibliografia mais conhecida, Cohen cita alguns livros pouco recorridos por não estarem traduzidos do alemão, como a correspondência entre Freud e Minna, a cunhada com quem teria tido uma intimidade suspeita aos olhos de alguns; o pequeno livro de Anna Bernays-Freud, irmã de Sigmund, que teve de esperar cinquenta anos para ser publicado; ou o depoimento de Paula Fichtl, a fiel empregada, no qual dá importantes informações sobre o cotidiano da família Freud.

Cohen acredita que não foi ainda examinada com a devida atenção a relação de Freud com seu sobrinho Edward Bernays, filho de sua irmã Anna e do irmão de Martha, Eli. Edward fez excepcional carreira nos Estados Unidos, onde foi assessor direto do Presidente Woodrow Wilson. É possível que Edward tenha tido alguma influência no interesse que este político suscitou em Freud, a ponto de motivá-lo a escrever a já mencionada psicobiografia¹.

Cohen pensa que o episódio Sauerwald foi praticamente ignorado pelos outros biógrafos por envolver assuntos tidos como constrangedores, como o manejo do dinheiro por parte de Freud, suas contas secretas em bancos suíços.

Tendo em vista o que tem sido omitido ou reprimido nas biografias anteriores, Cohen mostra uma lista do material retido pelos Arquivos Freud e estabelece algumas hipóteses sobre o que poderia justificar a manutenção do sigilo.

Na Biblioteca do Congresso há 153 caixas com documentos de Freud – correspondência com amigos, colaboradores, pacientes, familiares e anotações clínicas etc. Destas, vinte não podem ser abertas até 2020, 2050 e 2057. E oito caixas estão seladas “perpetuamente”.

Das que só poderão ser abertas entre 2050 e 2057, estão as seguintes pastas e o que Cohen supõe ser o seu conteúdo:

- a A ser aberta em 2050 – a correspondência entre Freud e seu sobrinho Harry. Como nenhuma outra correspondência com sobrinhos está restrita, é possível que a restrição tenha ligação com o episódio Sauerwald;
- b A ser aberta em 2050 – a correspondência com Felix e Helene Deutsch. Felix foi médico de Freud até 1926;
- c A ser aberta em 2057 – papéis relacionados com os Bernays, a família de Martha, mulher de Freud;
- d A ser aberta em 2057 – a correspondência com Elsa Foges, prima e confidente de “Dora”, a famosa paciente histérica de Freud; correspondência trocada com Clarence Oberndorf, um norte-americano analisado por Freud em 1923-4; correspondência com os psicanalistas Edoardo Weiss e Ernest Kris, e com Oscar Rie, pediatra dos filhos de Freud.

Todos os documentos relacionados com Minna Bernays, Anna Freud e Edith Jacobson estão destinados a serem “perpetuamente” inacessíveis.

¹ Concorro com o autor, pois Edward Bernays, criador da chamada “Relações Públicas”, foi um gênio da propaganda e da publicidade, atividades nas quais aplicou com grande habilidade os conhecimentos de seu tio Sigmund. Aos interessados, sugiro que vejam o excelente documentário produzido pela BBC – “The century of the self”, de Adam Curtis (2002), no qual a vida e os feitos de Bernays são abordados. O documentário pode ser encontrado no YouTube.



É de se pensar como Cohen obteve tais reveladoras informações. Elas mostram que a habitual explicação de que o sigilo se deve à proteção de dados confidenciais referentes a pacientes não se sustenta, o que está retido é material ligado diretamente a pessoas da família Freud e Cohen estabelece algumas hipóteses plausíveis sobre a censura.

Anna Freud e Dorothy Burlingham mantiveram uma relação de intimidade por mais de cinquenta anos e viveram sob o mesmo teto as últimas décadas de suas vidas. Embora tal fato fosse do conhecimento de muitos, a conotação lésbica desta união foi sempre negada. Dorothy Burlingham era neta e herdeira de Charles Tiffany, o fundador da famosa joalheria. Fora para Viena em busca de tratamento para um filho que sofria de problema psicossomático. Apesar de logo ter ficado íntima de Anna, esta não hesitou em aceitar seus quatro filhos em tratamento analítico. Por sua vez, Dorothy fez análise com Theodor Reik e começou a trabalhar como analista de crianças com Anna. Nesta ocasião, morava no andar de cima do apartamento de Freud, na Berggasse 19. Quando os Freud partiram para Londres, Dorothy os acompanhou, morando novamente vizinho à casa deles. Após a morte de Sigmund, mudou-se para sua casa, ali residindo por quarenta anos, até o final de sua vida. Com Anna fundou a Hampstead Nurseries, para crianças pobres. Separada de Robert, pai de seus filhos, Dorothy dificultava seu acesso às crianças. Freud analisou Dorothy e Robert, que sofria de distúrbio bipolar e terminou por se suicidar em Londres. Embora não mencionado por Cohen, sabe-se do fracasso das análises dos filhos de Dorothy feitas por Anna, pois Bob morreu como alcoólatra crônico e Mabbie, já adulta, voltou a se analisar com Anna, apesar de estar vivendo na mesma casa com ela e a mãe, local onde veio a se suicidar². Lembremos que Anna foi analisada pelo pai, sempre às dez horas da noite. Teria ela repetido com os filhos de Dorothy, especial-

mente a fase final da análise de Mabbie, adulta e morando na mesma casa, a experiência inusitada, para não dizer traumática, de sua própria análise com o pai?

Edith Jacobson, outra cujos documentos estão vedados para sempre, era uma rica norte-americana íntima de Anna e Dorothy, tendo com elas trabalhado nas clínicas e creches por elas criadas.

E Minna Bernays, a última a ter seus papéis “perpetuamente” censurados, era a cunhada com quem supostamente Freud estava envolvido sexualmente.

Destas informações trazidas por Cohen, chama a atenção a peculiar figura criada pelos Arquivos Freud, ao proporem o arquivamento de algo que jamais poderá ser consultado. Qual o estatuto de algo arquivado que deve permanecer “perpetuamente” inacessível? Não seria mais lógico destruir os documentos cuja consulta está proibida definitivamente? Não seria esta uma formação de compromisso claramente sintomática, que revela a ambivalência frente ao desejo de destruir o arquivo e a vontade de torná-lo público?

Tendo como corretas as informações de Cohen de que grande parte do material retido diz respeito à família Freud, poderíamos entender a imposição de sigilo em termos pessoais, como um direito à privacidade. Mas seria possível reduzir a questão a este nível? Em sendo Freud um gênio, não fica legítimo o interesse público em sua biografia? Além do mais, a questão do sigilo fica mais delicada por ser Freud o pai da psicanálise, ciência que mostra a importância da repressão e da negação no funcionamento psíquico e no desvelamento da realidade interna e externa.

É compreensível que situações como as apontadas, que mostram eventuais falhas e limitações por parte de Anna e de Sigmund, provoquem constrangimento e suscitem a preocupação de que os inimigos da psicanálise delas se utilizem para atacá-la. Mas não poderia haver uma estratégia de defesa pior do que tentar escondê-las, reforçando a negação e a idealização. Ainda mais

2 Tais informações são dadas por Michael Burlingham, filho de Bob, no já citado documentário “The century of the self”.





que, no caso em pauta, o simples fato de ser necessária a imposição do sigilo sobre determinados dados poderia ser visto como uma evidência do que se pretende negar. Fossem os Freud perfeitos, nada disso seria preciso.

Sob outro ângulo, parece que um aspecto da tendência a idealizar Freud se apoia na ideia equivocada de que qualquer eventual falha confirmada na pessoa de Freud equivaleria a uma falha no corpo teórico da psicanálise.

Tomemos o suposto caso de Freud com Minna. Mesmo sabendo quão improvável ele é, encaremos o pior cenário, aquele proposto por Peter Swales: Freud tinha um caso com a cunhada, ela engravidou e foi providenciado o aborto. Tudo teria sido encoberto em nome das conveniências sociais. Por mais decepcionante que seja pensar que Freud possa ter usado da comum e ubíqua dissimulação presente nas convenções sociais, deveríamos por isso desautorizá-lo de uma vez por todas, eu ou você, *hypocrite lecteur, mon semblable, mon frère* – como diria Baudelaire? E o mais importante – esta falha humana de Freud colocaria em risco sua extraordinária teorização sobre o inconsciente? Não me parece. A única coisa que se perderia, caso ficasse comprovada a acusação de Swales, é a idealização em torno da figura de Freud. O edifício teórico não desabaria.

Façamos o mesmo com o suposto caso Anna Freud–Dorothy Burlingham. Todo o episódio concentra uma quantidade de procedimentos inadequados, que não podem ser defendidos e só podem ser entendidos como ocorrências dos tempos heroicos, quando os limites e fronteiras na relação analista-paciente ainda estavam sendo delimitadas, sendo que neste processo foi pago um alto preço em termos de sofrimentos. Ademais, não se pode ignorar a força dos preconceitos, se ainda hoje a aceitação de uma relação lésbica está longe de ser tranquila. Mas tudo isso invalida as contribuições teóricas de Anna Freud? Tampouco me parece.

Não se pode exigir a perfeição de Freud e temos de aceitar suas insuficiências. Mas é verdade que esta aceitação não é acrítica ou incondicional. Não poderíamos aceitar uma postura antiética por parte de Freud, uma falha de caráter que o colocasse como um falsário, um impostor, um mitômano cujas descrições e descobertas não passam de requintada fraude. E é assim que muitas vezes ele é apresentado por seus inimigos, como os autores norte-americanos do chamado *Freud bashing*, os de “O livro negro da psicanálise” e Michel Onfray, o filósofo francês que mais recentemente o tem atacado. Este tipo de acusação não nos abala minimamente, pois todas as descobertas de Freud são reafirmadas diariamente nas análises pessoais dos próprios psicanalistas e em seu trabalho diuturno com os pacientes. Sem mencionar a vasta penetração da psicanálise nos mais variados campos da cultura, que, num rico diálogo, permanentemente confirma a veracidade das descobertas freudianas.

Muitas das acusações que são feitas a Freud por seus inimigos se baseiam em efetivos equívocos nos quais ele incorreu (por exemplo, ao dizer que “curou” o Homem dos Lobos ou outros pacientes, quando sabemos hoje que tal não se deu), que são magnificados em função da ignorância do contexto ou de franca má-fé.

O livro de Cohen, ao trazer alguns dados novos sobre a vida de Freud referentes à sua fuga de Viena tomada pelos nazistas, faz-nos pensar sobre os processos de idealização em torno de sua pessoa e, por extensão, em torno das figuras que suscitam transferências semelhantes com as quais o analista transita ao longo de sua vida institucional.

Costumamos desancar Jones pelo aspecto hagiográfico de sua biografia de Freud, esquecendo que em tudo ele teve plena anuência do biografado. Desde Jones até Cohen, um longo caminho foi trilhado. É bom que seja assim e que constatemos que não por isso os fundamentos da psicanálise foram abalados.



No rumo de uma teoria do cuidar

Eliana Borges Pereira Leite

Resenha de Luís Cláudio Figueiredo,
As diversas faces do cuidar, São Paulo,
Escuta, 2009, 231 p.

Entre os conselhos que, em 1912, Freud destinou aos que então se iniciavam na prática psicanalítica, há a advertência de que o atendimento não deveria ser norteado pela ambição de curar. Lembrando os dizeres de um colega médico – “eu cuido, Deus os cura” –, Freud recomenda a confiança no método para que a cura possa acontecer por acréscimo. Assim, desde seus primeiros tempos, a psicanálise se inclui entre as práticas do cuidar.

Visando, na época, à necessidade de estabelecer os princípios de uma clínica que dava seus passos iniciais, a recomendação, transposta ao panorama da psicanálise contemporânea, oferece novas possibilidades de leitura. Um Freud *pós-freudiano* poderia reler sua obra à luz das contribuições dos que o seguiram, segundo o movimento de abertura e ressignificação próprio da temporalidade concebida pela psicanálise e que não poderia deixar de incidir sobre a sua própria produção. É por essa perspectiva que, em seu livro mais recente, Luís Cláudio Figueiredo nos convida a acompanhá-lo em reflexões cuja premissa maior é a potencialidade intrínseca à psicanálise de se reinventar na era pós-escolas.

Eliana Borges Pereira Leite é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, doutora pelo Núcleo de Psicanálise da PUC-SP.

Se o cuidar mencionado por Freud servia como referência para encorajar os jovens praticantes a confiar no método, na clínica atual os analistas se veem diante de desafios que os levam a rediscuti-lo. Frente às demandas apresentadas pelo amplo espectro dos pacientes não neuróticos e por novos contextos, muitas vezes interdisciplinares, nos quais a psicanálise é chamada a se inserir, torna-se necessário reconsiderar aspectos da ética e da técnica psicanalítica. Para Figueiredo, em função de limites internos e externos que questionam a clínica padrão, a rediscussão que se desenvolve na psicanálise contemporânea obriga os analistas “a se libertarem de amarras escolásticas e dogmáticas, de forma a recuperarem a dimensão de *liberdade e pesquisa* que Freud sempre atribuiu à sua criação” (p. 20). Superar antigas oposições, efetuando um *atravessamento dos paradigmas* – a exemplo de muitos analistas de valor que, à margem das escolas dominantes, desenvolveram obras originais, independentes e respeitadas – é uma condição essencial para fazer avançar o pensamento “no rumo de uma *teoria geral do cuidar* de base psicanalítica” (p. 21).

E neste rumo foram concebidos os trabalhos reunidos por Figueiredo em seu livro. Lembrando Foucault, para quem Freud fundou um campo de diferenciações, um campo discursivo no qual se fertilizam e movimentam as práticas psicanalíticas mais variadas, o autor assinala as vantagens de respeitar a diversidade deste campo e de “atravessá-lo, fazendo ligações, costurando e recortando conforme as exigências do trabalho analítico em sua extraordinária singularidade” (p. 23).

O primeiro atravessamento a que nos convida se dá a partir do pensamento de Melanie Klein. O conceito de *phantasia inconsciente* é o eixo de uma reflexão rigorosa da qual emerge revalorizado. No entender do autor, esta noção “encarna o que de mais próprio existe em uma epistemologia psicanalítica, o seu caráter híbrido e paradoxal” (p. 30). A *phantasia inconsciente* faz avançar a problemática da noção freudiana de pulsão, pois ultrapassa dicotomias, reunindo “o mais somático e sensorial a uma possibilidade



embrionária de sentido” (p. 34). Figueiredo descreve as múltiplas possibilidades desta noção, sua potência de mediação e de elucidação de muitas problemáticas, além de indicar suas derivações teóricas e implicações clínicas no pensamento de outros autores, como Ferenczi, Bion, Winnicott e, mais recentemente, Botella. Redimensionada, a noção de *phantasia inconsciente* amplia o alcance da escuta, das interpretações e do dispositivo clínico. Um exame igualmente rigoroso é efetuado em relação às concepções de *Édipo precoce* e de *situação edípica*, nas quais se sustenta a constituição de um lugar de terceiro a ser bem ocupado pelo analista. A eficiente leitura de Figueiredo faz ver como o pensamento clínico de Melanie Klein possibilita uma síntese criativa entre as duas tópicas e também entre as três vertentes da clínica freudiana, orientadas respectivamente pela representação, pelas pulsões e pelos mecanismos de defesa. Por todos esses motivos, sua convicção é de que um resgate do pensamento dessa autora poderia ser de grande auxílio na superação da era das escolas.

Em favor da necessidade de ultrapassar as separações e oposições entre as teorias, Figueiredo argumenta assinalando a forte presença de uma *lógica paradoxal*, nem sempre assumida, na psicanálise. A seu ver, é preciso empregar a partícula *e* em lugar do *ou* para ligar noções em oposição teórica como *pulsão e relações de objeto*, *desamparo e desejo*, *fantasia e trauma*, *intrapsíquico e intersubjetivo*, entre outras. Apoiado no pensamento de Winnicott, o primeiro a insistir nessa direção, o autor apresenta, no terceiro capítulo do seu livro, três teses que evidenciam a efetividade do paradoxo em três instâncias do pensamento e da prática psicanalítica, de tal forma que o paradoxo em cada plano tem ressonância sobre os outros dois. Na primeira tese é abordado o *paradoxo constitutivo* do objeto da psicanálise. Trata-se de reconhecer “uma *matriz paradoxal na condição humana e no originário da experiência*” (p. 55), ou seja, a coexistência, desde as origens, de uma independência e de uma dependência absolutas do humano em relação ao meio. A se-

gunda tese sustenta a necessidade do paradoxo, como lógica e como estilo, desde Freud, nas teorias da psicanálise. Como ocorre com o método, pela natureza paradoxal do seu objeto, as teorias e práticas psicanalíticas precisam reunir características dos processos primários e dos processos secundários. A teoria, como a clínica, é uma elaboração imaginativa que “jamais reflete a experiência como idêntica a si mesma, mas a transforma e a transporta” (p. 64). A terceira tese trata da natureza paradoxal do dispositivo clínico da psicanálise, pela natureza de *ser e não ser* das relações transferenciais. A constituição do enquadre, como terreno de desligamento e de ligação, propiciador de novas articulações de afetos e representações e do surgimento de novos sentidos, é promovida por uma também paradoxal modalidade de presença do analista, a um só tempo de implicação e reserva.

Por se entrelaçar com questões da clínica contemporânea e do atendimento de não neuróticos, a experiência de confiar, fundamental na formação do psiquismo e no tratamento analítico, é tomada por Figueiredo como eixo de uma reflexão que se alimenta das contribuições de Winnicott e Balint. Este último é o pioneiro em chamar a atenção para as dificuldades clínicas com pacientes precocemente desconfiados, que não contaram com a capacidade do objeto primário para acolher, conter e transformar sua pulsionalidade. Entre as contribuições desse autor, Figueiredo destaca a importância dada a experiências infantis constitutivas da capacidade de tolerar aumentos de excitação e risco, e de entrega ao prazer, necessárias para instalar a *confiança primária* essencial à saúde psíquica. Em Winnicott, por sua vez, a criação de uma *confiança básica no ambiente* – que promove a instalação do espaço potencial e possibilita o viver criativo – depende da confiabilidade do objeto, das experiências com seus acertos e falhas. Na clínica, uma atitude de espera cuidadosa, de tato, e uma presença não intrusiva do analista são essenciais para que a confiança possa se estabelecer e favorecer o que Balint nomeia como *new beginning* e o





que, para Winnicott, evolui como uma confiança crescente no enquadre e na técnica psicanalítica. Articulando o pensamento desses autores ao de André Green – que, como eles, aproxima teoricamente o par paradoxal *pulsão e relações de objeto* – Figueiredo propõe três “confianças”, correlatas, respectivamente, à expectativa de encontro do “objeto primário suficientemente bom” (p. 91), à efetivação desse encontro e à internalização do objeto. Confiança primordial, confiança primária e confiança madura “abrem um tempo e um espaço de encontro e produção de objetos” (p. 92) e, portanto, implicam vazio, aspiração, desejo e incerteza, ou, ainda, proximidade com certa desconfiança a ser reconhecida, enfrentada e ultrapassada. Passando para o plano da cultura, Figueiredo também assinala certa *ressonância* entre o surgimento da desconfiança como um fato sociológico merecedor de atenção e a intensificação das suas manifestações na clínica psicanalítica. Efeito da desproporção entre excitação e continência em uma sociedade permeada por discursos sobre os riscos, a desconfiança pode ser considerada um dos ingredientes básicos do mal-estar contemporâneo e, como tal, propõe questionamentos e solicita reflexão e pesquisa, não só no âmbito das patologias, mas também no das novas formas de ligação e de continência que pode promover.

Sempre norteado pela perspectiva do atravessamento de paradigmas, Figueiredo também reflete sobre aspectos do processo psicanalítico, particularmente do enquadre, à luz da variedade que se revela conforme novos contextos e personagens são incluídos no campo da psicanálise. As considerações de Fédida a respeito das análises complicadas são lembradas a propósito do atendimento cada vez mais frequente de casos nos quais espaços e tempos laterais ao enquadre analítico adquirem grande importância, tanto pela dificuldade desses pacientes de lidar com os limites quanto pela necessidade que colocam ao analista de reelaborar através dos sonhos, da reflexão e da escrita as perturbações que experimenta. Em um habilidoso movimento de ziguezague que ora

aborda as variedades da clínica ora a instalação do enquadre, Figueiredo nos lembra de que o essencial, na instalação do enquadre, é “a oferta de escuta a uma demanda proveniente do infantil, escuta em reserva, escuta em espera, aberta ao que sofre e se repete” (p. 107). Em certos casos, capazes de impor ao analista experiências que podem provocar respostas contratransferenciais perturbadoras ou obstrutivas, haverá a necessidade de ajustar o enquadre, de modo a abrir espaço para a emergência da loucura e das defesas contra ela, sustentando a expectativa de que possam acontecer processos de elaboração, transformações psíquicas e reposicionamentos subjetivos do paciente. Essa sustentação tem como condição preliminar a existência, no analista, de uma disposição prévia, que Figueiredo propõe como uma *contratransferência primordial*, a ser mantida desobstruída e ativa com a ajuda do uso clínico, transicional, das teorias, mas que – é preciso reconhecer – costuma ser afetada por variáveis que nos implicam pessoalmente.

Para avançar na direção de uma teoria geral do cuidar, Figueiredo examina *a atividade de fazer sentido* – processo criativo “que parte do mais passional e primitivo na espécie humana no rumo da sua articulação e simbolização” (p. 116) – de modo a situá-la no campo da intersubjetividade e das relações de objeto. Esclarece, de início, que o *fazer sentido* implica “corte e costura” (p. 117), ou seja, em operações de desligamento, separação e recorte e, ao mesmo tempo, de articulação e reunião, a partir de algum conjunto afetivo e cognitivo. Assim, o traumático, o sem sentido, espreita o horizonte do *fazer sentido*, rondando com a possibilidade do sofrimento as suas operações. Como objetos transicionais, os elementos da cultura modulam esse sofrimento e dão suporte às operações de desligamento e ligação, evitando sua paralisação pela dor e definindo a intersubjetividade como o campo em que emerge o sentido, desde suas formas mais simples, comportamentais e adaptativas às simbolizações mais elaboradas. Quatro figuras da intersubjetividade concebidas pelo pensamento





filosófico e pela psicanálise são retomadas pelo autor, com novas inflexões e possibilidades, e consideradas em sua participação no *fazer sentido*. Sem que qualquer delas seja histórica ou logicamente anterior às demais, a intersubjetividade transubjetiva, com suas funções integradoras de acolhimento e suporte, a intersubjetividade traumática, com seu impacto subjetivante pela via da diferença radical, e a intersubjetividade interpessoal, com sua função de reconhecimento e especularidade, são internalizadas com as funções do objeto primário, constituindo a intersubjetividade intrapsíquica. E, para que a atividade de corte e costura se mantenha criando sentido, é preciso que o campo intrapsíquico seja estruturado de modo a preservar um equilíbrio dinâmico dessas funções intersubjetivas internalizadas. No *fazer sentido* da análise, em particular em relação ao sonho, essas funções internalizadas são matrizes de diferentes possibilidades interpretativas voltadas para o acolhimento, a diferenciação ou o reconhecimento, e podem ser acionadas alternada ou sucessivamente. As intervenções do analista ocorrem “no contexto das diversas figuras da intersubjetividade em jogo e, em particular, no terreno da intersubjetividade intrapsíquica” (p. 129), de modo a ampliar a capacidade do psiquismo de processar suas experiências emocionais e de tolerar os movimentos de desligamento e suspensão do sentido, de religação inusual e de criação de novos sentidos.

Em “A metapsicologia do cuidado”, Figueiredo apresenta uma clara e vigorosa integração das ideias encaminhadas nos textos precedentes. De início, assinala a presença, em todas as culturas e épocas, de procedimentos de recepção destinados a acolher no mundo o recém-nascido e, na sociedade ocidental moderna, também a criança e o adolescente. Com a função de assegurar e promover a integridade e o ingresso na comunidade humana, são esses os procedimentos de *cuidado*, e para além do que se refere ao bem-estar do corpo ou da alma, há os que implicam as operações da separação e ligação, o *fazer sentido*. Constituir para o sujeito uma ex-

periência de integração, de modo a dar forma e inteligibilidade às experiências da vida que provocam turbulência emocional, é a tarefa *ética* do fazer sentido, de tecer “um lugar humano para existir” (p. 195). *Presença implicada* e *presença em reserva* são modos de exercer a função de cuidar. Figueiredo articula como figuras de alteridade algumas modalidades de apresentação do cuidador como presença implicada. Sustentar e conter, reconhecer e interpelar são as funções exercidas pelas figuras da alteridade, correspondentes às intersubjetividades já descritas no capítulo anterior – transpessoal, interpessoal e traumática – e todas comportam cuidados específicos, propiciadores, respectivamente, da experiência de continuidade e de transformação, da experiência da resposta na medida e do reconhecimento pelo outro e da experiência da diferença e da incompletude. Por sua vez, a modalidade de presença em reserva requer do cuidador a renúncia à onipotência, a aceitação da sua própria dependência, e transmite o princípio ético da mutualidade dos cuidados, além de promover a internalização e transmissão da própria capacidade cuidadora. Figueiredo não deixa de lançar um olhar à cultura contemporânea, na qual é possível reconhecer indicadores de uma crise dos dispositivos de acolhimento e reconhecimento, gerando demandas de inclusão às quais respondem, entre outros, os fenômenos dos totalitarismos, dos fundamentalismos religiosos e do culto das celebridades. A urgente tarefa de recuperar a capacidade de cuidar, de prestar atenção uns nos outros, surge em tom de proposta no final do capítulo.

Nos dois capítulos seguintes, o pensamento que orienta o livro é exercitado por meio da análise de dois filmes, *A vida sonhada dos anjos* e *Cidade de Deus*, tomados como material clínico. Nos dois trabalhos, como afirma o próprio autor, estão presentes questões já desenvolvidas, como a do atravessamento dos paradigmas, do fazer sentido e dos cuidados, bem como a natureza paradoxal dos processos intra e intersubjetivos. A análise de *A vida sonhada dos anjos* examina as saídas da adolescência, tanto para a vida, por





meio da jovem Isa – embora seu destino no final não corresponda à sua capacidade de sentir prazer, fazer ligações, encontrar, reparar e proteger objetos – quanto para a morte, no difícil caso de Marie e de sua vinculação obsessiva ao mau objeto. Figueiredo reflete sobre a importância do encontro com o bom objeto e sua introjeção e se refere, com sensibilidade, à disponibilidade imensa que é exigida no contato com estados em que tal encontro não ocorreu. No trabalho sobre *Cidade de Deus* – em que a trajetória de Dadinho, transformado em Zé Pequeno, é regida por uma lógica da exclusão que determina sua configuração e seu desenlace como tragédia – é possível, segundo o autor, uma articulação entre as questões psicanalíticas relativas aos processos psíquicos individuais e as questões sociais que ultrapassam o campo da clínica psicanalítica. São abordados, em especial, os destinos da crueldade, tanto como elemento de destruição quanto como elemento de criação e transformação subjetiva.

Um último capítulo deste livro de Luís Cláudio Figueiredo trata da necessidade de articular, tanto na clínica quanto na teoria, o intrapsíquico e o intersubjetivo. O autor procura formular uma metapsicologia que dê conta da presença do intersubjetivo no intrapsíquico, de modo a compreender o que acontece na clínica psicanalítica. “Trata-se de conceber um mundo interno a partir da transferência e na medida das intervenções psicanalíticas, seja em termos de interpretação, seja em termos de manejos relacionais” (p. 188). Entrelaçando elementos da metapsicologia desde Freud e Melanie Klein, e articulando a dimensão das relações de objeto à problemática pulsional, Figueiredo sugere que o mundo interno permeável à intersubjetivida-

de situa-se no campo do *Supereu*, que é intrinsecamente intersubjetivo, em uma região habitada por objetos internos que, a rigor, são funções intersubjetivas não incorporadas às estruturas do *Eu*, identificações que se externalizam nas relações transferenciais na análise e na vida social. Reconsiderando as clássicas metas propostas por Freud para o tratamento psicanalítico – maior capacidade de amar e trabalhar –, Figueiredo as propõe em termos de uma ampliação da possibilidade de transformações dos objetos desse mundo interno, de modo que o psiquismo “se torne mais apto para aprender com a experiência emocional e beneficiar-se com os cuidados que lhe podem ser oferecidos pela vida social e cultural, ou seja, mais apto a tirar proveito da dimensão intersubjetiva da existência”.

Os antigos navegadores se aventuravam em busca de novas terras confiando nas estrelas e nas indicações contidas em seus portulanos. Atravessar paradigmas, tal como cruzar os mares, exige perícia mesmo que se tenha alguma ideia de onde se vai chegar. E também é preciso confiar no método, como recomendava Freud. Os trabalhos reunidos por Luís Cláudio Figueiredo neste livro, tão profundo em sua dimensão teórica quanto sensível em sua dimensão clínica, completam com sucesso a travessia e anunciam outras, futuras. Mas antes de desembarcar é preciso não deixar de mencionar uma forte impressão deixada pela viagem/leitura: para além da proposição de avançar no rumo de uma teoria do cuidar de base psicanalítica que possa fazer frente às problemáticas da clínica contemporânea e que ultrapasse as distâncias e oposições entre as teorias, efetua-se, neste livro, um cuidar que tem por objeto o próprio analista e, por acréscimo, impulsiona a psicanálise.





Relendo Freud no século XXI

Mario Eduardo Costa Pereira

Resenha de John Forrester, *A interpretação dos sonhos: a caixa-preta dos desejos*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009, 98 p. Coleção Para Ler Freud.

Joel Birman, *As pulsões e seus destinos: do corporal ao psíquico*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009, 168 p. Coleção Para Ler Freud.

Oswaldo Giacoia Jr., *Além do princípio do prazer: um dualismo incontornável*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, 112 p. Coleção Para Ler Freud.

Lançada em 2008, a coleção *Para ler Freud*, da Editora Civilização Brasileira, do Rio de Janeiro, tem como proposta a apresentação dos textos fundamentais da obra do criador da psicanálise sob uma dupla perspectiva. Por um lado, a de delinear de forma acessível a qualquer leitor, psicanalista ou não, a racionalidade e a consistência interna de cada um dos escritos escolhidos, situando-o no contexto de sua produção. Ao mesmo tempo, busca refletir sobre a atualidade de cada um deles. Trata-se, pois, de uma introdução ao pensamento de Freud, concebido não como um mero capítulo inerte da história das ideias, mas em seu caráter dinâmico e vivo, capaz de inspirar novas e inéditas leituras e, assim, interpelar nossas interrogações contemporâneas. Nas palavras da organizadora da coleção, Nina Saroldi, “a cada autor foi solicitado que apresentasse de maneira didática o texto que lhe coube e que, num segundo momento, enveredasse pelas questões que ele suscita em nossos dias” (in Giacoia Jr., p. 9).

Com o objetivo de melhor situar a proposta da coleção, nesta resenha serão discutidos três

volumes em particular (dos seis já publicados), dedicados a alguns dos textos mais decisivos do pensamento freudiano: *A interpretação dos sonhos* (apresentada por John Forrester), *As pulsões e seus destinos* (por Joel Birman) e *Além do princípio do prazer* (por Oswaldo Giacoia Jr.).

A John Forrester, célebre diretor do Departamento de História e Filosofia da Ciência da Universidade de Cambridge e editor da Revista *Psychoanalysis and History*, coube o volume intitulado *A interpretação dos sonhos: a caixa-preta dos desejos*. A referência explícita no título à noção de “caixa-preta”, tão cara à tradição behaviorista em seus esforços de situar a psicologia como ciência dos comportamentos objetivamente observados e que renuncia a qualquer especulação quanto aos pretensos processos mentais que lhes seriam correspondentes, não deixa de constituir uma provocação e uma resposta. Trata-se claramente de sugerir que o método de pesquisa proposto por Freud em *A interpretação dos sonhos*, assim como a teoria do funcionamento psíquico que decorre de sua aplicação, constituem uma via legítima de investigação do “aparelho da alma” enquanto tal. A partir dela, a suposta “caixa-preta” dos processos mentais torna-se susceptível de uma abordagem racional e sistemática, controlável pela lógica e pela observação, bem em consonância com a inspiração iluminista presente em toda a obra freudiana.

A proposta de Freud, diz Forrester, situa-se em ruptura em relação à visão científica tradicional, segundo a qual toda pretensão de se resgatar significados supostamente ocultos nos sonhos não constitui nada mais que um retorno de antigas superstições pré-científicas relativas a esses fenômenos mentais noturnos e psicologicamente primitivos. Mobilizado pelos resultados obtidos com a técnica de livre-associação aplicada em sua terapia catártica, e sobretudo por sua

Mario Eduardo Costa Pereira é psicanalista, psiquiatra, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, São Paulo, professor titular de Psicopatologia Clínica do Laboratoire de Psychanalyse et Psychopathologie Clinique da Université de Provence / Aix-Marseille I, França, membro da Associação Universitária de Pesquisas em Psicopatologia Fundamental.





autoanálise, fundada no exame de seus próprios sonhos, Freud assume uma posição teórica que lhe permite desenvolver, dessa vez de forma sistemática e racional, as intuições já presentes na “psicologia popular” relativas ao caráter propriamente semântico, tal como uma mensagem velada, do material onírico.

O método, amplamente conhecido, centra-se na decomposição dos elementos relatados de um sonho, aplicando a cada um deles a técnica de associação livre (Forrester, p. 26). Uma vez que esse procedimento fosse levado até o extremo, revelava-se de maneira clara que os sonhos constituíam a realização disfarçada de desejos inconscientes proibidos. De tal constatação decorrem inúmeras interrogações e problemas teóricos da maior importância. Em primeiro lugar, coloca-se a questão da gênese desse famoso desejo que se realizaria pelo processo onírico. O ponto de ancoragem do processo desiderativo, segundo Freud, estaria situado nas primeiras vivências de satisfação, nas quais o bebê totalmente desamparado em face de suas necessidades vitais mais urgentes encontra socorro e apaziguamento através dos cuidados prestados pelo outro. Essa primeira vivência de satisfação inscreve um traço mnêmico que associa a experiência imperiosa da necessidade à descarga prazerosa obtida pela intervenção da pessoa que lhe dedicava cuidado. Dessa forma, nas vezes subsequentes em que o bebê voltará a experimentar a urgência de suas insatisfações, ele almejará restabelecer de forma alucinatória, logo imediata, a situação de satisfação original. Esta seria, nesse momento inicial da obra de Freud, a modalidade primária, fundamental, de funcionamento do psiquismo: toda a vivência de desprazer deverá ser aliviada de maneira automática pela via da realização alucinatória do desejo. Tal situação – incompatível com a sobrevivência, uma vez que as realizações desse tipo não podem se concretizar de maneira efetiva, pois não levam em consideração a realidade – impõe ao psiquismo o trabalho de identificar e inibir a satisfação alucinatória da excitação até que tenha obtido sinais de que a descarga irá decorrer de

uma modificação efetiva, isto é, da transformação concreta da realidade que dá origem ao desprazer. Esse é um processo secundário, de natureza fundamentalmente inibitória, pois deve refrear a tendência mais primária – no duplo de sentido de primeira, primitiva e de fundamental – de resolução do desprazer pela via alucinatória: “Portanto, diz Forrester, essa atividade psíquica inicial visa a uma identidade de percepção, ou seja, visa repetir a percepção associada à satisfação da necessidade” (p. 31). É precisamente nesse sentido que o processo secundário do pensamento “é a garantia de que a satisfação possa ser obtida na realidade” (p. 32). Freud identifica assim o processo primário de funcionamento mental: a tendência a resolver de maneira imediata e alucinatória os acúmulos de excitação, vividos assim como desprazer. A incompatibilidade desse mecanismo com a obtenção de uma descarga efetiva e duradoura obriga o aparelho psíquico a desenvolver um processo secundário – no sentido temporal, mas também de derivação em relação ao primário – pelo qual a tendência à descarga é inibida até que essa possa decorrer de uma modificação efetiva da realidade, capaz de permitir uma satisfação concreta.

Para isso, o aparelho psíquico lança-se à busca do reencontro do objeto que, na vivência primária de satisfação, propiciou a descarga almejada. O psiquismo abre-se, pois, ao mundo, não como uma tábula rasa, deixando-se impressionar passivamente pelas percepções que encontra ao acaso. Pelo contrário. Seu funcionamento, sua atenção, são ativos, buscando com determinação e de forma automática captar indícios que permitiriam o reencontro da Coisa perdida. Todo o traço que desta porte o índice serve de orientação para o esforço em se restabelecer a identidade de percepção. Nesse sentido, poderíamos afirmar, em uma perspectiva lacaniana, que tais indícios, que condensam a descoberta existencial da falta e a esperança de uma futura satisfação, funcionariam como causa do desejo.

Na leitura proposta pelo autor inglês, a *Interpretação dos sonhos* já pressupõe uma certa





concepção intuitiva de transferência, pelo menos a do leitor em relação ao texto, mas também a de Freud em relação a seus leitores imaginários. A esse respeito, diz Forrester: “Freud coloca o leitor na posição de um crítico agressivo e se vê na defensiva, confrontado com um interlocutor incrédulo. É exatamente isso que ele quer” (p. 49). E mais adiante, para explicitar a estratégia retórica e argumentativa de Freud, Forrester o cita literalmente: “A rigor, é de se esperar que muitos leitores reajam da mesma forma: disponham-se a sacrificar um desejo em um sonho, simplesmente para realizar o desejo de que eu esteja errado” (p. 53). Nesse sentido, a hipótese freudiana da realização do desejo, propõe Forrester, “destinava-se a pôr às claras a relação que os sonhadores mantinham com... Freud” (p. 55). Tal ponto de vista se estende ao caráter efetivo do dispositivo psicanalítico de interpretação onírica junto aos pacientes. Quando Freud solicita ao sonhador que reconheça seus próprios anseios embutidos no sonho, não se trata unicamente de uma diretriz técnica. Trata-se de explicitar o desejo do próprio analista junto a seu analisante, o qual passa a pressupor que seu sonho comporta um núcleo desiderativo. Dessa forma, “a transferência leva ao desejo” (p. 59). Jamais neutro, o desejo expresso no sonho pressupõe e dialoga com o desejo atribuído ao intérprete, quer ele seja ou não materializado na figura do analista.

A conclusão a que chega Forrester é expressa em termos de uma “ontologia do desejo” (p. 32), segundo a qual o pensamento, em última instância, constitui um esforço no sentido da realização do desejo, dessa vez levando em consideração as exigências da realidade. No sonho, esse desejo se expressa de forma menos dissimulada. Contudo, em um e outro, evidencia-se o fato de que somente o desejo é capaz de colocar em funcionamento o aparelho psíquico. Com tal descoberta, a teoria de Freud opera a desconstrução da moral vitoriana reinante, que colocava a vontade, em sua correlação íntima com a responsabilidade, como centro motor da conduta humana. Aqui, a razão e a consciência teriam nas mãos as rédeas

da subjetividade. Correlativamente, o aperfeiçoamento da vontade, sua firme orientação calcada sobre os valores estabelecidos, constituiria uma missão maior da medicina, educação e da filosofia do final do século XIX. Com Freud, a linguagem da vontade começa a entrar em declínio e o desejo e a pulsão passam a ocupar o centro da cena da subjetividade.

É sob essa mesma óptica, a um só tempo metapsicológica e histórico-epistemológica, que Joel Birman situa sua leitura de *As pulsões e seus destinos: do corporal ao psíquico*. A abordagem proposta pelo autor consiste inicialmente em situar o artigo de Freud no contexto das concepções epistemológicas em vigor quando de sua elaboração, de modo a esclarecer o estatuto propriamente científico e conceitual de sua metapsicologia em vias de elaboração naqueles anos de guerra da década de 1910. Em seguida, Birman discutirá separadamente por um lado a noção de pulsão, enquanto excitação psíquica constante claramente diferenciada dos estímulos de natureza fisiológica e, por outro, seus destinos no autoerotismo, na constituição da alteridade, na estruturação da sexualidade e na genealogia do Eu.

Concebido por Freud como o primeiro de uma série de doze artigos que deveriam integrar um volume de escritos teóricos sob o título de “Preliminares de uma metapsicologia”, *Triebe und Triebeschkisal*, redigido em 1915, compõe uma espécie de pilar maior do edifício teórico freudiano. Esse conjunto de textos constituiria “seu testamento teórico para a psicanálise e a comunidade analítica” (p. 23) e visava, como diz Freud em uma passagem de “Complemento metapsicológico à teoria do sonho”, a “clarificar e aprofundar as hipóteses sobre as quais um sistema psicanalítico pode ser fundado”. *A pulsão e seus destinos* situa-se, assim, como ponto de partida e referência central de toda sua metapsicologia.

O termo “metapsicologia”, lembra Birman, “aparece precocemente no discurso freudiano, datando pelo menos de 1896, quando foi usado na correspondência de Freud com Fliess” (p. 28). Seu conteúdo, entretanto, só vai se constituindo





aos poucos, progressivamente ao longo de textos como a *Interpretação dos sonhos* e *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, até obter uma formalização mais sistemática nos cinco artigos remanescentes de sua “Metapsicologia”. O prefixo grego “meta”, que integra o neologismo freudiano, em sua significação de “mais além”, de “além de”, indica não apenas a pretensão de instalar seu debate em um registro epistemológico, filosófico e em relação à metafísica, como também o projeto de fazer desse registro uma espécie de condição de possibilidade teórica para toda a psicologia com aspirações científicas.

Joel Birman lembra que o discurso teórico da psicologia no final do século XIX assentava-se na descrição minuciosa das chamadas “faculdades psíquicas”, tais como a memória, a atenção e a senso-percepção, entre muitas outras. O conjunto de tais faculdades funcionaria, segundo essa concepção, de forma integrada sob a égide da consciência e da razão, as quais, em sua condição de instância racional, capaz de realizar a vontade e transparente a si mesma, constituiria o Eu como sede autoevidente da subjetividade. Acompanhando a leitura tornada célebre por Lacan, Birman propõe que “a psicologia como teoria das faculdades psíquicas, centradas na consciência e no eu, se inscrevia na tradição da filosofia do sujeito, iniciada por Descartes, no século XVII” (p. 36). “A certeza do ser do sujeito”, continua o texto algumas páginas depois, “se sustentava no registro do pensamento, superando então as dúvidas metafísica e metódica, de forma que o pensamento se enunciava sempre pelo eu, no campo da visibilidade da consciência” (p. 39).

Uma segunda exigência integrava as pretensões científicas da psicologia da passagem do século XIX ao século XX: aquela de descrever as faculdades psíquicas não apenas no campo da observação, mas sobretudo através do registro da anatomia e da fisiologia do sistema nervoso. Toda a perspectiva e linguagem fisicalistas que impregnavam o *Zeitgeist* científico dessa época eram familiares a Freud, que fora formado intelectualmente no seio dessa tradição. Seu percur-

so teórico porta as marcas dessa influência, com as quais ele se debate o tempo todo e não sem ambiguidades. Contudo, é inegável que as consequências diretas da descoberta e da teorização freudianas conduzem a um descentramento do sujeito em relação à consciência e à razão. Elas passam a exigir a elaboração de uma inédita descrição dos fenômenos psíquicos, respeitosa não apenas da constatação – propiciada pela aplicação do método psicanalítico – da existência de processos psíquicos do sujeito enquanto tal, mas que funcionam de maneira inconsciente, como também do caráter altamente organizado e estruturado dessa dimensão fundante da subjetividade e que será doravante denominada na teoria pelo o termo de “o Inconsciente” (*das Unbewusste*). Este conceito metapsicológico igualmente decisivo constitui o reconhecimento no plano teórico tanto de que certos processos psíquicos marcados por uma tomada de posição de sujeito operam inconscientemente, quanto do fato de que a própria subjetividade comporta uma lógica e uma organização inconscientes.

O conceito de pulsão, tema central do artigo de Freud apresentado no volume assinado por Joel Birman, constitui um esforço para traduzir no registro metapsicológico o fato, evidenciado pela experiência psicanalítica, de que o psiquismo parece funcionar não apenas a partir de uma rede organizada de representações inconscientes, como também pela circulação, nessa rede, de algo que se assemelhava a intensidades. O estudo dos sonhos, da psicopatologia da vida cotidiana e a nascente clínica psicanalítica das neuroses indicava “que o psiquismo seria permeado pela conflitualidade e que seria essa que o conduziria inequivocamente à dissociação e à divisão” (Birman, p. 59). Na medida em que o aparelho psíquico concebido por Freud pressupunha a existência de diferentes lugares psíquicos, “o que se enuncia agora é que tais espaços são atravessados por forças e investimentos” (idem). Dar conta teoricamente dessa dimensão quantitativa e circulante do funcionamento mental: eis aí o fundamento da introdução do conceito metapsicológico de pulsão.





Do ponto de vista libidinal, que a pulsão se expresse segundo uma modalidade ativa ou passiva ou ainda mediana (se fazer agredir, por exemplo), que ela invista eu ou o outro, que ela se satisfaça pelas vias do prazer ou da dor, em todos os casos, mostra Joel Birman em sua leitura do texto freudiano, esse constructo fundamental da metapsicologia é constituído de elementos heterogêneos, organizados segundo montagens e circuitos específicos. Impulso, fonte, objeto e alvo se articulam em torno de uma montagem sempre singular para cada sujeito, que permite sua funcionalidade efetiva (p. 104).

Birman mostra como, no argumento freudiano, a pulsão – apesar da evidente analogia com a noção de estímulo fisiológico – destaca-se irredutivelmente do registro da natureza. Trata-se de algo que opera como uma força constante agindo a partir do interior do psiquismo, em relação à qual não há qualquer possibilidade de fuga e que não pode ser eliminada por uma simples ação reflexa. Encontra-se aqui um dos elementos determinantes da criação de uma fronteira delimitando interior e exterior do campo subjetivo: apenas as excitações vindas do exterior são passíveis de aplacamento pela atividade reflexa ou pela fuga. Os estímulos pulsionais seriam constantes e inescapáveis. Tal referência permitiria ao organismo situar-se no mundo.

A dualidade de tendências na qual se joga o conflito, nesse momento da teoria freudiana, dá-se fundamentalmente entre as exigências eróticas pulsionais inconscientes e a autoconservação do eu, que antecipa os riscos de se permitir uma satisfação sem se tomar em consideração as consequências disso em face da realidade. Evidentemente, ao introduzir a noção de narcisismo e ao considerar que não apenas os objetos externos, mas também o próprio eu poderiam ser alvo de investimento erótico, Freud se confronta a um abalo radical em sua teoria do conflito psíquico. Como sustentar essa hipótese se os dois polos supostamente em oposição eram de natureza libidinal, seja investindo o objeto, seja investindo o Eu? Rapidamente ele compreen-

deria o caráter precário de tal solução conceitual. Em todo caso, para Freud, “o aparelho psíquico teria sido de fato constituído para realizar o domínio das excitações pulsionais, impossíveis de serem reguladas pelo aparelho nervoso” (p. 90). Sob essa perspectiva, psiquismo teria por função “diminuir as intensidades geradoras de desprazer [...] Diminuir o desprazer e restaurar o prazer, portanto, seriam as finalidades básicas do aparelho psíquico” (p. 90-91). Ora são justamente os limites de tal maneira de se conceber o funcionamento psíquico que serão questionados no texto freudiano, o qual será tema do terceiro livro aqui tratado.

Além do princípio do prazer: um dualismo incontornável, de Oswaldo Giacoia Jr., aborda esse momento crucial da virada da metapsicologia freudiana, a qual, a partir dos anos 1920, passa a recorrer a um novo dualismo para dar conta do conflito e da clivagem psíquica imediatamente demonstrada pela clínica psicanalítica, doravante opondo vida e morte. O primeiro grande eixo de leitura proposto por Giacoia se ocupa, tal como na abordagem de Birman, da delimitação do estatuto epistemológico da metapsicologia freudiana, enquanto infraestrutura teórica da psicanálise. Em particular, ele interroga as relações entre metapsicologia e metafísica. Aqui, o leitor é beneficiado pela formação do filósofo Giacoia, que expõe essa temática tão espinhosa e técnica de maneira rigorosa, mas acessível.

Profundamente marcado pela concepção heurística de Kant, em voga nas ciências de seu tempo, Freud considerava que o valor fundamental dos conceitos metapsicológicos residia em sua capacidade de fornecer um substrato intelectual apreensível à intuição ordinária e facilmente manipulável pela razão crítica, de forma a tornar inteligível e racionalmente delimitável um determinado elemento abstrato necessário à teoria. Exige-se aqui uma correspondência meramente formal, mas não substancial, entre o conceito e aquilo que se pretende com ele delimitar. “Construções auxiliares” (*Hilfekonstruktionen*), “ficção”, “nossa mitologia” são expressões que reaparecem





com frequência sob a pena de Freud quando este tenta explicitar o estatuto de seus conceitos metapsicológicos. Observa-se, assim, uma renúncia desde o início a qualquer pretensão de dotar de consistência ontológica os elementos recortados pela metapsicologia. Ao contrário, busca-se mais modestamente a criação de ficções teóricas provisórias, utilizáveis para a apreensão e intervenção sobre dimensões significativas da experiência analítica. Trata-se, pois, de elementos teóricos especulativos, mas não arbitrários, uma vez que devem ser capazes de permitir a descrição, a previsão e a intervenção em certos fenômenos delimitados pela observação e, sobretudo, pelo próprio dispositivo da clínica psicanalítica. Seu estatuto é sempre provisório, uma vez que uma ficção metapsicológica pode e deve ser substituída por uma outra dispondo de maior capacidade explicativa, a cada vez que a teoria for invalidada pela experiência ou mesmo pelo avanço lógico da própria teoria enquanto tal.

O elemento teórico-clínico central de *Além do princípio do prazer* é, sem dúvida, a compulsão à repetição. Contrariando aquilo que poderia prever a teoria até então central do pensamento de Freud, segundo a qual o processo mais fundamental do funcionamento psíquico seria a hesitação do desprazer e a busca da satisfação prazerosa pelas vias mais curtas possíveis, independentemente de qualquer consideração pela realidade (processo primário), a observação demonstra de forma contundente a existência de fenômenos mentais que não obedecem a tal premissa. A neurose traumática – na qual o sujeito revive sem cessar, pela via dos sonhos de angústia ou pelos acessos de ansiedade, situações que foram terríveis desde o início – constitui aqui uma espécie de paradigma clínico de contradição do princípio do prazer. A reação terapêutica negativa, a repetição inelutável de vivências catastróficas, as neuroses de destino que conduzem o sujeito à realização inexorável das mesmas desgraças de um passado do qual se queria escapar, e mesmo certas brincadeiras infantis como esforços de elaboração de situações penosas constituem

demonstrações dificilmente contestáveis da insuficiência do princípio do prazer para dar conta das bases do funcionamento psíquico. Dois aspectos se destacam imediatamente à luz dessas observações: primeiro, o papel central, determinante, desempenhado pelas marcas deixadas pelas situações traumáticas na organização do psiquismo. Segundo, o caráter compulsório, compulsivo, independente da vontade consciente do sujeito, da tendência à repetição do traumatismo. A repetição daquilo que desde o início foi brutalmente desprazeroso se instala de forma automática: aqui claramente o eu não é senhor de sua própria morada. O sujeito se vê prisioneiro de um sistema de repetição que se impõe de forma cega e automática. Sob diferentes roupagens, o mesmo – sempre terrível – retorna, se instala na vida. Esse fenômeno reveste-se não apenas das grandes consequências teóricas já indicadas. Ele passa a constituir um problema clínico central: o tratamento psíquico (*psychische Behandlung*) não pode mais se contentar em repatriar para a consciência os elementos insuportáveis sufocados pelo recalque. Passa a ser necessário e crucial romper com a cadeia automática da repetição do pior.

Em ressonância evidente com a concepção de Nietzsche do eterno retorno, a compulsão à repetição proposta por Freud visa, de forma compulsória, à reinstalação de uma condição regressiva, de um estado anterior de não excitação. Em última instância, o objetivo último do aparelho psíquico, na teoria freudiana, seria o da descarga absoluta, instalando uma condição de completa não excitação (Princípio do Nirvana), tal como um retorno ao inorgânico.

O aspecto central da leitura proposta por Giacoia repousa justamente em seu esforço por demonstrar a hipótese segundo a qual o dualismo entre as pulsões de vida e de morte constitui “a base ontológica da metapsicologia” (Giacoia, 2008, p. 23). O autor lembra que um esboço bastante claro da ideia segundo a qual o objetivo último do funcionamento psíquico seria o de evacuar integralmente toda a excitação que





a ele chega já está presente no *Projeto para uma psicologia científica*, de 1895. De fato, o princípio de inércia neuronal ali proposto por Freud estabelece que a tendência fundamental do sistema nervoso é a de descarregar toda energia (Qn) que venha excitá-lo. O princípio da constância constitui uma aquisição secundária, um funcionamento imposto pela necessidade de armazenar no sistema neuronal um mínimo de energia capaz de colocar em movimento as ações necessárias a uma descarga mais duradoura e eficaz da excitação.

De maneira análoga, o próprio princípio do prazer teria de ser submetido ao princípio da realidade, pois somente a tomada em consideração efetiva da radical alteridade do mundo poderia ensejar uma descarga mais duradoura e efetiva.

Em *Além do princípio do prazer*, a compulsão à repetição é estabelecida em relação às vivências traumáticas de maneira paradoxal: por um lado, o aparelho psíquico retorna aos elementos traumáticos em um esforço de, finalmente, poder dominar as grandes quantidades de excitação liberadas nessa experiência. Contudo, tal processo “que ocorreria não em oposição ao princípio do prazer, há que se constatar, mas que ocorreria também a despeito dele e, até certo ponto, sem levá-lo em consideração” (p. 57). Ou seja, haveria uma dimensão primária e autônoma de retorno ao ponto de ruptura traumática do sistema psíquico. O elemento traumático constitui, assim, um nódulo de fascinação, de atração irresistível, que arrasta todo o processo psíquico justamente em torno daquela ruptura que precisa ser dominada para que o esvaziamento de excitação possa voltar a ser o mais completo possível. Daí, conclui Giacoia, “a meta final de todo impulso é a redução ao grau zero de quantidades de excitação no organismo, o que mostra que a morte vem a ser a meta, ao mesmo tempo originária e derradeira, da vida” (p. 65).

O aspecto conflitivo da vida pulsional torna-se assim problemático na teoria freudiana. Se toda a pulsão visa, em última instância, à descarga completa, de forma a instituir um estado de absoluta não excitação, onde estaria o conflito? A

teoria da libido traz aqui o recurso teórico necessário ao respeito da natureza fundamentalmente conflitiva da vida mental. Com ela, Eros é concebido como atividade vital de ligação, estabelecendo conexões cada vez mais amplas e duráveis. Em sua tendência de preservação e de unidade, Eros não se opõe de maneira absoluta a Tânetos, uma vez que a unificação absoluta corresponderia à abolição de todas as fronteiras e diferenças, à fusão em um Grande Todo nirvânico. Levados a seus extremos, um e outro dos dois princípios pulsionais conduziriam à extinção do organismo enquanto forma singular diferenciada. Contudo, lembra Giacoia, para Freud “cada organismo se esforça por evitar a perempção ocasionada por causas externas. Sendo assim, os impulsos de autoconservação asseguram, em verdade, que todo organismo vivo se defenda das ameaças externas de destruição, com o propósito último de *morrer sua própria morte*” (p. 83). Dessa forma, o retorno ao inorgânico não é algo de imediato, mas, antes, depende de um caminho singular a cada sujeito para alcançá-lo. A subjetividade se constitui, assim, através do estilo erótico singular pelo qual a vida atinge seu desenlace, segundo seus próprios desígnios e seguindo seu próprio percurso.

Tal ponto talvez permita um novo olhar sobre a coleção aqui examinada. O aspecto vital de uma proposta de releitura da obra de um grande autor, Freud em ocorrência, não reside no esforço de cristalizá-la em uma leitura canônica, que fixaria seu sentido de uma vez por todas. Isso equivaleria a matá-la, ou seja, esterilizá-la congelando-a como língua morta. Rer, aqui, situa-se em um esforço de ruptura da compulsão à repetição, de modo a propor à obra novas perguntas, a esperar dela a abertura de novos horizontes, a colocação de novos problemas, a retransferir vida sobre ela, para que esta se mantenha viva. O que não deixa de nos interpelar com uma crua constatação: uma obra permanece viva enquanto ela é capaz de suscitar transferência que nos faz esperar dela novas respostas. Ou, mais simplesmente, podemos nos perguntar: o que mesmo confere vida à obra e imortalidade a um autor?





Narciso no espelho da contemporaneidade

Maria Helena Fernandes

Resenha de Lucía Barbero Fuks, *Narcisismo e vínculos*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2008, 286 p.

Tirésias já havia predito ao belo Narciso que ele viveria apenas enquanto a si mesmo não se visse...
Sim, são para se ter medo, os espelhos.
[Guimarães Rosa]¹

A elaboração teórica dos problemas que a clínica apresentava a Freud parece ter exigido a introdução de um conceito a mais – o de narcisismo – ainda em 1914, ocasião em que o pai da psicanálise estava às voltas com a problemática da psicose, da melancolia, da hipocondria, da neurose obsessiva e dos quadros dissociativos em geral. Em uma das cartas que dirigiu a Lou Andreas-Salomé, em primeiro de abril de 1915, ele enfatizou a fecundidade clínica do conceito de narcisismo: “Você sabe que eu me preocupo com o fato isolado, esperando que o universal manifeste-se por si mesmo. É por isso que acho os pontos de vista do narcisismo muito úteis para a análise da melancolia e de outros estados muito obscuros até o presente momento”².

Se a imagem de Narciso, debruçado sobre o espelho das águas do lago e encantado consigo mesmo, mostrou-se fecunda para o avanço da metapsicologia freudiana, não podemos deixar de constatar que essa mesma imagem continua hoje em dia extremamente útil. Desta vez, para espelhar as vicissitudes da cultura contemporâ-

nea e nortear as compreensões teóricas oriundas de vários campos do conhecimento preocupados com uma análise do social. É essa dupla função do conceito de narcisismo que o livro de Lucía Fuks vem testemunhar, assinalando justamente o lugar articulador deste conceito como instrumento de leitura das vicissitudes da clínica cotidiana e das mazelas da cultura de nossos dias.

A autora mostra que a potência teórica daquilo que Freud descreveu como uma etapa necessária na evolução da libido, na singularidade da subjetividade individual, assume, na análise dos autores contemporâneos, o lugar de noção privilegiada para melhor compreender a cultura.

É ancorada no discurso freudiano que Lucía discorre sobre a violência, a relação entre os sexos, a evolução feminina, o trauma, o abuso sexual, as relações familiares e contribui, de forma original, para uma compreensão propriamente psicanalítica a respeito do impacto devastador das vicissitudes da vida contemporânea na constituição da subjetividade.

Nesse sentido, a escolha do título *Narcisismo e vínculos*, assim como a extrema atualidade dos temas abordados, vêm testemunhar a aposta no alto potencial da clínica psicanalítica enquanto espelho da cultura, mas também o seu reverso, isto é, a tomada em consideração do social como horizonte da prática clínica. O sofrimento daqueles que nos procuram não brota apenas dos tumultos internos de cada um, mas também das exigências impostas pela sociedade em que vivemos. Encontramos aqui um duplo espelhamento, que permeia praticamente todo o livro: *narcisismo/individualismo e socialização/vínculos*. Esse duplo espelhamento funciona como um operador de leitura que permite a Lucía demonstrar, através do instrumental psicanalítico,

1 J. Guimarães Rosa, “O espelho”, in *Primeiras histórias*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988, p. 66-67.

2 L. Andreas-Salomé, *Correspondance avec Sigmund Freud*, Paris, Gallimard, 1970, p. 38.

Maria Helena Fernandes é psicanalista, graduada em psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco, com mestrado em psicopatologia e psicanálise pela Universidade de Paris VII e pós-doutorado em Psicanálise pela UNIFESP.





que os modos de socialização na contemporaneidade parecem pautados pela lógica narcísica. Isto é, os vínculos sociais se organizam a partir de identificações entre os sujeitos pautadas por imagens idealizadas e marcadas pela lógica do imaginário.

Os ensaios reunidos neste livro são, quase todos, fruto de comunicações orais, em diversos momentos e contextos. Embora se perceba o encadeamento dos temas abordados, o livro apresenta a vantagem de cada capítulo poder ser lido de forma independente. Isso o transforma também em uma rica e diversificada fonte de consulta, não apenas para os psicanalistas, mas também para pesquisadores dentro e fora do âmbito psicanalítico.

A autora abre o livro com uma releitura do texto freudiano sobre Leonardo da Vinci. Retomando a descrição feita por Freud acerca dos três destinos possíveis para a investigação sexual infantil, ela aborda a relação de Da Vinci com a investigação científica e com a atividade artística. Insistindo no fato de que a pulsão de saber, tão evidenciada na curiosidade investigativa de Leonardo, “procura menos as respostas já obtidas do que as perguntas por formular” (p. 33), Lucía enfatiza a dimensão essencialmente criativa da sublimação.

Uma das características da autora é a precisão na formulação das perguntas. A aparente simplicidade das perguntas não esconde que é justamente na aparência das certezas prontas que Lucía deseja fazer incidir seus questionamentos. É pondo em movimento uma leitura afiada do texto de Freud que ela contesta ao mesmo tempo o apego dogmático e idealizado às teorias, assim como denuncia o risco de autoritarismo vigente no interior das relações humanas, familiares e institucionais.

É assim que o interesse da autora na “historicidade das relações entre sexo e poder” (p. 48) permeará um bom número dos ensaios. No segundo e no terceiro capítulos, a questão do vínculo amoroso e a problemática da violência entre os casais serão trabalhadas. Assinalando particularmente o desafetamento do sujeito contempo-

râneo, avesso à dramaticidade das paixões e ao engajamento coletivo, Lucía aponta a perda de relevância da palavra “como suporte do pensamento e da subjetividade, e também como suporte da intersubjetividade e do vínculo” (p. 36). A partir daí, apoiando-se em autores como Bourdieu e Lipovetsky, é com extrema perspicácia que Lucía nos propõe uma discussão relevante sobre as vicissitudes da relação homem-mulher na atualidade. A exaltação do individualismo e a competição acirrada que impera na cultura atual infiltram também as relações amorosas. No confronto especular, fruto de uma relação predominantemente dual narcísica e na ausência de uma intersubjetividade capaz de sustentar a diferença, o que predomina é a lógica desgarrada da pulsão de morte.

A realidade social atual, enfatiza Lucía, “dentro da qual se destaca a premência das exigências socioeconômicas e um neoindividualismo exacerbado, coloca à prova a capacidade dos indivíduos para enfrentá-las. Como não faltam os fracassos, entra em jogo a economia narcisista que tenta amenizar as dificuldades do eu com a realidade” (p. 64). Assim, a autora irá, no quarto capítulo, discutir a relação entre as especificidades do mundo contemporâneo e a prevalência das ditas *patologias narcísicas* no cenário psicopatológico da atualidade, salientando a ênfase nas problemáticas centradas “nas dificuldades de identificação, autorreconhecimento e valorização” (p. 64).

Passeando com destreza pela referência a vários autores de filiação distinta no campo psicanalítico, com o objetivo de especificar as características que delimitam um modo de funcionamento psíquico próprio dessas patologias, a autora adverte, com razão, que se essas patologias costumam ser pensadas como resultantes dos novos tempos, elas certamente não deixam de ser também “variantes contemporâneas das carências narcísicas próprias de todas as épocas” (p. 64). Assim, Lucía chama nossa atenção para o paradoxo desse modo de funcionamento psíquico: “A afirmação de que por trás da força do narcisismo se encontra a fragilidade do eu parece resumir bem o cerne da questão, tanto teó-





rica como clínica, presente nessa problemática” (p. 67).

Os desdobramentos clínicos dessa compreensão se fazem sentir pela fineza com a qual a autora aponta os impasses no manejo transferencial desses casos. Exigindo delicadeza na condução do processo terapêutico, esses pacientes solicitam uma maior plasticidade do enquadre analítico. Ao mesmo tempo, o papel da agressividade, da inveja e dos ataques ao objeto no conflito intrapsíquico e interpessoal sustentam, como insiste Lucía, que é necessário firmeza para trabalhar, desde o início, a transferência negativa e a hostilidade atualizadas na relação com o analista.

Ao abordar as vicissitudes da clínica em toda a complexidade exposta nos seus paradoxos, a autora anuncia, de forma discreta e concisa, a ambição que a moveu a articular a dupla *narcisismo-vínculos* para abordar a questão da violência da pulsão e do encontro com o outro, a saber, a ambição de articular clínica e cultura. Isto é, trata-se de pensar a cultura com os elementos conceituais forjados pela construção do dispositivo clínico da psicanálise. É a própria autora quem esclarece sua empreitada: “Reconhecer, finalmente, na emergência dessas patologias, as características de um sintoma analisador das tensões e conflitos de um contexto sociocultural comum, que nos constitui em simultaneidade, permite articular a violência intrassubjetiva que neles observamos com aquela que atravessa os diversos espaços: a dos vínculos cotidianos, a que existe no interior das casas, a que existe nas ruas e a que invade as relações entre países e raças. Essa articulação ajuda a aprofundar a dimensão crítica que é consubstancial à psicanálise desde seus primórdios” (p. 78).

É assim que no quinto capítulo, ao abordar os diferentes momentos da evolução feminina, deparamos com uma leitura crítica que não hesita em atribuir uma positividade à diferença entre os sexos: “O que se propaga não é a semelhança dos papéis sexuais, mas a não diretividade dos modelos sociais e, correlativamente, o poder de

autodeterminação e de indeterminação subjetiva dos gêneros” (p. 84). A autora salienta a relação privilegiada da mulher com o amor para analisar as vicissitudes da relação com a figura paterna, seus desdobramentos no vínculo amoroso com outro homem, e se questiona: afinal, o que é ser pai na atualidade? Em contraposição ao declínio social da imagem paterna, Lucía sugere que a presença corporal do pai no espaço doméstico permite repensar seu lugar e assinala a importância do laço conjugal. Se para a criança o pai “terá sido primeiramente um lugar instituído por uma mulher” (p. 93), é importante, assinala Lucía, “que ele ocupe esse lugar à sua maneira, e não de acordo com as imposições da mãe. Que ele realize tarefas, preencha um papel junto a ela. Com isso, fará significativa diferença no papel ocupado pela mãe, ou seja, pela mulher nesse momento peculiar da evolução feminina” (p. 93).

Continua a ser o universo feminino o foco de atenção no sexto capítulo. O interesse da autora na relação que se estabelece entre o artista e sua obra no processo de criação retorna ao analisar o modo como a complexidade feminina emerge em duas personagens de Clarice Lispector – Lori (do livro *Uma aprendizagem ou o Livro dos Prazeres*, de 1969) e Macabéa (do livro *A hora da estrela*, de 1976). Chamando a atenção para o nítido espelhamento entre Clarice e sua personagem Lori, a autora salienta que a personagem Macabéa, ao contrário, espelha apenas o estrangeiro que habita em todos nós “a face oculta de nossa identidade” (p. 96). A partir daí, Lucía se pergunta se a importância que Clarice atribui à morte neste último livro não seria uma espécie de questionamento sobre suas próprias possibilidades de morrer de um modo diferente do de Macabéa. Morte e criação se veem assim espelhadas na figura feminina de Clarice Lispector.

Nos próximos três capítulos, o interesse da autora se volta para a atualidade do conceito de trauma postulado pela psicanálise. Percorrendo a evolução desse conceito na teoria freudiana, Lucía aponta, a partir de um relato clínico, a absoluta singularidade histórica do traumático na vida





de cada um. E isto com o objetivo de enfatizar a fecundidade da noção de *a posteriori*, não apenas para uma compreensão teórica, mas, sobretudo, para uma melhor compreensão do modo como opera o processo analítico. A seguir, propõe uma reflexão sobre os efeitos traumáticos produzidos pela vivência inesperada de situações de violência, nas quais o sujeito se vê confrontado à eminência da própria morte, como nos assaltos, nos atentados, nos sequestros etc.

O alcance traumático dessas vivências, insiste Lucía, é intenso pela ruptura que produzem na existência cotidiana, mas também por “colocarem o sujeito frente a um perigo vital para o qual não tinha preparo algum” (p. 125). Ao formular o conceito de *emergência psicológica*, a autora enfatiza a importância, nessas situações, do trabalho terapêutico precoce: “Falar com alguém nesse momento já implica tomar um pouco de distância das imagens de horror que produziram marcas no aparelho psíquico. Falar com alguém é, também, segurar-se no mundo dos humanos – a comunidade dos vivos – e escapar, dentro do possível, ao poder de atração do horror e da morte” (p. 129-130).

Assim como o mesmo acontecimento não carrega a mesma carga traumática de um sujeito a outro, as reações psicopatológicas também são muito diversas: “manifestações de pânico, ansiedade, reações depressivas e crises histeriformes, até o estupor e as manifestações psicossomáticas” (p. 125). Salientando que as situações mais frequentes em que surge uma desorganização somática são as perdas narcísicas (lutos, fracassos amorosos e profissionais, perdas financeiras e decepções com os ideais), Lucía irá propor, no nono capítulo, uma reflexão a respeito da relação entre trauma, elaboração psíquica e doença orgânica.

Partindo da ideia de *atuação somática* – “algo que não pôde entrar no processo simbólico de elaboração e se degrada através de transtornos corporais” (p. 141) –, a autora insiste na importância do ponto de vista econômico na compreensão do trauma e sua utilidade na compreensão das desorganizações somáticas. Estas aparecem

como uma espécie de descarga defensiva frente à própria realidade psíquica. Sendo assim, é justamente a escuta e o acolhimento do analista que surgem, não apenas como possibilidade de redução da vulnerabilidade somática do analisando, mas também como uma “ampliação dos recursos elaborativos dos pacientes, tanto no que se refere ao desbloqueio dos lutos congelados, quanto no enriquecimento de sua vida representacional [...]” (p. 146).

Lançando mão do conceito de gênero, Lucía aborda, no décimo capítulo, a violência exercida sobre a mulher e salienta justamente os mecanismos sociais de produção e, ao mesmo tempo, de velamento dessa violência, seja ela física, sexual ou psicológica. É através da noção de *violência invisível* que a autora expõe um pensamento extremamente lúcido e crítico a respeito do mal-estar feminino na atualidade. Enfatizando que “nomear o mal-estar das mulheres não é só um ato semântico” (p. 153), Lucía discorre sobre o mito da maternidade e a participação das mulheres nos redutos masculinos, como o futebol, para salientar o preconceito de gênero contra a mulher presente ainda hoje.

Além disso, ao apontar os efeitos psíquicos nefastos decorrentes da violência experimentada, a autora assinala que, examinados em conjunto, o que chama a atenção nos relatos das mulheres “é a repetição: o que cada um acredita ser singular é, na verdade, compartilhado por muitos indivíduos” (p. 159). É por isso que um aspecto fundamental, insiste Lucía, “é romper esse ciclo de silêncio, e sem dúvida a psicanálise desempenha um papel importante nesse processo. Por um lado, a abordagem clínica das vítimas da violência coaduna – na possibilidade de uma abertura para a palavra – com a dimensão terapêutica da reestruturação subjetiva e com a dimensão ética de uma restituição da dignidade. Por outro, contribui para a investigação e para o conhecimento dos processos de dominação e sujeição no campo complexo da construção e da instituição social do gênero” (p. 159). Vê-se aqui reafirmada sua intenção de explicitar a potencialidade da psicanálise não apenas como dispositivo





clínico de cuidado, mas também como dispositivo de investigação dos processos de dominação vigentes no âmbito social.

A fecundidade da teoria psicanalítica do trauma continuará a se fazer presente, desta vez para orientar as reflexões da autora sobre a questão, atualíssima, do abuso sexual de crianças e adolescentes. Discorrendo sobre as posições subjetivas do pai abusador, da criança e da mãe, Lucía propõe ao longo de dois capítulos (11 e 12) uma reflexão sobre a dimensão do traumático nas situações de abuso e incesto que leva em conta, além da questão óbvia da submissão no interior das relações de poder, a dimensão pulsional.

É assim que os inúmeros efeitos nefastos do abuso sexual (depressão, fobias, atraso escolar, enurese, tentativas de suicídio etc.) aparecem agrupados, de forma evidente, no prejuízo da “autoimagem narcísica e sexual” (p. 172). Em consequência disso, aponta Lucía, “a vulnerabilidade das mulheres em relação a homens sexualmente exploradores aumenta e sua possibilidade de proteger os filhos diminui” (p. 172-173). É nessa direção que se pode melhor compreender que na maior parte dos casos “a mãe muitas vezes tenta renegar suas próprias percepções, no intuito de proteger uma certa unidade familiar, ou ainda por sentir medo da própria violência do agressor” (p. 177). Por outro lado, o silêncio amedrontado das crianças, por receio de perder o afeto do abusador, de que não acreditem nela, ou de que a achem culpada, esbarra, via de regra, na certeza de que a mãe sabe do que está acontecendo. A imensa complexidade dessas situações, além de apontar a importância do trabalho analítico com todos os atores desse drama, solicita ainda uma abordagem multidisciplinar. O rompimento do silêncio e a ação da lei na punição do abusador, enfatiza Lucía, funcionam como um ponto de partida importante para a reorganização subjetiva da criança: “Se o abuso é reconhecido como um delito dentro do discurso social e castigado pela lei, então seu processamento no psiquismo da vítima terá possibilidades de superar o bloqueio ao trabalho de representação” (p. 215).

Os cinco últimos capítulos propõem ao leitor uma reflexão instigante e rigorosa sobre os pilares da prática clínica. Retomando a cronologia dos modelos teóricos freudianos para compreender a formação do sintoma, a autora avança uma discussão que coloca em evidência a dupla dimensão que o caracteriza, a saber, o sintoma se impõe como substituto e como gozo (no sentido utilizado por Lacan). E isto, com o objetivo de insistir na necessidade de considerarmos a relação entre sofrimento, sintoma e gozo, se quisermos avançar na compreensão dos impasses colocados pela complexidade evidenciada na clínica contemporânea.

A partir daí, a argumentação da autora conduz o leitor através de um questionamento arguto sobre a espinhosa questão do fim da análise, sem recuar diante da insistente pergunta: “O que muda em uma análise, além dos sintomas, no fim do processo? Qual é o mecanismo dessa mudança? É a interpretação? É a transferência?” (p. 232). Para tentar responder a essas questões Lucía percorre, com destreza e simplicidade, prova de quem tem muita cultura psicanalítica, o que responderiam os analistas da psicologia do ego, os kleinianos, os winnicottianos, os lacanianos e os freudianos. É esse percurso que permite à autora tematizar os alcances e limites de uma análise, assim como a complexidade inerente à especificidade da metodologia psicanalítica.

É nesse contexto que aborda as vicissitudes da supervisão, dispositivo essencial na formação dos psicanalistas, e enfatiza a *posição estratégica* do supervisor, o *lugar do terceiro* no processo de análise. Tal lugar não se refere apenas à dualidade analista-analisando, mas também à outra dupla, a saber, o analista e seu próprio analista. A autora problematiza, a partir daí, a questão dos processos identificatórios, inerentes à formação de todo analista.

Discorrendo sobre a história da supervisão no interior do movimento psicanalítico e suas diversas concepções, ela descreve sua própria experiência como supervisora e defende a fecundidade das transferências com vários supervisores “para





evitar uma identificação demasiada com o estilo de um só analista” (p. 246). Vemos aí a atenção de Lucía às relações de poder no interior dos dispositivos de transmissão da psicanálise, o que a faz apostar nos espaços coletivos e, também, na riqueza da transversalidade da troca entre analistas.

Assinalando que a solidão inerente à situação analítica submete “a duras provas o narcisismo do analista” (p. 267), a autora nos conduz para o último capítulo de seu livro em que propõe uma discussão, importantíssima, sobre os valores e critérios que modelam a prática dos analistas e sua relação com os ideais. A questão do poder do analista sobre o analisando, as ambíguas interpretações da ideia de neutralidade do analista, a relação entre aspirações e ideais nos analisandos e os ideais próprios do analista são algumas das questões abordadas. De maneira firme e corajosa, Lucía reafirma seu compromisso em explicitar e denunciar as armadilhas inerentes a quaisquer modos de apreensão totalizante da realidade do sujeito contemporâneo, mesmo aqueles oriundos da própria psicanálise.

É assim que o leitor se encontra com toda a potência e fecundidade da experiência da autora, não apenas oriunda de sua atividade clínica, mas também de todos os anos dedicados à transmissão da psicanálise. Esta experiência tem história. Há cerca de trinta anos, Lucía Fuks tem se dedicado à formação de analistas no Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Em seu prefácio, Renato Mezan oferece um bom guia de leitura desse livro, como também uma oportunidade de conhecer o percurso de uma psicanalista, cuja aguda consciência dos impasses e complexidades do processo analítico se fez sempre acompanhar de uma crítica político-institucional a respeito dos destinos da psicanálise.

Como dizia Pierre Fédida, em suas belas lições de psicanálise: “em todo texto escrito por um psicanalista devíamos sempre poder entrever sua clínica, mesmo que seja um texto teórico”. Isso pressupõe que a escrita em psicanálise carrega a marca incontestável de sua especificidade metodológica. Nos dias de hoje, em que a violência desmedida impera e a sociedade enfrenta profunda crise ética, somos cotidianamente convocados, também *enquanto psicanalistas*, a tentar administrar o excesso, o mal-estar e o sofrimento que nos espreitam a todos. O livro de Lucía Fuks é um testemunho eloquente de que é de nossa responsabilidade, ética e social, buscar meios de contribuir, com nosso instrumental metodológico, para melhor compreender e intervir nas problemáticas sociais e culturais que nos afligem, mesmo sabendo dos riscos e dificuldades da empreitada psicanalítica para além de nossos consultórios.

De fato, se é *enquanto psicanalistas* que somos cotidianamente convocados, isso implica não perdermos de vista a especificidade de nosso instrumento metodológico. Se sabemos dos riscos e dificuldades de uma empreitada para além de nossos consultórios, é porque não perdemos de vista as fronteiras epistemológicas do nosso campo de conhecimento. É a essa atenção à especificidade de nosso instrumento de trabalho que a escrita deste livro vem testemunhar.

O livro *Narcisismo e vínculos: ensaios reunidos* testemunha de forma viva a potencialidade da especificidade clínica da psicanálise para contribuir não apenas para cuidar do sofrimento individual, mas também para compreender as especificidades do sofrimento do sujeito contemporâneo, imerso simultaneamente no seu universo simbólico e pulsional. Vale a pena conferir!



Colaboradores deste número

Adélia Bezerra de Menezes

Rua Batatais, 523
01423-010 São Paulo SP
Fone: (11) 3887-1668
adeliabm@terra.com.br

Adriana Victorio Morettin

Rua Ásia, 73
05413-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3082-4506
amoretin@uol.com.br

Andréa Carvalho Mendes
de Almeida

Rua do Livramento, 67
04019-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3889.9406
andrea@construnet.com.br

Bela M. Sister

Rua Maranhão, 584, cj. 42
01240-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 38245.3470
belasister@terra.com.br

Camila Salles Gonçalves

Rua Dr. Flávio Américo Maurano, 810
05656-020 São Paulo
Tel.: (11) 3742.7185 / (11) 3739.4464
camila_salles@uol.com.br

Carlos Augusto Peixoto Junior

Rua Belisário Távora, 521/102
22245-070 Laranjeiras RJ
Tel.: (21) 2205.8702
cpeixotojr@terra.com.br

Cláudio Laks Eizirik

Rua Marques do Pombal, 783/ 307
90540-001 Porto Alegre RS
ceizirik.ez@terra.com.br

Danielle Melanie Breyton

Rua Prof. João Arruda, 53
05016-110 São Paulo SP
Tel.: (11) 3873.3457
danibreyton@gmail.com

Darcy Haddad Daccache

Rua Atlântica, 776
01440-00 São Paulo SP
Tel.: (11) 3082.4986
darcyhd@terra.com.br

Deborah Joan de Cardoso

Rua Prof. João Arruda, 53
05016-110 São Paulo SP
Tel.: (11) 3873.3457
deborah@santacruz.g12.br

Eliana Borges Pereira Leite

Avenida Anchieta, 585
12242-280 S. José dos Campos SP
elianabpl@gmail.com.

Evelio Cabrejo-Parra

Universidade Paris VII
Paris, França

Fernando da Silveira

Rua Com. Paulo Brancato, 28
04017-100 São Paulo SP
Tel.: (11) 5083.1192
fesilveira1@uol.com.br

Flávio Carvalho Ferraz

Rua João Moura, 647 cj. 121
05412-911 São Paulo SP
Tel.: (11) 3088.9606
ferrazfc@uol.com.br

Glaucia Peixoto Dunley

Rua Barão da Torre 32 B / 803
22422-000 Rio de Janeiro RJ
Tel.: (21) 2247.0155 / (21) 9333.3307
glaciadunley@terra.com.br

Jean Oury

La Borde, França

Leda Barone

Rua Dr. Alceu de Campos Rodrigues,
46, cj. 38
04544-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3045-9064
ledabarone@uol.com.br

Marcelo Vinãr Munichor

Joaquín Núñez, 2946
C.P. 11300 Montevideo – Uruguay
Tel.: (5982) 711 7426
marcelo@belvit.net

Maria Antonieta Pisano Motta

Rua Acutirinha, 155
05679-000 São Paulo
Tel.: (11) 37437584
omotta@amcham.com.br

235



Maria Cecília Pereira da Silva
Rua Joaquim Antunes, 490/94
05415-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 3081.9159
Fax: (11) 3554.0024
mcpsilv@gmail.com

Maria Helena Fernandes
Rua Diogo de Faria, 1087, cj. 905
04037-003 São Paulo SP
Tel.: (11) 5083-3892

Maria Laurinda Ribeiro de Souza
Rua dos Otonis, 120
04025-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 5572.3589
mlrsouza@uol.com.br

Maria Vitória Campos Mamede Maia
Rua Visconde de Pirajá 303/1103
Ipanema, Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (21) 2513.1441
mariavitoriamai@gmail.com

Mario Eduardo Costa Pereira
14, Boulevard Joachim Elie Vezien
Bâtiment c 13008 Marselha França
Fone: (00 33 9) 6687-3369
mario-eduardo.costa-pereira@univ.
provençe.fr

Maurício Porto
Rua Duartina, 319
01256-030 São Paulo - SP
Tel.: (11) 3871-1261
mauricioporto@uol.com.br

Nadja Nara Barbosa Pinheiro
Departamento de Psicologia
da Universidade Federal do Paraná
Praça Santo Andrade, 50, sl. 220
80020-300 Curitiba PA
Tel.: (41) 3310.2648
nadjanbp@ufpr.br

Nelson Ernesto Coelho Junior
Alameda Lorena, 1359/52
01424-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 3288.8202
ncoelho@usp.br

Paulo de Carvalho Ribeiro
Rua Bambuí, 25/1600
30210-490 Belo Horizonte MG
Tel.: (31) 3281.8788 / (31) 9993.0080
icaro.bhz@terra.com.br

Paulo Jeronymo Pessoa de Carvalho
Rua Ferreira de Araújo, 407
05428-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 3812.7420
p.jeronymopc@gmail.com

Renata Codeço Dias
Rua Lopes Trovão, 73, 1104
24220-070 Niterói RJ
Tel.: (21) 2612.2178
renatacd@hotmail.com

Renata Udler Cromberg
Rua Atlântica, 776
01440-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3816.2184
renatauc@uol.com.br

Ronaldo Torres
Rua Haroldo Gurgel, 167
05514-030 São Paulo SP
Tel.: (11) 3051-8289 / (11) 9585-8515
ronaldotorres@usp.br

Sérgio Telles
Rua Maestro Cardim, 560 cj. 194
01323-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3283-5767
setelles@uol.com.br

Silvio Hotimsky
Rua Ilhéus, 135
01251-030 São Paulo SP
Tel.: (11) 3862.7743
silviohotimsky@hotmail.com

Sylvia Fernandes
Rua Ourizona, 68,
05429 050 São Paulo SP
Tel.: (11) 30340479 / (11) 99713726
sylviafernandes@uol.com.br

Susan Markuszower
Rua Cristiano Viana, 441 cj. 65
05411-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3062.5224
susanmark@uol.com.br

Tiago Corbisier Matheus
Rua Fradique Coutinho, 1640 ap. 42
05416-002 São Paulo SP
Tel.: (11) 3813.5923 / (11) 3034.3988
tmatheus@uol.com.br



Normas para envio de artigos e resenhas

A apresentação de trabalhos para publicação na Revista Percurso pressupõe o conhecimento prévio e a aceitação, por parte do articulista, das seguintes normas:

1. Os trabalhos enviados para publicação, sempre originais e inéditos, deverão ser antecédidos por uma página de rosto contendo:

- o título e o nome do autor
- sua qualificação
- endereço (incluir CEP)
- telefone (incluir DDD)
- e-mail
- um resumo de cinco linhas em português e inglês
- até seis palavras-chave em português e inglês
- número exato de caracteres do texto, com espaços
- data de remessa.

2. A página de rosto é destacada quando o trabalho é remetido para avaliação, de modo a preservar, durante todo o processo, o sigilo quanto à identidade do autor. Portanto, para identificar de qual artigo se trata, o título deverá ser repetido na primeira página do texto.

3. Os trabalhos deverão ser entregues em seis cópias, pessoalmente ou por correio (sem SEDEX), à Coordenação Editorial de Percurso: Rua Amália de Noronha, 198, 05410-010 São Paulo. Não serão aceitos trabalhos enviados por e-mail.

4. Todos os trabalhos são analisados em detalhe pelo plenário da Comissão Editorial ou da Comissão Editorial de Resenhas, que poderão solicitar ao Conselho Científico Externo um ou mais pareceres. Uma vez aceito, um membro destas transmite ao autor eventuais recomendações para mudanças na forma ou no conteúdo, em particular – mas não só – a fim de o adequar aos padrões gráficos da revista.

5. Recomenda-se que os artigos enviados tenham até, no máximo, 35.000 caracteres, e as resenhas até 15.000 caracteres (em ambos, incluídos os espaços).

6. É indispensável seguir os padrões gráficos utilizados por Percurso:

- o que merecer destaque deve vir em itálico; não utilizar sublinhado nem negrito.
- colocar intertítulos para facilitar a leitura.
- palavras estrangeiras e títulos de livros mencionados no texto: estilo itálico, sem aspas.

- títulos de artigos mencionados no texto: estilo normal, com aspas;
- citações: entre aspas, com chamada de nota.

7. As notas deverão vir no rodapé da página em que figura a respectiva chamada, e ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos. Podem ser explicativas ou bibliográficas; neste caso, seguir o formato europeu, como indicado abaixo:

a. **Nome do autor:** em ordem direta, com maiúsculas somente nas iniciais do nome e do sobrenome. Exemplos: S. Freud; M. Klein; D. W. Winnicott.

b. **Artigos e capítulos de livros:** título entre aspas, seguido do nome do livro em que aparecem, cidade, editora, ano de publicação e página citada, precedida apenas da letra “p.” Exemplo: N. Bleichmar e C. Bleichmar, “Os pós-kleinianos: discussão e comentário”, in *A Psicanálise depois de Freud*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1994, p. 286. Caso se trate de uma revista ou periódico, colocar em itálico o nome da revista, indicando número ou volume, local de publicação, ano e página citada. Exemplo: R. Zygouris, “O olhar selvagem”, *Percurso* n. 11, São Paulo, 1993, p. 12. (Não se usa in antes do nome de um periódico).

c. **Livros:** título em itálico, cidade, editora, ano de publicação e página(s) citada(s). Exemplo: J. Greenberg e S. Mitchell, “Object Relations”, in *Psychoanalytic Theory*, Cambridge, Harvard University Press, 1993, p. 377 (ou: p. 377-378).

d. **Textos citados mais de uma vez:** a partir da segunda vez inclusive, colocar apenas nome do autor, a expressão *op. cit.* em itálico, e a página citada. Exemplos: R. Zygouris, *op. cit.*, p. 73; Bleichmar e Bleichmar, *op. cit.*, p. 289. Se entre a primeira e a segunda citação for citada OUTRA obra do mesmo autor, escolher uma forma simples de distinguir entre ambas. Exemplo: primeira citação, Marcia Neder Bacha, *A arte de formar*, Petrópolis, Vozes, 2002, p. 45; segunda citação, Marcia Neder Bacha, *Psicanálise e educação: laços refeitos*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 1009, p. 70; terceira citação, Bacha, *Laços...*, p. 90; quarta citação, Bacha, *A arte...*, p. 134; quinta citação, Bacha, *A arte...*, p. 136; e assim sucessivamente.

e. **Referências bibliográficas:** Ao final do trabalho, deverão constar as referências bibliográficas em ordem de sobrenome dos autores, seguidas pelos dados da obra. Exemplos: Mezan, R. *Interfaces da Psicanálise*. São Paulo:



Companhia das Letras, 2002; Levisky, D. *Um monge no divã*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

8. **Para resenhas:** título da resenha, seguido da expressão “Resenha de”, nome do autor, título da obra em itálico, cidade, editora, ano de publicação e número de páginas. Exemplo: Freud, o fio e o pavo – Resenha de Chaim Samuel Katz, *Freud e as psicoses: primeiros estudos*. Rio de Janeiro: Xenon, 1994, 274 p. O nome, qualificação, endereço, telefone e e-mail do resenhador devem vir no final do texto, seguindo o solicitado no item 1 destas Normas. Colocar na página de rosto as palavras-chave da resenha: não é necessário apresentar resumo ou abstract.

9. Uma vez atendidas as recomendações das Comissões Editoriais, os trabalhos serão entregues no endereço acima, em CD, no formato Word (.doc), acompanhados de uma cópia impressa.

10. O autor receberá cinco separatas do seu trabalho, além de um exemplar do número em que ele figura. Os trabalhos recusados não são devolvidos; o *copyright* dos aceitos pertence aos seus autores. Caso venham a ser publicados em coletâneas ou outros periódicos, inclusive eletrônicos, solicita-se mencionar que a primeira publicação se deu na Revista *Percurso*. Os autores declaram aceitar a divulgação de seus trabalhos no site da revista, www.uol.com.br/percurso.





Onde encontrar *Percurso*

Belém

Lúcia Helena Silva Alves
Travessa Teófilo Conduru
Passagem 2 Américas, 16
Tel.: (91) 259.2431

Belo Horizonte

Livraria do Psicólogo
Rua Cuverlo, 132 Loja 27
Tel.: (32) 3273.5808

Campinas

Livros Neli
Rua Dr. Pelégio Lobo, 131
Guanabara
Fone/Fax: (19) 3243.7649

Fortaleza

Livraria da Lua
Av. Carapinima, 2200 Loja 121 B
Tel.: (85) 223.4336

Goiânia

Dimensão Editorial e Distribuidora
R. 1121, nº 249 – setor Marisa
Tel.: (62) 281.4135

Porto Alegre

Livraria Cultura
Av. Túlio de Rose, 85 loja 302
Tel.: (51) 3028-4033
gaalmeida@livrariacultura.com.br

São Paulo

Casa do Psicólogo
Rua Mourato Coelho, 1059
Tel.: (11) 3034.3600

FNAC Brasil – Paulista
Av. Paulista, 901
Tel.: (11) 2123-2000

FNAC Brasil – Pinheiros
Praça Omuagás, 34
Telefax: (11) 3815.1099 r. 271

Livraria Cortez
Rua Bartira, 317
Tel.: (11) 3873.7111

Livraria Cultura – Villa Lobos
Av. das Nações Unidas, 4777 loja 245
Tel.: (11) 3024-3599
ehnunez@livrariacultura.com.br

Livraria Cultura – Market Place
Av. Dr. Chucuri Zaidan, 902 Loja 222
Tel.: (11) 3024-3599
ehnunez@livrariacultura.com.br

Livraria da Vila
R. Fradique Coutinho, 915
Tel.: (11) 3814-5811

Maura Books
Instituto Sedes Sapientiae
Rua Ministro de Godoy, 1484
Tel.: (11) 3873.2314 ramal 734

Livraria Moisés Limonad

Pós-Graduação PUC/SP
Rua Monte Alegre, 984
Tel.: 3871.2023

Livraria Pulsional
Rua Dr. Homem de Mello, 351
Telefax: (11) 3865.8950 /
(11) 3675.1190

Maura Book's
Rua José Gonçalves Gomide, 545
Tel.: (11) 6909.1959

Oriana Livros e Periódicos
Instituto de Psicologia USP
Av. Prof. Mello de Moraes, 1721 Bl. B
Tel.: (11) 3037.0874
orianaliveiros@hotmail.com

Resposta Editorial
R. Texas, 658
Tel.: (11) 5044-7565

Sorocaba

Veronika Martins Hoffmann
Av. Presidente Kennedy, 316
Jd Paulistano
Tel.: (15) 3417-2014
wmhoffmann@terra.com.br

Uberaba

Ilcéa Borba Marquez
Rua Alfen Paixão, 599
Mercês
Tel.: (34) 3312.7761

239



Para assinar *Percurso*

- ✦ **Assinatura anual:** R\$ 110,00 (dois números)
- Por telefone:** ligue para (011) 3816-3780, das 8:00 às 21:00, de segunda a sexta-feira.
Você receberá uma ficha de compensação, que poderá ser paga em qualquer agência bancária.
- Por cartão:** ligue para (011) 3816-3780, nos mesmos horários.
Tenha em mãos o número de seu cartão.
Aceitamos Mastercard, Visa e American Express.
- Por cheque:** envie seus dados pessoais e cheque nominal para
Revista Percurso
a/c Setor de Assinaturas
R. Paulistânia, 593
05440-000 São Paulo SP

Autorização para assinar *Percurso* por cartão de crédito

NOME: _____		DATA: ____/____/____	
ENDEREÇO: _____			
CEP: _____	CIDADE: _____		ESTADO: _____
TELEFONE RES.: () _____	COM.: () _____		
CIC: _____	RG: _____		
E-MAIL: _____			
Mastercard: nº _____		val.: ____ / ____	
Visa: nº _____		val.: ____ / ____	
AmEx: nº _____		val.: ____ / ____	
Quantidade de Parcelas: ☐ 1 ☐ 2 ☐ 5			

Remeta este cupom por fax ou ligue, informando seus dados, para:

REVISTA PERCURSO — SETOR DE ASSINATURAS
R. Paulistânia, 593
05440-000 São Paulo
Tel.: (11) 3816-3780/3816-1137

Você também pode nos enviar um e-mail (percurso@uol.com.br) autorizando-nos a debitar em seu cartão o valor da assinatura. Neste caso, seu cadastro será feito pelo telefone. Por favor, tenha em mãos os documentos necessários.

Impresso em Aparecida SP, em agosto de 2010
no parque gráfico da Editora Santuário